

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.

OMAR DAVID MORENO CÁRDENAS

**ENTRE A REVOLUÇÃO E A COLABORAÇÃO: O QUE UMA LEITURA
PSICANALÍTICA DO LAÇO SOCIAL APONTA PARA A DEMANDA DE
REPARAÇÃO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO.**

BELO HORIZONTE

2019

Omar David Moreno Cárdenas

**ENTRE A REVOLUÇÃO E A COLABORAÇÃO: o que uma leitura psicanalítica do
laço social aponta para a demanda de reparação do conflito armado colombiano.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos psicanalíticos.

Orientadora: Andréa Máris Campos Guerra

Belo Horizonte

2019

| | |
|----------------------|---|
| 150 M843e 2019 | <p>Moreno, Omar David.</p> <p>Entre a revolução e a colaboração [manuscrito] : o que uma leitura psicanalítica do laço social aponta para a demanda de reparação no conflito armado colombiano / Omar David Moreno Cárdenas. - 2019.</p> <p>169 f.</p> <p>Orientadora Andréa Máris Campos Guerra.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia - Teses. 3. Guerrilhas – Colômbia – Teses. 4. Psicanálise lacaniana - Teses. I. Guerra, Andréa Máris Campos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> |
|----------------------|---|



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO OMAR DAVID MORENO CARDENAS

Realizou-se, no dia 11 de fevereiro de 2019, às 16:00 horas, FAFICH - Auditório Prof. Baesse, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Entre a revolução e a colaboração: o que uma leitura psicanalítica do laço social aponta para a demanda de reparação do conflito armado colombiano.*, apresentada por OMAR DAVID MORENO CARDENAS, número de registro 2017671635, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador (UFMG), Prof(a). Oswaldo Franca Neto (UFMG), Prof(a). Hector Jesus Gallo (Universidad de Antioquia).

A Comissão considerou a dissertação:

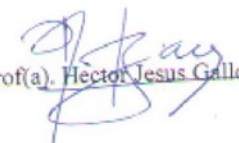
Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2019.


Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra (Doutora)


Prof(a). Oswaldo Franca Neto (Doutor)


Prof(a). Hector Jesus Gallo (Doutor)

Omar David Moreno Cárdenas

ENTRE A REVOLUÇÃO E A COLABORAÇÃO: o que uma leitura psicanalítica do laço social aponta para a demanda de reparação do conflito armado colombiano.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos psicanalíticos.

Prof. ^a Dr.^a Andréa Máris Campos Guerra (Orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Oswaldo França Neto – UFMG

Prof. Dr. Hector Jesus Gallo – Universidade de Antioquia

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2019

*A todos y todas que trabajan incesantemente, en el escenario académico, social y político, para hacer un corte definitivo con la violencia política que azota a Colombia, especialmente a aquellos que son objeto de ataques sistemáticos por los detractores de la paz.
¡Que el mal de la guerra no sea infinito! ¡Resistiremos!*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, principalmente, a minha orientadora, Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra, pela posição afirmativa que marcou a orientação, desde o acolhimento no mestrado até o final da dissertação. Posição que se refletiu na confiança sobre minha produção acadêmica, no constante sinal aberto que permitiu fazer buscas e perguntas, no cuidado e respeito pelo que estava sendo feito e no acolhimento que proporcionou durante meu ingresso na UFMG e no PSILACS. Esse “sim”, quase que constante, permitiu percorrer caminhos inéditos e facilitou a vontade de continuar a formação acadêmica no seguinte nível.

Ao professor Hector Jesus Gallo pelas trocas acadêmicas interessantíssimas durante sua visita ao Brasil e pela leitura deste trabalho. Ao professor Oswaldo França Neto pelas valiosas contribuições no exame de qualificação que marcaram novos caminhos para a dissertação e pela leitura do resultado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que permitiu minha permanência no Brasil e no Programa. Ao Programa de Pós-graduação em psicologia da UFMG pelo acolhimento. Aos demais professores do programa que deram contribuições acadêmicas de grande valor. Ao Fabio Bispo, pelas contribuições de grande importância no projeto de mestrado.

Um agradecimento muito especial à Lisseth Obregón, funcionária do INPEC na cidade de Cali (Colômbia) e estudante de psicologia que disponibilizou seu corpo, sua voz e seu saber-fazer para realizar as entrevistas desta pesquisa. Sem seu grande suporte não teria sido possível construir esta dissertação. Espero escrever com você sobre essa experiência de pesquisa. Muito obrigado! Ao John Harold Vasques Campos por estabelecer a ponte com a Lisseth.

Aos membros do Núcleo de Psicanálise e Laço Social Contemporâneo (PSILACS) pela disponibilidade e por “traduzir”, além do desencontro das línguas, de forma rápida as atividades e objetivos do núcleo, especialmente aquelas com as quais me vinculei.

Aos meus colegas do mestrado, que souberam acolher um colombiano, pelas trocas acadêmicas e pessoais: Daniela Pimentel, Saulo Carvalho, Miguel Antunes, Maxsander Almeida de Souza, Vanessa Guimarães, Marcela Fernanda de Souza, Ana Júlia Costa, Túlio Coimbra e Rafaela Ávila.

À Barbara Faria Afonso, que além de ser uma colega, virou uma grande amiga, pelas conversas, trocas e demais momentos compartilhados durante esse processo. Sua amizade é muito importante!

Aos membros do Cartel do Supereu, Barbara, Day e Silvane Carozzi. O espaço do cartel, mesmo não sendo um tema que toca diretamente na minha pesquisa, contribui com o rigor, o desejo e o caráter pela psicanálise.

À Marcela Santos, outra colega que virou grande amiga, e à Nilce Almeida pela valiosa amizade e por fazerem da moradia em Belo Horizonte a mais amena e interessante possível ao compartilharem comigo seu lar, junto com os bichinhos de quatro patas. À Nilce, também, pela leitura cuidadosa desse trabalho no que concerne à língua portuguesa.

À Alexandra Lima por me ensinar português e cultura brasileira, lá na Colômbia, e por motivar esse percurso.

À Carolina Reyes por ter sido uma excelente amiga, professora e colega de trabalho no meu percurso acadêmico e por incentivar as buscas acadêmicas e pessoais que fiz recentemente.

À minha família que na distância soube entender a importância de continuar esse percurso acadêmico, de difícil compreensão para alguns. À minha mãe, Fabiola Cárdenas, pelo apoio constante nesse processo, pelo carinho e pela preocupação que nunca foi demais. Ao meu pai, Sergio Moreno, por marcar um horizonte acadêmico e da docência, que foi transmitido para mim. À minha irmã, Diana Carolina Garcia, por me questionar de forma tão inocente e criar a necessidade de traduzir o saber acadêmico para outras linguagens. À minha prima Erika Castaño Moreno, por ser um referente acadêmico a seguir e por motivar meu percurso. Aos meus amigos colombianos que ficaram ligados sobre o que estava acontecendo com minha vida durante esses quase dois anos, o carinho é enorme!

Finalmente, e mais afetuosamente, ao Ricardo Dias de Castro, pela parceria, pelo carinho e pelos bons afetos nesse percurso aqui no Brasil. Sua companhia fez das experiências de fazer mestrado e de morar fora de meu país muito mais agradáveis e bonitas. A saudade de casa foi amenizada pelo seu acolhimento no pessoal, no seu grupo de amigos e na sua família. Seus questionamentos e posicionamentos críticos, mas de grande respeito pela psicanálise, mudaram minha forma de enxergar a psicanálise e os fenômenos políticos. Além de ter sido um parceiro, você é um acadêmico que respeito muito. Sua família foi importantíssima nesse

percurso, agradeço à Delma Dias, à Renata Dias de Castro, à Vanessa Dias de Castro e ao Adevaldo Castro por me acolherem nessa família de forma cuidadosa e afetuosa. A todos seus amigos por fazerem da experiência de morar aqui algo que superou minhas expectativas.

Ainda com todas as ameaças democráticas, fico com uma enorme gratidão e dívida simbólica com o Brasil por permitir esta pesquisa!

RESUMO

A dissertação visou compreender a forma como é significada a demanda de reparação que é atribuída a desmobilizados das FARC (Forças Armadas Revolucionarias Da Colômbia) no contexto do fim do conflito armado. Para dialogar com o fenômeno social, elaborou-se uma leitura histórica, política e subjetiva do conflito armado colombiano tomando como referência a teoria lacaniana, em especial a teoria dos discursos, e referências da história e da filosofia política. Utilizou-se como marco de referência principal a teoria psicanalítica com orientação lacaniana, pelo qual foi necessário desenvolver uma reflexão conceitual sobre as implicações clínico-teóricas e as ressonâncias subjetivas da noção de “reparação”, que vem do direito, atrelando essa noção com a noção de dano, pois a uma reparação antecede um dano. Foram elaborados dois casos tomando como referência entrevistas realizadas com dois desmobilizados do mencionado grupo que estão cumprindo uma pena em uma prisão tradicional na cidade de Cali (Colômbia). Os casos permitiram abrir a reflexão teórico-clínica e exigiram constituir um saber sobre a experiência no conflito armado a partir de dois eixos fundamentais. O primeiro eixo questiona a forma como acontece a entrada no grupo armado, entendendo esse momento como algo paradigmático que marca subjetivamente a experiência dos membros do grupo e que facilita algumas amarrações subjetivas mais ou menos estáveis. Isso foi denominado como a função grupo das FARC na adolescência. O segundo eixo retoma a constituição do laço social pela teoria dos discursos, encontrando que o protagonismo de um dos discursos, proposto pela teoria lacaniana, indica particularidades fundamentais nos processos de entrada, permanência e saída do conflito armado, principalmente pensando o que acontece quando o discurso da histérica ou o discurso do mestre contemporâneo estão no comando.

Palavras-Chave: Desmobilizados das FARC, Conflito armado colombiano, Reparação, Função grupo, Teoria dos discursos.

RESUMEN

La disertación tuvo como objetivo comprender la forma como es significada la demanda de reparación que es atribuida a desmovilizados de las FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) en el contexto del fin del conflicto armado. Para dialogar con el fenómeno social, se elaboró una lectura histórica, política y subjetiva del conflicto armado colombiano, tomando como referencia la teoría lacaniana y referencias de la historia y de la filosofía política. Se utilizó como marco de referencia principal la teoría psicoanalítica con orientación lacaniana, por lo cual fue necesario desarrollar una reflexión sobre las implicaciones teórico-clínicas y las resonancias subjetivas de la noción de “reparación”, que viene del derecho, entrelazándola con la noción de daño, pues a una reparación le antecede un daño. Se elaboraron dos casos, tomando como referencia entrevistas realizadas con dos desmovilizados del mencionado grupo que están cumpliendo una pena en una prisión tradicional de Cali (Colombia). Los casos permitieron abrir la reflexión teórico-clínica y exigieron construir un saber sobre la experiencia en el conflicto armado a partir de dos ejes fundamentales. El primer eje cuestiona la forma como acontece la entrada en el grupo armado, entendiendo ese momento como un hecho paradigmático que marca subjetivamente la experiencia de los miembros del grupo y que facilita algunos amarres subjetivos más o menos estables. Eso fue denominado función grupo de las FARC en la adolescencia. El segundo eje retoma la constitución del lazo social con relación al grupo, encontrando que el protagonismo de uno de los modos de discurso, propuestos por la teoría lacaniana, indica particularidades fundamentales en los procesos de entrada, permanencia y salida del conflicto armado, principalmente pensando en lo que sucede cuando el discurso de la histérica o el discurso del amo contemporáneo están al comando.

Palabras Clave: Desmovilizados de las FARC, Conflicto armado colombiano, Reparación, Función grupo, Teoría de los discursos.

RESUMÉ

La dissertation visait à comprendre la forme comme signifie la demande de la réparation qui est attribué aux démobilisés des FARC (Des Forces Armées Révolutionnaires de la Colombie) dans le contexte de la fin du conflit armé. En ce qui concerne au dialogue avec le phénomène social, c'était fait une lecture historique, politique et subjective sur le conflit armé colombien, en prenant comme référence la théorie lacanienne et références de l'histoire e de la philosophie politique. La théorie psychanalytique sous l'orientation lacanienne a été utilisée, pour ce que c'était nécessaire développer une réflexion sur les implications théorique-cliniques et les résonances subjectives de la notion « réparation », que vient du droit, reliant avec la notion de dommage, puis, une réparation est précédée d'un dommage. Deux cas ont été faits à partir des interviews réalisés à deux démobilisés du groupe mentionné ci-dessus, qui purgent peines dans une prison traditionnelle à Cali (Colombie). Ces cas ont permis d'ouvrir la réflexion théorique-clinique et d'exiger un savoir sur l'expérience dans le conflit armé à partir de deux axes principaux. Le premier axe questionne la forme sous laquelle se produit l'entrée dans le groupe armé, en comprenant ce moment comme un fait paradigmatique qui marque subjectivement l'expérience des membres du groupe et qui facilite des amarres subjectives plus ou moins fixées. Ça a été nommé comme fonction-groupe des FARC à l'adolescence. Le deuxième axe prend la constitution du lien social par rapport à le groupe, en constatant que le protagonisme de l'un des modes de discours, proposés par la théorie lacanienne, indique des caractéristiques fondamentales dans les procédures d'entrée, de permanence et de sortie de conflit armé, principalement, en pensant à ce qui se passe quand le discours de l'hystérique ou le discours du Maître commande.

Mots-clés : Membres démobilisés des FARC, Conflit armé colombien, Réparation, Fonction-groupe, Théorie du discours.

Lista de ilustrações

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Mapa do resultado do plebiscito de 2016 para o fim do conflito armado Fonte: Jornal El Pais de Cali (2016) | 35 |
| Figura 2. Esquema L. Fonte: Lacan (1954-55/1987)..... | 56 |
| Figura 3. Esquema R. Fonte: Lacan (1955-56/1988)..... | 56 |
| Figura 4. Tríade imaginária. Fonte: Lacan (1956-57/1995) | 58 |
| Figura 5. Esquema da falta de objeto. Fonte: Lacan (1956-57/1995)..... | 59 |
| Figura 6. Esquema alienação. Fonte: Laurent (1997) | 64 |
| Figura 7. Esquema separação. Fonte: Laurent (1997) | 65 |
| Figura 8. Esquema da união e interseção. Fonte: Soler (1997a)..... | 66 |
| Figura 9. Nó borromeano de quatro elementos com reforço no Real. Fonte: Skriabine, 2006 (citado em Guerra, 2017) | 94 |
| Figura 10. Relação entre o universal, o singular e o particular..... | 100 |
| Figura 11. Esquema da função grupo das FARC..... | 101 |
| Figura 12. Nó borromeano com amarração no registro imaginário. Fonte: Schejtman (2013). Desenho fornecido por Roberto Lopes Mendonça. | 102 |
| Figura 13. Lugares no discurso. Fonte: Lacan (1969-70/1991)..... | 115 |
| Figura 14. Discurso do mestre. Fonte: Lacan (1969-70/1991) | 116 |
| Figura 15. Os quatro discursos. Fonte: Lacan (1969-79/1991) | 116 |
| Figura 16. Discurso capitalista. Fonte: Lacan (1972)..... | 117 |
| Figura 17. Discurso da histórica. Fonte: Lacan (1969-79/1991) | 120 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| <i>Pergunta e objetivos</i> | <i>17</i> |
| <i>Estrutura da dissertação.....</i> | <i>19</i> |
| I. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS..... | 23 |
| <i>Pesquisar fenômenos sociais e políticos, quais consequências?</i> | <i>23</i> |
| <i>Pressupostos de pesquisa.....</i> | <i>26</i> |
| <i>O caminho percorrido: recortes, contingências e perguntas novas.....</i> | <i>28</i> |
| II. CONFLITO ARMADO COLOMBIANO: LEITURAS PSICANALÍTICAS SOBRE A HISTÓRIA, OS OPERADORES DO DIREITO E AS LÓGICAS DE JUSTIÇA..... | 31 |
| <i>Uma história compartilhada, várias consequências.....</i> | <i>31</i> |
| <i>Os “re” do direito e sua relação com nosso campo.....</i> | <i>41</i> |
| <i>Qual lógica sustenta as formas de justiça?</i> | <i>44</i> |
| <i>A violência como um fenômeno complexo: além da oposição violência-linguagem.....</i> | <i>48</i> |
| III. IMPASSES NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: O DANO ESTRUTURAL, O TRATAMENTO DA LINGUAGEM E A IMPOSSIBILIDADE DA REPARAÇÃO..... | 52 |
| <i>Desamparo originário como dano estrutural e necessário.....</i> | <i>52</i> |
| <i>O tratamento da linguagem: a incidência do Outro e os caminhos da falta.....</i> | <i>54</i> |
| <i>A impossibilidade da reparação: não é possível reintroduzir o objeto perdido.....</i> | <i>63</i> |
| IV. DOIS CASOS: SINGULARIDADES E ORIENTAÇÕES PARA UMA PESQUISA..... | 71 |
| <i>Revolucionário.....</i> | <i>71</i> |
| <i>Colaborador.....</i> | <i>78</i> |
| V. A FUNÇÃO GRUPO DAS FARC: QUAL TRATAMENTO AO IMPASSE DA ADOLESCÊNCIA? | 81 |
| <i>Real da puberdade e adolescência: qual crise?</i> | <i>82</i> |
| <i>A segregação como categoria.....</i> | <i>86</i> |
| <i>Abandono simbólico na adolescência.....</i> | <i>89</i> |
| <i>O encontro dos adolescentes com as FARC: suplências e amarrações.....</i> | <i>93</i> |
| <i>As FARC como Outro.....</i> | <i>103</i> |
| VI. PERMANÊNCIA E SAÍDAS DO CONFLITO ARMADO: O QUE UMA LEITURA DO LAÇO SOCIAL COMO DISCURSO APONTA PARA A REPARAÇÃO..... | 113 |
| <i>Laço social como discurso.....</i> | <i>114</i> |
| <i>A histórica e a política.....</i> | <i>119</i> |

| | |
|--|------------|
| <i>A solidão do discurso da histórica ao comando: incorporação da ideologia e permanência na lógica do conflito.</i> | 122 |
| <i>O mestre contemporâneo ao comando: uma permanência condicionada à troca.</i> | 131 |
| <i>Significação do dano.</i> | 140 |
| <i>Reparação: quais possibilidades perante a dominação discursiva?</i> | 146 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 158 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 163 |

INTRODUÇÃO

O sujeito que ingressa nas milícias armadas da Colômbia sendo adolescente e sai delas, quando jovem, é atravessado por uma trajetória de violência que o marca diante do olhar do Outro social. A grande rejeição dos *Acordos de paz*, a partir do resultado do Plebiscito de 2016, mostra que o caminho à “reinserção” e à participação nesses espaços sociais, como civis, apresentaria muitos obstáculos para esses jovens. A sede de vingança tomou o cenário político em 2016 com argumentações como “não queremos impunidade”, “esses criminais das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) devem estar na cadeia”, por exemplo.

Esse cenário de um laço social frágil gerou interesse por realizar uma pesquisa que contribuísse para o campo das produções acadêmicas sobre a subjetividade no contexto posterior aos *Acordos de paz*, assinados em 2016 entre as FARC e o Governo Nacional da Colômbia. Por trás desse interesse, existe uma trajetória de participação em pesquisas e intervenções profissionais que envolvem juventude, vínculo educativo e adolescentes que infringem leis, como também o histórico de produção importante de um Núcleo de Pesquisa (PSILACS) que já produziu reflexões sobre a desistência e as saídas do crime por adolescentes.

No momento em que começamos a planejar esta pesquisa, pensamos no que ela teria para contribuir com a reflexão psicanalítica da fragilidade do laço social que era percebida no campo social colombiano. Dentre as possibilidades conceituais e operadores que permitiriam fazer uma amarração do fenômeno social com a psicanálise, percebemos que a noção de “reparação” contida nos *Acordos* e nos manuais técnicos da justiça transicional poderia ser o elemento para esse enlace. Consideramos que a reparação, como um objetivo que se espera dos reinseridos do conflito armado, é o elemento em comum, que poderia fazer um eventual laço entre esses sujeitos que carregam a marca do “desmobilizado” e a sociedade civil.

Não apresentaremos uma pesquisa sobre a reparação deles no conflito armado como se fôssemos peritos do direito. Estamos longe de operar com o intuito de definir se “cumpre” ou “não cumpre” com a reparação. Pelo contrário, a proposta é se valer dessa categoria para produzir um saber sobre as subjetividades envolvidas com o conflito armado, subjetividades lidas a partir do olhar da psicanálise, com auxílio de outras disciplinas, como a história e o direito. Nesse sentido, consideramos que a noção de reparação não é uma noção/conceito/operador próprio da psicanálise, pelo menos, não de uma psicanálise com orientação lacaniana. Porém, para essa pesquisa, tal noção é um operador importantíssimo para o diálogo. Veremos, no final deste trabalho, que o binômio vítima-ofensor, que depois se

transforma em dano-reparação, leva consigo algumas impossibilidades de responsabilização subjetiva, pois, os sujeitos que participaram no estudo ou se colocam do lado da vítima à espera passiva de uma reparação do Estado, ou do lado do ofensor, invadidos pelo sentimento de culpa e pelo medo de retaliação cósmica. No entanto, acompanhamos de perto que o “agressor”, que tem a intenção de reparar ao outro, pode fazer um passo da reparação obrigatória à responsabilização subjetiva.

Assim, a psicanálise não sustentaria a noção de reparação a partir do binômio vítima-ofensor. Para nosso caso, tomaremos a reparação como um significante, que em conjunto com o dano, ocupa lugares e produções subjetivas particulares dentro de uma produção significativa particular. Também, desenvolvemos uma leitura sobre a forma como essa demanda de reparação, que é externa, é significada.

Pergunta e objetivos

Levando em conta o que foi exposto anteriormente, a pergunta inicial que orienta esta pesquisa é:

Como se inscreve a demanda de reparação, que vem do Outro social, em desmobilizados do conflito armado que ingressaram nas FARC na adolescência, a partir de uma leitura das configurações do laço social com o grupo armado?

O *objeto* de nosso estudo é a interpretação psicanalítica da forma como se inscreve a demanda de reparação, como expectativa dos *Acordos*, em desmobilizados das FARC que ingressaram no grupo durante a adolescência, tomando como referência as configurações do laço social, entendendo-o como discurso.

Objetivos

Geral

Identificar as implicações subjetivas da demanda de reparação, que vêm do Outro social, em desmobilizados das FARC a partir da leitura das configurações do laço social com relação ao grupo armado.

Específicos

Interrogar a partir da teoria psicanalítica a noção de dano e a ideia de reparação que é desenvolvida no direito.

Verificar em sujeitos desmobilizados do conflito armado posições subjetivas e formas de organização ao redor da experiência do conflito

Explorar, nos casos, as formas de configuração do laço social atravessadas pela experiência na organização armada, reconhecendo os elementos singulares e os elementos particulares compartilhados.

Refletir sobre as implicações subjetivas que a psicanálise vislumbra diante o dano e a reparação, como impasses e demandas do campo social.

É importante mencionar, com relação aos objetivos, que entendemos como o particular aqueles elementos subjetivos compartilhados, próprios da dimensão do laço social, que sendo subjetivos têm uma ligação com o Outro. Entendemos os elementos singulares como aqueles que são “sem equivalência” e que têm um arranjo íntimo e intransponível.

Para alcançarmos nossos objetivos, uma construção de saber sobre a subjetividade dessas pessoas precisou ser empreendida. A princípio, entendendo o contexto social e histórico no qual surge o conflito armado, a posterior assinatura dos *Acordos* e o seu impacto social, partindo de produções da história, do direito e a impressão capturada nos jornais, mas, também, com operadores psicanalíticos. Em seguida, foi importante entender como esses elementos do campo social, como dano e reparação, podem dialogar com a teoria psicanalítica. Para tanto, foi necessário revisar a forma de constituição do sujeito que propõe o campo psicanalítico.

Culminado isso, realizamos uma aproximação de campo com dois jovens que estavam imersos no conflito armado e que se encontravam cumprindo uma pena de privação de liberdade em uma prisão comum na cidade de Cali. A partir dos encontros de entrevista, realizamos uma depuração qualitativa para entendermos quais elementos correspondem a uma universalidade que respondem a categorias mais amplas, quais têm a ver com particularidades compartilhadas entre eles e quais eram elementos singulares intransponíveis, mas que poderiam ser uma fonte de formalizações inéditas.

A partir disso, foram desenvolvidas duas reflexões que apresentamos como resultados de pesquisa. A primeira sugere que o grupo armado se constitui como um Outro que permite ao sujeito constituir uma amarração, mais ou menos estável, que dá tratamento à crise da adolescência, deixando lugar a singularidades sobre a forma como essa amarração se constrói. Já a segunda indica que a forma como se organiza esse laço ao grupo na adolescência

condiciona, também, possibilidades de saídas e de permanência no conflito armado durante a vida adulta, evidenciando, dessa forma, a marca profunda que deixa o encontro com a guerra.

Algumas perguntas que motivaram nossa pesquisa serão contornadas nas páginas seguintes. Como podemos interpretar os fenômenos históricos do conflito armado colombiano fazendo uma leitura psicanalítica do laço social? Como o sujeito responde ao olhar e à marca de “bandido”, “criminoso”, “terrorista” ou simplesmente de inimigo que vem de um campo social? O que se pode dizer sobre a dimensão subjetiva da reparação que se demanda deles? Como se inscrevem o “dano” e a “reparação” como significantes e como operadores do conflito armado? Qual lugar ocupa o grupo armado, como Outro, e que possibilita para as amarrações subjetivas? Quais saídas da lógica do conflito são construídas pelos sujeitos?

Estrutura da dissertação

Ainda que este estudo tenha um recorte de objeto definido, uma vez que está relacionado a um fenômeno social com características históricas e políticas únicas, perpassa por vários elementos que mereceram especial atenção para o processo de escrita da dissertação. Tomamos as subsequentes seis seções do estudo como grandes conclusões da pesquisa que serão desenvolvidas de forma independente. Primeiramente, apresentamos uma conclusão metodológica que indica como um estudo com essas características toca em elementos da pesquisa transdisciplinar, participando de um modelo de pesquisa de fenômenos sociais que deixa consequências políticas e epistemológicas para a universidade e para o campo social, e que necessita, assim, de uma perspectiva de metodologia que tome a palavra dos sujeitos como o elemento de base para estabelecer o ponto de saturação (até qual momento é necessário a coleta de dados) e as categorias emergentes da pesquisa.

A segunda parte toma o contexto histórico e político no qual se inserem as subjetividades dos desmobilizados para indicar algumas categorias intransponíveis. A história do conflito armado colombiano é única no mundo no que se refere, por exemplo, ao fato de ser o conflito armado mais prolongado na América Latina. Propomos como hipótese que um elemento que ajudou a cristalizar o conflito armado por um tempo prolongado seria a existência de uma forclusão do cenário democrático das correntes políticas alternativas ao liberalismo econômico, produzindo um retorno, no real, da oposição política. Nessa seção, entenderemos, também, que existem vários conceitos do direito que se assemelham com a reparação e que, por isso, merecem ser explicados. Em seguida, desenvolvemos o argumento de que a justiça tradicional se sustenta sobre lógicas diferentes da justiça restaurativa, pensando nos modos de

gozo que Lacan propõe ao final de seu ensino. E, finalmente, desenvolvemos a ideia de que a violência é um fenômeno complexo que deve ser entendido além da oposição entre fala e linguagem.

Uma terceira conclusão seria conceitual. Partimos da teoria psicanalítica sobre a constituição do sujeito para dialogar com as noções de dano e reparação a partir de certos impasses da subjetividade e do inconsciente. Pensamos que o desamparo originário se apresenta como um “dano” estrutural, originário e necessário que marca a entrada no mundo da linguagem, o que implica um elemento irreversível. Entendemos também que a linguagem daria um tratamento a esse dano a partir do papel que tem o grande Outro, como bateria de significantes, existindo algumas possíveis saídas para significar a carência estrutural que implica o desamparo como a privação, a frustração e a castração que Lacan começa desenvolver em seu quarto seminário. Diante disso, cabe nos perguntar se a linguagem, enquanto tratamento do desamparo originário, tem uma função de reparação. A partir da conceituação da alienação e da separação concluímos que a constituição subjetiva mostra que a reparação tem uma impossibilidade, pois essas duas operações mostram que é impossível reintroduzir o objeto causa de desejo (*a*) de novo à cena.

A quarta conclusão indica, a partir da depuração das entrevistas, os elementos próprios para pensar a singularidade dos casos e os elementos universais e particulares, compartilhados, que fariam parte das análises das duas últimas seções. Também, explicamos como se deu a auto-nomeação nos dois casos, *Revolucionário* e *Colaborador*.

A quinta conclusão se ampara nos elementos da pesquisa teórica e da pesquisa dos casos para argumentar que as FARC proporcionam uma função de suporte subjetivo que permite ao sujeito um tratamento para o impasse da adolescência. Partimos de elaborações conceituais da adolescência como sintoma da puberdade para entender de qual crise se trata a adolescência para a psicanálise. Pensamos a segregação como uma categoria que permitiria entender a escolha pelo conflito armado que predominantemente se dá nos territórios (de extrema pobreza, desigualdade e minorias raciais) nos quais moravam *Revolucionário* e *Colaborador*. Questionamo-nos se houve alguma marca de um abandono simbólico das figuras parentais que justificaria, a modo de equação inconsciente, a entrada no conflito armado, como movimento necessário para dar tratamento a essa experiência. Continuamos as análises dos casos para entender o encontro dos adolescentes com as FARC, compreendendo que esse encontro possibilita uma troca na qual os sujeitos fazem algumas amarrações subjetivas estáveis. As

FARC ganhariam, assim, o estatuto de Outro a partir de modelos de identificação muito diversos, para *Revolucionário e Colaborador*.

Finalmente, nossa última conclusão é que a forma como se enlaçam os sujeitos com o grupo armado, a partir das cinco modalidades de discurso que propõe a teoria lacaniana, deixa efeitos estáveis que marcam as possíveis saídas e permanências no conflito armado na vida adulta. Para chegar a isso, extraímos do *Seminário 17* considerações centrais para explicar como é teorizado o laço social como discurso. Pensamos que o discurso da histórica significa, por excelência, uma entrada para ação política e subversiva na democracia contemporânea, sendo, por isso, indispensável sua ativação. Também reconhecemos que esse discurso apresenta algumas limitações e que, portanto, precisa do auxílio de outros discursos. Nessa seção entendemos que os sujeitos se vinculam de forma radicalmente diferente com a organização, culminando assim, na necessidade de desenvolver uma formalização diferente para cada caso. O caso de *Revolucionário* exige uma elaboração sobre o que acontece quando o discurso da histórica está no comando. Vimos que existe um modo de laço ao grupo que se vale da incorporação da ideologia, o que não permite dialetizar o discurso do grupo e compromete as saídas do conflito armado devido ao fato de que a desistência só é pensada quando acontece de forma coletiva, como grupo. As saídas singulares estão limitadas a esse impasse. O caso de *Colaborador* proporciona alguns elementos para pensarmos o que sucede quando o discurso do mestre contemporâneo, o discurso capitalista, está no comando. Inaugura-se uma lógica de troca na qual as FARC, como grupo, representam um provedor de benefícios que se retribuem com um saber-fazer como colaborador da organização. Nessa forma de laço participa também o discurso do mestre clássico, indicando uma dimensão da falta estrutural e da ancoragem do sujeito com ideias mais amplas. Isso possibilita que esse discurso seja “dialetizável” e que as saídas do conflito armado possam assumir roupagens singulares.

Finalmente, nessa mesma seção refletimos sobre como se inscrevem dano e reparação para os dois casos. Vimos que os sujeitos, como resposta ao discurso do direito, colocam-se ou na posição de vítima ou na posição de ofensor. Essa posição, em relação ao dano, produz algumas formas diferenciadas de lidar com a reparação. Quem se assume como vítima espera que o Estado faça ações de reparação, quem reconhece a participação no conflito como ofensor ou cúmplice desenvolve uma angústia que o leva a fazer tentativas de reparação imaginárias, como pedir perdão para apaziguar a culpa. A responsabilização subjetiva, será o elemento que permitirá desfazer essa dupla (ofensor/vítima) e introduzir outra posição para o sujeito, uma

que seja singular e que o desprenda do sentimento de culpa ou que lhe proporcione uma entrada no laço social levando em consideração a alteridade e o desejo atrelado a cada escolha. O laço social atravessa todas as esferas de análise. Portanto, pensaremos que o discurso predominante no laço social indicará os caminhos particulares para a reparação que demanda o Outro social, mas, também, para a responsabilização subjetiva. Aqui se configura uma importante contribuição da psicanálise aos estudos interdisciplinares do conflito armado colombiano, como veremos nas considerações finais.

I. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A indissociabilidade que Freud apontava na pesquisa psicanalítica, entre a teoria, a clínica e o método, implica desdobrar alguns pontos sobre a metodologia de um estudo como o nosso. Isso devido ao fato de partir de um problema de pesquisa sobre um fenômeno social e político que tenciona essa indissociabilidade e que necessita que sejam feitas algumas considerações sobre o método, a metodologia e a epistemologia que sustentam uma pesquisa, que não parte da clínica ou de algum impasse teórico-clínico.

Ademais, o método se constitui como aquilo que caracteriza uma disciplina científica particular, pois lhe dá tratamento diferenciado a seu objeto de estudo. Não é novidade que a psicanálise, por ser uma disciplina tão divergente da pesquisa científica tradicional, que toma a experimentação e a observação como pilares, seja constantemente interpelada a sustentar seu lugar na ciência e na universidade. Dissertar sobre a metodologia que orienta cada pesquisa em psicanálise não é só recomendável, mas, também, indispensável.

Abordamos a metodologia a partir de três considerações. Primeiramente, uma pontuação sobre os fundamentos metodológicos que sustentariam uma pesquisa de fenômenos sociais e políticos, como a presente, e as implicações políticas e epistemológicas dessa forma de pesquisa na universidade. Em seguida, os pressupostos metodológicos iniciais com os quais a pesquisa começou. E, finalmente, os caminhos metodológicos que foram percorridos a partir da pesquisa teórica e da construção de dois casos: quais contingências e quais novas perguntas surgiram?

Pesquisar fenômenos sociais e políticos, quais consequências?

Abordaremos essa pergunta a partir de uma problematização formalizada previamente (Moreno & Guerra, 2018) e acrescentaremos outras considerações mais recentes. Quando pensamos na pesquisa de fenômenos sociais na universidade, consideramos que ela comporta algumas tensões de caráter político e epistemológico que deixam algumas consequências.

A primeira tensão seria que o lugar da psicanálise na ciência e na universidade é, constantemente, colocado em xeque. Em consequência, a psicanálise é sempre convocada a justificar esse lugar. Freud (1933a/1976) considerava a psicanálise dentro da *Weltanschauung* (visão do mundo ou cosmovisão) da ciência tradicional da época. Ainda que a teoria de Freud tenha sido uma proposta subversiva que teria consequências posteriores importantes para o saber científico, a epistemologia freudiana guardava bastantes proximidades com a ciência que sustentava a física no século passado (Moreno & Guerra, 2018). Lacan (1964/1998) estabelece

que o acontecimento freudiano não foi bem acolhido pelas ciências tradicionais, que repudiaram a psicanálise. Posteriormente, aparece, com Lacan, o apontamento de que o método cartesiano, no qual se basearam as ciências tradicionais, ao excluir a subjetividade e ao nomeá-la, deu uma condição de possibilidade para a psicanálise e seu sujeito. De forma suplementar a Freud, Lacan (1966/1998) indica que para a psicanálise é preciso levar em conta uma especificidade que tenha em consideração o significante como algo não redutível à prescrição do sentido. Isso ajuda a entender o fato de Lacan ter se respaldado pelo recurso linguístico para formalizar uma maneira de compreender a psicanálise, a orientação lacaniana.

A leitura lacaniana permite entender que, com relação à ciência, a psicanálise tem algumas divergências. Assim, enquanto a ciência clássica aproxima saber e verdade, a psicanálise estabelece limites e impossibilidades da verdade como causa (Moreno & Guerra, 2018). Diante dessas tensões, é curioso ressaltar a relação contemporânea da psicanálise com a universidade, em especial. Ainda que Freud, e mesmo Lacan, tenham instaurado e ressaltado a condição de que a psicanálise fosse transmitida pelas escolas que atuam fora da universidade, o que se viu em alguns países, como o Brasil, nos quais a psicanálise se tornou uma vertente forte e profícua, foi seu amplo desenvolvimento no interior da estrutura universitária que permitiu outros caminhos para ela dentro do saber acadêmico. O consenso em torno do fato de que a psicanálise prescindia da universidade para ser transmitida, não impediu que ela encontrasse nesta estrutura um fértil espaço de proliferação, o que renovou as questões sobre seu ensino e transmissão.

Assim, quando se realiza pesquisa de fenômenos sociais com uma abordagem psicanalítica encontramos outro impasse. Freud (1919/1976), e Lacan, posteriormente, anunciaram a coerência da psicanálise para sustentar seu atuar a partir da indissociabilidade de teoria, método e clínica. Indissociabilidade essa que acarreta ao fato de que os três cenários da psicanálise estão implicados na pesquisa. Quando desenvolvemos uma pesquisa que não parte de um cenário clínico, exige-se do pesquisador justificar o estatuto da pesquisa dentro da abordagem psicanalítica, pois o critério “da clínica” estaria, aparentemente, excluído nessa forma de pesquisa.

Porém, como vemos com Freud (1919/1976), e com Moreira (2010), a psicanálise não está restringida, exclusivamente, aos fenômenos da clínica. Um exemplo de abordagem freudiana de fenômenos sociais foi o discutido em *Psicologia dos grupos e análise do eu* de 1921 (Moreira, 2010). Sendo, inclusive, possível pensar em pesquisas fundamentadas nos

conceitos da psicanálise sem que os pesquisadores sejam, necessariamente, psicanalistas (Moreira, 2010).

Dessa forma, como Freud (1933b/1976) argumentou, o psicanalista não consegue retirar seus óculos de psicanalista de forma seletiva. Nesse sentido, uma modalidade de pesquisa psicanalítica (seja de fenômenos sociais, clínica, teórica, em interface com a arte, ou com a filosofia), sustentada na perspectiva do sujeito do inconsciente, implica que o objeto de estudo que se constrói deve conseguir enxergar esse sujeito a partir da tríade que o constitui: inconsciente-corpo-linguagem (Moreno & Guerra, 2018). Além disso, o inconsciente está presente, também, fora da experiência de análise e nas mais diversas manifestações humanas, culturais e sociais (Rosa, 2014).

Nesse sentido, quando se toma a perspectiva inconsciente na centralidade da pesquisa orientada pela psicanálise, podemos dizer que ela poderá ser aplicada a fenômenos de diferentes estatutos, sem que, com isso, perca sua lógica epistemológica, metodológica ou clínica. O objeto de estudo psicanalítico não é construído de forma prescritiva, pois é construído na e pela transferência (Rosa, 2014), seja ela tomada na relação analista-paciente, na relação psicanalista-teoria ou ainda na relação psicanalista/analista-objeto/analizado.

Sendo assim, a ideia de categorias emergentes de pesquisa cobra sentido, pois é a partir da interação com o sujeito que se produzem as categorias de análise a partir do ponto de saturação do trabalho de campo que indica o momento de parar com as entrevistas (Gallo & Ramírez, 2012). E essa interação que se produz nos encontros de pesquisa não é neutra. Pelo contrário, ela deixa consequências e carrega em si própria uma intervenção. Dessa escuta não se sai isento, escuta-se de um lugar que rompe barreiras de um sujeito indicado a partir de seus predicados (Rosa, 2014).

Essa modalidade de pesquisa adquire, assim, um tom político e subversivo (Rosa, 2014). A partir de uma leitura do laço social em Lacan, que será desdobrada *a posteriori* também neste trabalho, considera-se que a pesquisa de fenômenos sociais na Universidade subverte as lógicas do laço social na universidade, nas instituições de psicanálise e no campo social, o que implica uma potencialidade política nessa forma de pesquisa (Moreno & Guerra, 2018). Sobre a universidade, alteram-se suas lógicas, gerando um furo no saber total que visa a universidade, diferencia-se o saber da verdade e se coloca em xeque os limites dos métodos científicos universais (Moreno & Guerra, 2018). No campo da psicanálise e das instituições de origem do psicanalista, gera-se a possibilidade de sair da psicanálise e retornar com um saber

que permita o “progresso” e a abertura da psicanálise para as questões do mundo e da cidade. Acontecimento este, já experienciado por Freud, quando fez sua reflexão sobre os fenômenos de massa ou quando se utilizou da antropologia para propor o mito fundador da civilização em *Totem e tabu* (Moreno & Guerra, 2018). Além disso, os psicanalistas estariam abertos à crítica sobre suas instituições de origem (Neto, 2010). As lógicas discursivas do campo social também seriam potencialmente alteradas por essa forma de pesquisa, pois se revela algo do sintoma social e da falência do discurso capitalista de fazer laço social (Rosa, 2014; Moreno & Guerra, 2018).

Vemos, então, que a pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais é uma condição possível como forma de abordagem dentro da psicanálise. Pois não se abre mão da indissociabilidade entre clínica, teoria e método. O olhar clínico sempre visa fazer uma leitura do sujeito atravessado pelo inconsciente, ainda quando se esteja por fora de uma experiência de análise. Essa modalidade de pesquisa, ao mesmo tempo, suporta uma potencialidade política de subversão de lógicas de dominação ao se produzir um encontro tão diverso e único entre campo social, psicanalistas, e suas instituições de origem, e a universidade.

Pressupostos de pesquisa.

A pesquisa começou com uma pergunta formulada, inicialmente, a partir de uma preocupação por um fenômeno do campo social. Em princípio, o interesse era identificar a leitura psicanalítica sobre as condições para uma reparação subjetiva em reinseridos dos grupos armados da Colômbia e em adolescentes desistentes do crime urbano no Brasil. Esperava-se responder essa pergunta fazendo uma leitura da configuração do laço social desses dois grupos. Porém, o percurso do mestrado permitiu dar um tratamento psicanalítico a essa pergunta inicial pela “reparação” subjetiva. Isso deslocou as questões de pesquisa de serem exclusivas do campo social e permitiu questionar a diferenciação tão clara entre vítima e ofensor que produz o direito. Introduziu-se a perspectiva do sujeito do inconsciente, o que permitiu focar “dano” e “reparação” como engodos para um tratamento conceitual via psicanálise. Esses dois termos do direito foram tomados como significantes que operariam não somente dos reinseridos às vítimas em uma ação da justiça transicional, mas, também, como significantes que estariam em relação a outros significantes do sujeito, revelando sua incidência subjetiva e singular.

Nossa pesquisa, por tratar de uma noção que não é própria da psicanálise, precisou de um componente de pesquisa bibliográfica importante para realizar um diálogo com o direito. Esperava-se uma pesquisa teórica sobre os conceitos psicanalíticos que teriam ressonância com

as noções de dano e reparação. E foi preciso, então, fazer uso da pesquisa teórica para conseguir esse objetivo.

Inicialmente, estabeleceu-se que seria importante empregar como *métodos* a *conversação psicanalítica* num primeiro momento, e depois a *entrevista aberta* em profundidade. A *análise dos dados* descrita seguiria os moldes da análise de discurso, porque, como expressa Guerra e Neto (2012), toda fala remete a um campo da linguagem e essa linguagem se organiza em forma de discurso. As contingências da pesquisa impossibilitaram o primeiro componente de conversação psicanalítica. Contudo, foi possível realizar entrevistas abertas e uma análise de dados tomando os moldes da leitura psicanalítica do discurso e das falas, como veremos no final dessa seção.

O primeiro recorte proposto foi o de realizar entrevistas com, pelo menos, dois adolescentes que fizeram parte de grupos armados da Colômbia ou que, sendo adultos, participaram durante a adolescência do conflito armado e que estivessem participando ou que já tenham participado de alguma medida socioeducativa ou de reintegração. Além desses, as entrevistas aconteceriam também com outros dois adolescentes que tenham participado de alguma medida socioeducativa por algum ato infracional relacionado com violência urbana no Brasil ou que abandonaram o crime por outros motivos.

Na banca de qualificação foi ressaltada a necessidade de fazer um recorte de objeto mais específico, pois o conflito armado da Colômbia e as dinâmicas do tráfico do Brasil, ainda que tivessem pontos de encontro, tinham vertentes de análise muito diversas que poderiam constituir um obstáculo para desenvolver uma pesquisa de mestrado. Nesse sentido, escolhemos trabalhar sobre o fenômeno da desistência e o laço social com reinseridos das FARC na Colômbia.

Não partimos de categorias de análise prescritas. Desde o início consideramos que iam se constituir a partir do trabalho de campo os primeiros âmbitos de análise da pesquisa, que seriam, conseqüentemente, os capítulos da dissertação. A nomeação de “âmbitos de análise”, e menos de categorias de análise, é dada pela dificuldade de categorizar, em psicanálise. Especialmente se pensarmos no método de chave e da experiência próprios da psicanálise, que se distanciam do método de catálogo e de classificação (Lacan, 1962-63/2004).

Em conseqüência, como expressam Gallo e Ramirez (2012), as *categorias emergentes* em uma pesquisa, que em nosso caso respondem mais a âmbitos não excludentes com entrelaçamentos e complexidades, são o conteúdo que se extrai de sublinhar, nos casos,

aspectos que chamam a atenção do pesquisador sobre o objeto de estudo e que têm um lugar particular na fala do sujeito. Gallo e Ramirez (2012) descrevem que as categorias emergem a partir de um “ponto de saturação” que indica o estabelecimento de uma variável fixa apesar da mudança do tamanho da amostra: por mais entrevistas que sejam feitas, sempre se chega, tentativamente, ao mesmo ponto.

Mas, a psicanálise aponta, além disso, para os signos do gozo (o prazer ignorado pelo mesmo sujeito, nas palavras de Gallo e Ramírez, 2012) e é a partir disso que se constituem as categorias emergentes. Por isso, os âmbitos de análise da pesquisa e a estrutura mesma da dissertação só foram estabelecidos depois do encontro com a fala dos sujeitos e com os elementos cruciais que emergiram e que são comuns, radicalmente singulares ou interessantes para ressaltar no que concerne ao nosso objeto. Nas seguintes linhas explicamos esse processo.

O caminho percorrido: recortes, contingências e perguntas novas.

A escolha pelos sujeitos reinseridos da Colômbia, como participantes exclusivos do estudo, foi produto das interpelações e colocações de uma banca de qualificação. É importante indicar que a banca de qualificação questionou se seria indispensável fazer trabalho de campo com entrevistas. Sustentamos a escolha pelo trabalho de campo, devido ao fato de que um dos objetivos do trabalho era, além de oferecer leituras teóricas do fenômeno social estudado, conseguir que a experiência subjetiva de pessoas desmobilizadas do conflito armado convocasse a construir novas respostas e desenvolvimentos da teoria. O que aconteceu com os casos evidencia que esse contato oferece algo que vai além do exemplo ou da ilustração da teoria. Com a construção dos casos conseguimos trazer novas formulações conceituais para um fenômeno social e político tão complexo e particular como a subjetividade de pessoas desmobilizadas do conflito armado colombiano.

A impossibilidade de estabelecer diretamente o contato com esses sujeitos, devido à dificuldade de viajar para a Colômbia e de ingressar nas instituições onde eles estariam acolhidos, significou um impasse para a pesquisa que precisou de uma saída alternativa. Foi considerada a opção de um terceiro realizar as entrevistas na Colômbia, enquanto se construía o caso a partir de um intercâmbio constante de supervisão após cada entrevista. Pensou-se que, primeiro, poderia se estabelecer um contato com membros de organizações que deram acolhimento a essas pessoas e estabelecer intercâmbios que permitissem os elementos para a construção dos casos. Esse intercâmbio foi barrado pelas próprias instituições, devido ao fato de que, ainda que tivéssemos a possibilidade de estar na Colômbia, as instituições desse tipo

têm práticas de reserva e sigilo para o contato com os desmobilizados. Isso acontece, principalmente, pelas constantes ameaças que os desmobilizados sofrem e pela necessidade da instituição de só oferecer contatos indispensáveis, que se restringem às pessoas que pertencem à instituição ou aos familiares.

Devido a redes de colegas, foi possível entrar em contato com uma funcionária de uma prisão que também era estudante de último ano de psicologia e que tinha um interesse acadêmico e investigativo na “adaptação”, nas suas palavras, dos desmobilizados do conflito armado. Depois de algumas conversações e acordos foi possível estabelecer uma dinâmica de trabalho com essa pessoa, que, sem ser propriamente da área da psicanálise, conseguiu realizar aportes valiosos na relação que estabeleceu com os dois participantes do estudo.

Construímos dados inéditos com o corpo, a voz e presença de um outro. Isso implicou um tratamento metodológico que pudesse orientar os encontros de entrevistas ligados ao problema de pesquisa. Para cada encontro realizado, ouviam-se os áudios aqui no Brasil e se estabelecia uma retroalimentação que constituía as orientações para os encontros seguintes. Ouvir os áudios da entrevista diretamente permitiu estarmos atentos não somente ao conteúdo do sentido que se elaborava sobre os casos, mas, também, aos silêncios, ao tom das palavras e a alguns afetos que apareceram nas entrevistas.

Os encontros de orientação para analisar as primeiras entrevistas do primeiro caso contribuíram para estabelecer momentos lógicos na coleta de dados para a pergunta de pesquisa. Nos deparamos com um primeiro momento lógico que foi de *fala livre*, no qual se colocaram questões sobre a história de vida e sobre a trajetória pessoal. Esse momento permitiu a constituição de algumas perguntas mais específicas sobre a pesquisa e de perguntas que levaram em consideração os elementos subjetivos de cada caso. Assim, o segundo momento correspondeu a questões da *singularidade do caso*, no qual existiu um aprofundamento nas questões dessa história de vida narrada desde o primeiro momento e que permitiram reconhecer posições subjetivas singulares. Em seguida, foi necessário dedicar um momento para pensar a *função e não função do grupo* das FARC, momento que permitiria entender qual foi a função subjetiva do grupo no período adolescente para constituir o insumo para a pergunta pelo laço social. Finalmente, os significantes de *dano e reparação* foram trazidos para o espaço das entrevistas, tentando identificar como esses dois significantes tinham ancoragem para o sujeito, representando, portanto, uma posição na qual ele recai como objeto do dano e da reparação e como agente da mesma. Para preservar o tom e a singularidade da produção subjetiva durante

as entrevistas, os trechos da fala dos sujeitos e as vinhetas são apresentados no idioma original da entrevista - em espanhol - com notas de rodapé com a respectiva tradução ao português.

As análises se organizaram a partir desses momentos lógicos das entrevistas. Porém, visando fazer dialogar os dois casos, organizou-se uma estrutura de apresentação dos casos que inicia com a história de vida de cada um e que analisa os elementos singulares de cada caso que estariam por fora da construção das análises mais amplas da pesquisa. Posteriormente, foram elaborados dois capítulos que retomaram as elaborações subjetivas das entrevistas e os resultados da pesquisa teórica. Por fim, essas análises propiciaram uma reflexão sobre a função grupo das FARC em relação aos discursos como laço social e sobre as incidências disso para a significação da reparação.

A dissertação se organizou a partir dos resultados, tentando mostrar o percurso metodológico empregado. Por causa disso, como falamos na introdução, a dissertação se organizou em conclusões amplas da pesquisa. Cada seção é uma conclusão de uma natureza diferente. A partir da conclusão metodológica que acabamos de pontuar, iremos do mais geral e constitutivo da pesquisa ao mais singular e inédito. Ou seja, a metodologia foi o ponto de partida e nossa primeira entrada na abordagem que fizemos. Entraremos a pensar qual leitura psicanalítica é possível para os fenômenos históricos e políticos do conflito armado colombiano para passar aos impasses teóricos que foram importantes para fazer uma leitura de dano e reparação. Desembocaremos, no final, na leitura dos casos e da teoria que permita fazer um tratamento aos pressupostos, perguntas e hipóteses de pesquisa.

II. CONFLITO ARMADO COLOMBIANO: LEITURAS PSICANALÍTICAS SOBRE A HISTÓRIA, OS OPERADORES DO DIREITO E AS LÓGICAS DE JUSTIÇA.

As marcas da violência na Colômbia têm múltiplas faces. Existe, predominantemente, uma violência associada ao narcotráfico que já foi bastante retratada e explorada pela mídia e pelas produções audiovisuais. Uma das caras da violência colombiana é a alta presença de violência urbana, na qual estão implicados adolescentes pobres e periféricos. Porém, o que produziu o interesse para pensar a demanda de reparação para o sujeito que se desvincula das organizações armadas é o efeito da violência do conflito armado na Colômbia. A subjetividade da época no horizonte da psicanálise, como indicava Lacan (1953/1998), é indispensável para uma prática psicanalítica, portanto, para uma pesquisa. Consideramos importante, então, detornar em algumas análises históricas, partindo de uma perspectiva psicanalítica, com o auxílio de leituras psicossociais. Assim, é possível compreender as ressonâncias subjetivas dos eventos históricos que deram como resultado o conflito armado na Colômbia e seu posterior *Proceso de Paz*. Visamos levar em consideração a subjetividade da época, e das épocas, que foram atravessadas pelo conflito.

Esta seção se divide em três momentos. Nesse sentido, no primeiro, faremos um pequeno percurso histórico da violência colombiana e seu conflito armado em quatro momentos: o período de “La Violencia”, na primeira metade do século XX; a consolidação de uma lógica de inimigos entre as FARC, como grupo armado inimigo do Estado, o Governo e os Paramilitares; a construção imaginária das FARC como inimigo absoluto por parte do governo da Colômbia até 2010; e os impasses políticos e no imaginário coletivo da assinatura dos *Acordos de Paz* em 2016. Em um segundo momento, contemplamos a importância de estabelecer uma leitura dos conceitos de dano e reparação do direito para pensar quais lógicas sustentam a justiça tradicional e a justiça restaurativa. E propomos, no final, uma leitura crítica do conceito de violência, que permita deslocar as categorias e nomeações que o direito cria e fazer uma leitura própria da psicanálise.

Uma história compartilhada, várias consequências.

A genealogia da violência contemporânea da Colômbia data do final da década de 1940, período que se caracterizou pela explosão da violência política entre os partidos Liberal e Conservador, meses antes e após o assassinato, em 09 de abril de 1948, do candidato liberal Jorge Eliécer Gaitán. Ele representava um projeto de governo focado na justiça social e na redistribuição da riqueza, e significava uma ruptura com os governos anteriores liderados pelas

famílias de elite da Colômbia. Esse período é conhecido como “La Violencia” (A violência) e significou o deslocamento dessa violência que aconteceu na política de uma urbe em crescimento, como Bogotá, à população rural, que, finalmente, sofreu as consequências desse primeiro enfrentamento político entre “Liberales” e “Conservadores” (Schuster, 2010).

Segundo Schuster (2010), não existe um tratamento de memória histórica sobre esse período que permitisse uma transmissão de sentido do acontecido. Existiria, assim, uma não representação do período de “La Violencia” no imaginário coletivo, omissão que serviu a interesses das forças políticas da época (Schuster, 2010). Esse período compreende os anos de 1946 até 1964.

Em 1964, a história teve um giro importante com o nascimento das FARC em Marquetalia. Esse pequeno conglomerado de pessoas era um território de uma vila do município de Gaitania, considerado como um núcleo de resistência política diante da hegemonia bipartidarista. Foi denominado pelo Governo como uma das *Repúblicas Independistas* nas quais o Estado tinha perdido quase todo o controle e acesso. Esta vila convocava um número importante de camponeses que se negavam a entrar nas lógicas do mercado dominante e criaram meios de produção autônomos (Olave, 2013). Devido ao fato de ser considerada como uma ameaça para ordem pública pelo presidente da época, em maio de 1964, a população é bombardeada pelo exército colombiano deixando aproximadamente 15 mortos. A partir desse momento, 48 homens dessa população fundam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) como resposta a este ataque, e configura-se, como diz Olave (2013), o *mito fundacional das FARC*, que condensa, simbolicamente, a luta política da época e que serve como referente para justificar o acionar bélico das FARC a partir desse momento. Como apontam Angarita et al (2015) e Ramírez (2017), o Estado se configura para as FARC-EP como um inimigo necessário para sua fundação e sua razão de ser.

Essa e outras guerrilhas se multiplicaram com o passar dos anos e tiveram, a partir da década de 1980, protagonismo em um conflito armado em grande escala, no qual interveio, posteriormente, o narcotráfico como meio de financiamento. Para Angarita et al (2015), os “insurgentes” como as FARC se apresentam sobre a face de um inimigo necessário para os paramilitares (o terceiro ator no conflito armado), dado o papel que ocupam na configuração identitária do ator armado.

Diante da consolidação das FARC como grupo armado insurgente que praticava a extorsão, sequestrava e recrutava a população rural para os fins bélicos de sua causa, surgiram,

como resposta, as *Autodefesas Unidas de Colômbia* (AUC) que são grupos Paramilitares¹, organizados por camponeses assediados pelas FARC-EP e alinhados aos interesses do Estado. O objetivo desses grupos foi combater as guerrilhas para restabelecer uma ordem “inicial”. As FARC-EP se constituem, agora, como um inimigo necessário e compartilhado para as AUC e o Estado (Angarita et al, 2015; Ramírez, 2017). Eles também utilizaram o narcotráfico como meio de financiamento e sua atuação teve uma marca bélica inesquecível.

O discurso de um dos líderes mais importantes das AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), que foi o maior grupo dos Paramilitares, mostra um paradoxo: ao mesmo tempo que os insurgentes são declarados inimigos que mereciam ser destruídos, existe a necessidade estrutural de conservar a inimizade para assegurar a própria existência como grupo (Angarita et al, 2015). A inimizade sustenta, assim, a unidade e a coesão do grupo.

Na construção do inimigo, por parte dos paramilitares, aparece uma narrativa de uma vida idílica e harmoniosa que foi alterada, na sua ordem, com a chegada das forças do Estado e das guerrilhas (Angarita et al, 2015). A semente que deu origem à inimizade foi o sentimento particular de ódio e vingança nos paramilitares, que se expressou na realização de massacres pelo país inteiro. Eles se consideram, dentro da dinâmica da guerra, vítimas da guerra e menos perpetradores da mesma (Angarita et al, 2015).

Angarita et al (2015) apontam um heroísmo presente no discurso dos paramilitares, que são colocados como agentes de liberdade da nação e do povo da Colômbia. Esse exercício demandou que fosse realizada uma qualificação do inimigo, nesse caso as FARC, como desumanos, violentos e terroristas, vinculados com o sombrio e o desconhecido.

Existem divergências a respeito do apoio do Estado para o nascimento das autodefesas paramilitares. Em uma primeira narrativa, a denúncia de que o Estado impulsou as autodefesas foi vista como uma tentativa de desprestígio das FARC e negada pelo grupo paramilitar. Em uma segunda narrativa, recente, a partir da negociação dos Paramilitares com o governo de Uribe Velez, o Estado é denunciado pelas autodefesas de ser responsável pelo surgimento dos Paramilitares (Angarita et al, 2015). As narrativas modificam as descrições de identidade do grupo armado. Na primeira narrativa, os paramilitares aparecem como heróis da pátria que

1 A denominação de grupos paramilitares tem origem no fato desses grupos armados cumprir objetivos que seriam os dos militares: acabar com a insurgência guerrilheira e restabelecer uma ordem perdida. Além disso, o nome se deve ao fato de ter uma estrutura parecida com a militar. No Brasil, a figura das “Milícias” seria análoga à dos paramilitares.

lutam contra insurgentes malvados e, na segunda, são simples recrutas e trabalhadores terceirizados do Estado (Angarita et al, 2015).

Sobre essas relações de inimizade entre FARC, paramilitares e Estado, Angarita et al (2015) apontam que entre os anos de 1998 a 2010 a construção do inimigo político, o adversário político com o qual se pode dialogar, cedeu seu lugar à construção do inimigo absoluto, aquele que é preciso destruir sob qualquer condição. Isso explica, para os autores, a crueldade do conflito armado colombiano e as dificuldades de conseguir o fim da guerra. Seja esse fim por meio de uma submissão militar do inimigo ou por meio do diálogo e da assinatura de acordos. Situação que fica agravada pela ruptura da tentativa de diálogos do Caguán no começo do século XXI, quando as FARC abandonam a mesa de negociação. Essa ruptura e a posterior postura do presidente entrante, Álvaro Uribe Vélez, que começou a usar a narrativa das FARC como “terroristas”, cristalizou a posição das FARC como amigo absoluto do Governo. A população e a opinião pública, na sua maioria, foram contagiadas por essa narrativa de ódio e extermínio que simplificou o saber popular do conflito armado.

Na história recente, o elemento de análise mais importante é a assinatura dos *Acordos de Paz* entre as FARC e o Governo Nacional. No ano de 2016 aconteceu um fato histórico paradigmático. Houve muitas tentativas de se conseguir um acordo de paz entre o Estado e as FARC, todas sem sucesso até 2016. Chama especial atenção a tentativa de negociação entre 1999 e 2002, quando as FARC-EP abandonaram a mesa de negociação, como mencionamos acima com os diálogos do Caguán. Em 2007, as AUC firmaram um pacto com o governo da época. Mas ainda assim, existem grupos paramilitares com uma agenda bélica na zona urbana e rural.

A partir de 2012 começaram as negociações entre o governo de Juan Manuel Santos e as FARC-EP para realizar um acordo que permitisse estabelecer uma paz “estável e durável” (*Acordos de Paz da Colômbia*, 2016). Os *Acordos* foram pactuados em agosto de 2016 e se submeteram à votação através de um plebiscito, no dia 2 de outubro de 2016. Nessa votação, os colombianos tinham que responder *Sim* ou *Não* à seguinte pergunta: “Você apoia o acordo final para a terminação do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?” Para surpresa do Governo, dos grupos que apoiavam os acordos e da comunidade internacional, o resultado foi de 6.431.376 (50,21%) pessoas que apoiaram o “Não” e um 6.637.482 (49,78%) que apoiaram o “Sim” (Registradora Nacional de Colômbia, 2016).

Ainda com uma votação estreita, o resultado mostra uma impossibilidade da maioria da população civil para confiar à justiça transicional a resolução do conflito armado com as FARC. Ao mesmo tempo, evidenciou-se uma rejeição à reinserção de guerrilheiros na vida civil, algo que diz da fragilidade do laço social para dar tratamento ao perdão. Como menciona Javier Lafuente do jornal “El País” de Cali, a maioria das pessoas entrevistadas que afirmaram que votaram pelo “Não” expressaram que não estavam de acordo com que os ex-combatentes participassem no futuro da vida política, que mereciam pagar prisão e que não apoiavam as ajudas financeiras que eles receberiam durante o processo de reinserção (Lafuente, 2016). Muitas das justificativas das pessoas que votaram pelo “Não” não correspondiam com o que está escrito na proposta dos *Acordos*, como, por exemplo, acreditar que os *Acordos* iam impor a mal chamada “Ideologia de género”. Isso foi denominado pela mídia alternativa como a campanha do “Não” (Lafuente, 2016). Na seguinte comparativa, aparece o resultado geral do plebiscito entre os departamentos (divisões administrativas equivalentes aos estados) que votaram, pelo “Sim” ou pelo “Não” no plebiscito.

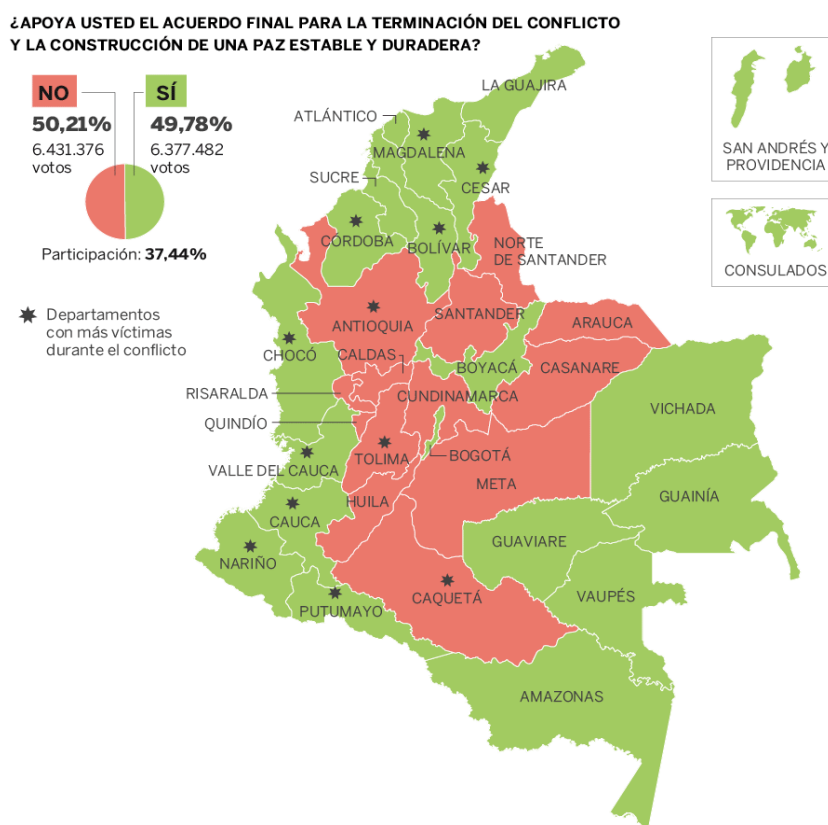


Figura 1. Mapa do resultado do plebiscito de 2016 para o fim do conflito armado

Fonte: Jornal El País de Cali (2016)

No gráfico anterior aparece desenhada uma particularidade que merece ser levada em consideração. Do total de departamentos que mais aportaram vítimas ao conflito armado, três deles (Tolima, Caquetá e Antioquia que representam o 25%) votaram contra os *Acordos*. Pelo contrário, nos outros nove departamentos desse grupo (Putumayo, Nariño, Cauca, Valle del Cauca, Chocó, Córdoba, Bolívar, Cesar e Magdalena, o 75%) ganhou o “Sim”. Fazendo uma análise geral, encontramos que as cidades da região central, onde se concentra a maior parte da população urbana e onde o conflito armado deixou menos sequelas, foram aquelas nas quais ganhou o “Não”, diferente das regiões que contornam o território nacional e que se caracterizam por serem as que sofreram as mais terríveis consequências do conflito, nas quais ganhou o “Sim” (El País, 2016).

Parece que aqueles, em sua grande maioria, que sofreram as consequências diretas do conflito a partir de um encontro com o real da guerra, incidindo traumáticamente no corpo, decidiram pelo “Sim” para finalizar a guerra, baseando-se numa tentativa de fazer um corte com o traumático, movimentados pela angústia e pelo sofrimento dos acontecimentos vivenciados por eles ou por aqueles que estavam mais perto. Ao contrário, aqueles cujo encontro com o conflito armado foi dado por meio de uma produção discursiva do conteúdo da mídia e das redes sociais, basearam-se numa consistência imaginária dada ao inimigo (FARC) e às impossibilidades de concebê-lo na vida civil a partir de uma alternativa de tratamento jurídico de seus atos bélicos. O tratamento imaginário do inimigo dos espectadores do conflito armado pesou mais do que a tentativa, de uma população traumatizada pelo encontro com o real da guerra, de fazer um corte. Como já foi estudado por alguns autores da psicanálise e das ciências sociais, o inimigo no conflito armado colombiano foi constituído discursivamente, especialmente desde 1998 até 2010, e adquiriu uma consistência imaginária, seja como inimigo necessário, que dá sentido à experiência do sujeito e ao mito fundacional da milícia; ou absoluto, que é inumano e “merece” morrer (Angarita, 2015; Ramírez, 2017).

Acreditamos que a violência armada colombiana está movimentada, especialmente, por um protagonismo da ressonância subjetiva do registro imaginário, o que se verifica nos resultados do Plebiscito. A consistência imaginária que sustenta os medos sobre o “Outro” da política, representado nas figuras do “comunista tirânico” ou do “guerrilheiro”, sustenta a violência política até hoje. Ainda não aconteceu um evento histórico que consiga marcar uma pauta no real do conflito e que possibilite uma mudança de posições subjetivas no coletivo.

É importante mencionar a história que esteve por trás do triunfo da oposição aos *Acordos*, porque foi precisamente a preocupação pela fragilidade do laço social, em relação aos desmobilizados, o que motivou esta pesquisa, formulada antes mesmo do resultado do Plebiscito. O questionável não é a oposição diante dos acordos, pois a decisão final foi própria do exercício da democracia. Trata-se mais de se pensar de que maneira foi mobilizada a oposição: acudindo a indignação e o sentimento de vingança, negando a possibilidade de discutir por meio da palavra o que estava escrito nos *Acordos*; e auxiliando, ainda, a difusão, sem censura, de informação não confirmada (20minutos, 2016; Gómez, 2017). Esse ponto mostra as dificuldades do laço social para conceber um lugar na sociedade para os desmobilizados. O panorama é um pouco desolador.

Hoje em dia, os acordos estão caminhando, com muitos tropeços, mas têm deixado consequências importantes, como uma redução significativa de mortos por causa da guerra e a redução de menores de idade recrutados para o conflito no último ano. O resultado do plebiscito de 2016 teve, como consequência, uma conversa entre os opositores do “Não” e o Governo Nacional passado, conseguindo modificar alguns pontos dos *Acordos*. Porém, foi revelador de uma impossibilidade de grande parte da população de poder acolher o processo de paz, comprometendo as garantias para os desmobilizados de participar do campo social como cívicos. De fato, a predominância da questão imaginária dos inimigos explica a indiferença diante da morte de lideranças de esquerda, somando desde dezembro de 2016 até agosto de 2018 um total de 295 líderes sociais assassinados (El Tiempo, 2018a). Só no ano de 2018 foram assassinados 124. Estes últimos sem nenhuma relação com as FARC. Entretanto, os desmobilizados das FARC também são vítimas. Segundo os dados, desde novembro de 2016 até agosto de 2018, 80 desmobilizados das FARC e 18 de seus familiares foram assassinados após a entrega das armas (El Tiempo, 2018b).

O que podemos dizer sobre o fato de que, historicamente existe, ainda, um extermínio sistemático da militância política com uma corrente ideológica crítica do modelo neoliberal (para alguns, de esquerda) na Colômbia? Extermínio que coincide com a inexistência de participação importante desses grupos na democracia no governo executivo e legislativo².

No *Seminário XXI*, Lacan (1974) relaciona o Nome-do-Pai com o amor, questionando, também, como se produz esse Nome. A mãe, que encarna o Outro, ou na qual o Outro se

2 Colômbia é o único país latino-americano sem nenhum presidente na história que possa ser identificado com ideologia comunista, socialista ou social-democrática.

encarna, fala e encarna a voz pela qual a palavra se transmite e é “reduzida a transmitir esse nome (“nom” em francês) por um não (non), justamente o não que diz o pai, o que nos introduz no fundamento da negação” (p. 180). Negação essa que termina formando um círculo no mundo que, ao definir alguma essência da natureza humana, lança fora o todo. Ou seja, “todo homem” não pode confessar seu gozo, sua essência fálica, que não chega senão ao se fundar sobre a exceção, do pai que diz “não a essa essência” (Lacan, 1974, p. 180). O Nome-do-Pai é o que possibilita, assim, o exercício do amor. Mas, Lacan adverte algo que acontece na época contemporânea: “curiosamente a perda, a perda do que se suportaria na dimensão do amor, se é efetivamente não a que eu digo – eu não posso dizê-la – a esse Nome do pai se substitui uma função que não é outra que a de nomear-para”. (Lacan, 1974, p.181). No caso do nomear-para é a mãe sozinha que designa esse traçado.

Em consequência, é estranho que o social assuma uma prevalência de nó. “Ele mantém esse poder de nomear-para a ponto que depois de tudo, se restitua com ele uma ordem, uma ordem que é de ferro” (Lacan, 1974, p.181). Lacan (1974) acrescenta que aí existe um retorno do Nome-do-pai no real, enquanto ele está foracluído (*verwerfung*). Ao ser essa foraclusão o princípio da loucura mesma, Lacan (1974) se pergunta se esse “nomear-para qualquer coisa” seria o signo de uma degeneração catastrófica.

Lembremos que para Lacan (1955-56/1988) a foraclusão, como mecanismo análogo à rejeição (*Verwerfung*) de Freud implica uma rejeição ou expulsão da castração. A rejeição proposta por Lacan, desde o *Seminário III*, sobre a psicose retoma o mecanismo de Freud de *verwerfung*, para delimitar a diferença dele com a repressão (Fonseca, 2014). O anterior indica uma distância entre neurose e psicose. A foraclusão representa a defesa possível para o sujeito em oposição ao choque traumático, implicando uma rejeição categórica e definitiva (Fonseca, 2014).

Isso implica que ao ser foracluído algo doloroso se produz, uma lacuna psíquica vazia de significações. A foraclusão, pensada na incidência que tem na estruturação subjetiva da psicose, é um mecanismo que faz com que os elementos dolorosos se reagrupem “para fora” (Fonseca, 2014). Nesse sentido, esse dentro/fora próprio da foraclusão, que marca o surgimento dos fenômenos elementares, evidencia uma falha do simbólico que rejeita para o real aquilo que não conseguiu ser articulado. É assim que se articula a ideia de que “o que foi foracluído do simbólico retorna no real” (Lacan, 1955-56/1988).

Existe, em consequência, um mecanismo que opera por um retorno no real daquilo que foi foracluído do registro simbólico. Foraclusão que implica um retorno pelas vias mortíferas do sem sentido e da violência. Seria possível pensarmos que esse mecanismo de estruturação subjetiva possa lançar luzes sobre o paradoxo político, que mencionamos acima, no qual há uma coexistência, por um lado, de ações sistemáticas de exclusão e extermínio de uma vertente política pontual do campo da democracia e, por outro, da consolidação de uma guerrilha de orientação comunista que se constitui como a mais antiga do mundo?

Pensamos que assim como esses mecanismos que estruturam o psiquismo, tais como foraclusão, desmentido e recalque, conseguem explicar algo do funcionamento da estrutura, eles poderiam servir como lentes de leitura para o político. Se a foraclusão é o retorno no real do que foi foracluído do simbólico, então, é aceitável lançar a hipótese de que existiria um processo análogo à foraclusão, no qual há uma rejeição histórica das propostas políticas que poderíamos denominar em avesso à ideologia liberal e neoliberal, que começou em 1948 com a morte de Galán e que continua operando na forma de extermínio de lideranças sociais. Essa operação produziu uma foraclusão dessa vertente política do campo simbólico, pois se extinguiu a possibilidade de testar essas hipóteses de projetos de sociedade a partir da representação democrática. A manifestação dessa foraclusão foi o extermínio, a perseguição e o bloqueio democrático dos representantes desses projetos.

Aquilo que foi foracluído retorna no real na forma de mortes, guerras, sequestros e tentativas de dominação que não atravessam a lógica da cadeia significativa ou da organização a partir dos significantes-mestres. Cria-se uma resposta contingencial não dialetizável nessas guerrilhas pelo que se procura a dominação sem fazer uso dos mecanismos democráticos. Isso pela via de uma dominação violenta que, como vimos, fracassou.

É importante levarmos em consideração que as FARC é a Guerrilha mais velha no mundo (ABC, 2017). Essa particularidade histórica não é sem consequências, já que, ao mesmo tempo que ela existiu, a representação política da esquerda pelas alternativas democráticas foi mínima, evidenciando-se o fato de que a Colômbia nunca elegeu um presidente próximo a essa orientação. E quando existiram candidatos dessa vertente política com possibilidades reais de serem eleitos democraticamente, estes foram assassinados. Como por exemplo, o caso do assassinato do pré-candidato presidencial Carlos Pizarro em 1990. Ou o extermínio de membros do partido Unión Patriótica na década de noventa, após a assinatura de um acordo de paz entre o Governo e eles.

Consideramos que é possível lançar a hipótese de que a forclusão lacaniana explique a rejeição crônica da “esquerda” na democracia colombiana, que representa o simbólico, que retorna como violência bélica revolucionária no real. Quiçá, uma saída para o circuito imaginário do conflito armado que, ainda com a assinatura dos *Acordos*, continua acontecendo, é dar outras vias para a divergência política que não seja a rejeição da democracia.

Badiou (2017) aponta algo que poderia contribuir como uma chave de leitura na insurgência dos grupos com orientação comunista na Colômbia, como as FARC. O autor menciona que o ponto do impossível do capitalismo é a igualdade. Isso acontece devido ao fato de que o capitalismo se alicerça sobre a propriedade privada, que produz, necessariamente, desigualdades enormes que são constantemente reivindicadas pelo capitalismo como uma necessidade natural. O capitalismo, também, coloca a igualdade como utópica, que conduz ao crime e que é “humanamente impossível” (Badiou, 2017). Nesse sentido, e partindo do que se inaugura a partir da Revolução Francesa, existiria um axioma da igualdade (Rancière) que indica que a igualdade só pode ser um resultado se for declarada como princípio (Badiou, 2017). Nesse sentido, o fato de que qualquer programa de um partido comunista possa ser resumido, por Marx e Engels, na abolição da propriedade privada mostra que:

O acesso ao real do capitalismo, pela construção de sua ciência, o que é muito útil, mas que os economistas burgueses fazem muito bem. O acesso ao real do capitalismo é a afirmação da igualdade, é decidir, declarar que a igualdade é possível, e fazê-la existir tanto quanto se possa por meio da ação, da organização, da conquista de lugares novos, de propaganda, da construção, em circunstâncias díspares, de pensamentos novos, da insurreição e da guerra se preciso for. (Badiou, 2017, p. 36).

Em consequência, a essência do comunismo consiste em afirmar a possibilidade de acabar com a desigualdade constitutiva do capitalismo que a propriedade privada torna inevitável, “o comunismo é, nesse sentido, o nome do único processo existente da exposição efetiva do real do capitalismo” (Badiou, 2017, p. 36). Faz sentido, então, pensarmos que uma guerrilha de inspiração marxista-leninista, ao ser excluída do cenário da participação democrática (e, também, ao se sustentar nesse lugar) mostre, na cara da violência mais severa e radical, o real do capitalismo?

É claro que uma leitura mais detida da proposta nesse livro de Badiou (2017), ainda com uma inspiração lacaniana, indica que o real é abordado como problema filosófico que só existe onde há uma formalização - ao ser o real concebido como o impasse à formalização. Porém, isso não exclui a vertente do inapreensível, do traumático e do irrepresentável do real que já conhecemos com Lacan. No caso das FARC não se instala o comunismo como

possibilidade de organização social que levaria a uma igualdade, como proporia Badiou, e sim, faz-se um uso da força para desvelar esse real do capitalismo. Podemos pensar em um tratamento do real pelo imaginário? O real pelo imaginário faria possível, e consistente, um conflito interno de mais de 60 anos! Conflito sem ganhadores, com muitos perdedores e sem transformação social.

Os “re” do direito e sua relação com nosso campo.

No diálogo com o direito, encontramos muitos termos com o prefixo “re”: “ressocialização”, “reeducação”, “reintegração”. Depois de ter revisado algumas dessas noções, podemos afirmar que a noção de “reparação do dano” é aplicada como uma alternativa à sanção penal, como também uma obrigação dos reinseridos dos grupos armados na Colômbia e do Estado colombiano. O que seria a reparação para o direito? A antecedência lógica para que exista uma “reparação” seria a existência de um dano prévio. Um dano, para o direito, seria, no final, “um prejuízo sofrido por um bem determinado” (Martins-Costa, 2001).

Mas, a questão fica mais complexa porque o dano tem duas acepções: o dano patrimonial, que é mais claramente medível e quantificável, e o dano “não patrimonial” que representa um amplo campo de discussão aberta no Direito, pois é difícil determinar seu recorte. Em síntese, o que podemos extrair dessa discussão é que a pessoa no direito civil não é redutível à esfera patrimonial, possuindo uma esfera existencial, de humanidade e de dignidade. Por isso, existem danos não patrimoniais denominados, em muitos casos, como “dano à pessoa”, “danos à saúde”, “dano moral” ou “dano extrapatrimonial” (Martins-Costa, 2001).

Deixando a questão ainda mais complexa, Martins-Costa (2001) explica que existe uma distinção entre danos morais subjetivos e danos morais objetivos. *Os subjetivos* atingem propriamente à subjetividade e são considerados como “o mal sofrido pela pessoa com sua subjetividade em sua intimidade psíquica, sujeita à dor ou sofrimentos intransferíveis porque ligados a valores de seu ser subjetivo, que o ato ilícito veio penosamente subverter, exigindo inequivocamente reparação” (Martins-Costa, 2001, p. 188). *Os danos morais objetivos* têm a ver com a repercussão social da personalidade, ou seja, à dimensão moral da pessoa no meio social.

Na Colômbia, para Navia (2007), a valoração de danos extrapatrimoniais ou morais carece da simplicidade que caracteriza a valoração de danos patrimoniais. O direito eleva os direitos inerentes ao ser humano à categoria de direitos *sui generis*. Nesse ponto, encontram-

se os *direitos à personalidade*, tais como liberdades e direitos fundamentais, à vida, à integridade corporal etc. O princípio maior na legislação colombiana sobre danos é a indenização plena ou integral dos prejuízos causados à vítima. O propósito da responsabilidade civil é restabelecer, tanto como seja possível, o equilíbrio destruído pela causação do prejuízo, tentando colocar a vítima em uma situação análoga àquela na qual estaria, se não tivesse acontecido o dano. Nesse marco, o *dano moral* objetivado é aquilo que se pode quantificar e passa a ser reparado patrimonialmente. Mas, existe um *dano moral subjetivo puro*, o qual lesiona a parte afetiva do patrimônio moral da pessoa como os sentimentos religiosos, a liberdade de expressão ou o pensamento. Os dois se indenizam de forma separada, mas com tope monetário (Navia, 2007).

Nesse sentido, o dano à pessoa, aquele que recai diretamente sobre o sujeito em sua dimensão biológica, pessoal ou moral, ainda com muitas vacuidades, é considerado no direito Brasileiro e colombiano como dano extrapatrimonial, tendo uma condição ou eixo subjetivo (íntimo, difícil de calcular) e um objetivo, na relação do sujeito com seu meio social que atinge sobretudo ao dano moral (Martins-Costa, 2001; Navia, 2007; Magalhaes & Pinto da Costa, 2008). Este dano é utilizado como categoria do direito civil, especialmente, e tenta-se objetivar ou contabilizar para uma reparação em termos monetários, ainda quando, teoricamente, existem formas de reparação, via satisfação, denominadas como reparação coletiva ou reparação simbólica.

Na pesquisa sobre o termo “reparação” é difícil encontrar uma definição concreta. A maioria de noções partem do fato de que o dano deve ser reparado e que esta reparação consiste em uma restituição, como reposição das coisas ao estado anterior do dano, e/ou em uma indenização monetária (Martins-Costa, 2001). Nos *Acordos de Paz* na Colômbia e em alguns textos do direito, aparece alguma forma de reparação simbólica ou coletiva, que aponta à consecução de uma satisfação coletiva que deve sentir uma população afetada e que permite garantir uma não repetição.

Sobre o caso particular do contexto do pós-acordo na Colômbia, a Agência Colombiana para a Reintegração (ACR, 2007) estabelece, baseando-se nas indicações da ONU sobre o *Desarme*, a *Desmobilização* e a *Reintegração* (DDR), uma série de princípios que regem a reintegração de pessoas que foram parte de grupos armados, como as FARC, e que desistiram da vida subversiva nas milícias (ONU, 2007). As estratégias de DDR são parte de um resumo das estratégias de manutenção da paz empregadas pela ONU que constituem um enfoque

coletivo com políticas e diretrizes particulares. Nelas, o *desarme* é concebido como as ações encaminhadas para a entrega de armas e elementos de combate. A essa fase lhe segue a *desmobilização* que é entendida como “O descargo formal e controlado dos combatentes ativos das forças ou outros grupos armados” (ACR, 2007, p. 15). Essa fase inclui uma primeira integração de ex-combatentes em centros especializados e, depois, uma entrega de “pacotes” para sua reinserção. A *reinserção* é “a assistência oferecida aos ex-combatentes durante a desmobilização, mas antes de um processo de reintegração mais longo” (ACR, 2007, p. 15). Ela seria a ajuda transitória que visa a *reintegração*, que é um conceito que dialoga mais com o termo reparação, e significa “o processo por meio do qual os ex-combatentes adquirem status civil e obtém um emprego e ingressos sustentáveis” (ACR, 2007, p. 15).

Os *Acordos* fazem muita ênfase na *reparação* que devem agenciar os ex-membros das FARC. Segundo esse pacto assinado, criara-se um *Sistema integral de verdade, justiça, reparação e não repetição* que administraria essa reparação. Se as ações de reintegração recaem sobre o desmobilizado, as ações de reparação recaem sobre as vítimas. Os acordos não desenvolvem qual é o marco de referência sobre o qual estão tecendo-se as propostas de reparação, mas, chegam a estabelecer que as vítimas têm direito a ser ressarcidas pelos danos que sofreram a causa do conflito, sendo parte fundamental o reestabelecimento de direitos das vítimas e a transformação de suas condições de vida (Acordos de Paz, 2016, p. 124). Existem umas *medidas de reparação integral para a construção da paz*, tais como: atos prematuros de reconhecimento de responsabilidade coletiva, ações concretas de parte dos ex-combatentes, uma *reparação coletiva* no final do conflito e planos de desenvolvimento rural com enfoque territorial. A *reparação* seria cometida por meio de tipos de planos tais como a *reabilitação psicossocial*, *processos coletivos de retorno de pessoas em situação de deslocamento* e *reparação de vítimas no exterior*.

Em síntese, a reparação está ligada a uma demanda de restituição, ou seja, de colocar o sujeito, no qual recai a reparação, em uma situação análoga à situação que estava antes da comissão do dano. Isso é precisamente uma tentativa de “retorno” a um estado anterior. Na Colômbia, a reparação é uma demanda de agenciamento para os ex-combatentes armados. Mas, sobre eles também recai a possibilidade de ações encaminhadas a sua própria reinserção na vida civil e uma posterior reintegração (tanto produtiva como social). Os “desistentes” do conflito armado na Colômbia estão atravessados pela *reparação* como agentes, e pela *reintegração* e *reinserção* como beneficiários.

Qual lógica sustenta as formas de justiça?

Entendemos que as categorias de “dano” e “reparação” do direito, que atravessam o sujeito desmobilizado, servem como chaves de leitura específicas para os programas de reparação e restituição no contexto do pós-acordo de paz. Para o presente estudo, essas categorias servem como uma ponte por meio da qual a psicanálise pode entrar a operar sobre o fenômeno social da reinserção dos desmobilizados das FARC. A pergunta sobre como operam “dano” e “reparação”, na subjetividade deles, precisa entender qual é a lógica que sustenta os processos do direito como reinserção, reparação e restituição da justiça restaurativa e transicional.

Ferrari (2014) desenvolve uma pesquisa sobre a relação da justiça restaurativa e a psicanálise no cenário das medidas socioeducativas. Sobre a justiça restaurativa se plantea que “procura a produção de significantes e a amarração simbólica dos sujeitos adolescentes, cuja carência radical manifestada pelos atos infracionais denunciam a sintomatologia da fluidez ou mesmo ausência da função paterna, tão real nos dias de hoje” (Ferrari, 2014, p. 43). Ao mesmo tempo que essa forma de justiça veicula a reparação, através da responsabilização do direito, também possibilita uma responsabilidade subjetiva. Espera-se que essa responsabilidade seja *ativa*, pois, além de reparar, o “ofensor” compartilha as escolhas com a comunidade e com as “vítimas” (Ferrari, 2014).

A possibilidade que aparece com essa pesquisa é a de conceber que a justiça restaurativa poderia atingir a responsabilização subjetiva por meio do assentimento subjetivo (Ferrari, 2014). Essa forma de justiça faria um apelo ao Outro para restaurar e respeitar o pacto simbólico (Ferrari, 2014). Encontramos, então, que a justiça restaurativa, incluída no marco da justiça transicional, como tal, apresenta possibilidades de intervir de outras formas sobre o sujeito. Formas que possibilitem assentimento, reparação, responsabilidade subjetiva e, a partir do apelo ao Outro, restaurar o laço social.

Mas, como entender a rejeição maioritária sobre esse modelo de justiça que foi evidenciado na Colômbia no plebiscito de 2016? Qual é a lógica da justiça restaurativa e transicional que sustenta os *Acordos*? Qual é a sua diferença com a justiça clássica retributiva? Pensamos que a justiça retributiva auxilia-se em uma lógica muito diferente à da justiça transicional e restaurativa. Essa diferença poderia contribuir na leitura de uma possível resposta à primeira pergunta que formulamos. Existe algo de inédito quando se passa de um paradigma retributivo, próprio da justiça tradicional inspirada no direito romano (Ferreira, 2014), a um

paradigma para o qual importa mais a restauração e reparação executada pelo “ofensor” do que a punição que recai sobre ele. Essa dificuldade, presente na transição de uma lógica para outra, poderia explicar o porquê é tão difícil para a população em geral entender e assumir a justiça transicional e restaurativa dos *Acordos*. Incompreensão que terminou, como vimos, na não aceitação da maioria do que estava pactuado neles. E pensamos uma incompreensão que vai além dos mecanismos cognitivos, é uma incompreensão que tem a ver com não conseguir dar um lugar para isso que significa essa forma de justiça.

No *Seminário XX*, Lacan (1972-73/1985) diferencia duas formas de gozo. Uma forma masculina, descrita como fálica, e, uma feminina, descrita como suplementar. Lacan não tenta dar uma explicação das questões de gênero nesse seminário. Seu objetivo é mostrar duas modalidades de gozo que estariam presentes para os seres falantes, tanto os que assumem o lugar de homens como das que assumem o lugar de mulheres.

Aqui, o fálico repousa sobre a função do pai, na qual a proposição “falo” funda o exercício de exceção que supre, pela castração, a relação sexual inexistente. Como consequência, o sujeito barrado e o falo, que suporta como significante que se encarna no significante-mestre, são inscritos (Lacan, 1972-1973/1985). O gozo feminino estaria caracterizado por um gozo “além” desse falo. Essa forma de inscrição, permitida a qualquer ser falante, não somente à mulher biológica, caracteriza-se por não comportar uma universalidade que capture a esses sujeitos em um conjunto e por ser uma forma de gozo “não-todo” (Lacan, 1972-1973/1985). Quem se inscreve nessa forma de gozo tem relação com o falo, só que faz uso de algo para além dele: um gozo suplementar.

Miller (2005) destaca a introdução por parte de Lacan da substância gozante a partir desse seminário. Substância essa, que é diferente da substância extensa de Descartes e da substância pensante, que faria referência à corporeidade do gozo. A leitura de Miller (2005) sobre o gozo masculino indica que seria um gozo contável e enumerável, um gozo das partes extrapartes. O gozo feminino não seria suscetível a uma redução cartesiana do corpo.

Em uma leitura referente ao gozo feminino como superação da lógica fálica, Silva & Santos (2017) apontam algumas leituras interessantes a partir da lógica da sexuação do *Seminário XX*. Para as autoras, a posição masculina, referida ao gozo fálico, partiria da exceção ao conjunto dos homens que representava o pai da horda primeva. Para o “homem”, não o biológico e sim o ser falante que se serve nessa forma de gozo, a essência é definida pela função

fálica que impõe a castração, implicando a existência da exceção, o pai da horda. Essa posição comportaria uma lógica do desejo, atrelada à da castração (Silva & Santos, 2017).

Do lado feminino a situação seria bem diferente. A “mulher” não partiria da exceção do conjunto, ela se constituiria pela não exceção a essa regra. Ou seja, como não existe uma exceção para poder perpetuar, a regra não se coloca na função fálica. Como consequência, a lógica suplementar implica que seres falantes do lado suplementar carregam a possibilidade de escapar, em alguns momentos, do registro fálico, apresentando um gozo “a mais”, pois não se constituem a partir da exceção e se colocam de forma não-toda em relação à ordem simbólica. Essa posição feminina, suplementar, sustentar-se-ia em oposição à ordem fálica estabelecida, o que permite explicar uma lógica de gozo expressada no registro do semblante, fundada na fantasia (Silva & Santos, 2017). Finalmente, a posição suplementar estaria para além da função paterna e não estaria inscrita inteiramente sobre o escudo do Nome-do-Pai. Como também, não estaria fora dele. Esse tipo de gozo não seria totalmente simbolizável e jamais simbolizado pelo viés dos ideais identificatórios ou os das relações de poder (Silva & Santos, 2017).

Podemos distinguir que se trata de duas lógicas constituídas de formas opostas com relação à exceção, mas também, uma segunda, o gozo feminino, suplementar a uma primeira, o gozo fálico. A justiça tradicional também se diferencia da justiça restaurativa e transicional, contudo, estas últimas conservam uma função suplementar com relação à primeira. Sabemos que a distinção do gozo fálico e do gozo suplementar é algo que atinge, principalmente, à clínica e tem a ver com o encontro do sujeito com uma parte íntima de seu gozo. Para o psicanalista, essa leitura lhe permite orientar seu trabalho de interpretação e de colocação do ato analítico de uma forma diferenciada para seres falantes localizados do lado da mulher e do lado do homem. Porém, a leitura desses modos de gozo permite formalizar psicanaliticamente uma hipótese sobre as lógicas que sustentam a justiça, pois, explicariam as ressonâncias subjetivas que tem a aceitação de umas formas de justiça e a rejeição de outras. Explicaremos como.

Os códigos penais das legislações de diferentes países são o protótipo da justiça tradicional e retributiva. Eles procuram a punição sobre quem ofende as leis da sociedade a partir de uma tipificação prévia dos crimes. Os códigos penais evidenciam um tratamento do delito e da pena que tentam estabelecer, a partir de uma regra, norma ou padrão da tipologia criminal preestabelecida, um tratamento punitivo que, a partir de uma equação e cálculo, seja proporcional ao delito. Exemplo disso são os limites que, contornados por essa forma de

justiça, prescrevem a “pena máxima”. Assim, essa justiça é quantificável, equacionável e finita. Consideramos que essa forma de justiça comporta uma lógica fálica que, como vimos acima, se fundamenta a partir da exceção, pois, quiçá o primeiro infrator de cada delito é a exceção que funda cada norma. É uma lógica das “partes extrapartes” como o menciona Miller (2005). Essa lógica de justiça está mediada por uma troca: ao ofensor lhe é tirada sua liberdade em troca de pagar a pena pelo crime.

Em outra perspectiva, a lógica restaurativa que está contida na justiça transicional que fundamenta os *Acordos* da Colômbia toma como fundamento a verdade, tomada como esclarecimento dos fatos ao redor do conflito armado, e a reparação. Como aponta Gonzales (2010), a justiça transicional visa o avanço, em uma sociedade, de uma situação de conflito e guerra a uma situação de paz. Para isso, a justiça transicional se vale de alternativas que fogem da justiça tradicional, como por exemplo as penas alternativas e os incentivos para os que são considerados ofensores (Gonzales, 2010). Além disso, o Estado assume uma parte da responsabilidade no conflito.

Nessa forma de justiça, importa muito menos a consequência de privação que possa recair sobre o responsável pelo crime. O protagonismo está na possibilidade de estabelecimento da verdade e na ação de reparação, por parte do responsável, com a participação da sociedade e das vítimas. Essa forma de justiça implica um tratamento do um ao um, do caso ao caso. O dano, como vimos em linhas prévias, é também subjetivo e incalculável, a ele lhe é dada uma reparação singular na qual participam o ofensor, as vítimas e a sociedade, estabelecendo condições únicas. É claro que a justiça retributiva parte do julgamento individual de cada crime a partir de uma análise de atenuantes e agravantes para cada caso. Não estamos tirando o crédito da função do juízo individual contido nessa forma de justiça. Uma decisão judicial tradicional não acontece de forma matemática e sem considerar algo individual envolvido no crime, pelo menos, não em teoria.

Entretanto, o inédito aqui, com a justiça restaurativa e transicional, é que se abre mão da prescrição das penas, pois cada caso, ao exigir uma reparação única e sem equivalência, implica que cada resolução da justiça é singular. É difícil pensar em um conjunto fechado de “reparações” preestabelecidas nessa forma de justiça. Apesar da existência dessas medidas (Gonzales, 2010), sempre há algo que escapa, especialmente no caso dos *Acordos*, que prescindem dessas tabelas de reparações prescritas. O tratamento vai além do registro da troca anterior da justiça tradicional, pois ele seria insuficiente para administrar essa forma de justiça.

As vítimas do conflito armado não são reparadas a partir da perda de liberdade do ofensor. O fato de as vítimas participarem de todo o processo de restituição e reparação cria condições únicas e não replicáveis com relação a outras resoluções. O fato da justiça transicional não se sustentar na exceção e de contemplar infinitas formas de resolução, indica uma lógica diferente sobre essa forma de justiça, uma lógica suplementar. Estamos diante de uma das expressões da feminização do mundo, na face da justiça?

É entendível, de tal modo, que a opinião pública popular perceba com hostilidade a justiça que inspira os *Acordos* e clame por um tratamento de justiça retributivo. E, sobretudo, que qualifiquem essa justiça transicional como insuficiente e que visaria impunidade. O chamado da opinião pública para fazer uma gestão da paz com as lentes clássicas da justiça retributiva estaria motivado por um horror diante da “incompreensão” das formas alternativas de lidar com a violência e o crime contidas na justiça restaurativa e transicional.

Assim como *L'Origine du monde* de Gustave Coubert gera horror em muitos espectadores pois encara o sujeito com o real do feminino - que aponta literalmente para o furo, para aquilo que se tem dificuldade de nomear, que escapa ao falo e que está em uma relação além da linguagem (Silva & Santos, 2017) – a manifestação de uma justiça que escapa à prescrição e à nominação da tipologia criminalista tradicional também causa horror. Tal manifestação confronta o sujeito com os limites dos semblantes fálicos e prescritivos do campo jurídico, pois abre a possibilidade de dar um tratamento à justiça do um ao um, do caso ao caso. Ela introduz o infinito e o suplementar na justiça, que sempre foi limitada e prescritiva. Isso atualiza a angústia da castração, que foi tratada pelo registro do gozo fálico, e gera horror.

A violência como um fenômeno complexo: além da oposição violência-linguagem.

Previamente nós nos apropriamos de algumas nomeações do direito e da justiça contemplada nos *Acordos de Paz*, como a ideia de vítima, agressor, reinserido e desmobilizado, para dialogar com um campo sobre o qual se reflete o fenômeno social que motiva a presente pesquisa. Porém, independentemente da posição que o sujeito ocupa nesse marco, seja como vítima ou como agressor, interessa para nosso estudo sua posição como sujeito e as implicações dessa posição em termos de gozo e de desejo.

Nesse sentido, para fins de sustentar diálogos e comunicações com os interessados na justiça da paz e no pós-conflito, é indispensável se apropriar dessas nomeações e entendê-las dentro de seu campo. Mas, para fins clínicos e de nosso estudo, a linha entre agressor e vítima

é muito tênue, muito superficial e só interessa para uma leitura e uma troca com o Outro social representado no direito, por exemplo.

Um dos motivos para pensar que essa linha é artificial e fraca é a ideia de que a violência vai para além da tipificação que o direito faz. Como vimos, a violência própria do conflito armado pode ser lida a partir da violência de Estado que sustentou o conflito armado por décadas, o que motivou uma guerra civil. Ao mesmo tempo, existe a violência própria dos grupos subversivos e dos paramilitares, que se organizaram como reação a essas guerrilhas. O termo *violência* comporta uma complexidade importante de ser explicitada. A violência de Estado, violência por causa do conflito armado ou violência urbana aparecem como fatores em oposição à fala, como uma irrupção de alguma coisa que não consegue ser tramitada por vias simbólicas. A teoria do inimigo absoluto, que evidencia a impossibilidade de diálogo que conduz ao extermínio dos que sejam considerados inimigos absolutos (Angarita et al, 2015), é uma vertente dessa consideração sobre a violência.

Algumas leituras psicanalíticas contribuem para ampliar a perspectiva da violência como algo que supera a oposição entre fala e linguagem, indicando que a linguagem também tem um componente de violência. Para Barros (2014) a violência pode ser entendida na vertente de irrupção como uma ruptura de uma sequência (as violências mencionadas acima, por exemplo) ou em uma vertente constitutiva do pacto social, pensando no fundamento do pacto social proposto por Freud a partir do assassinato do pai da horda. A violência não seria inversamente proporcional à fala ou seu resíduo permanente, ela já estaria contida na fala, ficando algum resíduo de violência nela (Barros, 2014).

Sob um olhar similar, Teixeira (2009) desdobra a ideia de que o uso instrumental da representação encontra um compromisso com a violência. A própria representação tem uma vertente violenta que toca o sujeito pois seu uso instrumental desvela uma dominação do significante-mestre, que aparece como a exceção que enlaça linguagem e referente (Teixeira, 2009). Essas perspectivas contribuem em deslocar a questão da violência de uma perspectiva na qual exista uma hierarquia de alguns territórios vistos como mais violentos e outros “mais civilizados” ou menos, a partir de uma quantificação de homicídios e crimes. A violência seria constitutiva e se encontraria no próprio ato de representação, na linguagem e na fala.

Como vimos, o direito coloca o dano e a reparação como uma dupla que pode ser objetivável e quantificável para efeitos de indenização. Porém, se pensarmos com Žižek (2014) que a violência tem uma complexidade maior e que os atos de violência, “claramente” visíveis,

escondem um outro tipo de violência que atinge ao social e político, podemos questionar o lugar da reparação e do dano, e ir além desse binômio.

Žižek (2014) distingue a violência em dois tipos: a *violência subjetiva* e *objetiva*. A *violência subjetiva* seria exercida por um agente claramente identificável, sendo “somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos de objetivos de violência” (p. 17). Esses dois tipos são a *violência simbólica*, encarnada no uso da linguagem para violentar e até na mesma violência que implica a incidência do significante, e a *violência sistemática* que consiste nas consequências catastróficas do funcionamento regular dos sistemas econômicos e políticos. Segundo essa linha, a *violência subjetiva* seria uma perturbação do estado das coisas. Seria aquela violência que é possível de reconhecer como “violência”, na qual é claramente reconhecível um ato particular como violento (Žižek, 2014). Por outro lado, a *violência objetiva* seria aquela precisamente inerente ao estado normal das coisas. É invisível e sustenta o nível zero do que percebemos como subjetivamente violento (Žižek, 2014).

Fazendo uma análise com Žižek (2014), vemos que essa dupla que propõe o direito entre dano e reparação fica limitada para uma compreensão crítica da violência. O argumento da reparação, como algo que deva ser exercido exclusivamente pelo autor ou agente da violência subjetiva sobre uma vítima, cai para o fundo quando pensamos que existe uma violência objetiva (tanto sistemática quanto simbólica) que produz, em silêncio, a emergência desses fenômenos de violência subjetiva. Isso fica mais claro quando se propõe a *violência ultraobjetiva*, que é aquela própria do capitalismo global que exclui indivíduos dispensáveis, aqueles *sujeitos supostos saquear e estuprar*.

Retomando a contextualização inicial, na Colômbia a violência do conflito armado tem raízes em uma estrutura cultural e política que tem produzido, historicamente, violência. Estes fenômenos poderiam ter como elementos desencadeadores da ordem social a desigualdade, as consequências históricas da escravidão, a segregação social, a falta de presença do Estado e a deficiência no acesso a serviços básicos, e, além das anteriores, uma estrutura política que, historicamente, tem gerado violência em grande escala, como no caso da Colômbia. Assim, é possível transcender essa visão da reparação focada na dupla vítima-ofensor, para pensar que a reparação possível nessas situações é sobretudo na dimensão do laço social. A pesquisa em curso espera dialogar com essa pergunta. Assim, submetemos a questão a uma análise em duas dimensões. Uma dimensão sociopolítica, em que se identificam os discursos e formas de organização do laço social que sustentam as formas de violência e de desistência da mesma.

Uma segunda dimensão que aparece é a dimensão do sujeito, entendendo como ele se arranja com essa lógica, e quais são os elementos particulares compartilhados e os singulares - íntimos e não compartilhados - que incidem em sua posição subjetiva.

II. IMPASSES NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: O DANO ESTRUTURAL, O TRATAMENTO DA LINGUAGEM E A IMPOSSIBILIDADE DA REPARAÇÃO.

Fazer uma pesquisa que dialoga com o campo do direito e com conceitos que partem de uma de suas modalidades como o é a justiça restaurativa, implicou articular esses termos do direito que são constitutivos da pergunta de pesquisa a partir de um olhar psicanalítico. Acreditamos que existam outros caminhos possíveis para abordar a questão, dada a diversidade do campo psicanalítico e a própria diversidade de operadores conceituais da psicanálise com orientação lacaniana. Entanto, nós arriscamos a propor uma abordagem conceitual da questão que partiu do interesse de pensar a ressonância subjetiva desses acontecimentos do campo social.

Esse marco referencial é o resultado de um percurso conceitual articulado em três momentos. Partiremos, primeiro, da lógica de constituição do sujeito em psicanálise para pensar que o “dano” pode ser entendido a partir da experiência de desamparo originário que evidencia uma incompletude biológica prolongada nos seres humanos para agenciar a experiência de vida. Pelo qual o “dano” é constitutivo da estruturação psíquica do sujeito. Posteriormente, desdobramos o argumento de que a linguagem dá um tratamento (quicá reparador) a essa condição humana, pois, ao produzir a divisão do sujeito, a linguagem é, paradoxalmente, traumática, marca o corpo e permite dar tratamento a dito desamparo. Em consequência, existem diversos caminhos que essa condição subjetiva pode tomar. A falta, como produto do desamparo, pode ser significada a partir de um tratamento imaginário (frustração), simbólico (castração) ou real (privação). Finalmente, pensamos a “reparação” como um impossível devido ao caráter de falta-a-ser do sujeito e à irreversibilidade que implica esse processo de constituição de sujeito. Esse processo impossibilita o retorno a um estado inicial ou originário. Isso é possível de ser pensado a partir da elaboração dos processos de alienação e separação que indicam um irreversível a partir de um objeto *a* que cai.

Desamparo originário como dano estrutural e necessário.

Na psicanálise não existe uma conceptualização equivalente ou equiparável diretamente com as noções de *dano* e *reparação*, salvo a referência de Melanie Klein em 1937 sobre a reparação que exerce o sujeito, quando criança, sobre um objeto do mundo após tê-lo ferido na fantasia. Em Klein esse conceito fica do lado dos mecanismos de defesas do *eu*. Entretanto, como vemos com Lacan (1954-55/1987) no *Seminário II*, as teorias kleinianas tomaram o *eu* como equiparável ao sujeito, e isto traz consequências para pensar o sujeito mais além do

registro imaginário, pois o *eu* é, sobretudo, uma construção do registro imaginário. Nas palavras de Campos (2015), Klein imaginava o simbólico.

O próprio Freud em seu rascunho de 1895, o *Projeto*, indica algo que pode nos dar luzes. Nesse texto, Freud (1895/1990) expõe que diante das experiências de insatisfação (uma alta carga de quantidade no psiquismo) que o bebê experimenta nos seus primeiros meses, ele se encontra completamente desprovido da possibilidade de executar, com seus próprios recursos, uma alteração no mundo externo que permita modificar seu estado quantitativo, portanto, precisa de uma ajuda e ação externa. Isso se configura como uma forma de desamparo originário que faz a abertura para a experiência subjetiva humana.

Parece, então, que o ser humano está de entrada “em situação de dano” ou “incapacitado” biologicamente para se valer por si próprio, comparado a outras espécies, pois nasce “incompleto biologicamente” para sua sobrevivência independente como organismo. O desamparo é a entrada no mundo de um indivíduo incompleto biologicamente, mas, que por sua vez, constitui-se como uma experiência estruturante da subjetividade e da condição humana. Freud (1895/1976) expressa, ao se referir a essa *ajuda alheia* que vem do semelhante, que essa via de descarga conhecida como *ação específica* (que produz a intervenção do semelhante) na pessoa adquire uma importante função secundária da comunicação, e que o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais.

Esse desamparo não é só biológico. Diante do desejo do Outro, a criança se encontra sem recursos, como lembra Lacan no *Desejo e sua interpretação* (Rocha, 1999). A angústia de desamparo se apresenta quando a criança se sente ameaçada pela voracidade desse desejo obscuro e desconhecido. Daí que o desamparo seja constituinte da inserção do sujeito no mundo da linguagem e deixa ver uma falta fundamental no sujeito (uma falta-a-ser que o cuidado pode suprir). Para Rocha (1999), é neste contexto que o desamparo originário alcança uma dimensão metapsicológica. Esta situação de desamparo se atualiza nas vivências ou em situações posteriores. É uma experiência que nunca termina, encontra seu sentido de experiência arquetípica e originária quando se repete nas situações posteriores e lhes revela o significado. A angústia do desamparo torna-se a angústia típica da condição humana: “O desamparo é inerente à nossa condição humana. Ele é o preço e a vertigem de nossa liberdade” (Rocha, 1999, p. 340).

Em consequência, o desamparo em Freud é visto como uma experiência constitutiva da subjetividade (Rocha, 1999), pois nela o sujeito “faz, na mais nua e completa solidão, a

descoberta da contingência e da finitude de sua existência” (p. 341), abrindo o caminho para a alteridade, estruturando um modelo de subjetividade aberta.

Lembrando a insistência de Lacan a respeito à “não relação sexual”, pensamos que o ser humano está desprovido de instintos que direcionem seu agir, a partir do qual, teria “liberdade” para construir um destino, qualquer que o seja. Destino que é, precisamente, constituído a partir da experiência de alteridade com o grande Outro. Por sua vez, o sujeito forja o inconsciente como resposta ao desamparo originário.

Em síntese, Freud não desenvolve uma noção de dano propriamente dita. Mas sua concepção do desamparo originário, como algo que se produz a causa da incompletude ou incapacidade biológica do ser humano para exercer ações no mundo que permitam resolver suas necessidades básicas e diminuir o desprazer, traz como conclusão pensar que o ser humano entra no mundo com uma “insuficiência biológica” que faz necessário o encontro corpo-linguagem. É precisamente o processo de humanização e de relação com esse Outro que permite sua inclusão na linguagem e na cultura. A incompletude biológica parecer ser um “dano necessário” para o passo do organismo vivo ao advento do ser falante.

O tratamento da linguagem: a incidência do Outro e os caminhos da falta.

Impotente como organismo biológico e tocado pelo desejo do Outro, o sujeito deve gerar uma saída. Essa saída relaciona-se com o segundo impasse, que a nosso ver, atravessa o sujeito em sua constituição: a incidência da linguagem no corpo e a divisão do sujeito produto de uma operação significativa. Isso é algo que Lacan trabalha ao longo de muitos de seus seminários e escritos. Para os efeitos desta pesquisa, retoma-se o *estádio do espelho*, o *esquema L*, o *esquema R*, o *esquema da falta*, a lógica de *alienação/separação* e o conceito de *falasser* (ou ser falante) para responder a seguinte pergunta: a linguagem, como tratamento da limitação biológica do sujeito, repara?

É importante partir do fato de que a noção de sujeito em Lacan parte de uma visão da alteridade ao mencionar a importância do grande Outro nessa constituição. Como refere Quinet (2001), a noção de outro enquanto semelhante é desdobrada por Lacan no começo da sua obra e está relacionada ao *estádio do espelho*. Esse intercâmbio entre o próprio e o semelhante (o outro) contribui na constituição do *eu*. Poli (2007) afirma que o laço social com o outro cuidador só é possível por meio da linguagem, o que indica que entre o sujeito e o outro está o Outro da linguagem, que Lacan (1953/1998) denomina em certo momento de seu ensino como o muro da linguagem:

É em torno da experiência do desamparo que se constitui tanto o sujeito e sua posição no laço social, quanto o próprio laço social, pois cada qual se estrutura em torno do impossível (Lacan, 1953 em Poli, 2007, p. 11)

A noção de alteridade em Lacan (1949/1998) começa a ser pensada pela descrição da experiência no estádio do espelho. Nessa experiência, o sujeito se precipita da insuficiência para a antecipação e fabrica as fantasias que fazem um movimento desde uma imagem despedaçada do corpo até uma totalidade que Lacan chama de “ortopédica”. Essa experiência acontece pelo olhar do outro (o semelhante) para o sujeito, olhar que retorna no sujeito como uma imagem virtual dele mesmo.

Para Lacan (1949/1998) nesse momento o *eu* precipita-se de forma primordial antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro, e antes ainda que a linguagem “lhe restitua, no universal, sua função do sujeito” (Lacan, 1949/1998, p. 98). Esta forma ou movimento é designada como *eu ideal*. Lacan (1949/1998) afirma que, nesse momento, o sujeito constitui uma prematuridade, porém, esclarece que existe uma “verdadeira prematuridade específica do nascimento” do ser humano, a incompletude biológica referida em linhas anteriores como desamparo. Para Lacan (1949/1998), o rompimento que se inaugura no *estádio do espelho* do círculo do *innenwelt* (mundo interior) e *umwelt* (mundo exterior) gera a função do *eu*. A função que se vislumbra no estádio do espelho é a passagem de um *eu* especular para um *eu* social.

Até o estádio do espelho, há uma grande importância do registro imaginário e da função do *eu*. O simbólico se introduz quando pensamos que o indivíduo humano incompleto passa a precisar do Outro pois depende do significante que este possui para advir como sujeito (Lacan 1964/1998). No *Seminário II*, Lacan (1954-55/1987) expressa que o Outro com maiúscula é de aquele de que se trata a função da fala. O *eu* é uma construção imaginária que se diferencia do sujeito pois o sujeito não é totalizado nem é um produto só do imaginário. O *eu* adquire sua função produto da interação entre o sujeito e o outro, como se vê relacionado no seguinte esquema (*Esquema L*):

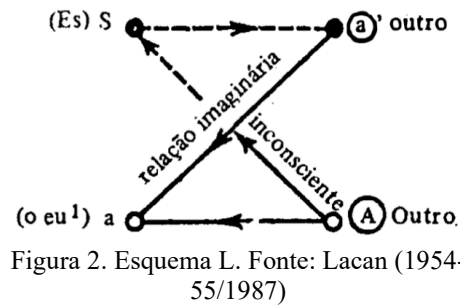


Figura 2. Esquema L. Fonte: Lacan (1954-55/1987)

Para Lacan (1954-55/1987), existe o plano do espelho que é o mundo simétrico dos “ego-ais” e dos outros homogêneos. Mas, existe outro plano que é o plano do muro da linguagem que é representado por esse Outro. Quinet (2001) expressa que o grande Outro é um lugar, é o Outro do inconsciente que estabelece uma heteronomia radical. Esse Outro se distingue do outro do semelhante, pois nele o sujeito encontra sua representação (não sua identidade) nos significantes. Mas esse Outro é inconsistente, faltoso e sem garantias, pois apresenta uma falta, sendo essa falta o princípio da separação (Quinet, 2001). No *esquema L*, observa-se como o intercâmbio entre semelhantes (a-a’) sustenta a relação imaginária, mas da incidência do Outro (A) sobrevém a constituição do sujeito e a formação do inconsciente.

O sujeito de Lacan é efeito da estrutura subjetiva como tal que é dividida pela ordem significante, sendo um efeito do significante - lembremos: “um significante representa um sujeito para outro significante” (Lacan, 1953/1998; Lacan, 1960 citado por Dor, 1996). Dor (1996) faz uma leitura do *esquema R* introduzido por Lacan em *Uma questão preliminar ao tratamento possível da psicose*, indicando que a lógica deste esquema está sustentada pelo Nome-do-Pai, que é a operação simbólica subjetivamente estruturante que ordena o acesso simbólico à criança, enquanto sujeito, e lhe impõe uma estrutura de divisão. O sujeito é então dividido ($\$$) pela ordem significante da qual ele não é mais que um efeito e, a partir dessa divisão, advém o *sujeito do inconsciente*. A metáfora paterna intervém como operador da simbolização da lei (proibição do incesto), o que implica, naturalmente, a castração simbólica (Dor, 1996), como fica referido no *esquema R*:

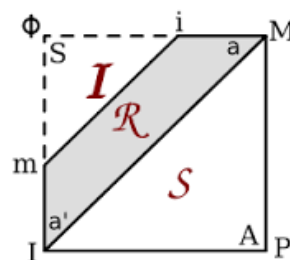


Figura 3. Esquema R. Fonte: Lacan (1955-56/1988)

Neste esquema, reafirma-se a função imaginária do *eu* a partir do intercâmbio com o semelhante, mas se adiciona a interdição do Nome-do-Pai no sujeito que interfere para dar sentido ao desejo da mãe e nomeá-lo.

O *Seminário IV*, sobre as relações de objeto de Lacan, proporciona uma leitura acerca dos possíveis caminhos que tomaria a incidência da linguagem e da falta sobre o sujeito, como também do papel da função paterna intervindo na relação imaginária entre mãe e criança. Esse seminário ensina que, diante da falta imposta pela própria condição subjetiva do sujeito, existem caminhos diversos para dar tratamento, tais como a privação, a frustração e a castração. Uma leitura desses conceitos permite pensar que a estruturação subjetiva também teria caminhos para lidar com o dano e a reparação. Existiria significações diversas do dano a partir de cada uma dessas vertentes?

O primeiro que deve ser situado sobre esse seminário é que Lacan desenvolve uma crítica sobre as noções de objeto dos pósfreudianos, considerando que elas erram ao prescrever uma relação harmônica entre sujeito e o objeto e sugere que eles fazem uma leitura da sexualidade freudiana que gera uma divisão entre os “pré-genitais” e os “genitais”. Em oposição, para Lacan (1956-57/1995), o complexo de Édipo dá um tratamento de significante à sexualidade parcial autoerótica, pelo qual o objeto só faz sentido para a psicanálise quando é pensado como objeto perdido. Além disso, seria mais pertinente utilizar a compreensão de “pré-edípico” do que “pre-genital”, confusão que para Lacan está presente em muitos psicanalistas da sua época.

Fazendo um uso de Kierkegaard, Lacan (1956-57/1995) critica as noções de objeto pósfreudianos que consideravam o objeto como algo esperado antecipadamente e propõe que existe, na busca de um objeto, uma repetição sempre procurada, porém, nunca satisfeita. A relação sujeito-objeto não seria central na psicanálise e o que acontece é uma alternância entre a posição do sujeito e a do parceiro (Lacan, 1956-57/1995).

O objeto não seria um simples correspondente do sujeito. Ele estaria entrelaçado com a angústia, colocado em um fundo dela: “o objeto é instrumento para mascarar, enfeitar o fundo fundamental da angústia que caracteriza, nas diferentes etapas do desenvolvimento do sujeito, sua relação com o mundo” (Lacan, 1956-57/1995, p. 21). Existiria uma distância entre o medo à castração e o objeto, que é instituído para manter esse medo a distância. Isso porque o objeto dispara um sinal de alarme e o medo daria ao objeto seu papel em uma crise determinada (Lacan, 1956-57/1995).

A pretensão de conceber relações harmônicas entre homem e mulher fica em questão quando se faz necessário ver a experiência comum das relações humanas para saber que isso constitui um impossível, e a própria análise seria testemunha disso (Lacan, 1956-57/1995). Nesse sentido, o objeto se apresenta em uma busca do objeto perdido. O objeto seria sempre redescoberto, o que se opõe à noção de sujeito autônomo que encontra um objeto acabado (Lacan, 1956-57/1995). Além disso, lembrando a Freud, o objeto na pulsão nunca é estável nem fixo.

Para entender a forma como Lacan organiza seu pensamento posterior, é importante situar o seguinte esquema da *Triade imaginária* no qual aparece o falo em uma vertente imaginária:

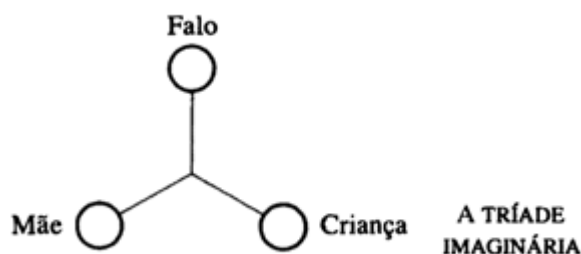


Figura 4. Triade imaginária. Fonte: Lacan (1956-57/1995)

Existiria, assim, uma diferença, para Lacan, entre o pênis como órgão real e o falo em sua função imaginária (Lacan, 1956-57/1995). Voltaremos sobre esse tema na frente para indicar a importância que ele tem quando pensamos a lógica da frustração e da castração.

Sobre as relações de objeto, Lacan (1956-57/1995) acrescenta que a dialética clássica entre o objeto real e o objeto alucinado esquece um dos pontos mais centrais da experiência analítica como o seria a noção de falta de objeto. Essa falta seria a fonte da relação do sujeito com o mundo. Nesse sentido, *castração*, *privação* e *frustração* são as formas, ou caminhos, de se inscrever essa falta de objeto (Lacan, 1956-57/1995). Para Fragelli e Petri (2004) o que Lacan constitui é uma teoria não sobre a relação de objeto, mas, sobre a relação com a falta de objeto.

Lacan retoma esses três conceitos em vários momentos desse seminário. Para efeitos de compreensão de cada um deles vamos nos deter em cada um e retomar algumas discussões

gerais presentes na primeira parte do seminário. Partiremos do seguinte esquema que marca o começo de uma lição desse seminário:

| AGENTE | FALTA DE OBJETO | OBJETO |
|--------|--------------------------------------|------------|
| | Castração <i>Dívida simbólica</i> | imaginário |
| | Frustração <i>Dano imaginário</i> | real |
| | Privação <i>Furo real</i> | simbólico |

Figura 5. Esquema da falta de objeto. Fonte: Lacan (1956-57/1995)

Na *privação* não se exerce a exigência fálica. A lógica da *privação* indica um ser apresentado como uma totalidade que se sente privado de algo que não tem. Trata-se então de uma falta real, de um furo. Nesse sentido, o objeto da falta da privação é simbólico. Essa vertente simbólica implica alguma coisa que não está em seu lugar, quer dizer, a ausência de alguma coisa no real (Lacan, 1956-57/1995). A ausência de alguma coisa no real é puramente simbólica para Lacan. Trata-se de um objeto que falta no lugar que é seu e é simbólico na medida em que a lei define o que deveria estar ali. Ele está no real, por fora do sujeito, é preciso que ele simbolize o real para poder aprender a privação.

Fragelli e Petri (2004) interpretam esse momento lógico de significação da falta como o fato de que a criança é privada da mãe, como objeto real da satisfação de sua necessidade. Nesse caso, o agente é o pai imaginário que estaria representado em qualquer movimento que tenha como função interferir com o transitivíssimo caráter dessa relação. Essa privação é o indicador de um “fora do tempo” que garante o desencontro necessário da mãe com a criança. É a simbolização do real que Lacan assinalava o que permitirá que a mãe introduza a criança na ordem simbólica, mas essa operação é instituída a partir da frustração (Fragelli & Petri, 2004).

A *frustração* está mais relacionada com o efeito de um dano imaginário, ela é, por essência, do domínio da reivindicação: “a frustração é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei” (Lacan, 1956-57/1995, p.36). O centro dessa noção é um dano imaginário, situando-se no plano imaginário, e seu objeto da falta é real.

Lacan (1956-57/1995) aproxima a frustração das experiências dos primeiros anos de vida. Aos traumas, fixações, impressões, provenientes das primeiras experiências pré-

edipianas. O objeto é um objeto real, relacionado as condições reais na história da vida do sujeito. A *frustração* é

Considerada como um conjunto de impressões reais, vividas pelo sujeito num período de desenvolvimento em que sua relação com o objeto real está centrada habitualmente na imago dita primordial do seio materno, com referência ao qual vão se formar nele o que chamei há pouco de suas primeiras vertentes, e inscrever-se suas primeiras fixações, aquelas que permitiram descrever os tipos de diferentes estádios instintuais (Lacan, 1956-57/1995, p. 62-63)

A *frustração* permite que o sujeito participe da posição do outro e estabeleça uma situação dual. É a anatomia imaginária do desenvolvimento do sujeito. Para Lacan (1956-57/1995) a *frustração* seria o centro das relações primitivas da criança.

Existem duas vertentes da *frustração*. A primeira, o objeto real, que seria a relação direta, por exemplo, na posição autoerótica na qual não existe propriamente um outro. A outra vertente seria o agente. O objeto não entra em função senão com relação à falta. No caso da *frustração* o agente é a mãe, ela introduz como elemento novo, que faz frente ao despedaçamento anterior, uma presença-ausência que lembra a proposta de Freud sobre o *fort-da*: “O objeto materno é chamado, propriamente, quando está ausente -e quando está presente, rejeitado, no mesmo registro que o apelo, a saber, por uma vocalização” (Lacan, 1956-57/1995, p. 68).

Essa forma de organização do apelo mostra o começo da ordem simbólica e permite destacar um elemento distinto da relação de objeto que, depois, vai oferecer ao sujeito a possibilidade de estabelecer uma relação com o objeto real, dando condição de possibilidade de conciliar a relação real com uma relação simbólica (Lacan, 1956-57/1995). A criança se situa entre a noção de um agente (que participa da ordem simbólica) e do par de opostos (presença e ausência) que dão um primeiro elemento para a ordem simbólica (Lacan, 1956-57/1995). Mas, esses indícios não são suficientes para constituir uma ordem simbólica. Algo que permite entender o passo da lógica da *frustração* à lógica da castração é a pergunta de Lacan pelo momento no qual se dá a virada da relação com o objeto real e se abre passo a uma relação mais complexa.

Esse momento lógico se caracteriza pela potência da mãe, que é conferida a partir do fato da mãe ser possuidora de objetos de dom simbólico (Fragelli & Petri, 2004). Esses objetos seriam os objetos “símbolos de amor” que ganham terreno quando os objetos da necessidade são tomados pela via simbólica. Isso implica, no eixo pulsional, a inclusão do circuito das

trocas e as possibilidades da substituição do objeto propriamente dito no espectro do significante (Fragelli & Petri, 2004). Nesse momento, a criança se faz falo da mãe na tentativa de garantir os objetos de satisfação: “Identificando-se ao falo, a criança restitui à mãe, mantendo-a completa, ainda que ao preço de se manter alienada a ela” (Fragelli & Petri, 2004, p. 22). Produz-se, então, um passo de um objeto da necessidade a um objeto do dom, o que se constitui necessário para introduzir o sujeito na ordem humana (Fragelli & Petri, 2004). A lógica da frustração indica que o apelo da criança é sempre sobre o símbolo do amor, o objeto de dom, e, entendemos, assim, que para um objeto se constituir como símbolo de amor precisa estar necessariamente relacionado à falta.

A *castração* representaria essa entrada em uma ordem simbólica. Ela implicaria a dívida simbólica. Na *castração* fica claro para Lacan que o que falta não é um objeto real, trata-se de um objeto imaginário, o falo entanto objeto imaginário. A *castração* é possível porque o agente simbólico da criança com o objeto real não responde mais (Lacan 1956-57/1995). Lacan explica isso demonstrando que a partir do momento em que a mãe vira potência (e como tal real) e de que é dela que a criança depende para o acesso aos objetos, esses objetos viram objetos de dom: “Os objetos que a criança quer reter consigo não são mais tanto objetos de satisfação, e sim a marca do valor dessa potência que pode não responder, e que é a potência da mãe” (Lacan, 1956-57/1995, p. 69).

A mãe se tornou real e o objeto simbólico... ele satisfaz a uma necessidade, mas também simboliza uma potência favorável... O que se situava até então no plano da primeira conotação presença-ausência passa, de súbito, a um outro registro, e torna-se algo que se pode recusar e que detém tudo aquilo que o sujeito pode necessitar. E mesmo que ele não precise disso, a partir do momento em que isso depende dessa potência, isso se torna simbólico (Lacan, 1956-57/1995, p. 70)

Sobre o falo, Lacan (1956-57/1995) aponta que ele tem uma vertente imaginária. Segundo Freud, os homens fazem um uso lícito do falo, “permitido” e na mulher ele faz parte de um objeto em falta (Lacan, 1956-57/1995). A mãe encontra, na criança, uma satisfação que atenua sua necessidade de falo. Instaura-se, a partir disso, uma relação dialética entre mãe e criança, na qual a criança espera alguma coisa da mãe e recebe algo dela, em contrapartida. Mas, para Lacan (1956-57/1995), a relação da mãe com a criança apresenta uma divisão: por um lado existe a necessidade de uma saturação imaginária (a questão fálica) e, por outro, um nível de relações reais eficientes com a criança (o primordial, pulsional). Nessa operação se aplica, para a mãe, a estrutura simbólico-imaginário-real.

Para Lacan é importante saber em que momento a criança é introduzida para essa estrutura simbólico-imaginário-real e formula a seguinte pergunta: “Em que momento a criança pode, em certa medida, sentir-se despossuída ela mesma de algo que exige da mãe, percebendo que não é ela quem é amada, mas uma certa imagem?” (Lacan, 1956-57/1995, p. 72).

Citando um caso da Anna Freud, Lacan (1956-57/1995) expressa que a saída para essa questão é introduzida pela interdição do referente “pai”. Esse referente introduz uma distância entre os três elementos da relação mãe-criança-falo, que permite que o sujeito não tenha que se sustentar aí para mantê-la. Lacan (1956-57/1998) menciona que a função paterna faz um corte na tríade imaginária (mãe-criança, falo) a partir da decepção fundamental que se produz quando a criança reconhece, não somente que ela não é o único objeto da mãe, mas que esse objeto é o falo. Reconhece-se, assim que, à mãe lhe falta esse objeto. A partir dessa irrupção na relação imaginária há algumas soluções possíveis. A mais prototípica das soluções é que o pai introduz a relação simbólica, permitindo transcender da relação de frustração, ou de falta de objeto, à relação de castração. Isso confere à falta uma dimensão de pacto, de lei, de interdição (particularmente a do incesto).

A *castração* é lida, também, como a possibilidade que a criança encontra no campo do Outro, para lidar com o impasse edípiano (Fragelli & Petri, 2004). Isso seria possível a partir da função paterna que incide sobre a relação da criança com a mãe. Com a *castração* a incompletude é “legalizada” e sua transmissão apazigua o sujeito pois a falta ganha o estatuto de motor psíquico e não de vazio a ser preenchido (Fragelli & Petri, 2004). A função paterna eleva o falo a um estatuto de objeto simbólico. Será o elemento que irá vetorizar as buscas posteriores e será a moeda principal que possibilitará as futuras trocas da criança com o Outro (Fragelli & Petri, 2004). O falo seria o suporte para o jogo das infinitas substituições às quais o sujeito irá se submeter, posteriormente, na sua vida.

Pensamos, assim com Lacan, que na *castração* há uma falta que se situa na cadeia simbólica. Na frustração, aparece a falta tanto no plano imaginário como dano imaginário. Na privação, a falta está “pura e simplesmente no real, limite ou hiância real” (Lacan, 1956-57/1995, p. 54). Lacan indica, então, que na privação o fato de a falta estar no real indica que ela não está no sujeito. Ele precisa “simbolizar” esse real, ou seja, conceber o real distinto ao que ele é. Queremos concluir a referência a esse *seminário* de Lacan com a seguinte frase: “No mundo humano, a estrutura como ponto de partida da organização objetual é a falta de objeto” (Lacan, 1956-57/1995, p. 55).

Nesse sentido, os caminhos que toma a significação da falta poderiam indicar diversos tratamentos da linguagem para a constituição do sujeito. Seja pela via da privação, da frustração ou da castração encontramos que se equiparamos a significação da falta como uma significação do dano, encontraríamos uma significação de dano real (privação), de dano imaginário (frustração) e de dano simbólico (castração). Cada um desses percursos indicaria um tempo lógico nessa dialética da falta e precisaria de uma análise individual, passando da ausência do simbólico para lidar com a falta até um tratamento que só é possível por elevar o fálico a seu estatuto simbólico. Os desmobilizados poderiam significar o dano, então, a partir do protagonismo de alguma dessas vertentes. É possível pensar que essas operações constitutivas do psiquismo deixam resíduos que incidem na ressonância subjetiva das noções de dano? Existiria, uma disposição subjetiva para uma reparação do dano pela via real, imaginária ou simbólica? Existiria uma reparação que seria suficiente, face à constatação de que o objeto sempre será faltoso?

A impossibilidade da reparação: não é possível reintroduzir o objeto perdido.

Outra forma de ler os impasses do sujeito na sua constituição a partir da incidência da linguagem é a importância das noções de *alienação* e *separação* apresentadas por Lacan no *Seminário 11*. Nesse momento, o Outro é definido por Lacan como “o lugar em que se situa a cadeia significante que comanda tudo que vai poder personificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1964/1998, p. 200). A relação do sujeito ao Outro se dá por um processo de hiância. Assim, este processo é circular, mas sem reciprocidade, pois carrega uma função de corte. Nessa mesma linha, a primeira operação essencial que funda o sujeito é a *alienação*, que consiste em:

Nesse *vel* que – se a palavra *condenado* não suscita objeções da parte de vocês, eu a retorno – condena ao sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise*³ (Lacan, 1964/1998, p. 207).

O *vel* da alienação se suporta pela forma lógica da reunião: “Há, na reunião, um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência nem um, nem outro” (Lacan, 1964/1998, p. 207). Poderíamos interpretar essa lógica como da ordem da exclusão onde o sujeito está petrificado pelo significante dado pelo Outro.

³ Termo cunhado por Ernest Jones que aponta o desaparecimento de desejo sexual e que será retomado por Lacan para pensar a desaparecimento do sujeito na lógica da alienação.

A *separação*, como segundo tempo lógico na constituição do sujeito, está fundada na estrutura de produto. Trata-se de uma falta “pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso” (Lacan, 1964/1998, p. 210). Na separação, o desejo do Outro é apreendido pelo sujeito nas faltas do discurso do Outro. Essa falta percebida no Outro é recoberta pela junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro (Lacan, 1964/1998). Nesse sentido, a separação seria fundamental para a articulação posterior da dinâmica da demanda no sujeito, ultrapassando a necessidade própria do organismo vivo, já que o Outro, sendo furado, instaura a possibilidade da emergência do desejo do sujeito.

De acordo com Laurent (1997), no *Seminário II* os conceitos de *alienação* e *separação*, como operações constituintes do sujeito em Lacan, implicaram uma ruptura com os conceitos de metáfora e metonímia e seu anterior mapeamento do inconsciente. Ele expressa que a noção de constituição do sujeito nesse seminário tem três implicações. A primeira, que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Dessa, pode-se derivar a segunda consequência que seria uma topologia responsável pela constituição do sujeito. E, em terceiro, a de que o sujeito é responsável pelo ponto de vista dinâmico. O sujeito é ligado às pulsões e não pode ser desligado delas. Para ele, um dos objetivos de Lacan nesse momento é a substituição do ponto de vista dinâmico por um ponto de vista topológico. Para o autor, trata-se da introdução de uma questão temporal na lógica da constituição do sujeito.

A definição do Outro nesse seminário liga o sujeito ao Outro de modo que constitui uma alienação. Nesse sentido, para Laurent (1997), essa visão do sujeito é incompatível com aquela que o toma na dimensão da consciência de si. Para Laurent (1997), Lacan cita o mito de Aristófanes para pensar que na busca pelo amor no sujeito há sempre um resto de representação sexual do sujeito no Outro. Laurent (1997) utiliza duas figuras para expressar o movimento lógico que propõe Lacan. Na primeira delas articula-se o sujeito e o Outro, situando o ser de um lado e o sentido do Outro, que seria o próprio movimento de alienação:

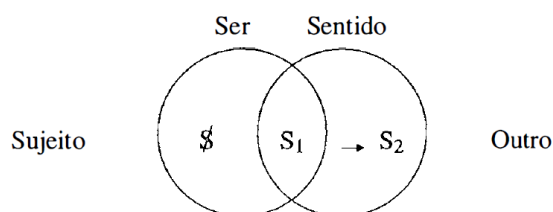


Figura 6. Esquema alienação. Fonte: Laurent (1997)

Sobre a *separação*, Laurent (1997) menciona que existe um resto que fica no sujeito, mas também dentro do Outro. Trata-se do objeto *a* que está onde o significante unário estava na figura anterior, o sujeito (\$) fica no outro círculo. Neste caso, devem existir pelo menos dois significantes (S_1 e S_2) para que exista o Outro

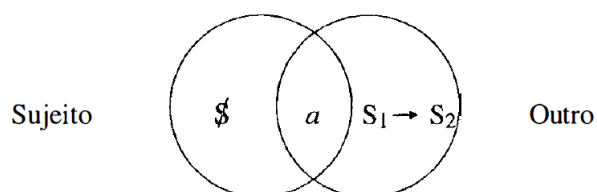


Figura 7. Esquema separação. Fonte: Laurent (1997)

Assim, Laurent (1997) define a *alienação* como a operação na qual o sujeito se identifica com um significante, sendo representado por um significante-mestre para um outro significante (S_1 para S_2). Em consequência, o sujeito fica petrificado com esse significante; é como se lhe faltasse a parte viva do seu ser que contém seu gozo. Isso requer uma operação de identificar a fantasia com a qual o sujeito fica arranjado à dita identificação. Nesse sentido, Laurent (1997) se pergunta pelo objeto provocatório da fantasia que produz gozo para o sujeito, para indicar que o objeto *a* é a outra parte do sujeito, sendo esse o segundo modo de definir a falta, a *separação*. Na primeira operação a falta é o S_1 , quando o sujeito é definido por um significante-mestre, uma parte do sujeito é deixada de fora da definição total. Na segunda falta (segundo a figura anterior), “o sujeito tenta inscrever uma representação do gozo no interior do Outro no texto de sua fantasia, e tenta se definir, assim mesmo, através dessa fantasia. Ao tentar definir-se dessa maneira ele cria outra falta: o fato de que seu gozo é parcial” (Laurent, 1997, p. 38). Sobre o objeto *a*, ele o define como “o resto no sentido verdadeiro do termo: algo que vem nos lembrar do fato que não estamos representados, de que existe um limite, de que existem apenas representações parciais” (Laurent, 1997, p. 41)

Soler (1997a) expressa que, com a elaboração do conceito de *separação*, Lacan leva sua tese do inconsciente estruturado como uma linguagem um passo à frente. Para ela, no processo de alienação e separação o que está em jogo para o sujeito é seu ser. Para Soler (1997a), o esquema que representaria alienação (união) e separação (inserção) seria o seguinte:



Figura 8. Esquema da união e interseção. Fonte: Soler (1997a)

A *interseção* seria a operação que isola aquilo que pertence a ambos conjuntos. Sobre a separação, Soler (1997a) expressa que para Lacan se trata de uma inserção definida por aquilo que falta em ambos os conjuntos e não pelo que pertence aos dois. Soler (1997b) expressa que o novo nesse seminário de Lacan é a introdução da separação. Ela assinala que a alienação se constitui como um destino que nenhum ser falante pode evitar. Mas a separação não é um destino ligado à fala, é algo que pode ou não pode estar presente, isso implica um querer: “a separação requer que o sujeito queira se separar da cadeia significativa” (Soler, 1997b, p. 62).

A separação indica, assim, uma vontade de se safar, de se separar, de saber o que há para além daquilo que está inscrito no Outro. A dimensão do desejo no Outro é o que torna possível a separação. Esse Outro da separação representa alguma coisa que lhe falta (Soler, 1997b). Para Soler (1997b), a presença do desejo é a presença do que falta na fala: “é a presença de alguma coisa que está sempre atrás da fala, mas que não pode ser sempre traduzida numa demanda precisa” (p. 63). Diante da falta do Outro, o sujeito da fala não pode responder porque é um sujeito alienado e existe uma outra parte que poderia ser capturada no Outro, mas é um vazio enquanto intervalo entre sujeito e Outro. Pelo anterior, precisa de um ser para responder, e esse ser é a libido. Nesse sentido, o intervalo, interseção ou vazio entre o sujeito e o Outro é uma lacuna na qual alguma coisa entra, essa coisa seria o objeto *a*, que tem uma consistência corpórea, sendo um mais-de-gozar (Soler, 1997)

A partir da leitura do *Seminário da Angústia*, Rabivonich (1993) expressa que o desejo do Outro consiste, não em desejar um objeto (ainda que seja causado pelo objeto causa de desejo), senão em desejar ao Outro como desejante: é “me incluir” na imagem que coloca ao Outro como desejante. O objeto *a* fica como resto irreduzível da divisão do sujeito, que já estava formulada, e como aquilo que sustenta o desejo do Outro. Ela expressa que:

Há circularidade na fórmula, porque desejo como objeto ser causa do desejo do Outro que inicialmente me determinou como causa do desejo e, para isso, me colocou em alguma das quatro modalidades de causa do desejo: voz, olhar, fezes ou peito (Rabivonich, 1993, p. 27).

Algo importante que Rabivonich coloca em relação ao objeto *a*, é que a partir do *Seminário da Angústia*, vai modificar-se a fórmula da divisão do sujeito na qual se modifica o sentido da alienação na cadeia significante: “este objeto, a partir de que deseja o Outro como desejante, não é sintetizável, não aceita síntese do Um unificante, não se pode voltar a inserir no corpo” (p. 27). Por isso, o objeto parcial é um objeto que está fora do corpo (Lacan, 1962-63/2004). É um objeto que não é nem do sujeito, nem do Outro. Isso tem auxílio da topologia para pensar que os limites entre o interno e o externo são muito difusos, pois o objeto não é nem do sujeito nem do Outro (Rabivonich, 1993). E entendemos, também, porque esses objetos parciais têm em comum o fato de ser organizados ao redor de um furo.

Para Lacan, de acordo com Rabivonich (1993), não existiriam, propriamente, o interior e o exterior. Isto é fundamental para a introdução das operações de alienação e separação. A divisão do sujeito produto na operação significante deixa um resíduo, resíduo que é o objeto *a*: “quando dito objeto cai como resíduo, transforma o Outro sem barrar em Outro barrado, porque cai do lugar da falta no Outro, do lugar do desejo no Outro” (Rabivonich, 1993, p. 32). Do lado “objeto” do Outro fica a fantasia. O objeto funciona na fantasia sob a forma de objeto do desejo e sustenta o sujeito (\$) em seu *fading*, induzido pelo deslizamento significante próprio da alienação. A fantasia não somente sustém o sujeito, mas, também ao Outro. Em consequência, o que a fantasia vem colocar em jogo é a castração do Outro.

A função do objeto *a* na lógica de constituição do sujeito se estabelece como algo interessante para nossa reflexão porque implica a fixação de uma perda, mas, ao mesmo tempo, permite a separação e é indicativo do furo do Outro, do reconhecimento dele como desejante. Esse produto “causa do desejo” altera a constituição mesma do sujeito. Essa operação tem um caráter irreversível levando à impossibilidade de reintroduzir o objeto que cai. Pelo anterior que vimos, então, podemos dizer que é muito difícil pensar numa reparação “plena” no nível do sujeito do inconsciente, pois, a incidência do desejo do Outro e a queda do objeto causa de desejo produzem uma impossibilidade de retornar ao estado anterior ou originário. Lembremos que a definição de reparação é o fato de retornar ao estado originário antes de uma exposição a uma situação “x” considerada como violenta. Nesse sentido, o sujeito pode se movimentar em uma tentativa por esse estado originário, mas sempre se encontrará diante da impossibilidade de atingi-lo. Na sua estrutura está inscrita essa impossibilidade. A reparação tem o estatuto de uma tentativa impossível de se atingir completamente.

Com o estágio do espelho e os processos de alienação-separação, fica claro que para Lacan a constituição do *eu* e do sujeito parte do intercâmbio com “lugares” que representam uma alteridade. A noção de alteridade fica evidente em Lacan como algo que permite a constituição do sujeito e a colocação em marcha do funcionamento do *eu*, mas não é uma alteridade radical e concreta, pois, como tem se ouvido bastante no âmbito da psicanálise, o Outro tem corpo, mas não existe. Além disso, vemos como a queda do objeto *a* toca um ponto irreversível no sujeito, o qual impede pensar um retorno a um estado inicial, ficando marcado para sempre sobre essa perda.

Pensar que a linguagem deixa marcas irreversíveis no sujeito é compatível com o conceito de *falasser* ou de ser falante que surge a partir do *Seminário XX*. O corpo vivo é marcado pela incidência de gozo como traumática. Esse outro gozo não está enganchado na cadeia, trata-se do gozo do Um, solitário e masturbatório “que incide sobre o corpo como inscrição indelével” (Barroso e Ferrari, 2014, p. 251). Com essa invenção de Lacan, fica mais evidente que a linguagem tem uma incidência anterior ao ordenamento significativo, no momento que incide sobre o corpo fazendo uma inscrição. A partir de uma leitura do “último Lacan”, Barroso e Ferrari (2014) colocam o *falasser* como um conceito que é resultado da consistência simbólica do sujeito. O sujeito não desaparece do horizonte, ele é reduzido à condição de mito, ficção construída pela linguagem (Barroso & Ferrari, 2014).

As consistências das marcas do significativo no corpo de gozo provocam um acontecimento de corpo, portanto, o significativo tem efeitos corporais que predominam em relação a seus efeitos de sentido. O falasser seria algo prévio à cadeia significativa na medida em que existe um corpo que está escrito, sulcado e cifrado (Camargo, 2007). Com a delimitação da estrutura é possível que o real seja delimitado e “a falta-a-ser possa vir a ser demarcada, fazendo com que o falasser possa ser dito a posteriori, com o surgimento da linguagem” (Barroso & Ferrari, 2014, p. 253). Há, portanto, um trauma originário, irreduzível e estrutural, que se refere à própria impossibilidade de a linguagem dar conta do Real, ou em outros termos, do simbólico articular completamente o corpo, havendo uma hiância lógica na qual o objeto se situa como condição de resto, mas também de causa desejante.

Retomando o anterior, para a questão da pesquisa, a linguagem como tratamento da condição do sujeito repara? Parece, então, que, com a reflexão de Freud sobre o desamparo originário e a de Lacan sobre a alteridade e a linguagem em relação a esse grande Outro, podemos dizer que aquilo que opera no indivíduo, incompleto biologicamente, para “suprir” a

impotência biológica e lhe permitir advir como sujeito barrado, desejante, e, depois, como sujeito dividido que estabelece laços sociais, é um fato de estrutura.

O ser humano estaria, por causa da linguagem, condenado à vida no social. Mas, a linguagem tem essa função de tratamento, poderíamos dizer, do real do organismo e implica gozo nessa operação. A incidência da linguagem, no ser falante, deixa uma marca traumática no corpo que implica um fora de sentido, ao mesmo tempo que a constituição do sujeito e a entrada na lógica significante deixa um produto fora do sujeito, mas intimamente ligado à causa do desejo. A linguagem é um tratamento da condição humana que, ao mesmo tempo que abre a condição de possibilidade de se constituir como sujeito, deixa consequências irreversíveis. Uma consequência é a impossibilidade de retornar a um estado prévio, que implica o furo do Outro (o desejo do Outro) e a queda do objeto *a*. Outra consequência é a porção de trauma e de gozo que deixa a inserção na linguagem.

Exploramos operadores lógicos e conceitos fundamentais para tentar responder quais seriam as ressonâncias conceituais das noções de dano e reparação. A única referência encontrada em Lacan sobre o dano é a ideia de um dano imaginário na lógica da frustração. Consideração que extrapolamos para as outras duas lógicas, a da privação e a da castração. Esse trabalho de pesquisa conceitual permite concluir que dano e reparação são engodos e elementos do campo social, principalmente, e não operadores psicanalíticos. Mas, ao serem elementos que implicam os sujeitos e fenômenos que atravessam nossa análise é importante encontrar as possíveis respostas subjetivas que os sujeitos teriam diante essas duas situações.

Sobre o dano, encontramos que o ser humano tem como condição uma incompletude biológica que prolonga sua dependência ao semelhante, o que faz com que se estabeleça outro tipo de relação com esse primeiro ser que oferece suporte biológico e simbólico. Encontramos que o dano, se o pensamos como a impossibilidade de ser um sujeito “bem-sucedido” biologicamente, é constitutivo do ser humano e é necessário para sua posterior humanização. O dano também encontraria ressonância quando pensamos que a significação da falta marcaria uma pauta para as possíveis experiências de carência. Se o dano sofrido pelo semelhante pode ser significado como uma perda, falta ou carência, poderíamos pensar que essa significação acontece pelas vias da privação, da frustração ou da castração.

A reparação encontra diálogo com a teoria psicanalítica em dois sentidos. Quando pensamos que a linguagem dá um tratamento ao desamparo originário, ao dar um suporte por meio da *ajuda alheia* que, não somente incide na sobrevivência, mas, atua como suporte

simbólico. Nesse sentido, a linguagem tem um efeito reparador sobre essa situação. Também, como segundo elemento, pensamos que a reparação, pensada no Direito a partir de um retorno a um “estado inicial”, é impossível, pois a constituição do sujeito implica que para a falta-a-ser advir foi preciso uma caída do objeto causa de desejo (objeto *a*). Essa queda deixa marcas inéditas e é irreversível. Como vimos, não é possível reintroduzir o objeto na cena. A reparação plena seria um impossível para a constituição subjetiva e só poderia acontecer como tentativa. Provavelmente seja mais útil pensar a tentativa de reparação a partir da forma como é tomado o dano a ser reparado. Encontraremos diferenças se pensarmos na reparação de um dano imaginário, um dano simbólico (dívida simbólica) ou um dano real (furo real). Como se sustentam esses pontos de partida a partir da construção de dois casos? Veremos isso a partir da seção seguinte.

IV. DOIS CASOS: SINGULARIDADES E ORIENTAÇÕES PARA UMA PESQUISA.

Nas seguintes linhas apresentaremos o percurso para a construção dos casos que serviram de base para a pesquisa. Dividimos a seção em uma primeira apresentação da história de vida de cada caso, os quais nomeamos, para fins da pesquisa, como *Revolucionário* e *Colaborador*. Esses nomes correspondem a nomeações que eles próprios fizeram no percurso das entrevistas e que são de grande relevância para as análises, pois conservam muita relação com a posição subjetiva deles na organização FARC.

Previamente depuramos os elementos da fala dos sujeitos que permitiram a formalização de alguns âmbitos de análise, pois fazem parte do que consideramos como elementos particulares compartilhados. Esses elementos permitiram a estruturação de alguns âmbitos de análises: estrutura discursiva (tomando o discurso como laço social); a entrada nas FARC durante a adolescência como um fato paradigmático; o lugar das FARC como Outro; o efeito subjetivo da prisão; e os elementos para pensar o dano e a reparação. Com o objetivo de apresentar os resultados em uma reflexão articulada com a pesquisa teórica, os trechos e as vinhetas sobre esses âmbitos serão introduzidos nas duas seções seguintes.

Para a presente seção abordaremos a história de vida e algumas descrições de elementos singulares que merecem um tratamento por fora das categorias da pesquisa. Ou seja, há elementos ou âmbitos de análise intransponíveis entre os dois sujeitos e que, ainda que não toquem diretamente as questões levantadas como de pesquisa da dissertação, são importantes para uma análise do caso em sua singularidade. Este capítulo contém um componente de caráter mais descritivo.

Revolucionário

Ele tem 33 anos no momento das entrevistas, é de origem étnica negro e indígena. Ele se identifica como pertencente ao Resguardo Indígena (Cabildo) da sua região. Um “Cabildo indígena” na Colômbia é uma comunidade ancestral de descendentes de indígenas, protegida pelo Estado, e que comporta algumas autonomias legais. Sendo que, alguns desses “Cabildos” têm autonomia para dar tratamento jurídico aos conflitos entre seus membros sem fazer uso da justiça tradicional. Ele se autodeclara membro das FARC. Tem uma filha de nove anos e está casado. Tem um irmão e uma família, além da nuclear, muito numerosa que mora na sua cidade de origem (Caloto). Sua mãe mora em Israel e seu pai mora longe da cidade de origem há muito tempo.

Sobre as relações familiares, menciona que se criou com sua avó e que seu pai nunca esteve perto dele. Sua mãe estava ausente porque tinha que trabalhar para providenciar as necessidades básicas, e, portanto, mudou-se de cidade para lhe mandar dinheiro. Seu irmão se criou com a outra família paterna. Seu irmão nunca teve nenhuma relação com as FARC e tem uma vida “normal”, qualificativo que *Revolucionário* utiliza.

Na sua infância, foi expulso da escola por agressão a uma professora. Ele menciona que já fez algumas formações em turismo, porém, que nunca exerceu a profissão. Foi condenado a 64 meses de prisão por homicídio. Manifesta ter entrado e saído da cadeia em várias ocasiões desde que tem 20 anos.

Ele atuou como guerrilheiro “de base” (são aqueles guerrilheiros que ficam nas zonas de combate rurais) e terminou como miliciano urbano, que é aquela figura de guerrilheiro que trabalha disfarçado nas regiões urbanas, providenciando informações sobre os inimigos para o grupo e portando uma aparência de civil. Durante um período foi diagnosticado com esquizofrenia paranoica. Mas, ele descreve esse episódio como sendo parte de uma “estratégia” para conseguir benefícios jurídicos. Em um momento das entrevistas conta que seu apelido na cidade era “O Louco”.

A nomeação de “Revolucionário” acontece quando ele descreve uma situação na qual o diretor da prisão o conhece e lhe diz que já ouviu falar muito sobre ele:

*Y precisamente en los días que él llegó (o director da cadeia), que fue hace más de un año, me dijo “me han hablado mucho de usted”. Mire la “estigmación”, y le puede preguntar a él que es una persona correcta; me han estigmatizado mucho. Yo le dije “sí, yo soy muy revolucionario, el hecho de que yo le diga esa palabra no quiere decir que yo sea guerrillero o que vaya en contra del régimen penitenciario, porque yo tengo que acatar donde estoy”. Pero eso no quiere decir que yo esté en contra de todos.*⁴

Outro momento no qual fica explícita a dita nomeação:

⁴Serão colocadas como nota de rodapé as traduções ao português das falas dos entrevistados: “E, precisamente, nos dias que ele chegou no serviço (o diretor da prisão) que foi há mais de um ano, que ele falou assim “falaram-me muito de você”. Olhe esse estigma. Pode perguntar para quem você quiser, eu sou uma pessoa correta: eu fui estigmatizado. E falei para ele ‘sim, sou um revolucionário’, o fato de que eu diga essa palavra não quer dizer que eu seja guerrilheiro ou que esteja contra o regime penitenciário, porque eu tenho que respeitar onde estou. Mas, isso não quer dizer que eu esteja contra todos”.

Y yo no estoy pensando igual al gobierno, pero si yo me pongo a pensar desde mi punto de vista (porque yo soy revolucionario de corazón y eso lo llevo en la sangre), créame que va a ser así.⁵

A nomeação “Revolucionário” se alinha com a leitura do caso como um caso no qual o discurso da histórica comanda ou protagoniza o laço com o grupo. A ação “revolucionária” vai ser importante para entender como se arranja nele o discurso da histórica.

Um elemento singular que aparece constantemente em seu discurso é uma ideação marcadamente autorreferenciada. Ele se nomeia como alguém muito “importante” e “reconhecido” dentro da prisão, como alguém que tem contato direto com militâncias políticas de esquerda na Colômbia como senadores, e que, inclusive, é conhecido por alguns ministros e até pelo próprio Presidente da República da época. Comentando sobre seu lugar na Instituição, ele se autoneia como uma “eminência” aos olhos dos outros da cadeia:

Pero lo único que le digo es que hay que tratar que pocas personas de su organización del INPEC, porque eso es una organización, sepan esta entrevista con mi persona, porque es que yo aquí soy una eminencia. Pregúntele al director.⁶

No me da miedo decirlo, mi nombre es L.H.V. y yo soy guerrillero, yo he pertenecido a las FARC. A mí me conoce toda la clase política de Corinto, me conoce el mismo comercio, me conoce el mismo pueblo.⁷

Yo tengo contacto directo con el congresista Iván Cepeda. Oiga, que persona tan bella gente. Es el hijo de Manuel Cepeda, del polo democrático.⁸

Yo comparto lo que usted dice. Yo he denunciado, y a las esferas de Bogotá. Mi nombre es muy conocido en el Ministerio de Justicia, el mismo Juan Manuel Santos, que es el presidente de la República.⁹

5 E eu não estou pensando igual ao Governo, mas, se eu fico pensando do meu ponto de vista (porque sou revolucionário de coração e isso está no meu sangue), acredite que vai ser assim.

6 Mas, o único que falo é que há que tratar com poucas pessoas de sua organização do INPEC, porque é uma organização, que saibam desta entrevista comigo, porque eu aqui sou uma eminência. Pergunte ao diretor.

7 Não tenho medo de dizer isso, meu nome é L.H.V. e sou guerrilheiro, pertenci às FARC. A classe política de Corinto me conhece, sou conhecido pelo comercio e pelo próprio povo.

8 Eu tenho contato direto com o deputado Ivan Cepeda. Olhe só, que pessoa tão bela! Ele é filho de Manuel Cepeda, do Polo Democrático.

9 Eu compartilho o que você fala. Eu denunciei, e aos altos mandos de Bogotá. Meu nome é muito conhecido no Ministério da Justiça, o próprio Juan Manuel Santos, que é o presidente da República.

Parece que o sentimento de perseguição, próprio de um agente da guerra, se transfere para a cena da prisão. Existe constantemente a ideia de que é perseguido pelos colegas da prisão. Ou se não é perseguido, é vítima de algum complô para atacá-lo:

Nosotros tenemos unos aspectos diferentes en cuanto podemos hacer una transformación. Y personas como nosotros tenemos que andar con mucho cuidado, porque lo eliminan a uno. Vea, yo soy una de las personas que desde el pasillo no salgo. Yo soy muy callao. No salgo ni para la hora del sol ni para nada. Como usted pudo, ver en ese patio se formó una “cuchifilza”¹⁰ hace dos meses. Sacaron la guerrilla de ahí, por eso yo le digo porque yo vi, veo. Más que nadie yo vivo lo que pasa aquí adentro...¹¹

Yo he denunciado. Si no, que ¿qué pasa? yo no puedo ir sin pruebas a denunciar a alguien. Pero aquí por ser yo como soy, por ser activista de derechos humanos, por ser una persona que he tenido una represarias en mi contra. He sido víctima, por ejemplo, el traslado que me hicieron a Bolívar, Cauca. “Hombre, ¿por qué?” Si nosotros tenemos derechos en este País, si aquí hay una democracia clara, ¿Si? Supuestamente estamos en un Estado social de derecho como lo dice el artículo 1 de nuestra constitución política de Colombia, ¿Por qué no respetan esos derechos?¹²

Mire, lo innovador aquí es investigar. Es pensar lo víctima que he sido hasta por los mismos presos, y de los funcionarios. Yo irme para el patio 7 donde se ve el respeto y ahí hay aire acondicionado, no te estoy mintiendo. Y ahí hay un Sargento del Ejército que se llama el Sargento C., y por motivos irregulares, me sacaron, yo estando con el derecho. Yo me iba a volar del ejército y termine en la cárcel. Eso es una cosa loca. Yo me iba a volar para que no me trajeran. Yo estaba sindicado... Bueno eso es... Todo estaba filtrado.¹³

10 Expressão típica da Colômbia utilizada para indicar uma situação de briga.

11 Nós temos elementos diferentes enquanto podemos fazer uma transformação. E pessoas como nós temos que ficar de olho, tomar cuidado, porque podemos ser eliminados. Veja, sou uma das pessoas que não saí do canto da prisão no qual fui alocado. Eu sou muito discreto. Não saí nem na hora de tomar o sol, nem nada. Como você conseguiu olhar, nesse canto se arrumou uma confusão há dois meses. Tiraram a Guerrilha dali, por isso eu falo que eu vi, vejo. Mais do que ninguém eu vivo o que acontece ali dentro.

12 Eu já denunciei. Mas, o que acontece? Eu não posso ir sem provas a denunciar alguém. Por aqui, por ser como eu sou, por ser um ativista de direitos humanos, por ser uma pessoa que já sofreu de represarias contra mim. Eu já fui vítima, por exemplo, o traslado que fizeram para Bolívar, Cauca. Velho, por quê? Se nós temos nossos direitos nesse País, se aqui há uma democracia clara, ne? Supostamente em um Estado social de direito, como fala o artigo 1 da nossa constituição política de Colômbia, por que não respeitam esses direitos?

13 Olhe, aqui o inovador é pesquisar. É pensar a vítima que fui até hoje dos mesmos presos e funcionários. De eu ir para o canto 7 da prisão onde dá para sentir o respeito e ali há ar condicionado, não estou brincando com você. E ali há um Sargento do Exército que se chama o Sargento C., e por motivos irregulares, eles me tiraram, eu estando com o direito de ficar ali. Eu ia fugir do exército e terminei na cadeia. É uma coisa doida. Eu ia fugir para que não me trouxeram aqui. Eu fui réu.... Bom, é isso.... Tudo estava filtrado.

Él me dijo (um colega da prisão) estas palabras textuales: “que yo soy un sapo¹⁴”. Que él tenía un contacto allá, usted sabe, él es mi paisano y me dijo “ojo con él”. Y a mí me han sacado varias veces, la invito a que busque todo, todo sobre lo mío y se da de cuenta que todo lo que le digo es real. Igual, los de afuera. Sin hacerme la víctima, pero créame que lo que me han hecho pasar es una cosa de locos, ¿cierto?¹⁵

Nessa fala, chama a atenção o fato de ele dizer que o que acontece com ele é uma “coisa de doidos”. Destaca-se a constante luta por preservar o lugar de verdade do que está falando, mesmo quando não é questionado sobre isso. O sentimento de perseguição se faz muito presente nesses trechos anteriores, é uma certeza do Outro como suspeito, que não cessa e que se repete nos diversos cenários nos quais ele participa, inclusive no cenário da pesquisa. As entrevistas viram algo ameaçador para ele também. Em algum momento da primeira entrevista, depois de falar sobre os perigos que ele tem na cadeia, ele decide cortar a entrevista:

Estoy descontando, no me han vulnerado mis derechos, hasta el momento. De que me trasladaron, me trasladaron. Pero ningún compañero me ha agredido. Son las cosas que puedo resaltar. Y he dado con funcionarios que como usted son honorables y han respetado y han tenido las ideas de uno ahí claras y que han respetado lo que uno expone. Entonces, yo pienso que si ya se acabó la entrevista eso era lo fundamental y muchas gracias y no yo le veo problema que saque mi nombre. Yo a la hora que salga sigo exponiendo las ideas. Estoy disponible. Uno aquí no hace nada.¹⁶

Este país está muy polarizado como dice Santos, la realidad. Mire, y estando polarizado y mire, y saben y crea que más de un interno tiene su celular, sus comunicaciones. Tienen comunicación hasta con funcionarios, “vea, a momento le dice que está teniendo un problema con V.” (V. é seu sobrenome). Vea, que lo que yo le estoy diciendo no es que yo sea paranoico, sino que es la realidad. Yo a usted le colaboro, pero mucho cuidado en todo sentido. Eso era no más lo que yo quería decirle y pues sigamos con las entrevistas, ¿Hay algo más?¹⁷

14 A expressão “Sapo” é utilizada comumente na Colômbia para denominar uma pessoa que não consegue reter informações e que as filtra para o bando inimigo.

15 Ele me diz (um colega da prisão) as seguintes palavras textuais “que eu era um sapo”. Que ele tinha um contratinho lá, você sabe, ele é da minha terra e me falou “cuidado com ele”. Eu já fui tirado várias vezes, convidado-a a que procure tudo, tudo sobre meu caso e vai perceber que tudo o que eu falo é real. Igual com os de fora. Sem me fazer de vítima, mas, acredite em mim que o que eles fizeram comigo é uma coisa de loucos, não é?

16 Estou contando, não foram vulnerados os meus direitos, até agora. Mas, eles me trasladaram. Mas, nenhum colega me agrediu. São coisas de destaque. E topei com funcionários que, como você, são honrosos e me respeitam, e tem ideias como as minhas, claras, e respeitam o que eu exponho. Então, eu penso que se já acabamos a entrevista, isso era o fundamental, e muito obrigado, não vejo problema que coloque meu nome. Eu exponho minhas ideias no momento que for. Estou disponível. A gente aqui não faz nada no final.

17 Este país está muito polarizado, como diz o Santos, na real. Olhe, estando polarizado e acredite que tem mais de um interno com seu celular, suas comunicações. Eles têm comunicação até com funcionários. Veja, que o que eu estou falando não é que eu seja paranoico, mas é a realidade. Eu colaboro com você, mas cuidado em todos os sentidos. Isso era somente o que eu queria dizer e, pois, continuemos com as entrevistas, alguma coisa a mais?

Interessante também ressaltar, no trecho anterior, a posição dele enquanto a publicitação das entrevistas. Ele menciona aí “não vejo problema que apareça meu nome”. De fato, isso acontece várias vezes, por exemplo, quando ele menciona que até gostaria que as pessoas que fossem ler o trabalho de pesquisa conhecessem seu nome verdadeiro. Parece que o espaço da entrevista serve como um cenário de explicitação de uma posição política e de uma série de denúncias, em detrimento de uma possibilidade de elaboração pessoal e íntima. Na supervisão e análise das entrevistas entendeu-se que durante as duas primeiras entrevistas a fala de *Revolucionário* respondia a discursos pré-fabricados e muito consistentes com a ideologia do grupo armado. Tentou-se que o último encontro permitisse alguma elaboração subjetiva (portanto discursiva) inédita que o deslocasse dessa dimensão da queixa e do discurso político do grupo.

O último encontro permitiu, assim, atingir mais os afetos sobre fatos da vida dele como guerrilheiro, mas foi o último, já que ele decidiu não participar mais das entrevistas, alegando que estava sendo vítima de ameaças por causa disso. Achava que seus colegas de prisão estavam entendendo a participação dele nos espaços de entrevista como uma traição.

O espaço da entrevista se inscreve como uma oportunidade de posicionamento político, de se mostrar para os outros e de denunciar. De publicizar algo para um Outro mais consistente, um Outro público, o que parece ter conferido consistência imaginária ao Outro e ativado o afeto paranoico de perseguição:

Me llegó un comunicado del Alto Comisionado, de mis compañeros, del Gobierno, que por mi seguridad. Para el mismo director de la cárcel, para que no me muevan de acá. Porque mira nosotros hemos tenido voluntad, todo esto es voluntad de uno. De lo que yo te digo que no sale a los medios de comunicación. Por eso yo le digo que no le veo problema que salga a los medios de comunicación, porque yo le estoy diciendo la verdad, porque de pronto... (no se escucha)¹⁸

Nesse último encontro, *Revolucionário* se encontra, em alguns momentos, alterado com a entrevistadora:

Si. En la sección urbana de Corinto. Fue durante un tiempo, después como te reitero yo tomé los caminos “incorrectos” o como los quiera llamar, no habiendo tantas oportunidades, ¿Qué tuve que hacer yo? Pues mirar otras opciones. Y ahí fue cuando entré en las guerrillas, las milicias, y bueno fue lo mismo que te conté hace poco. Dígame, ¿Qué necesita que le cuente?

18 Chegou uma comunicação do Alto Comissionado, de meus colegas, do Governo, que pela minha segurança. Para o próprio diretor da prisão, para que não me tire daqui. Porque nós tivemos vontade, tudo depende da vontade da gente. Isso que eu te falo não sai na mídia. Por isso eu não vejo problema nenhum que apareça na mídia, porque eu estou falando para você a verdade, porque de repente... (Não se escuta mais).

Yo quiero que usted me cuente, no, calmado, sin alterarse.

*No estoy alterado (risas) sólo que usted dice que usted los escucha, claro yo le cuento. Siempre voy a tener la misma versión. ¿Si?*¹⁹

Essa frase de “vou ter sempre a mesma versão” é muito importante pois surge quando o sujeito é questionado sobre suas escolhas, em momentos que ele se vê alentado a produzir respostas singulares a questões já tratadas na entrevista com respostas pré-elaboradas que se colavam no discurso subversivo. Como vimos, ele sempre trazia “verdades” prescritas sobre os fenômenos tratados na conversa. Na tentativa de colocar essas verdades para a cena singular, emerge esse sentimento de hostilidade.

Um outro elemento singular é a narrativa de um episódio dele sendo portador de sofrimento mental. Episódio registrado nas pastas dentro da prisão, informação que foi subministrada pela entrevistadora, mas sobre o qual ele se posiciona como se tivesse sido parte de uma estratégia de imputabilidade penal. Vejamos.

*Esto me pasó. Yo me iba a volar y allá el Sargento, me agredió. Eso es una cosa. Y aquí también. Yo tengo mis motivos de porqué vivo paranoico, a la defensiva, tengo mis motivos. (No se escucha) Yo ahí en Corinto me conocían mucho, me decían “El loco”, “Cómodos”, y a mí nunca me llamaban por L.H.V., ni alias.*²⁰

*Mi vida ha sido una cosa... Cuando llegué aquí, me sacaron en traslado. Yo he vivido lo que he vivido, lo que me ha pasado, porque yo he estado dentro del grupo, y el objetivo es político. En eso tiempo me mandaron para Popayán y estuve allá. Me acogí a lo de Justicia y Paz cuando Uribe hizo el acuerdo de paz. Me decían “desmovilízate”, y tenía la documentación, pero la verdad no me acogí a ese proceso. Me devolví otra vez, y allá me volví paciente psiquiátrico porque ya no había otra alternativa.*²¹

É importante ressaltar que, na narrativa dele, ser paciente psiquiátrico vira uma estratégia. Mas, esse constante fracasso dentro das FARC com os processos de desmobilização

19 -Sim, na seção urbana de Corinto. Foi durante muito tempo, depois, como repito, eu tomei os caminhos “incorretos”, ou como os queira chamar, não tendo tantas oportunidades, O que tive que fazer? Pois olhar outras opções. E aí foi quando entrei nas guerrilhas, nas milícias, e bom, foi o mesmo que te falei há pouco tempo, me fale aqui, o que você precisa que eu comente para você?

-Eu quero que você me fale, não, tranquilo, sem ficar alterado.

-Eu não estou alterado (risas), só que você diz que os escuta, claro, eu lhe comento. Sempre vou ter a mesma versão, não é?

20 Isso aconteceu. Eu ia fugir e lá o Sargento, me agrediu. Isso é uma coisa. E aqui também. Eu tenho minhas motivações do porquê fico paranoico, à defensiva, tenho minhas motivações. (Não se escuta) ... Eu, ali em Corinto me conheciam muito, me chamavam “O Louco”, “Acomodados”, e ninguém me chamava de L.E.V., nem pelo alias.

21 Minha vida tem sido uma coisa.... Quando cheguei aqui, me tiraram em traslado. Eu vivi o que eu vivi, o que tem acontecido comigo, porque estive dentro do grupo, e o objetivo é político. Nesse tempo me mandaram para Popayán e estava lá. Fui acolhido pela Justiça e Paz quando Uribe fez os acordos de paz. Me diziam “se desmobiliza”, e tinha a documentação, mas a verdade não quis esse processo. Voltei de novo, e lá virei paciente psiquiátrico porque não havia outra alternativa.

aos quais não se submeteu, por exemplo, pode levá-lo, também, à loucura. É como se não existisse uma alternativa mais do que a loucura, nas palavras dele. Retomando a conversa da entrevista:

¿Cuándo me dijiste lo de paciente psiquiátrico estabas tomando medicina?

A mí me determinaron esquizofrenia paranoica, me mandaron para medicina legal. Yo hice pues, porque un primo mío era abogado. Mi primo en tercer grado, mis primos se han especializado en derecho laboral. Y nos ganamos la entrada al psiquiátrico. Un psiquiatra. El dictamen que dio el psiquiatra, hasta donde tuve conocimiento, estaba. ¿Tú puedes creer que se perdió en San Isidro?, se perdió todo eso. Se embolató. Y en la condición que estoy. Mire la persecución, mi primo le metió una demanda a ese juez. Bueno, eso se quedó así, no apareció el dictamen.

¿Pero medicina legal tiene copia?

No aparece²²

Parece que com a perda desse parecer ou laudo (“dictamen” em espanhol) de psiquiatria, ele também perdeu alguma verdade como sujeito. Parece não ter sido possível para *Revolucionário* construir algum saber sobre esse episódio, ele aparece como lacuna e o que se pode dizer se reduz a uma “estratégia” judicial para obter benefícios. Mas a loucura não é nova para o sujeito, lembremos que seu apelido na cidade era “O Louco”. Além disso, o convite à elaboração de sua posição subjetiva esbarra numa defesa rígida que retorna na forma de hostilidade durante a entrevista, indicando uma dificuldade simbólica estrutural, assim como uma estratégia de estabilização pela via da identificação imaginária à Revolução.

Colaborador.

Ele tem 26 anos no momento das entrevistas. Nasceu em Caloto, Cauca. Mora fora da sua cidade desde os 18 anos. Sua família está formada por sua mãe, pai, ele e mais dois irmãos. Tanto ele como sua família pertencem a um Resguardo Indígena. Em algum momento da sua vida começou uma graduação em engenharia que só conseguiu cursar até o quinto período. Também fez um curso de inglês. Tentou ser militar e policial, mas nunca foi aprovado para

22 -Quando você me falou do paciente psiquiátrico, estava tomando remédio?

-Eu fui diagnosticado com esquizofrenia paranoica, foi enviado para medicina legal. Eu fiz, pois, porque um primo era advogado. Meu primo em terceiro grau, meus primos tiveram especialização em direito laboral. E ganhamos a entrada no psiquiátrico. Um psiquiatra. O laudo que deu psiquiatria, o que eu lembro, estava. Você acredita que sumiu em San Isidro (Hospital psiquiátrico). Sumiu. Olhe essa perseguição, meu primo processou esse juiz. Mas isso ficou assim.

- Mas, medicina legal tem cópia?

- Não aparece.

essa posição. Está cumprindo uma pena por homicídio. Constantemente manifesta sua preocupação com o dano causado às vítimas. Ele nunca pertenceu às guerrilhas de base, mas sempre proporcionava informações que permitiam fazer ataques contra os inimigos das FARC (sejam paramilitares ou militares). Manifesta seu desejo de continuar estudando engenharia quando sair da prisão.

A nomeação de “Colaborador” é dada pelo próprio sujeito quando é questionado por seu ingresso no grupo armado, ele fala imediatamente “eu era colaborador”. Constantemente, ao ser questionado por seu lugar na organização armada, ele restitui um lugar de “colaborador” que seria diferente ao lugar de guerrilheiro de batalha. Esse lugar “extimo” na organização que carrega essa nomenclatura é de grande importância para pensar as análises desse caso e a conformação de uma lógica da troca que incide na permanência e na saída da organização.

Existe algo da ordem sacrificial na forma de significar sua trajetória no conflito armado:

Por ejemplo, en el caso mío, mire que mi hermano él es menor. Mi hermano, yo lo hice prácticamente para que, en ese tiempo yo era muy apegado a mi hermano, entonces lo que yo sufrí no lo está sufriendo mi hermano ni lo sufrió mi hermano. Porque yo pagué por él. El en este momentico es profesional, el pasó por la universidad y todo, él está haciendo un doctorado, no sé qué es lo que es.

¿Sacrificarse por ellos?

*Exactamente. Algo así, ¿Si me entiende? Prácticamente eso es un poquito de alivio que ellos están viviendo. Ósea, ellos estudiaron, ¿Si me entiende? Entonces. Y eso fue como una de las cosas que se pudo hacer, por lo menos yo bien, para mí ellos están bien, por ejemplo.*²³

Apesar de não existir nenhuma relação de dependência do irmão dele com o dinheiro que *Colaborador* recebia das FARC, existe uma cosmologia que sustenta a crença de que alguém tem que sofrer um sacrifício na família para que os outros membros dela não sofram.

23 -Olhe por exemplo no caso meu, meu irmão que é mais novo. Meu irmão, eu fiz o que fiz praticamente para que, nesse tempo eu era muito próximo de meu irmão, então o que eu sofri ele não o está sofrendo, meu irmão não o sofreu. Porque eu paguei por ele. Nesse momento, ele é profissional, esteve na faculdade e tais, ele está fazendo um doutorado, não sei o que é....

-Sacrificar-se por eles?

-Exatamente. Algo assim. Entende? Praticamente isso é um pouco de alivio que eles estão experimentando. Quer dizer, eles estudaram. Entende? Então, e isso foi como uma das coisas que se conseguiu fazer, pelo menos eles estão bem, por exemplo.

Como se fosse parte de uma crença de ordem religiosa. O futuro que *Colaborador* projeta para ele mesmo, mostra algo desse funcionamento autopunitivo, da incidência superegoica:

¿Usted qué espera de su futuro? ¿Cómo se ve?

En el futuro yo me veo en unos cinco años, me veo con mis estudios terminados. Porque yo siempre he querido, siempre me ha gustado el estudio, yo donde vea me gusta practicar lo que a mí me gusta. Y me veo así. Si yo en cinco años yo no he terminado mis estudios me siento verdaderamente un fracasado. Pero si en cinco años yo he terminado mis estudios pienso que en algo he logrado lo que yo quiero, ¿me entiende? En lo personal quiero hacer muchas cosas...²⁴

Existe algo da ordem do ritual nessas metas fixas que ele se coloca. Além disso, parece que o interesse pelas armas e pelo conflito armado já estava presente no sonho de ser policial:

A uno le da cosita, como duro. También yo me presenté a la Policía, no me aceptaron, al Ejército, no me aceptaron. Quise ser soldado también. Carrera militar²⁵.

Podemos pensar que a impossibilidade de uma vida profissional militar, dentro do marco das leis o levou a considerar, como saída para realizar esse sonho, uma vida dentro das FARC? É um questionamento aberto que poderia indicar um condicionante que distingue aqueles que, estando em um mesmo contexto marcado pela guerra, a desigualdade e a pobreza, escolhem participar do conflito armado.

Colaborador funciona, no nível psíquico, mediado pela crença em alguma cosmologia ou lei que é superior a ele. Ele a emprega para dar sentido ao porquê ele esteve no grupo armado, para planejar seu futuro e para significar os danos que o grupo ocasionou enquanto ele era um colaborador que contribuiu para que tais danos acontecessem. Há uma norma ou lei que está fora dele, que atinge a ele e aos outros. Mas, essa norma e lei, ao não ser cumprida, castiga ferozmente.

Nas próximas duas seções abordaremos duas conclusões da pesquisa construídas a partir da pesquisa conceitual e da depuração dos casos.

24 -O que você espera do futuro? Como se vê?

-No futuro eu me vejo em uns cinco anos, vejo que terminei todos meus estudos. Porque sempre quis, sempre tive gosto pelo estudo, eu gosto de praticar o que eu gosto. E eu me vejo assim. Se daqui a cinco anos eu não termino meus estudos, serei um fracassado. Mas se em cinco anos termino meus estudos penso que terei conseguido o que eu quero, entende? No pessoal quero fazer muitas coisas.

25 É difícil para a gente. Também, eu tentei na Polícia, não fui aceito, ao Exército, não me aceitaram. Quis ser soldado, carreira militar.

V. A FUNÇÃO GRUPO DAS FARC: QUAL TRATAMENTO AO IMPASSE DA ADOLESCÊNCIA?

Nas seguintes linhas desdobraremos a pergunta sobre o grupo armado FARC se constituir, para os adolescentes que ingressam nele, como um elemento que proporciona uma função de suporte face à crise própria da adolescência - se é como “crise” que podemos denominar o que acontece nesse tempo lógico. Partimos da hipótese de que essa função-grupo das FARC pode produzir um arranjo estável nesses sujeitos, que acontece como resposta a um período crítico na constituição subjetiva que se caracteriza por uma demanda de constituir um saber-fazer com a alteridade sexual e com as mudanças do corpo. Nesse sentido, essa função pode providenciar amarrações mais ou menos estáveis, a depender do caso e a depender da forma como se estabelece o laço com o grupo. Se são estáveis, como desistir do conflito armado quando o grupo ator desse conflito, ao qual se pertence, representa a sustentação íntima do sujeito? Essa é a questão à qual chegaremos no final do presente capítulo.

Vamos percorrer esse caminho em cinco momentos. No primeiro, delimitaremos, teoricamente, em que consiste a adolescência na perspectiva psicanalítica lacaniana, indagando noções como o real da puberdade, a crise da adolescência e o saber sobre o Outro sexo. Na segunda seção, ao se tratar de sujeitos em contextos de profunda violência e desigualdade, é importante trazer para a reflexão a categoria de segregação entendida na sua vertente estrutural como fato de discurso e na vertente de ato de segregação. Se todos os adolescentes do mundo ocidental, e ocidentalizado, atravessam uma crise da adolescência que os deixa vulneráveis, aqueles que estão no lugar do “pior” (os de zonas periféricas e esquecidas pelo Estado, os negros, os descendentes de indígenas) no olhar de um Outro social segregador, enfrentam mais uma vulneração: uma segregação estrutural que recai da forma mais forte sobre eles.

Ato contínuo, entraremos na reflexão sobre os casos, desenvolvendo, inicialmente e a partir das narrativas, a hipótese de que existe um abandono simbólico das figuras paternas vivenciado durante a adolescência por nossos sujeitos, especialmente em um dos casos. Em seguida, a partir da narrativa criada pelos sujeitos para descrever seu ingresso na organização, tentaremos circunscrever um saber sobre o encontro deles, quando adolescentes, com as FARC, questionando se é possível pensar que esse ingresso abre caminho a uma suplência singular que dá tratamento e respostas prontas ao impasse da adolescência. Finalmente, refletimos sobre o lugar que as FARC têm como um Outro, para além da função que cumprem no ingresso. Ou

seja, como as FARC se constituem como alteridade e como isso facilita, ou não, a permanência na organização ou as saídas?

Real da puberdade e adolescência: qual crise?

A leitura psicanalítica da adolescência implica pensá-la como um momento lógico da vida do sujeito que emerge como uma resposta a algo novo que se inscreve como consequência da puberdade. Além disso, é importante entendê-la como uma construção da contemporaneidade, sendo difícil delimitá-la de um ponto de vista cronológico, sobretudo, porque ela não é universal e só aparece como conceito, para definir a hiância entre infância e idade adulta, nas sociedades ocidentais, a partir do século XX (Huerre, 2001; Miller, 2015).

O desenvolvimento de Freud (1905/1990) sobre o tema tem lugar, principalmente, nos *Três ensaios para uma teoria sexual*, texto no qual faz seu comentário mais importante sobre a sexualidade infantil, indicando o caráter autoerótico e polimorfo da mesma, ressaltando o papel da pulsão autoerótica, como também do complexo de Édipo como forma de resolver esses impasses, inaugurando o período de latência.

Com Freud (1905/1990) observamos que a partir da puberdade, como o momento biologicamente “objetivável” que se caracteriza pela mudança dos caracteres sexuais, impõe-se ao sujeito a escolha de objeto amoroso baseando-se nas novas fontes pulsionais (sensuais). A partir disso, o sujeito deverá fazer ou, pelo menos, tentar convergir as correntes sensuais e de ternura em um mesmo objeto. A partir desse momento, reconfigura-se também a autoridade parental. Como aponta Stevens (2004), nesse momento o sujeito enfrenta um encontro com o Real do sexo, que seria essa impossibilidade de um saber-fazer preestabelecido que garanta o encontro com o parceiro sexual. Isso exige que o sujeito construa um saber próprio, do inconsciente, como resposta. Essa resposta diante da impossibilidade da relação sexual, constitui-se como sintoma. Ou seja, a adolescência seria um sintoma da puberdade (Stevens, 2004).

Pensamos que a abordagem da adolescência como um sintoma diante da impossibilidade desse saber preestabelecido faz com que se configure como um momento lógico no qual a opção pela vinculação à violência presentifica uma saída possível para o sujeito. O próprio Stevens (2004) apresenta a violência na adolescência como uma resposta a uma recusa de um declínio da virilidade, consequência do declínio da paternidade. A violência seria uma maneira do sujeito responder ao declínio da autoridade paterna.

Com Lacan (1974/2003), vemos que a adolescência se apresenta como um tempo lógico que se caracteriza pelo aparecimento de um real que remete sujeito ao desamparo originário. Muito importante, nesse caso, descrever como essa emergência coloca o sujeito novamente nessa condição originária que mencionávamos na seção sobre dano e reparação: uma condição de organismo incompleto, e, como vemos, implica a construção de um saber-fazer com isso. Assim, a adolescência coloca ao sujeito de novo a trabalho: ele precisa elaborar um tratamento reparador por meio de um saber inconsciente inédito.

Com Miller (2015), podemos pensar algumas características próprias da adolescência. Uma delas é a tirania do Outro, que significa uma forma particular dos adolescentes de perceber injustiças por parte do Outro familiar ou escolar, outorgando-lhe um imperativo tirânico.

Lacadée (2017) adverte da propensão pela saída via ato nos adolescentes devido a um desencontro com a língua do Outro, além disso, pelo imperativo de se colocar em um lado da partilha sexual. Isso se explica a partir do fato do adolescente não conseguir situar, em seu ser, o discurso que lhe dava uma ideia de si como uma criança fálica: o lugar como objeto no desejo do Outro parental. Trata-se do que tem sido desenvolvido, a partir da reflexão lacaniana, como o movimento pelo qual a adolescência faz furo no real, que confronta ao adolescente com um furo no saber (Lacan, 2001, citado por Lacadée, 2017). Lima (2016) indica que o adolescente é confrontado com um gozo impossível de dizer, suscitando a escolha da partilha sexual como resultado da sexualidade feminina que aparece como alteridade, ao que se acrescenta o enfraquecimento da fantasia infantil para dar conta da angústia do adolescente. A autora expõe que a adolescência inauguraria essa possibilidade de nomeação desse gozo, não mais no nível do Ideal (próprio da infância) e sim próximo do real.

Em síntese, a adolescência para a psicanálise não é um momento objetivo do “ciclo vital”, mas, uma resposta que acontece nas sociedades ocidentais frente às mudanças da puberdade, na qual o sujeito elabora um saber que lhe permite fazer uma entrada como adulto no campo social. Ela é uma solução sintomática diante do impasse da não relação sexual, configurando-se como um tempo de espera e de elaboração (Guerra et al, 2012).

Vemos, com a clínica e com a teoria, que a adolescência produz uma hiância no saber sobre o sexo, o que impõe um trabalho subjetivo árduo para o adolescente. Essa relação particular com o saber se manifesta em uma crise da palavra e da representação como semblantes. Existe um declínio da palavra, e uma predominância da atuação. Tal atuação aparece com duas possíveis expressões: o *acting out* e a passagem ao ato.

Estes dois termos são trazidos por Lacan para a teoria psicanalítica no *Seminário da Angústia*. Sobre a passagem ao ato, Lacan (1962-63/2004) a define como uma retirada da cena do Outro ao mundo via atuação: “é então que, do lugar em que se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito –, ele se precipita e despenca fora da cena” (p. 129). Esta passagem está aparelhada ao mecanismo da fuga. Lacan (1962-63/2004) distingue o mundo e a cena do Outro. Diferente da cena do Outro, na qual o sujeito tem que se constituir e assumir um lugar como portador da fala em uma estrutura de ficção, o mundo é “o lugar onde o real se comprime”. Portanto, a passagem ao ato seria um passo da cena do Outro ao mundo.

Para Lacan (1962-63/2004), *acting out* e passagem ao ato são condições opostas. O *acting out* é uma coisa que se mostra na conduta do sujeito com uma ênfase demonstrativa na sua orientação para o Outro. O *acting* “é, em essência, a mostraçã, a amostragem, velada sem dúvida, mas não velada em si. Ela é só velada para nós, como sujeito do *acting out*, na medida em que isso fala, na medida em que poderia ser verdade” (p. 139).

Assim, o *acting out* é um sintoma que clama pela interpretação do Outro. Ao contrário do sintoma tradicional, que não faz um apelo ao Outro, pois é gozo encoberto. O *acting* é o começo da transferência, denominada por Lacan (1962-63/2004) como transferência selvagem. Diferentemente do que se passa com o sintoma, não se precisa de análise para que exista transferência no *acting out*.

Lacan (1962-63/2004) se pergunta sobre como agir diante do *acting out*, de como domesticar a “transferência selvagem”. Para isso menciona três maneiras de agir com ele: interpretá-lo, proibi-lo, ou fazer um reforço do *eu*. Nessa linha, interpretá-lo teria poucos efeitos pois é para isso que ele serve (o sujeito “sabe” o que faz com o *acting out*). Caso de que exista, o que importa nessa interpretação não é o sentido, senão o resto. Tomar a proibição como saída aparece como impossível, e reforçar o *eu* seria para Lacan “domesticar a transferência”, não entrando em detalhes sobre essa terceira saída.

Estes dois conceitos permitem entender a conexão entre a adolescência como sintoma e a atuação (seja pelo *acting out* ou pelas passagens ao ato). Como vemos com Lacadée (2007) a atuação na adolescência acontece porque o adolescente tem dificuldade de traduzir em palavras o excesso sexual que irrompe traumáticamente no corpo. Mas, a diferença entre as duas modalidades de atuação tem consequências clínicas importantes. Poderíamos pensar, sem muitas dúvidas, que todos os adolescentes se apoiam nos *acting out*, fazendo chamados ao

Outro. Mas, aqueles que fazem passagens ao ato, encontraram-se sem recursos na linguagem e com poucas saídas, podendo existir uma montagem subjetiva na qual ganha protagonismo um *supereu* inflexível operando de forma tirânica.

Guerra et al (2012a) apresentam uma hipótese interessante diante da emergência da violência na adolescência. As autoras expõem que, nos jovens atravessados pelo tráfico de drogas, há uma redução ou uma supressão do compasso de espera. Há, na adolescência, um rompimento com a continuidade edípica, pois o sujeito precisa se responsabilizar pela nova forma de gozar que emerge após a puberdade. Nesse sentido, se a adolescência precisa da construção de um saber e um deslocamento da fantasia infantil, a hipótese das autoras é que os jovens do tráfico fazem um curto-circuito, passando pela puberdade e não pela adolescência. Se a puberdade é uma etapa universal no ser humano, a adolescência é marcada pelo não lugar, um período de espera para a entrada no mundo adulto (Guerra et al, 2012a).

Desse modo, percebemos, no discurso dos jovens que participaram da pesquisa referenciada nesse trabalho, que esse espaço para a adolescência parece não existir. Eles parecem ter acesso direto à vida do crime, ao sexo, e às drogas sem elaborar o real da puberdade, constituindo o que elas denominam como uma “saída fácil”, que se manifesta no fato de que muitos desses jovens se tornam pais, passam a viver com uma companheira, assumem a vida financeira da família de origem como “homens da casa” e se instalam no crime. Eles não dão tempo para a construção das fantasias próprias do “despertar” da puberdade, como já indicava Lacan (1974/2003). Esse saber que deve ser produzido durante esse período ou tempo lógico do sujeito não se constrói e se passa via direta ao mundo social se valendo do crime (Guerra et al, 2012a). Em termos textuais:

Diante de fenômenos característicos da puberdade (como o esfacelamento da imagem, a impossibilidade simbólica de dizer das mudanças físicas e afetivas do real que irrompe com o encontro com a sexualidade – ou castração), o saber do crime poderia ser pensado como um Outro que garante uma resposta e uma inscrição no laço social. (Guerra et al, 2012, p. 259).

Assim, existe um Outro do crime que prometeria uma resposta ao furo da estrutura, oferecendo um sistema normativo e regulador, ainda quando não é dialetizável (Guerra et al, 2012). O adolescente de nossa época, que como vimos, prefere uma saída mais fácil e direta dada a incidência do discurso do capitalista, encontra no crime uma possibilidade de construir uma resposta diante dos seus impasses adolescentes. Naturalmente, esta visão tem que levar em conta um contexto simbólico e social precário que facilita esta configuração: diante da carência de outros referentes, o crime tem um lugar privilegiado. Fazendo uma visada crítica

da realidade social desses adolescentes, parece que para eles a adolescência está vetada, eles ficam sem o direito à adolescência como um tempo de compreender.

A segregação como categoria.

Essa realidade mencionada anteriormente nos leva a uma pergunta sobre a segregação nos adolescentes envolvidos em formas de violência contemporânea como o tráfico e o conflito armado colombiano: existe um processo de exclusão estrutural que facilita esse curto-circuito na adolescência desses sujeitos? É importante, assim, refletir se teria lugar a segregação como categoria de interpretação da subjetividade de adolescentes no crime e no conflito armado. Askofaré (2009) elabora uma leitura sobre o conceito ou noção de segregação na obra de Jacques Lacan. Para o autor, a “segregação” não faz parte do vocabulário comum da psicanálise, mas aparece cada dia mais devido à necessidade de circundar os efeitos do discurso da ciência na civilização contemporânea. Para o autor, em Lacan, a segregação aparece como causa e como efeito de segregação, ambas perspectivas desenvolvidas entre 1967 e 1970.

Como causa, a segregação aparece, por exemplo, no *Seminário 17*, quando Lacan (1969-70/1991) faz uma leitura de *Totem e tabu* de Freud para indicar que a segregação estaria no princípio de qualquer forma de fraternidade, sendo a fraternidade um efeito de significante. Lembremos a citação:

As energias que empregamos em sermos todos irmãos provam bem evidentemente que não o somos... essa obstinação com a fraternidade, sem contar o resto, a liberdade e a igualdade, e coisa ridícula, que seria conveniente captar o que recobre.... Se conheço uma única origem da fraternidade – falo da humana, sempre os hùmus - é a segregação. Estamos evidentemente numa época em que a segregação, erght! Nenhuma outra fraternidade é concebível, não tem o menor fundamento, como acabo de dizer, o menor fundamento científico, se não é por estarmos isolados juntos, isolados do resto (Lacan, 1969-70/1991, p. 107)

Essa forma de segregação se produz por um efeito de significante. Nesse sentido, a tese lacaniana se verificaria pelo fato de que todas as organizações humanas se nutrem da ideia de fraternidade, da família até a nação (Askofaré, 2009). Isso indica tipos de arranjos em torno de um S_1 ou de modos de tratamento de gozo que só existem se opondo entre Um e Outro, “quando o Outro se desvanece, é o Um que se cinde” (Askofaré, 2009, p. 348). Ou seja, a segregação estaria no princípio de organização de qualquer sociedade aparelhada ao redor de fraternidade, pois sempre que há fraternidade há uma oposição entre Um e Outro que faz possível a constituição dessa sociedade, grupo, família ou clã fraterno. Se há fraternidade, há segregação.

A segregação aparece como efeito na *Proposição de 1967*. Nesse escrito, Lacan (1967a/2003) infere que os fenômenos de segregação respondem a diversos discursos que se organizam e estruturam ao redor de um pai ideal ou de um significante ideal, inaugurando uma lógica a partir da qual se instauram as segregações, as fraternidades e se afirmam as solidariedades, existindo um racismo de discurso (Askofaré, 2009). Nesse mesmo texto, Lacan (1967/2003) denuncia que o discurso da ciência torna dizível o campo de concentração e que, frente a isso, existe uma aparente imparcialidade nas sociedades de psicanálise, pelo qual outra psicanálise deve ser formulada a partir da Escola.

Finalmente, em *Alocução sobre as psicoses da criança*, Lacan (1967b/2003) se posiciona de forma crítica diante da psiquiatria da época, indicando um lugar privilegiado desse campo que exerce um poder e uma autoridade de forma particular fazendo uso de algumas práticas segregativas que Foucault já tinha apontado na sua obra (Askofaré, 2009).

A prática do encerramento da loucura e do isolamento dos loucos seria correlativa com o advento da ciência e do sujeito da ciência. Lacan (1967b/2003) ressalta o caráter contemporâneo da segregação como produto do avanço do discurso da ciência. Existiria, assim, um passo da lógica do “Império” para uma do “imperialismo”, que teria como pergunta, nas palavras de Lacan, “como fazer para que as massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas?” (Lacan, 1967b/2003, p. 361). Existiria a hipótese de que, no contemporâneo, a posição de criança (com seu corpo no lugar de objeto na fantasia da mãe) fosse generalizada, como uma criança generalizada a todas as subjetividades, como consequência do discurso da ciência. Isso, para o autor, implicaria pensar que não existe “gente grande”, o que abriria a possibilidade da entrada do mundo inteiro no caminho da segregação.

Askofaré (2009) faz uma leitura do enunciado por Lacan nesses três textos, indicando, sobretudo, ao respeito da segregação como efeito, que o sujeito da ciência deixaria, como consequência, a dominância e a segregação. A ingerência que esse sujeito deixaria tem algumas implicações. A primeira seria a multiplicação, “erratismo” e desordenamentos dos objetos *a*. A segunda está relacionada com o advento de um novo mal-estar na civilização universal. E a terceira seria a emergência de uma prática *nova* segregativa. Essa prática seria entendida como produto do significante-mestre e suas incidências sobre o gozo e a repartição (Askofaré, 2009). Essa prática se sustentaria pela “forclusão da verdade como causa” (Askofaré, 2009, p. 352), constituindo isolamentos, concentrações e repartições inter-humanas, efeitos de segregação. A

lógica dessa prática visa a classificação, redução, separação e disseção de seus objetos, criando classes e efeitos de segregação.

Em síntese, a segregação, ainda que pouco trabalhada como conceito na obra lacaniana, indica uma possibilidade de ser pensada como elemento estrutural que estaria imerso na constituição do ato de linguagem e na forma como se constituem as organizações humanas. Mas, também, a segregação aparece como um efeito do discurso da ciência que teria consequências importantes no laço social contemporâneo, a ideia da criança generalizada é uma delas. E, como a categoria de segregação pode ser lida no adolescente? Especificamente, o que poderíamos dizer sobre a segregação como efeito no adolescente colombiano que pertence aos grupos armados?

Siqueira (2016) desenvolve como hipótese, de uma pesquisa sobre adolescências e segregação, que a violência seria uma das possíveis respostas dos adolescentes e jovens aos problemas da segregação no mundo contemporâneo. Lacadée (2011, citado por Siqueira, 2016) menciona que os jovens envolvidos no crime adquirem a conotação de “escória”. Esse termo guarda relação com o termo “evacuar”, pelo qual aquele quem foi denominado como escória seria tratado como dejetos. Isso dá ao adolescente da violência uma qualificação de *não jovem*, desumanizando sua experiência, o que faz com que se reduza a um objeto a ser evacuado.

Siqueira (2016) identifica que o discurso da ciência e o discurso capitalista, face aos problemas da segregação, modifica o lugar do mundo a respeito da adolescência e da juventude, deixando como efeitos um saber normativo, disciplinar e regulamentador sobre os corpos. Isso torna “opaco o lugar de transição a que se refere a adolescência e o lugar da transformação inerente à juventude” (Siqueira, 2016, p. 192). O comportamento transgressor adquire nomeações, classificações e regulamentações que aproximam cada vez mais a adolescência e a juventude às violências e ao perigo (Siqueira, 2016). Para o caso do Brasil, o autor identifica que essa proximidade entre violência e uma parcela da população de jovens brasileiros negros, pobres, do sexo masculino e moradores de favelas é uma ligação estrutural. O que implica que a violência seja a resposta de alguns desses adolescentes face à segregação. O nome “favelado” se torna um elemento que consegue fazer conjunto dos que pertencem a uma comunidade e grupo específico, generalizando a experiência e justificando violações, abusos e mortes (Siqueira, 2016).

Vemos aí uma leitura para o Brasil interessante, mas, poderíamos levantar a hipótese de que a segregação pode ser uma categoria que incide na escolha de alguns sujeitos pelas

organizações subversivas na Colômbia. Lembremos que, como vimos no capítulo sobre a história do conflito armado, este foi sentido, especialmente, em regiões rurais de extrema pobreza, esquecidas pelo Estado e nas quais prevalece a desigualdade econômica. O que se traduz em contextos onde convivem, de forma desigual, grandes donos de fazendas e monoculturas e camponeses sem terrenos suficientes para configurar uma economia autossustentável, sendo estes últimos forçados a trabalhar abaixo de qualquer norma ou condição laboral esperada nas fazendas dos grandes donos. Acrescentemos a isso, que uma das regiões de maior prevalência do conflito armado, e na qual as lógicas políticas, sociais e subjetivas ficaram mais enraizadas, foi a região do sul-ocidente colombiano, região que abarca a maior parte da população negra e indígena que tem o País. Também, uma das populações mais pobres e excluídas. Veremos com os dois casos se há algo da segregação estrutural que toque essas subjetividades.

Abandono simbólico na adolescência.

Escolhemos utilizar o termo “abandono simbólico” para indicar um elemento emergente das elaborações subjetivas nas entrevistas. Na psicanálise, “abandono simbólico” aparece em alguns casos para falar dos elementos subjetivos implicados na constituição do autismo, como um abandono do grande Outro em relação à criança. Outras elaborações compreendem a possível existência de um abandono simbólico do pai no complexo de Édipo, o que gera uma vinculação imaginária com o saber imaginário do Outro do tráfico ou da guerra, numa tirania não dialetizável (Pedroza & Guerra, 2017). Almeida et al (2013) tomam uma elaboração do Quinet (2002, citado em Almeida et al, 2013) para indicar que o adolescente, especialmente aquele atendido pelas políticas públicas de atenção clínica, encontra-se, com relação à cultura, em uma forma de abandono simbólico. Ou seja, podemos dizer que abandono simbólico faz referência a uma situação na qual o campo do grande Outro não consegue incidir no sujeito, gerando uma ruptura, seja com a modalidade da função paterna, com a atividade de constituição do sujeito ou com a transmissão simbólica da cultura.

As elaborações subjetivas que aconteceram nas entrevistas indicam um possível não lugar na família que eles dois tiveram na infância e na adolescência, especialmente no caso de *Revolucionário*. Não lugar que poderia remeter a um abandono simbólico. Esse “não lugar” poderia ser traduzido como carência, algo diferente do déficit, no investimento do interesse particularizado e do dom de um nome para o desejo, retomando Lacan (1969/2003), de um dos filhos com relação aos outros irmãos do casal familiar?

Mas, primeiro, como vimos na apresentação dos casos, não há dúvida da ausência dos pais na dimensão das funções materiais e de necessidades básicas, especialmente no caso de *Revolucionário*. Por enquanto podemos afirmar, independentemente da função materna ou paterna exercida aí, que o pai e a mãe na realidade estiveram ausentes durante a adolescência. Isso não é sem consequências.

A família para a psicanálise está marcada por fraturas sintomáticas que, paradoxalmente, geram sofrimento e são constitutivas dos vínculos familiares. Leis familiares, sintomas, o segredo familiar e o lugar de cada filho na fantasia do casal familiar, são algumas das leituras psicanalíticas que podem ser feitas sobre a família. Aprendemos com a psicanálise que não existem muitas outras opções: a família é o cenário do sintoma (Lacan, 1969/2003). Tanto é assim que a análise se sustenta, em grande parte, pelas narrativas incessantes do romance familiar e do sofrimento que isso significa para o neurótico.

O que poderíamos dizer quando o tratamento ao mal-estar e sofrimento constitutivo de pertencer à família se tramita com afastamento, ruptura ou distância do casal familiar com relação a algum dos filhos? Diante do desencontro que inaugura o real do sexual na adolescência, eles são atravessados por outro desencontro: ter um lugar em xeque na família, estar dentro e fora, ao mesmo tempo, dessa família.

Alguns adolescentes que ingressam nas filas das FARC poderiam estar marcados por um segundo desamparo, além do furo que significa, no real, a irrupção da puberdade que gera como sintoma a adolescência. Neste caso, não o desamparo originário que assinalava Freud no momento de nascimento da criança quando precisa da ação específica de um Outro. Trata-se de um desamparo consequência da crise adolescente, com o agravante do exílio familiar abandonônico que parece ser um operador pertinente de leitura. Vejamos.

Para *Revolucionário* parece que as FARC suprem alguma carência simbólica que deveria estar orientada pelos pais ou pelo núcleo familiar. Sobre sua infância, ele menciona:

A ver te explico, yo te decía en la otra entrevista que mi hermano se fue para un lado de la familia de mi padre, paterna, ¿No? Ellos tenían modos de convivencia mejor, más estable. Mi abuela por parte de papá ella lo crio y le dio para estudiar. Entonces las diferencias es que por parte de mamá pues mi familia siempre ha sido unida. Yo me crie con mi mamá, porque así yo la denomino, mi abuela es mi madre, es como mi mamá. Y no tuvieron las mismas oportunidades ni los mismos recursos económicos que mi otra abuela, por parte de padres. ¿Sí? Entonces muchas veces uno desde muy pequeño, uno tenía que, mejor dicho, trabajar. Sabiendo que las condiciones no eran iguales, ¿No?

Pues mira que desde muy pequeño me tocó muy difícil porque mi familia era de muy bajos recursos, mi padre era una persona muy aislada y pues aún, hasta hoy en día mi padre... yo tengo una relación muy, pues, no más allegada, pero sí de vez en cuando, una vez al mes, cada dos meses, yo lo llamo. Pero él nunca tuvo ese afecto paternal, jamás. Y... y eso.... Pero nunca tuve ni mi madre, ni mi padre, jamás. Entonces eran mi abuela, mi abuelo, mi tía, mi tío, hasta que pues lamentablemente le quitaron la vida.²⁶

Vemos, no trecho anterior, uma denúncia da inoperância das funções de cuidado e de proteção dos pais da realidade, sendo supridas pela família ampla e pelo tio que, ao ser assassinado pelos paramilitares, produz em *Revolucionário* um movimento de vingança. Isso fica mais explícito na denúncia da última frase quando ele menciona que “não tive nem mãe, nem pai”. Entretanto, além da carência das funções de cuidado e de manutenção, para *Revolucionário* há outra dimensão da carência que se inscreve. Ele menciona, posteriormente, que sempre sentiu falta da “parte paternal”. As FARC entraram, então, a suprir um abandono simbólico parental que tinha sido tratado, até então, pelo tio, mas depois de sua morte, outra saída precisou ser criada:

*Pero, esa parte paternal le hace mucha falta a uno, por eso yo te digo que a mí me dolió mucho la muerte de mi tío, yo veía a mi tío como un padre que nunca tuve. Mi tío era una persona de piel morena, se llamaba J. y pues por causa del conflicto le cegaron la vida, pues. Y raíz de todo eso, de todos esos sentimientos encontrados, cuando yo ingresé a la guerrilla pues ya... ¿Qué te digo? Uno a veces ingresa porque quiere tener un arma, uno muchas veces ingresa por de pronto, por sed de venganza. Pero cuando yo estoy allá en la organización, lo veo con otros ojos.*²⁷

A vingança se transformou, nesse sentido, em laços de amor fraternal na organização, que por sua vez, substitui essa carência da “parte paternal”, sobre a qual ele menciona que

26 Vou te explicar, eu dizia na outra entrevista que meu irmão foi para o lado da família de pai, a paterna, né? Eles tinham modos de convivência melhores, mais estáveis. Minha avó por parte de pai criou ele e lhe deu para estudar. Então as diferenças são que por parte de mãe, pois, a família sempre foi unida. Eu me levantei com minha mãe, porque assim eu nomino ela, minha avó é minha mãe, é como minha mãe. E não tiveram as mesmas oportunidades nem os mesmos recursos econômicos que minha outra avó, por parte de pais, viu? Então muitas vezes a gente desde muito novo tinha que trabalhar. Sabendo que as condições não eram iguais, né?

Desde que eu estava muito novo tive que passar trabalho porque minha família era pobre, meu pai era uma pessoa muito isolada e, pois, ainda, até hoje em dia meu pai... eu tenho uma relação não muito próxima, mas às vezes quando, uma vez ao mês, cada dois meses, eu ligo para ele. Mas ele nunca teve esse afeto paternal, jamais. E... E isso... Mas, nunca tive nem mãe, nem pai, jamais. Então eram minha avó, meu avô, minha tia, meu tio, que, infelizmente, foi assassinado.

27 Mas, essa parte paternal faz muita falta, por isso eu te falo que para mim doeu muito a morte de meu tio, eu tomava ele, meu tio, como um pai que nunca tive. Meu tio era uma pessoa de pele morena, chamava-se de J. e pois, por causa do conflito lhe terminaram sua vida, pois. A raiz disso, de todos esses sentimentos encontrados, quando eu ingressei na guerrilha, pois já, o que posso dizer? Às vezes a gente ingresa porque quer ter uma arma, muitas vezes é por sede de vingança. Mas quando eu estou lá na organização, eu vejo com outros olhos as coisas.

nunca teve. Produziu-se um efeito, no simbólico, que favorece o laço social, mas que, nesse caso particular, produzirá um excesso de sentido e de consistência dada ao grupo e à causa que esse grupo representa.

Colaborador e Revolucionário têm atravessamentos em comum como desmobilizados das FARC. Nossa pesquisa evidencia isso ao tentar amarrar esses elementos para construir um saber sobre nosso tema. Porém, como sustentamos anteriormente e continuamos sustentando, há lógicas subjetivas que os colocam em lugares bem diferentes. Acreditamos que no caso de *Colaborador* a questão do abandono simbólico não é marcante, ainda que em alguns momentos ele denuncie, assim como *Revolucionário*, a carência de provisões materiais vindas do núcleo familiar, como consequência de uma inoperância dos pais da realidade, e a necessidade de procurar, por fora, dinheiro e bens.

Pelo contrário, no discurso de *Colaborador* há marcas da transmissão de imperativos familiares paternos, por exemplo quando ele diz que “na cabeça dele” ficou o que seus pais falavam “Estude para que trabalhe... para que seja um moço do bem e possa ir embora... você vai embora e faz sua vida em outro lugar”. E *Colaborador* tenta cumprir essa indicação, ingressa na faculdade, mas falha: algo dessa vontade escapa e comete o homicídio que o levou à prisão onde está hoje em dia.

Em adição, ainda que não exista um abandono simbólico ou uma carência das funções materna e paterna, essa carência material foi significativa no seu ingresso. As FARC fizeram um acolhimento importante e ele conseguiu fazer laço com o grupo a partir do tratamento dado a essa carência. Quando é questionado se seu ingresso no grupo armado foi forçado, *Colaborador* menciona que não, mas que esse ingresso aconteceu porque “sempre deve haver um apoio da família, ninguém me deu esse apoio”. Ou seja, as FARC supriram algo da ordem material, mas essa ação de resgate teve uma significação simbólica de grande relevância para ele. Sua ligação com a família é importante. Menciona, inclusive, que o dinheiro que ele recebia era destinado a suprir gastos familiares. Quando é abordada a questão da prisão, ele menciona que o que mais lamenta de cumprir uma pena é a falta que sente, como consequência, da distância de sua família.

Para *Revolucionário*, há certeza de um abandono nas funções materiais e simbólicas dos pais da realidade. Abandono que foi suprido pelo tio, que era como “um pai que nunca tive” e que, posterior a sua morte, foi tratado pelas FARC. *Colaborador* está atravessado por uma ligação familiar mais estável, mais sólida e na qual operaram várias transmissões. Assim,

tanto para *Colaborador* como para *Revolucionário*, as FARC suprem algumas carências do entorno familiar, sejam elas materiais, como esse “apoio” do qual fala o primeiro, ou sejam simbólicas e de filiação, como deixa mais explícito o segundo.

É possível problematizar os elementos subjetivos que poderiam estar implicados na experiência de abandono simbólico. O adolescente encontra como impasse uma experiência de abandono parental subjetivada e significada assim. Trata-se de uma experiência de se sentir menos importante para o casal familiar que os demais irmãos, denunciado por *Revolucionário* quando se queixa da fraqueza das funções básicas de cuidado e do afastamento de seus pais com relação a ele. O encontro com as FARC tem um estatuto paradigmático, como veremos, pois, consegue suprir essa carência simbólica.

O encontro dos adolescentes com as FARC: suplências e amarrações.

Um dos resultados da pesquisa que tem um caráter mais central para a discussão é pensar que o encontro do adolescente, e de nossos sujeitos quando adolescentes, com as FARC tem um estatuto paradigmático que ganha uma relevância para a permanência posterior na organização. Como vimos, o grupo pode suprir algo da transmissão simbólica que está fraquejando. Mas, além disso, o grupo permitiria, a nosso ver, uma suplência subjetiva que atua como tratamento da adolescência, entendida como um sintoma da puberdade.

Essa suplência aparece na forma de amarração subjetiva. Vidal & Pinheiro (2015) indicam que, diante do real, da primazia do significante, o sujeito “busca construir saídas para possibilitar uma amarração entre o significante e o significado. Uma amarração que disfarce a verdade dessa primazia, que possibilite um universo de trocas, que se estabeleça um discurso” (p. 271). Esse seria, de acordo com os autores, o “ponto de basta” que Lacan (1966, citado em Vidal & Pinheiro) reconheceu como aquele que permite que o significante detenha o deslizamento da significação. No “primeiro ensino” de Lacan, assume-se que esse ponto de basta seria o Nome-do-Pai, servindo de *point de capiton* entre significante e significado (Vidal & Pinheiro, 2015). É por isso que, para os autores, alguma coisa se estabiliza no mundo neurótico.

Diante da preocupação pelas amarrações na psicose, os autores pulam para o denominado “último ensino” de Lacan para pensar outras possibilidades de amarração. Nesse último ensino, o protagonismo está dado para o universo dos nós, dos enlaces e desenlaces do nó borromeano e das amarrações que se produzem entre os três registros imaginário, real e simbólico (Vidal & Pinheiro, 2015). Como na psicose existe uma falência no Nome-do-Pai

como operador que amarraria os registros, o caso paradigmático de Joyce com sua invenção, que Lacan denominará de *sinthome*, supre essa falência e consegue amarrar esse nó falho (Vidal & Pinheiro, 2015).

Também, sobre a pergunta pela psicose, Guerra (2017b) tenta pensar as possibilidades de suplência nessa estrutura. Suplência que é consequência de uma forclusão e que fará amarração, borromeana ou não, nos três registros. É sobre o real que opera o Nome-do-Pai amarrando os três registros, provocando o efeito de amarração de tal modo que, soltando-se um, os três se desatam (Guerra, 2017b). Vejamos a amarração clássica do Édipo:

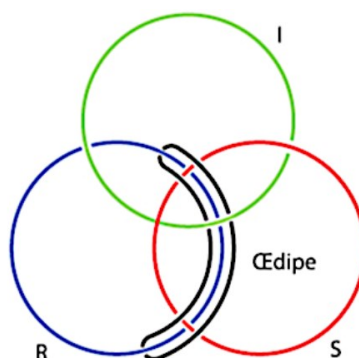


Figura 9. Nó borromeano de quatro elementos com reforço no Real.
Fonte: Skriabine, 2006 (citado em Guerra, 2017b)

Contudo, a autora indica que, partindo do próprio Lacan, o caso Joyce ensina como o quarto elemento do nó que faz suplência (o *sinthome*) supre um desarranjo dos três registros. Ou seja, que se por alguma questão estrutural ou da contingência, essa amarração vacila, é o quarto elemento que pode suprir esse ponto, “inventando outro caminho para o sujeito” (Guerra, 2017, p. 48). Esse ponto permitiria entender que esses recursos clínicos borromeanos da psicose possam servir para a clínica psicanalítica em extensão (Guerra, 2017b). Esse quarto nó indicaria a saída singular do sujeito para se haver com o impossível de enunciar, segundo a mesma autora.

O protagonismo da singularidade que mostra essa clínica abre caminho para pensar que podemos aplicar a ideia de suplência e amarração para a clínica e a pesquisa psicanalítica, sendo formalizações não exclusivas da clínica da psicose. E, também, porque o que Lacan subverteria com essa lógica é a proposição de uma solução universal, representada no Nome-do-Pai e o registro fálico (Guerra, 2017b). O que implica que cada sujeito poderá operar com uma forma de suplência diante do impossível de ser nomeado. Essas possibilidades de saídas

singulares seriam transversais às estruturas (Guerra, 2017b), ainda que seja especialmente importante e prevalente na psicose, na qual não existe uma centralidade fálica.

Tentaremos problematizar como a entrada no grupo armado; primeiro, constitui-se como um evento paradigmático que marca a subjetividade deles na época da adolescência em dois tempos lógicos; segundo, poderia ser pensada como uma amarração subjetiva mais ou menos estável que aparece como resposta à crise da adolescência.

Sobre a entrada nas FARC, *Revolucionário* constrói a seguinte narrativa:

*Allá. Yo me salí de estudiar un tiempo, me puse a trabajar. Y ahí en Corinto, porque ya me ingresé a la organización. Desde los 14 años. Pues yo ingresé por ahí tipo unos 16, 15.*²⁸

*Mi pasado. Hace muchos años, cuando tenía unos 16 y 17 años, nosotros vivíamos en un bello municipio de Corinto, Cauca. Aproximadamente a 3 horas de aquí de Cali. Lamentablemente, el bloque Calima de las autodefensas hicieron una masacre en unos bares y unas cantinas. Fuimos víctimas de un atentado, un tío mío que, lamentablemente, falleció. Eso fue inclusive noticia a nivel nacional... Fuimos víctimas de las autodefensas, bloque Calima, como le venía diciendo. Desde ese momento a mí me cambió la vida pues porque yo a mi tío lo quería como un padre... Las autodefensas pasaron de pasón, como se dice, entonces pues yo la verdad, pues... ingresé a las FARC, de pronto por ese rencor de... al principio fue por eso, el motivo más fundamental fue por eso. Ya cuando yo ingresé a las filas pues ya vi una forma de lucha diferente. La realidad del destino ya me enseñó a, a que, lamentablemente, este país está manejado por la oligarquía, la burguesía y siempre nos enseñaron a que en este país tenía que haber un cambio.*²⁹

Assim como as FARC têm o mito fundacional de grupo, *Revolucionário* constrói um mito individual de entrada ao grupo, a partir de uma cena traumática. A visão romantizada do estado das coisas em sua “Bela cidade” antes da ofensa dos paramilitares é uma vertente desse mito. A vingança e o ódio motivaram seu ingresso, como vimos no parágrafo anterior, que

28 Eu saí da escola um tempo e comecei a trabalhar. E ali em Corinto, porque já tinha ingressado na organização. Desde os 14 anos, pois eu ingressei uns 15 ou 16 anos.

29 Meu passado. Há muitos anos, quando eu tinha uns 16 e 17 anos, nós morávamos numa bela cidade de Corinto, Cauca, aproximadamente a três horas daqui de Cali. Lamentavelmente, o bloco Calima das autodefesas fez um massacre em uns bares. Fomos vítimas de um atentado, um tio meu que, lamentavelmente, faleceu. Isso foi, de fato, notícia a nível nacional.... Fomos vítimas das autodefesas, bloco Calima, como falei. A partir desse momento minha vida mudou pois eu queria a meu tio como um pai... As autodefesas passaram rápido, como se diz, então, na verdade... Ingressei nas FARC, quiçá, por esse rancor de... no começo foi por isso, o motivo mais fundamental foi esse. Já quando eu ingressei nas filas pois vi uma forma de luta diferente. A realidade do destino já me ensinou que, lamentavelmente, este país está sendo conduzido pela oligarquia, a burguesia e sempre nos ensinaram que este país precisava de uma mudança.

acontece como uma tentativa de dar tratamento a esses afetos. Mas, sua permanência no grupo estava condicionada a questões ideológicas nas quais encontrou um arranjo:

Entonces pues yo ya vi que en realidad las FARC luchaban por unos principios, por un pueblo y bueno me enrolé en la organización, el movimiento. De ahí vino organización política-militar. En lo militar pues bastante difícil, en lo político nos enseñaron que había que cambiar estas élites políticas que había actualmente y que siempre ha habido, como el partido conservador, y bueno que siempre ellos querían monopolizar y que tenían al pueblo como un títere, que los querían manejar, entonces pues ahí empezó.³⁰

Ele foi convocado de forma simbólica a tomar partido do conflito armado desde muito cedo:

Se veía mucha violencia por parte del conflicto, pues, como te contaba, nosotros hemos sido víctimas tanto de mi propia organización que pertencí, como de las Autodefensas. ¿Por qué? Porque la misma organización había familiares que, lamentablemente, les dieron de baja, de las mismas autodefensas, que mataron un tío, entonces lo coloca uno a tomar decisiones y a pensar diferente y ver la vida desde otro ámbito. Básicamente fue eso.³¹

Evidencia-se um curto-circuito na adolescência, no sentido que propõem Guerra et al (2012). A entrada no grupo significou um pulo da infância à idade adulta, ou, pelo menos, um semblante adulto, de forma abrupta e sem o suficiente “tempo de compreender”:

Pues se puede decir que amiguitas (quando foi questionado da existência de namoradas na adolescência), pero es algo que no fue fácil que en mi infancia y mi juventud marcó o fue diferente de todos los demás, pero para mí fue una cosa como muy rápida de yo llegar. Ahí vino la cárcel. Yo caí a los 20 años estando en el ejército.³²

Escreve-se uma linha do tempo que começa com a infância, acompanhado de figuras familiares da família extensa, passa por uma adolescência curta na qual parece não ter sido explorado o encontro sexual e a construção de um saber que o antepare, e que desemboca em um período adulto marcado pela participação de um conflito armado que termina levando-o à prisão. Nesse curto-circuito e na escolha por entrar e permanecer nas FARC, vemos sua

30 Então, pois, eu já vi que na realidade as FARC lutavam por uns princípios, por um povo e bom, eu me envolvi com a organização, o movimento. A partir daí veio a organização política-militar. No militar, pois, bastante difícil, no político nos ensinaram que havia que mudar essas elites políticas que há atualmente e que sempre houve, como o partido conservador, e bom, que sempre eles queriam monopolizar e que tinham ao povo como fantoches, que os queriam manejar, então aí começou tudo.

31 Tinha muita violência por parte do conflito armado, como te falei, nós fomos vítimas, tanto de minha organização, como das Autodefesas, por quê? Porque na mesma organização havia familiares que, lamentavelmente, foram assassinados, das mesmas Autodefesas, os que mataram meu tio, então eles colocam a gente a fazer escolhas e a pensar diferente e enxergar a vida a partir de outro âmbito. Basicamente foi isso.

32 Para falar a verdade, amiguinhas (quando foi questionado da existência de namoradas na adolescência), mas, é algo que não foi fácil na minha infância e minha juventude foi marcada ou foi diferente de todos os demais, mas para mim foi uma coisa como muito rápido de se chegar. Depois veio a cadeia. Eu caí aos 20 anos, estando no Exército.

resposta face aos impasses da adolescência próprios de qualquer adolescente, um elemento universal, quiçá. Mas, também aparecem questões particulares, como um sujeito imerso em contextos de violência, e singulares, quando pensamos a profunda influência de um abandono simbólico. O grupo se constitui em um elemento que dá suporte para algo de uma existência que fraqueja, e se constituirá, como veremos mais adiante, em um Outro muito consistente.

Quando a entrevistadora faz provocações sobre as experiências e lembranças da infância e da adolescência para *Colaborador*, ele indica que tem lembranças “boas” dos tempos da escola, antes de ingressar no grupo armado:

¿Y usted que recuerda de su vida en la adolescencia?

La época del colegio, elegante. Me gustaría volver a vivir esa época, muchas cosas buenas, muy buenos recuerdos... En la adolescencia, eh... siempre tenía algo que se llama un proyecto de vida, siempre lo manejé y no lo alcancé a concluir y que inclusive lo que estaba estudiando se quedó a medias, por estar acá. Porque yo estaba en la universidad y me quedé acá. Estaba estudiando ingeniería de sistemas, quedé en el quinto... Eso era lo que me indicaban mis padres: “estudie pa’ que trabaje, para que sea un muchacho de bien y se vaya, porque usted sabe que los paras lo cogen. Usted sabe que por acá no tiene nada qué hacer, después de que nosotros le demos estudio, usted se va y hace su vida en otro lado”.³³

Colaborador deu espaço a um tempo subjetivo para compreender as mudanças e requerimentos psíquicos da adolescência. De fato, ele menciona que construiu um “projeto de vida” que não conseguiu culminar ainda por causa da prisão, mas, que começou e espera terminar algum dia. Ou seja, ainda com todos os atravessamentos da entrada no conflito armado, e da existência de um curto-circuito adolescente, percebemos que *Colaborador* contou com recursos e saídas que lhe permitiram se posicionar de uma forma mais crítica com relação às FARC. Como aparece descrito, a transmissão de algo do imperativo paterno de estudar para “sair dessa cidade” teve uma influência importante. Entretanto, sua história de vida mostra que essa transmissão aconteceu com fraquezas, como toda transmissão dos ideais dos pais.

Em uma conversa, elabora uma narrativa sobre seu ingresso na organização:

¿Usted a qué edad ingresó a la organización?

33 -Do que você se lembra da sua vida na adolescência?

-A época da escola, bacana. Eu gostaria viver de novo essa época, muitas coisas boas, muitas boas lembranças... na adolescência, eh... sempre tinha algo que se chamava projeto de vida, sempre o fiz e não consegui concluir e o que estava estudando ficou pela metade, por estar aqui. Porque eu estava na faculdade e fiquei aqui. Estava estudando engenharia da computação, fiquei no quinto período... Isso era o que indicavam meus pais: “estude para que trabalhe, para que seja um menino do bem para você ir embora, porque você sabe que os ‘Paras’ (paramilitares) pegam você. Você sabe que aqui não há nada para fazer, depois da gente lhe dar estudo, você vai embora e faz sua vida em outro lugar”.

Yo era colaborador. Un ejemplo: por ejemplo, usted siempre ha vivido en un lugar, en un pueblo, que es zona guerrillera y a usted le dicen por ejemplo “necesito tal favor, necesito algo... o necesito que andes y mira en tal lado” usted no se puede negar, porque está su familia, lo pone en riesgo. Como inteligencia.

¿Tú nunca estuviste en el campo?

No, eso se llama “Guerrilleros de Base”. Es que los guerrilleros de base son los que están en combate, los que tienen que estar las 24 horas. Es como, es como los soldados, soldados profesionales y soldados rasos. Entonces uno dice “no, yo no quiero pertenecer”, entonces le dicen a uno: “entonces colabore”. Es muy difícil para usted decirle “no, entonces no le colaboro”, ¿Si me entiende? Por la familia, porque en la mayoría de mi familia por parte de, ósea, por parte de mi mamá la familia es de aquí de Cali, y por parte de papá la familia es del Cauca. Y por parte de papá tengo muchos primos y sobrinos que pertenecen o han pertenecido siempre a las filas, ellos han sido siempre guerrilleros de allá. Entonces uno tiene mucha conexión con ellos, ¿Si me entiende? Entonces uno a veces dice “no, esto es fácil, uno les puede colaborar” pero hay cosas que a uno se le salen a veces de las manos, ¿Si me entiende? Y pues sí, colaboré bastante también.

Pero entonces, ¿vos entraste coaccionado?

Si. En ese tiempo bajaban, antes del gobierno de Uribe o en el gobierno de Uribe, andaban ellos normal por el pueblo, con sus camuflados y todo. Entonces ellos hacían reuniones, ellos eran el Gobierno del pueblo. Entonces ellos hacían sus reuniones y ellos se iban casa por casa, o hacían una reunión general y hablaban y decían que necesitaban gente que colaborara y que estuviera y que ellos eran el ejército del pueblo, entonces toda esa psicología.

¿Y el que decía que no?

Como le digo. Ellos decían por ejemplo eso así, al que quiere. Pero si usted ya se metía más a fondo, a mirar las cosas, más adelante, lo llevaban ahí. Si usted no colaboraba, si usted no prestaba ninguno de sus familiares, de sus hijos, de sus sobrinos y nadie en su familia colaboraba entonces esos, había tiempos en que usted necesitaba un favor o necesitaba de parte de ellos, entonces le iban a decir que no. Entonces para uno no tener esos inconvenientes uno colaboraba con ellos, ¿Si pilla? Pero no prestaba así servicio de lleno.³⁴

34 -A qual idade você ingressou na organização?

-Eu era colaborador. Um exemplo: tipo você morar em um lugar sempre, uma cidade, que é região da Guerrilha e eles dizem para você “preciso de um favor, preciso disso aqui... ou necessito que esteja olhando em tal lado”, você não pode recusar isso, porque está sua família, você coloca ela em risco. Como inteligência.

-Você nunca esteve no campo?

-Não, esses se chamam “Guerrilheiros de Base”. É que os guerrilheiros de base são os que estão em combate, os que têm que ficar as 24 horas. É tipo como os soldados, os soldados profissionais e os soldados simples. Então a gente fala “não, eu não quero pertencer”, então eles dizem “então colabore”. É muito difícil para você falar “não, então não vou colaborar”, entende? Pela família, porque a maior parte da minha família já faz parte, ou seja, pela parte da minha mãe, que é daqui de Cali, e pela parte de pai, a família do Cauca. E pela parte de pai tenho muitos primos e sobrinhos que pertencem ou que já pertenceram, eles sempre foram guerrilheiros. Então a gente tem muita conexão com eles, me entende? Então a gente às vezes diz “não, isto é fácil, dá para colaborar”, mas, existem coisas que às vezes saem do controle, entende? E, pois, sim, colaborei bastante também.

-Mas, então, você entrou coagido?

Sobre esse trecho um pouco ambíguo, sobre se o ingresso na organização foi forçado ou não, é interessante perceber que quando é questionado pelo ingresso nas FARC ele imediatamente aclara “Eu era colaborador”. Ou seja, face à pergunta pela pertença ao grupo, ele menciona com esse significante que ele não estava completamente dentro do grupo. Também, é necessário ressaltar que é muito ambivalente a forma pela qual os jovens, e ele, eram convocados a pertencer à organização na sua cidade. Ele menciona que existia certa coação, mas a consequência de dizer “não” para o grupo, de escolher não colaborar, era não participar da troca de favores. Isso parece responder a uma coação subjetiva e muito íntima, mais do que uma ameaça. Parece que para *Colaborador*, o fato de arriscar a perda dos benefícios, em caso de dizer “não”, o “obrigava” a colaborar.

Nessa seção, *Colaborador* dá mais detalhes de seu ingresso nas FARC:

Ah ya, ¿Cómo vos ingresaste a esa organización?

Yo entré por, como yo te decía, el pueblito donde yo vivo siempre ha sido zona roja, siempre ha sido un pueblo guerrillero y la moda era esa. La guerrilla.

¿Fue forzado en tu caso?

No, fue más que todo porque siempre tiene que haber un apoyo de la familia, y a mí nadie me apoyaba. Pues yo también me metí a eso, yo tenía uso de razón y sabía lo que era bueno y era malo, así los papas le digan a usted “no mijo, no haga eso”, pero...

¿Usted alguna vez pensó en desistir, salirse?

*No, porque nunca me tocó algo así como duro, difícil, digamos que como los otros compañeros que, si les tocaba duro, nunca me tocó así, y ellos si están encamisados.*³⁵

-Sim. Nesse tempo eles desciam, antes do Governo Uribe, ou no Governo Uribe, eles andavam normal pela cidade, com camuflados e tudo. Então, eles faziam reuniões, eles eram o governo da cidade. Então eles faziam suas reuniões, iam de casa em casa, ou faziam uma reunião geral e falavam e diziam que precisavam de pessoal que colaborasse e que estivesse, e que eles eram o exército do povo, então era toda essa psicologia.

-E quem falava que não?

-Como falei, eles diziam, por exemplo, assim, quem quiser. Mas se você olhava de perto, se ficava perto deles, eles o levavam nisso. Se você não colaborava, se você não prestava nenhum de seus familiares, de seus filhos, de seus sobrinhos e ninguém da sua família colaborava com eles, tinha tempos nos quais você precisava de um favor ou precisava deles, então eles iam falar que não. Então, para a gente não ter problemas, a gente colaborava com eles, entendeu? Mas eu não prestava os serviços de forma completa.

35 -Ah tá, como você ingressou na organização?

-Eu ingressei devido a, como falei com você, a cidade onde eu morava sempre foi região vermelha (como chamavam as zonas do conflito armado com presença guerrilheira), sempre foi uma cidade guerrilheira e a moda foi essa. A guerrilha.

-No seu caso, foi forçoso?

-Não, foi, sobretudo, porque sempre deve existir um apoio da família e ninguém me apoiava. Então eu também ingressei nisso, eu tinha bom uso da razão e sabia o que era bom e mal, assim os pais falam para você “meu filho, não faça isso”, mas...

-Teve algum momento no qual você pensou em desistir? Em sair do grupo?

Esse último momento da entrevista consegue resolver a ambivalência entre a entrada forçosa vs a entrada voluntária nas FARC e aponta a importância dos condicionantes subjetivos nesse evento paradigmático. A incidência do laço social do território no qual operava essa guerrilha, e onde *Colaborador* morava, facilitou seu ingresso, como uma forma de obter um “apoio” que não tinha dentro de casa. *Colaborador*, a partir de uma subjetivação dessa auto-nomeação, conseguiu constituir uma relação de "extimidade" com as FARC, que lhe providenciou alguns ganhos econômicos e subjetivos sem precisar pagar tão caro o preço dessa troca, como sim tiveram que fazê-lo seus companheiros que estavam “encamisados”, tal como ele coloca no trecho anterior, ou seja, os soldados da Guerrilha.

Elementos “universais” da experiência adolescente, elementos particulares compartilhados da experiência adolescente em regiões com incidência forte do grupo armado e elementos singulares relacionados com a apropriação subjetiva e íntima de cada um nessa experiência, estão presentes nas elaborações relacionadas anteriormente. Levando em consideração essa distinção, podemos determinar o que poderia ligar essas duas subjetividades tão singulares em relação à experiência de ingresso nas FARC.

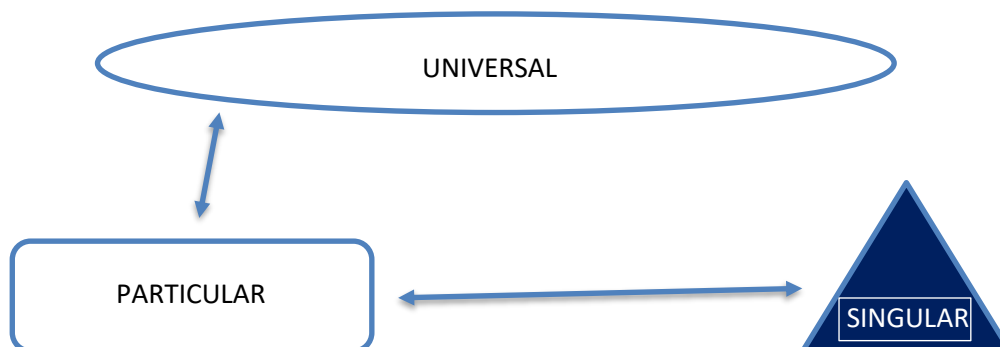


Figura 10. Relação entre o universal, o singular e o particular.

Em consequência, o que têm em comum esses dois casos? Consideramos que a particularidade de ingressar no grupo armado durante a adolescência indica que o grupo cumpre uma função de amarração e de tentativa de resolução do desencontro sexual que fica evidente na adolescência. Se o adolescente se desliza com um “não saber” sobre o sexual, o encontro com um grupo armado de ideias tão consistentes, com tantas respostas explicativas e com verdades absolutas, supre esse “não saber” e produz amarrações mais ou menos estáveis.

-Não, porque nunca foi tão difícil assim para mim, difícil, digamos que como os outros colegas que na real sim era duro, nunca foi assim comigo, eles sim estavam encamisados. (com o uniforme das FARC).

Além disso, proporciona outros tipos de satisfações que passam pela possibilidade de consumir, para quem nunca teve acesso a isso em um mundo que tem como imperativo o consumo, até a transmissão de alguma sabedoria sobre a virilidade (o que é ser um homem) e a política. Mas, como veremos depois, a estabilidade e rigidez dessa amarração está sujeita ao discurso que a sustenta.

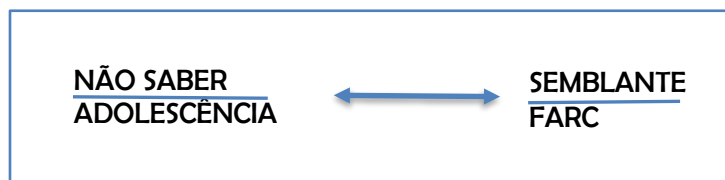


Figura 11. Esquema da função grupo das FARC.

No sentido da suplência como uma amarração que indica caminhos alternativos para uma clínica psicanalítica em extensão (Guerra, 2017b), e, em consequência, de uma pesquisa psicanalítica fora do cenário da análise, consideramos que o grupo armado oferece uma suplência que opera em dois sentidos. No primeiro, para dar tratamento à crise da adolescência: amarra os registros dos sujeitos, que se encontravam em xeque a partir do furo no real que gera a puberdade, ao produzir respostas sobre o sexual e, acreditamos, produz uma amarração mais ou menos estável. O que antes conseguia amarrar, através da função paterna, e que se coloca em xeque na adolescência é suprido por uma amarração que se faz a partir do pertencimento a um grupo armado que opera como uma alteridade. O segundo sentido dessa suplência é que ela encarna, na figura dos líderes guerrilheiros, uma vertente imaginária do pai, especialmente em *Revolucionário*, que dá tratamento imaginário a esse abandono simbólico mais além da denúncia pela carência de condições materiais vindas dos pais da realidade. O seguinte nó poderia esquematizar dita amarração.

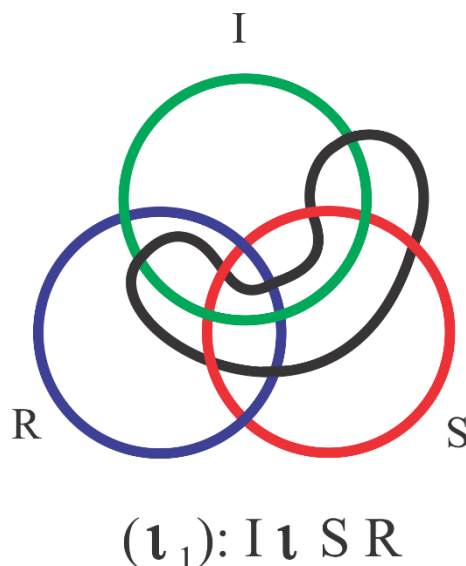


Figura 12. Nó borromeano com amarração no registro imaginário. Fonte: Schejtman (2013). Desenho fornecido por Roberto Lopes Mendonça.

O grupo das FARC, em seus laços e vínculos que vão além dos fins bélicos, políticos e militares como organização, fornecem vários elementos que permitiriam amarrações subjetivas de seus membros. A organização (FARC) forneceu uma função de amarração que tentou suprir essa experiência de abandono, nossa hipótese de trabalho. Em outras palavras, o grupo “adota” esses adolescentes e lhes proporcionam um laço com um pai em sua vertente imaginária. Mas, como vimos, existem particularidades na forma como é significada essa relação com o grupo. *Revolucionário* e *Colaborador* mostram que existe uma apropriação do sujeito dessa condição com o grupo que marca particularidades na saída deles do conflito armado.

O ingresso no grupo se constitui como um evento paradigmático que marca uma linha que divide em dois a trajetória de vida: parte-se de uma adolescência com pouca elaboração, face ao real da puberdade, e abrem-se as portas para a entrada em uma vida com semblante de adulto dominada por uma lógica do conflito armado, guiada pelas inimizades do grupo. *Revolucionário* reconhece que sua adolescência foi rápida e “não foi normal como as dos outros meninos”, passa da infância a um ingresso no grupo armado e, depois, cai na prisão. Ele “não teve tempo” de pensar em namoradas ou em outras coisas que um adolescente “normal” teria, segundo o que ele mesmo falou. Ele não teve “tempo” para compreender.

Para *Colaborador* esse ingresso vai adquirir um estatuto de imperativo e uma dimensão sacrificial. Ainda que ele sempre tente banalizar seu lugar nas FARC, pertenceu durante muito tempo, assim como *Revolucionário*, ao grupo armado. E, por isso, carrega consigo também a marca de “ex-guerrillhero”, tendo, inclusive, cumprido uma prisão por um crime associado a

esse grupo. Isso evidencia que a marca que o grupo deixou o acompanha ainda hoje. É uma marca que configura uma parte da saída singular do sujeito e da qual se extraem as consequências que veremos a partir deste momento.

Além disso, a ideia do abandono simbólico pode ser um operador clínico e de trabalho social e político que permita entender como os adolescentes e jovens no tráfico e nos contextos de violência armada são acolhidos e adotados pelos chefes do tráfico, chefes da máfia e chefes das guerrilhas. Acreditamos que tem algo além da troca de benefícios e de suprir carências de consumo e econômicas que esses grupos fornecem, evidência disso é que alguns sujeitos de um mesmo território se engajam e outros não. Como dar tratamento à atualização, na adolescência, do desamparo originário, agravado por uma experiência subjetiva de abandono sem acudir ao chefe do crime ou da violência que está perto de casa? Como prescindir dessa adoção que tem ressonância nos registros imaginário e real e proporcionar outros caminhos?

As FARC como Outro.

Existem elementos que permitem pensar que as FARC proporcionam, a partir da função de grupo, um suporte que permitiria que o sujeito faça alguma amarração, enquanto suplência, como resposta à adolescência. Em consequência, cabe pensar, a partir desse encontro paradigmático com as FARC, o que se produz sobre esse grupo entanto uma alteridade? Esta última reflexão, que desdobraremos nas linhas seguintes, conduz a pensar que as FARC se constituem como um Outro, uma alteridade fundamental, com a qual os sujeitos estabelecem trocas e que têm uma incidência simbólica importante. Isso será uma ponte de pesquisa entre o presente capítulo e a reflexão final sobre a forma como o modo de laço social, que predomina na vinculação com as FARC, deixa consequências para entender a lógica de permanência e saídas do conflito armado e o que isso teria a ver com a reparação.

Revolucionário

Para *Revolucionário*, as FARC ocupam um lugar muito importante como alteridade, sendo tomadas como um Outro muito consistente. E, ao mesmo tempo, os inimigos das FARC, tanto o político como o inimigo absoluto (Angarita et al, 2015; Ramírez, 2017), passam a tomar o lugar de inimigo para o próprio sujeito. *Revolucionário* se refere às lideranças das FARC como heróis. Em alguns momentos, sobre um dos fundadores desse grupo, que é reconhecido por sua prática bélica, refere-se a ele como “nuestro camarada, guerrero heroico Manuel Marulanda Velez”.

Existe uma incorporação da ideologia das FARC, quando expressa, por exemplo, que:

*En cuanto a la lucha, las luchas sociales en ese país nosotros siempre compartimos que haya una democracia. En este país se habla de democracia, pero la gran verdad no es como la que todos queremos ver en este país, nosotros queremos que haya derechos de igualdad para todo mundo, oportunidades por igual, que los monopolios y los regímenes se acaben.*³⁶

*Y la filosofía que siempre nos hemos llevado es esa, que toda parte de Latinoamérica hay un cambio en todo el mundo y pues, lamentablemente, los más deprimidos, los más desamparados, los más vulnerables, las clases más bajas y los afros, los indígenas, los campesinos siempre hemos sido oprimidos, explotados y aún existe la esclavitud. De pronto ese es mi punto de vista y de ahí se genera el conflicto.*³⁷

De forma subjetiva, o Governo (e seus representantes) viram um inimigo necessário que dá sentido e consistência a seu laço com o grupo:

*El objetivo de esto es que, aunque no lo veas desde ese punto de vista, yo lo veo así: el mismo gobierno ha sido el responsable de todo lo que ha sucedido, porque si el mismo gobierno no me da empleo, si tuviéramos estudio, oportunidades, créame que uno fuera una persona de bien, una persona que no se desvió del camino que no es, que no escogió el mal camino que nosotros escogimos.*³⁸

Para ele, a carência de condições de trabalho dignas e a profunda desigualdade social (que é um fato na Colômbia) se constituem como justificativas suficientes para empreender uma luta armada e, como ele diz, para não ter conseguido ser “uma pessoa do bem”, seja o que for que essa expressão signifique para ele. Por outro lado, sobre a organização, só há coisas boas para dizer. Ela constitui um continente protetor e bondoso que se apresenta como se não tivesse furos. Alguns trechos de uma entrevista com *Revolucionário* indicam essa essência “boa” que teria a organização:

Yo no vivo arrepentido de lo que yo viví, porque yo en la organización aprendí muchas cosas, en la organización fue mi segunda familia, y ahí si uno, a uno lo hacían valer lo que uno podía

36 Ao respeito da luta, as lutas sociais nesse País, nós sempre compartilhamos que exista uma democracia. Neste País se fala de democracia, mas a grande verdade não é como a que queremos ver nesse País, nós queremos que existam direitos de igualdade para todo mundo, oportunidades por igual, que os monopólios e os regimes acabem.

37 E a filosofia que sempre levamos foi essa, que toda parte da América Latina tenha uma mudança, em todo o mundo, e, pois, lamentavelmente, os mais deprimidos, os mais desamparados, os mais vulneráveis, as classes mais baixas e os afros, os indígenas, os camponeses sempre fomos oprimidos, explorados e ainda existe escravidão. Quicá esse é meu ponto de vista, e ai se gera o conflito.

38 O objetivo disso é que ainda que não seja possível enxergar desse ponto de vista, eu vejo as coisas assim: o próprio governo é o responsável de tudo o que aconteceu, porque se o próprio governo não me dá emprego, se tivéssemos estudo, oportunidades, acredite que a gente teria sido uma pessoa do bem, uma pessoa que não se desviou do caminho que não é, que não escolheu o caminho mal que nós escolhemos.

valer... Ahí si le daban el puesto que uno que pueda tener, no lo discriminaban, no lo humillaban...³⁹

As FARC se inscrevem, também, como um Outro da aprendizagem:

*A ver. Yo ingresé con un camarada. Como todos nosotros, nos entrenan, nos dan estudio. Como una escuela. Yo no lo llamo una escuela, yo lo llamó más bien “centros de concentración”. Escuela no me gusta llamarlo porque escuela es como...*⁴⁰

E essa transcendência central das FARC se sustenta até hoje para *Revolucionário*. Ainda com provas irrefutáveis da relação das FARC com o tráfico em grande escala, para ele essas afirmações carecem de fundamento, para ele são mentiras, ele mesmo diz “pero jamás las FARC ha traficado como lo quieren llamar”.

No entanto, algo do real desse encontro com as FARC e com o conflito armado deixa uma marca que escapa a essa tentativa de dar esse contorno consistente. Evidenciamos que há algo que cai para sempre com a entrada nesse grupo:

*Fuimos víctimas de las autodefensas, bloque Calima, como le venía diciendo. Desde ese momento a mí me cambió la vida pues porque yo a mi tío lo quería como un padre, pues para nadie es un secreto que Corinto es una zona roja a nivel nacional, un municipio donde la economía se genera, lamentablemente, desde las drogas ilícitas y también de la disidencia, como las FARC.*⁴¹

En la primera entrevista me dijiste que se te “había acabado la vida” ¿Qué me quiso decir con eso?

*¿Se me había acabado la vida?... (Silencio). Hay que retomar eso.*⁴²

Esse trecho da entrevista surge no contexto da conversa sobre o papel da morte do tio na entrada nas FARC. Tem algo interessante que acontece quando é questionado pelo sentido que tinha a expressão “se me acabó la vida” (minha vida acabou) que enunciou em uma primeira entrevista, ao que ele responde com “Hay que retomar eso” (É para retomar isso).

39 Eu não fico arrependido do que eu vivi, porque eu na Organização aprendi muitas coisas, na organização que foi minha segunda família, e ali eles davam o valor que a gente merecia... ali nos davam o lugar que a gente possa ter, não discriminava, não humilhavam.

40 Olhe. Eu ingressei como um camarada. Como todos nós, eles treinam a gente, eles dão estudo. Como uma escola. Eu não chamaria de escola, chamo-o melhor de “centros de concentração”. Não gosto muito do nome de escola, porque escola é como...

41 Fomos vítimas das autodefesas, bloco Calima, como já falei. A partir desse momento minha vida mudou, porque eu queria a meu tio como se fosse um pai, para ninguém é um segredo que Corinto é região vermelha a nível nacional, uma cidade onde a economia se gera, lamentavelmente, pelas drogas ilícitas e também das dissidências, como as FARC.

42 -Na primeira entrevista você falou que “tinha acabado sua vida”, o que me quis dizer com isso?
-Minha vida tinha acabado? ... (Silêncio). É para retomar isso.

Definitivamente, há algo perdido a partir do ingresso nas FARC que se assemelha com a significação da vida. Como se para sair da alienação ideológica ele tivesse que fazer um movimento de retomar a vida tal qual como estava na época de adolescente, antes da morte do tio, antes das FARC. Em outro momento, fica explícita a dimensão de uma perda irre recuperável que acontece, ou coincide, com o ingresso nas FARC:

Ah obvio. Cuando mataron a mi tío por eso yo me ingresé a la organización.

Pero cuando usted me dijo “a mí se me acabó la vida”. ¿Qué me quiso decir?

Que en ese entonces yo no tenía ni familia. Yo tenía como esa sed de venganza, ¿no? Porque ese tío mío era el más amoroso de toda la familia, ¿Si me entiende?

Si. Como su papá.

Posiblemente. No, él fue mi papá.⁴³

A versão romantizada do conflito armado começa a adquirir outros matizes, ele permitiu saciar sua sede de vingança. Mas, isso restituiu algo? *Revolucionário* continua sendo, como sua nomeação aponta, um revolucionário e um guerrilheiro, do seu ponto de vista. Ele não desiste completamente da opção bélica dentro das FARC, ainda quando as FARC se tornaram um partido político e não mais um grupo guerrilheiro:

*Y desde ese punto de vista, podrá verificar que lo que yo le estoy diciendo no es mentira. Porque nosotros si estamos luchando por nuestros objetivos, nosotros tenemos voluntad de paz, hoy, mañana y siempre. Pero mire, está en vilo. Los presidentes de dos países garantes vinieron hace pocos días a Cartagena a hacer un balance sobre el proceso de paz, y los incumplimientos de este mismo gobierno. ¿Sí? No se ha establecido. La paz genera más ganancias que la guerra, ¿Cuándo se volvió a escuchar una toma guerrillera? ¿Cuándo se escuchó, como dice la oligarquía, las tales pescas milagrosas?*⁴⁴

43 -Ah claro. Quando mataram meu tio, por isso foi que eu ingressei na organização.

-Mas, quando você me falou “minha vida acabou”, o que quis dizer?

-Que nesse caso eu não tinha nem família. Eu tinha como sede de vingança, né? Porque esse tio meu era o mais amoroso da família inteira, entendeu?

44 E do ponto de vista, poderá verificar que o que estou falando não é mentira. Porque nós estamos lutando, sim, por nossos objetivos, nós temos a vontade de paz, hoje, amanhã e sempre. Mas olhe, está em questão. Os presidentes dos dois países garantes vieram há poucos dias em Cartagena a fazer uma avaliação do processo de paz e o que não fez esse próprio governo, sim? Não foi estabelecido. A paz gera mais ganhos que a guerra, quando escutou de novo uma toma guerrilheira? Quando escutou, como diz a oligarquia, das tais pescas milagrosas? (Pesca milagrosa: roubos massivos que as FARC faziam em rodovias).

*Si a nosotros nos obligan a coger las armas, pues, lamentablemente, tenemos que armarnos. Porque las armas se hicieron para igualar las fuerzas. Eso siempre lo he tenido claro. Pero si va a haber un cambio y si la paz va a ser estable y duradera nosotros estamos capaces.*⁴⁵

Essa última passagem sugere que ele não abre mão da nomeação de revolucionário e de guerrilheiro, e do que isso implica. A sua aparente saída do conflito armado é muito frágil e está sujeita ao cumprimento dos *Acordos* por parte do Governo. O anterior mostra que existe uma incorporação da ideologia e das lógicas de operar das FARC. Além disso, essa forma de laço com o grupo, faz tropeçar qualquer opção de saídas singulares que não estejam ligadas às escolhas desse grupo. Isso reduz as possibilidades de elaboração singular da pertença ao grupo armado e compromete a responsabilização subjetiva.

Colaborador

Sua experiência no grupo passa pela dimensão da “colaboração”. O que o une ao grupo é a colaboração existente, como se se tratasse de um sistema de trocas. Dimensão que será desdobrada nas análises do caso, e à qual deve a nomeação dada a ele a partir de seu discurso. Vejamos algumas elaborações que apontam isso:

¿Qué fue importante para usted cuando estuvo en ese grupo?

*Es como cuando usted pertenece a algo. En ese tiempo era un grupo grande que, si usted pertenecía y necesitaba algo, nadie le podía decir que no. Yo me acuerdo de que uno llegaba a tal lugar y que uno veía, por ejemplo, uno veía una moto, “necesito esa moto”, y bueno, usted pertenecía, usted le daba como importancia, y le daban las llaves. O usted por ejemplo necesitaba algo de comida, en la tienda, si usted era consciente pagaba eso, sino nadie le cobraba eso. Entonces era como la importancia que le daba el grupo a la gente que pertenecía a eso... Entonces usted colaborar en algo, dio información con algo de que prestó ese servicio, entonces usted se llena de satisfacción y dice “no pues, ayudé contra los que mataron y le hicieron daño a mi familia” y más que todo ese fue como el impulso para uno colaborarles a ellos.*⁴⁶

“Pertencer ao grupo” significava um acesso aos bens de consumo e aos benefícios. Isso se configura como algo determinante para a permanência de *Colaborador*. Adicionalmente,

45 Se eles obrigam a gente a pegar as armas, pois, lamentavelmente, temos que ficar armados. Porque as armas estão feitas para igualar forças. Isso sempre foi claro para mim. Mas, se vai existir uma mudança e se a paz vai ser estável e duradoura, nós somos capazes.

46 É como quando você pertence a algo. Nesse tempo era um grupo grande que se você pertencia e precisava de algo, ninguém lhe podia dizer que não. Eu lembro que a gente chegava a um lugar e percebia que tinha uma moto, “preciso dessa moto”, e bom, você pertencia, você recebia importância e eles lhe davam as chaves. Ou, por exemplo, você precisava algo de comer, na lojinha, se você era consciente, você pagava isso, mas ninguém cobrava isso. Então era como a importância que lhe dava o grupo ao pessoal que pertencia... Então você colaborar em alguma coisa, deu informação com algo, de que prestou tal serviço, então você se enche de satisfação e disse, “pois, ajudei contra os que mataram e fizeram dano a minha família”, e, sobretudo, foi esse o impulso que tive para colaborar com eles.

aparece uma porção de satisfação em “colaborar” para acabar com quem feriu sua família no passado, os paramilitares. Há também uma cota de vingança nesse laço.

A lógica de inimizade, que não é protagonista nesse caso, aparece na última entrevista. Questionado se ele foi vítima de paramilitares, responde que os paramilitares assassinaram o seu tio e seus dois primos, sem nenhum motivo aparente. Vítimas das “limpezas” que faziam esses grupos, eles empreenderam a fuga em uma retenção paramilitar de rotina, o que ocasionou seu assassinato por serem considerados suspeitos.

Como vemos, colaborar não tem a mesma significação que pertencer ao grupo, ou que ser membro. É um lugar bem diferente. Esse lugar diferente na organização lhe permitiu circular por ela de forma intermitente por muito tempo sem fazer um desligamento definitivo. Parece que o único que causou um afastamento da organização (que entenderemos, então, como sendo da ordem da privação) foi a prisão:

*Mira que, yo cuando estaba aquí en Cali, yo aún seguía. ¿Si me entiende? Seguía colaborando, pero ya suave, hubo un tiempo en el que si estuve de tiempo completo. Por ahí unos seis años. Hasta cuando estaba estudiando.*⁴⁷

Em outro momento, são abordadas as motivações que circundam essa relação dele como colaborador e a organização:

*Es como un intercambio de favores que usted recibe por pertenecer al grupo, o estar dentro del “palo que más sombra da” y si usted estaba dentro, usted tenía muchos favores, usted tenía más forma de usted poder sobrevivir, más oportunidades. Y, como te digo, el pueblo donde yo me crie es un pueblo humilde todavía, un pueblo que aún ni la agricultura ni un medio de transporte ni nada. Entonces si usted tiene una forma de poder sobrevivir, usted lo acepta. Y en ese tiempo, ¿cuál era la salida más rápida? La Organización.*⁴⁸

Para *Colaborador*, as FARC têm múltiplos matizes. Ele consegue reconhecer coisas “boas” de pertencer a esse grupo e coisas que seriam desfavoráveis para ele. Com relação à ideologia das FARC ele se posiciona levando em consideração esses matizes. Ele reconhece algo bom, “bacana” e positivo de pertencer as FARC:

Eso, y ya cuando no se podía, porque imagínese eso... Entonces a mí me parecía bacano eso que le metieran a uno en la cabeza de que hay que apoyar siempre, no solamente cuando uno

47 Quando eu estava aqui em Cali, eu continuava ainda, entendeu? Continuava colaborando de forma mais leve, houve um tempo no qual estive de tempo completo. Quase uns seis anos. Até quando estava estudando.

48 É mais um intercâmbio de favores que você recebe por pertencer ao grupo, ou estar dentro da “árvore que dá mais sombra” e se você estava dentro, tinha muitos favores, você tinha melhores formas de conseguir sobreviver, mais oportunidades. E, como te falo, a cidade na qual eu cresci é humilde ainda, uma cidade que ainda nem agricultura nem um meio de transporte tem. Então se você tem a forma de conseguir sobreviver, você aceita. E nesse tempo, qual era a saída mais rápida? A organização.

*estuviera así en la mala, así cuando uno necesitara compañeros que lo apoyara bastante. Así también siempre me apoyaron a mí entonces, esa parte yo la respetaba bastante. Y más adelante también ya vemos que era como de admirar porque ver una persona que le colaboraba que siempre estaba ahí con uno, uno también lo seguía. ¿Si me entiende? Y eso, por ahí es donde se va ganando el respeto de los camaradas, los comandantes, que no es porque uno sea lambón o porque uno sea. Me dicen que no que es porque yo les tengo miedo, que no, se ganan el respeto y ya.*⁴⁹

Colaborador também estava enlaçado por lógicas de identificação com alguns membros desse grupo, ele fala, no trecho anterior, que admirava as pessoas que lhe colaboravam, que sempre estavam aí para ele e que, em consequência, ele seguia. Porém, não se trata de uma incorporação sem críticas. Trata-se de uma identificação ao traço que permite deslocamentos.

Em outro momento, ele menciona que as FARC cometeram muitos erros e, quando é questionado sobre sua posição com relação ao pós-acordo, menciona que está sempre do lado das vítimas e não das FARC. Esse último trecho é supremamente importante, porque, contrastado com essas apreciações “negativas” que ele tem das FARC, mostra que não há uma incorporação sem crítica. As FARC não se inscrevem para *Colaborador* como um Outro consistente e sem furos. Ele se posiciona com relação às FARC como um sujeito dividido, com a operação da falta que permite furar essa organização. Ainda quando as FARC têm uma função grupo de suprema importância na sua constituição subjetiva, ele consegue deslocar essa centralidade do grupo e reconhecer que o grupo não é tudo isso, dando um tratamento simbólico, enquanto sujeito dividido, a esse grupo.

Ao contrário, *Revolucionário* não enxerga furos nessa organização. Vale a pena diferenciar, baseando-nos em uma leitura de Freud (1921/1976) em *Psicologia dos grupos* e na leitura que Lacan (1961-62) faz sobre a identificação em seu *Seminário IX*, que existem distâncias no que seria uma identificação primordial, com a estrutura de uma incorporação como indica Lacan (1961-62), e uma identificação ao traço.

A incorporação faz referência à primeira operação de identificação primordial que Freud descreve como parte do mito fundador da civilização, a refeição totêmica (Freud,

49 Isso, e quando não era possível, porque imagine isso... então para mim era bacana isso que lhe enfiavam a gente na cabeça de que tem que apoiar sempre, não somente quando se estivesse na mala, assim quando a gente necessitasse colegas que apoiassem bastante. Assim como sempre me apoiaram, então, essa parte eu respeitei bastante. E mais para frente, vimos que era de admirar porque ver uma pessoa que colaborava sempre e estava com a gente, a gente também segue. Entende? E isso, porque aí é onde você vai ganhando respeito dos camaradas, os comandantes, que não porque seja puxa saco. Eles me dizem que não é porque eu lhes tenha medo, que não, o respeito se ganha e pronto.

1913/1976). Depois de assassinar ao pai da horda que gozava de todas as mulheres do clã e que aparecia como exceção, os filhos comeram uma parte da carne de seu pai, inaugurando posteriormente, a partir do sentimento de culpa, o tabu do incesto e a proibição do parricídio. Carozzi (2017) interpreta essa operação como uma incorporação oral, intrusiva, canibalística que deixa por fora a ação de uma subjetividade, indicando um real nessa operação. A identificação ao traço, trabalhada por Lacan (1962-62), a partir de Freud, seria uma identificação que se faz com o traço do objeto no qual o sujeito se alinha a um sintoma (Freud, 1921/1976). Esse traço, a diferença da incorporação como identificação primordial, é a marca da alienação do sujeito ao campo do Outro (Carozzi, 2017). Trata-se da dimensão simbólica. Sobre ambas, estruturalmente articuladas, poderão acontecer diferentes formas de identificação imaginária ao longo da vida.

Com relação ao grupo, existe uma incorporação da ideologia em *Revolucionário*, o que faz com que ela não possa ser sem o sujeito, que se crie uma dependência lógica, já que a incorporação guarda uma estrutura de identificação mais arcaica. Essa seria a lógica que atravessaria *Revolucionário*. Por isso, o que ataca às FARC termina atacando o sujeito.

Por outro lado, existiria uma identificação ao traço com os ideais e membros desse grupo que toma um ou vários elementos, características ou traços do grupo armado com o qual o sujeito se identificaria e constitui um laço. Isso faz com que o sujeito se posicione frente às FARC como sujeito dividido e produza um laço marcado pela falta. Esse é o caso de *Colaborador*, que reconhece, discriminadamente, os “traços” que fazem parte do que faz laço, mas, reconhece que essa organização não é completamente consistente. Por isso, ele se permite criticá-la e equacionar sua relação com ela tomando, como medida, uma análise custo-benefício do que implica ficar dentro ou abrir mão de pertencer a ela.

Vemos, então, que a forma como opera a identificação ao grupo deixa marcas significativas que condicionariam, em certa medida, o estatuto do Outro da organização. Incorporar implicaria uma forma de laço que não permite críticas, que é constitutiva da existência e que marca um compromisso entre o sujeito com aquilo que se está incorporando. A identificação ao traço, pelo contrário, permite diversos movimentos que podem desfazer o laço, produzir outros enlaçamentos subjetivos ou tomar distância.

Apesar das diferenças entre os casos, as entrevistas mostraram que ambos têm um lugar extimo com relação às FARC. A extimidade no sentido de Miller (2010) como algo que se reconhece estranho por fora, mas que é íntimo do sujeito. Isso indica uma posição na qual

nunca se foi soldado das FARC, mas pertencia a ela. Eles atuavam como “informantes”, infiltrados entre os civis, participando da inteligência da organização para obter informações que permitissem aperfeiçoar os fins bélicos. Cada um dá um tratamento singular a essa posição. *Colaborador* se permite tomar distância e se nomear dessa forma, nomeação que indica que ele não seria parte deles, mas que está imerso numa lógica da troca quando convém. *Revolucionário* toma como própria a ideologia da organização, fazendo dela algo que vai além de uma filosofia de vida, e termina com um papel indispensável para dar sentido à maior parte das suas experiências.

Com isso, reaparece a pergunta pela segregação. As falas dos sujeitos mostram como eles fazem parte de um grupo da sociedade que é esquecido pelo Estado e que representa o Outro das pessoas das principais capitais: os moradores das regiões rurais do sul-ocidente colombiano. Trata-se de um esquecimento estatal, que afeta as questões materiais, tais como conseguir uma fonte de renda que satisfaça as necessidades básicas, mas, também, que cristaliza as distâncias simbólicas entre esses grupos esquecidos e as grandes capitais. Diante de um contexto de pobreza e miséria, a opção mais rápida que aparece, como vimos com os casos, é a vinculação aos grupos armados. Se para os adolescentes brasileiros a violência é uma resposta diante de um lugar dado pela segregação da ciência, do discurso capitalista e a própria segregação estrutural (Siqueira, 2016), podemos abrir uma leitura na qual o ingresso aos grupos armados na Colômbia seja uma resposta a uma segregação estrutural que marca uma linha radical entre as pessoas das grandes capitais, ou das cidades rurais com desenvolvimento econômico, e as pessoas das regiões esquecidas pelo Estado. E, com isso, apontamos para uma segregação que não teria somente como resultado a carência material, mas, também, um empobrecimento do laço social, pois não há outros referentes simbólicos diferentes aos grandes protagonistas do conflito armado e do narcotráfico.

Como conclusão principal, vimos que a entrada nas FARC se constitui como uma cena paradigmática com inscrições particulares compartilhadas e singulares, mas que indica marcas na constituição subjetiva dos que foram e são seus membros. Isso porque o momento, no qual acontece o ingresso, está atravessado pelas crises e impasses próprios da adolescência, aos quais se acrescentam uma situação de segregação estrutural e, em alguns casos, um abandono simbólico parental. As FARC ganham, assim, um estatuto de Outro na lógica desses sujeitos, mas é um Outro que opera de forma muito singular. Essa singularidade está marcada pela forma como acontece a identificação nesses casos, seja pela modalidade de uma incorporação da ideologia que liga o sujeito e o grupo de forma estável e equivalente, ou pela identificação ao

traço, que faz com que o sujeito se posicione, efetivamente, como sujeito dividido face a esse Outro que seria as FARC. Isso aponta que a forma como se faz laço social é de uma importância grande para nossa pergunta. Ao final, se a vinculação com o grupo facilita a saída ou a permanência no conflito armado, e se esse estatuto condiciona as possibilidades de reparação, devemos explorar, assim, como se configura esse laço, visando entender os elementos subjetivos que permitem revisar a noção de reparação.

Podemos acrescentar ainda que, a essas modalizações identificatorias, respondem modalidades e singularidades de gozo, tal qual já discutido, que articulam formas íntimas de satisfação no nível do corpo. Os signos do gozo, em cada caso, são deduzidos da maneira como cada um dos sujeitos se fez nomear: o primeiro pela denúncia e o segundo pelo sacrifício. Há, pois, no nível da linguagem e no nível do corpo, diferentes incidências das FARC a serem consideradas em um trabalho de reinserção, tal qual a colaboração da psicanálise a discussão permite supor.

VI. PERMANÊNCIA E SAÍDAS DO CONFLITO ARMADO: O QUE UMA LEITURA DO LAÇO SOCIAL COMO DISCURSO APONTA PARA A REPARAÇÃO.

Na seção anterior, vimos que a entrada no grupo armado constitui um evento paradigmático com consequências e marcas que condicionam escolhas e posições subjetivas. Além disso, as FARC ganham um estatuto de Outro para esses sujeitos, possibilitado pelos processos de identificação e de nomeação do gozo. Exploramos as consequências quando a introjeção da imagem e ideologia do grupo acontece através de um modelo de identificação primordial que opera via incorporação, produzindo-se uma equivalência lógica entre o sujeito e o grupo que faz com que o discurso das FARC não seja dialetizável. Por outro lado, existe uma forma de identificação ao traço na qual o sujeito se colocaria, diante do grupo, como sujeito dividido e em falta, permitindo dialetizar a ideologia, criticá-la e produzir desenlaces com o grupo e enlaces com outras referências. Ambos os tipos são sucedidos por identificações imaginárias ao longo da vida, com maior ou menor poder de conferir coesão identitária.

A partir dos questionamentos que nos deixa essa reflexão, desdobra-se o presente capítulo. Tentaremos tomar esse lugar que o grupo tem para o sujeito à luz da teoria dos discursos como laço social de Lacan para pensar as entradas, as saídas e as permanências dos sujeitos no conflito armado. Os dois casos mostraram leituras e caminhos inéditos. Na sua diferença radical, encontramos que cada caso necessita de uma leitura particular e de um trabalho diferenciado de formalização, uma vez que cada um deles fez um arranjo diferente com relação ao grupo, elemento que merece ser desdobrado aqui. Existiriam duas modalidades para se enlaçar ao grupo. Na primeira, o protagonismo é dado pelo discurso da histérica que comandaria o laço, constituindo um Outro muito consistente, é um discurso guiado por uma certeza indestrutível e pela necessidade constante de furar esse Outro, que está sendo tomado como mestre. A segunda modalidade apresenta um intercâmbio entre o discurso do mestre e o discurso do mestre contemporâneo, mediado por uma lógica da troca (e dos benefícios e ganhos de uma troca interessada), mas, também, pelas formas nas quais o sujeito dividido é atravessado pelo laço social: a culpa, a falta e a castração.

Nesse percurso, começaremos a reflexão com alguns pontos da teoria lacaniana sobre o laço social, desenvolvida a partir do *Seminário 17*, fazendo uso desse seminário e da produção de alguns teóricos contemporâneos da psicanálise. Ao ser o conflito armado colombiano um conflito especialmente político, desdobraremos, em seguida, uma pequena reflexão sobre o que implica o discurso da histérica para a política, entendendo que é um discurso necessário para

iniciar qualquer ação que vise a transformação política. Reconheceremos, também, as limitações desse discurso, pois não seria suficiente para conseguir subverter as lógicas do poder, pois, isolado, produz um ciclo sem final que cristaliza uma posição de denúncia e de denúncia do furo no mestre. Posição que não produz invenções e saídas subversivas. Ato seguido, voltaremos para os casos, agrupando a reflexão sobre o discurso da histórica como protagonista do laço social com o grupo a partir do caso *Revolucionário*. O caso *Colaborador* permitirá formalizar que o discurso do mestre contemporâneo enlaçado com o discurso do mestre clássico condiciona uma modalidade de laço social que permite um laço ao grupo mediado pela lógica de troca. Pensaremos em cada caso, o que isso implicaria para entender as entradas, as saídas e a permanência no conflito armado.

Finalmente, voltando aos elementos do campo do Outro social que permitiram os questionamentos da presente pesquisa, refletiremos sobre a forma como os discursos poderiam indicar novas leituras para a significação do dano, e, posteriormente, da reparação. O que possibilita cada forma de laço para a reparação deles como agentes de um pós-conflito? Qual seria uma colocação psicanalítica que vislumbre uma alternativa que supere o binômio dano-reparação?

Laço social como discurso.

Tomamos o *laço social* como o ponto teórico que nossa pesquisa poderia entender sobre os sujeitos para pensar a reparação. Pensamos que se abordamos o laço social como um discurso que aparelha gozo e linguagem, como coloca Lacan (1969-70/1991), poderíamos encontrar algumas saídas para a relação entre linguagem e reparação que apareceu como pergunta anteriormente.

Não visamos ser partidários da reparação como ação clínica ou política. Não é um objetivo da psicanálise servir aos discursos do Outro social, mas, também reconhecemos alguma potencialidade emancipatória e cultural na virada da justiça tradicional (retributiva) para a justiça transicional. Mas, interessa-nos pensar sobre a “reparação”, caminhos e possibilidades a partir da/para a psicanálise. Já no capítulo exclusivamente conceitual notamos que, a partir de uma perspectiva lacaniana, a reparação não seria um operador clínico pois representa uma impossibilidade. Também, que o dano é um elemento estrutural do inconsciente. E que a única forma de pensar em uma reparação subjetiva, seria mais como uma tentativa (provavelmente da função do *eu*) do que um alvo completamente atingível, pois, como

vimos com a lógica de constituição do sujeito, a reparação plena é impossível. Assim como todo discurso que carrega um ponto de abertura, de fuga, na figura do objeto *a*.

Entendemos que a ação violenta ou bélica não se configura no plano do discurso, que é uma estrutura sem palavras, para Lacan. O anterior não necessariamente significa que o sujeito violento esteja fora do laço social. A violência, parece-nos, é antes uma irrupção que quebra qualquer modo do discurso, pois utiliza a literalidade das consequências bélicas para alcançar um alvo. O ato infracional ou violento, se não leva à morte, representa um compromisso no laço social e naquela forma de suplência na qual se constitui o Outro para o ser falante. Nesse sentido, é indispensável refletir sobre o laço social como um elemento principal de discussão em nossa pesquisa.

O laço social como discurso foi elaborado por Lacan no *Seminário: O avesso da psicanálise*, no qual Lacan (1969-70/1991) expressa que se trata de um discurso sem palavras, que, mediado pela linguagem, inscreve relações estáveis. Lacan faz uso da lógica da álgebra utilizando quatro elementos como;

S_1 , que faz referência ao significante mestre;

S_2 , como o saber e a bateria dos significantes, onde se fixa o discurso;

a, como objeto causa de desejo (depois, como mais-de-gozar) e;

$\$$, como o sujeito barrado do inconsciente.

Esses quatro elementos configuram um discurso na medida em que se inscrevem em alguma das seguintes posições:

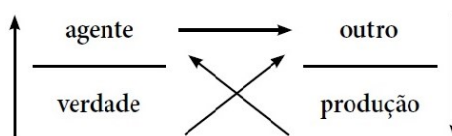


Figura 13. Lugares no discurso. Fonte: Lacan (1969-70/1991)

O *agente* representa o que motiva o discurso, o *outro* é aquele ao qual se dirige o discurso (representa a forma como é tomado o outro do discurso), que produz algo (*produção*) que sustenta uma impotência com a *verdade* (Lacan, 1969-1970/2007). A *produção* não dá conta de dizer algo ou intervir sobre a *verdade*.

Para Lacan (1969-70/1991), existe uma relação primitiva entre gozo e saber, pois, o saber do inconsciente, que se produz na análise, é um saber parecido ao que Lacan considera

como um *savoir-faire* ancestral, saber-fazer que também é atingido na análise. Existe, no inconsciente, um saber ancestral que faz com que a vida se detenha em um certo limite em direção ao gozo, e o caminho à morte é o mesmo gozo. O discurso do inconsciente guarda muita relação, na sua lógica, com o discurso do mestre. Já o discurso do analista é o avesso do discurso do mestre, pois vai em direção oposta à constituição desse saber ancestral inconsciente. O discurso do mestre se define da seguinte maneira:

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

Figura 14. Discurso do mestre. Fonte: Lacan (1969-70/1991)

Este discurso foi pensado por Lacan se baseando na lógica do amo e do escravo do Hegel. Nesse sentido, essa forma de discurso estaria indicada como a modalidade clássica de laço social, entendendo que o discurso tem um efeito de dominação, de um mestre sobre o saber do escravo (neste caso) e produz um excedente como *mais-de-gozar*. O que o discurso elucubra como verdade é que o mestre é castrado, pelo qual também é um sujeito barrado (Lacan, 1969-70/1991). Dito isso, o discurso sempre tem um elemento dominante, no caso desse discurso é o mestre enquanto S₁, entanto significante-mestre que comanda a cadeia.

As outras possibilidades que elabora Lacan (1969-70/1991), são o discurso do universitário, o discurso da histórica e o discurso do analista, como fica desenhado na seguinte figura:

| | |
|---|--|
| Discurso do Mestre $\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$ | Discurso Universitário $\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$ |
| Discurso da Histórica $\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$ | Discurso do Analista $\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$ |

Figura 15. Os quatro discursos. Fonte: Lacan (1969-79/1991)

Discurso universitário. O que domina no discurso universitário é o S₂ como saber que se dirige a um objeto (*a*) e que produz um sujeito dividido (\$), este sujeito seria equiparável com o sujeito da ciência.

Discurso da histórica. A histórica fabrica um homem movido pelo desejo de saber. Ela se dirige a um outro que é tomado como mestre no qual ela gera um furo a través de seu sintoma indecifrável como elemento dominante representado no \$, sujeito dividido (Lacan, 1969-

70/1991). Esse discurso representa o movimento das históricas sobre Freud e os psiquiatras da época, que geraram sobre Freud um desejo de produzir novo saber sobre a etiologia da histeria.

Discurso do analista. Lacan o define como uma histerização do discurso: “é a introdução estrutural, mediante condições artificiais, do discurso da histórica” (Lacan, 1969-70/1991, p. 31). Ele se dirige desde o analista, como rechaço da causa de desejo (objeto *a*), a um sujeito barrado (\$), produzindo “um novo tipo de significante mestre” (S_1). É interessante entender que no lugar da verdade está o saber, o que significa que a verdade é tomada como um enigma, ela nunca se pode dizer senão pela metade, um saber como verdade é aquilo que define, por estrutura, o que se chama uma interpretação (Lacan, 1969-70/1991).

Para distinguir o que mobiliza os quatro discursos podemos entender o elemento que comanda, como agente, em cada um deles. No discurso do mestre seria a Lei, tomada como S_1 ; no caso da histórica é o sintoma que é consequência do sujeito barrado (\$); no caso do analista é o rechaço à posição como causa de desejo do Outro (objeto *a*); e no universitário é o saber representado no S_2 (Lacan, 1969-70/1991).

Uma versão contemporânea do discurso do mestre que aparece posteriormente a esse seminário é o *discurso capitalista*, elaborado mais na frente por Lacan em 1972:

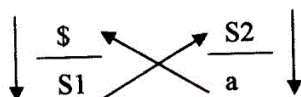


Figura 16. Discurso capitalista. Fonte: Lacan (1972)

Trata-se de uma versão subvertida do discurso do mestre, que implica um discurso fraco que não faz laço. Nele o sujeito atua a partir de uma impostura de agente, mas em uma relação direta com o objeto *a*, que representa os objetos de consumo e a tentativa do sujeito para obturar a falta. O saber da ciência (S_1) tem uma relação direta com o mestre do capitalismo (S_1), o que evidencia uma parceria entre ciência e capitalismo que produz gadgets (Lacan, 1969-70/2007;1972). Hoje em dia, vemos como a entrada e popularização de dispositivos eletrônicos portáteis como tablets, celulares inteligentes e computadores produziu alterações importantes no laço social. A profecia lacaniana se cumpriu de forma mais radical. Como se vê, esse discurso não contém a relação de cadeia significante (S_1 - S_2), pelo qual é um discurso que não faz laço social.

Curiosamente, um dos objetivos da “reparação” é conhecer a verdade sobre o ocorrido com as vítimas da guerra. O “esclarecimento da verdade” faz parte das atividades de memória histórica, a construção de uma reparação sobre o ocorrido, particularmente com as vítimas por parte dos reinseridos. Sendo a verdade, mesmo que não toda, um dos elementos que conformam o discurso (Lacan, 1969-70/1991), sobretudo, porque ela suporta o agente do discurso, poderia se estabelecer uma relação entre a verdade como sustento do laço entre os sujeitos reinseridos ou desistentes da violência e a verdade como um semi-dizer que tem uma estrutura de ficção?

Sobre a verdade no *Seminário 17*, Lacan expressa que ela é só acessível por meio de um semi-dizer. “Ela não pode ser inteiramente dita, porque, para além de sua metade, não há nada a dizer” (Lacan, 1969-70/1991, p. 49). A verdade ainda com sua potência mobilizadora do agente, está marcada pela barra da impotência com relação aos outros elementos do discurso. A verdade poderia se conceber como escondida ou ausente, ela está conosco, mas tem um caráter de estranha, “nós não somos sem ela” (Lacan, 1969-70/1991, p. 61). Ele toma a ideia de Wittgenstein de que a estrutura gramatical constitui o mundo e, retomando a reflexão sobre a *implicação* como operação lógica, expressa que o verdadeiro tem uma genealogia que sempre remonta a um primeiro verdadeiro que não poderia declinar (Lacan, 1969-70/1991).

Lacan (1969-70/1991) tenta demonstrar que a verdade é a irmã do gozo expressando que o mais-de-gozar, ao se colocar como resíduo do efeito da linguagem, faz com que a verdade, como aquilo que não se vê, seja a irmã desse gozo interdito. Parece que, para Lacan, a verdade emerge da incidência da linguagem, que leva consigo a divisão do sujeito, constitui sua dimensão discursiva e de semi-dizer e, ao mesmo tempo, produz um resto como mais-de-gozar, o objeto *a*. A verdade surge como possibilidade de enunciação no mesmo momento lógico em que emerge o resíduo da operação significativa que conhecemos como mais-de-gozar.

Sobre o *papel da verdade no discurso*, Lacan (1969-70/1991) menciona que o “agente não é o que age, é aquele a quem se faz agir” (p. 179) e “a verdade é o que faz agir esse agente” (Lacan, 1969-70/1991, p. 182). A verdade seria uma forma de dar tratamento ao real, pois “entre nós e o real há verdade” (Lacan, 1969-70/2007, p. 185). Na lógica do discurso, a produção não teria então relação alguma com a verdade: a verdade protege a impotência. Por isso último é que a verdade se constitui como um elemento interessante para nossa pesquisa, pois ela tem uma condição central no laço social ao sustentar a impotência do laço e a causar o agenciamento.

Para Castro (2009) a *impotência* seria para Lacan, uma proteção da verdade. Por exemplo, a impotência localizada no discurso do mestre entre o objeto *a* e o sujeito (\$) indica um furo em não poder extrair, tanto do produto quanto da produção, qualquer verdade subjetiva. Retomando o seminário sobre o *Ato psicanalítico*, Castro (2009) expressa que o que Lacan faz é aproximar verdade e revelação mística, e saber e construção significativa. O saber concerne à ordem da construção significativa, ao significante e à interseção dos registros simbólico e imaginário. A verdade diz respeito à revelação do real (R) por meio da queda do objeto *a*, ao mais-de-gozar (Castro, 2009). De novo, a verdade como irmã do gozo, seria um tratamento do real.

Localizar a verdade, primeiro, como um efeito da incidência da linguagem na constituição do sujeito, que se produz no mesmo tempo lógico em que o mais-de-gozar aparece como produto e, segundo, como o que sustenta o laço social e causa o agenciamento, permite-nos questionar se a abordagem psicanalítica do laço social poderia ter como reflexão central a questão da verdade. A verdade, como um semi-dizer, sustentaria o laço social como discurso, de acordo com o elemento que esteja no seu lugar. Mas, localizando o que acontece com o sujeito que desiste da violência armada e urbana, o que ocupa o lugar da verdade no discurso que sustenta sua escolha pela violência e sua posição subjetiva diante do Outro social? A desmobilização e inserção social após da desistência daria conta de tramitar um ajuste com essa verdade arranjada com o gozo nos sujeitos desistentes do grupo armado? Essa seria uma operação possível? Deixamos essa pergunta pelo lugar da verdade no laço social dos sujeitos com o grupo armado para quando retomarmos os nossos casos.

A histérica e a política.

Quando Lacan descreve o discurso do analista como uma introdução estrutural, mediante condições artificiais, do discurso da histérica, não podemos evitar pensar que essa centralidade do discurso da histérica tenha consequências importantes para o campo político. Estamos longe de querer fazer apologia ao discurso da histérica. Mas, ao ser o discurso que permitiu a emergência do discurso do analista (e da própria psicanálise), que se apresenta, ao mesmo tempo, no texto lacaniano, como um discurso que está ao avesso do discurso do mestre, ele teria uma importância política a ser explorada.

De fato, uma das primeiras menções de Lacan (1969-70/1991) sobre o discurso da histérica é dizer que o que conduz o saber não é o desejo de saber e sim o discurso da histérica. O senhor (o mestre) não quer saber nada, só quer que as coisas andem. Como sabemos, a

histórica fabrica um homem (um outro) movido pelo desejo de saber e nós não sabemos o que é esse sintoma que ela porta enquanto sujeito dividido (\$). Trata-se de um discurso que visa que esse homem saiba que objeto precioso ela se torna nesse contexto do discurso:

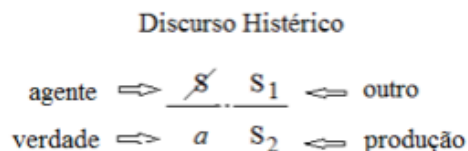


Figura 17. Discurso da histórica. Fonte: Lacan (1969-79/1991)

Para Lacan (1969-70/1991), a histórica dá ao outro o lugar dominante no discurso, ela “faz dele um sujeito a quem se solicita que abandone qualquer referência que não seja a das quatro paredes que o envolvem, e que produza significantes que constituam associação livre soberana, em suma, no campo”. (Lacan, 1969-70/1991, p.32). Quem comanda o discurso é o sintoma, é em torno dele que se ordena tudo o que é desse discurso. O sintoma, precisamente, significa ou leva consigo a divisão subjetiva e a falta estrutural. E Lacan acrescenta algo a essa reflexão, indicando que, no contemporâneo, a lei é questionada como sintoma. Lembremos que Lacan desenvolve esse seminário no contexto posterior a maio de 1968.

O discurso da histórica tem a função de revelar a relação do discurso do mestre com o gozo, dado que o saber vem aí em lugar do gozo. Ela faz uma greve e não entrega seu saber. Segundo Lacan (1969-70/1991), a histórica quer um mestre que saiba muitas coisas, mas que não saiba demais, para que não acredite que ela é o prêmio máximo a todo seu saber, “ela quer um mestre sobre o qual ela reine” (Lacan, 1969-70/1991, p. 122).

Como veremos, esse discurso tem limites. Lacan denunciava que o discurso tem um obstáculo entre o que se pode produzir e o que se propõe como verdade. Se aplicamos essa premissa ao discurso da histórica, veremos que esse saber que o mestre produz não atinge nem toca sua condição de mais de gozar (*a*), seu indício de falta estrutural. Como consequência, cria-se uma mobilização que não produz transformação ou subversão e que voltaria sobre o mesmo ponto que iniciou: uma tentativa de furar um mestre perpétuo. Além disso, como o outro é tomado como mestre, é indispensável que o mestre seja consistente e não vacile para ocupar outra posição que não seja essa, para que, assim, o discurso possa ser sustentado. Há uma conservação do estatuto de outro como mestre. Porém, no final, o mestre produz um saber que não modifica em nada a posição da histórica, já que a produção não toca a verdade dela.

Em consequência, podemos dizer que o discurso da histérica em seu movimento de furar o mestre e de colocá-lo a trabalho, para a produção de um novo saber, tem uma potencialidade de transformação, se ele não se reduz à impotência. Esse movimento possível é introduzido, artificialmente, pelo discurso do analista, pois ele se dirige ao outro tomado como sujeito dividido (\$) para que ele produza um novo tipo de significante mestre. Na política, poderíamos pensar que o movimento de “furar o mestre” é um primeiro passo indispensável para qualquer tipo de ação que vise subverter lógicas de poder. O discurso da histérica, na política, serve para mostrar como há algo que escapa à tentativa do discurso do mestre de capturar a globalidade da experiência pela via do significante, de como ele não consegue ser suficiente para estabelecer os laços societários. De alguma forma, a histérica denuncia o mal-estar na cultura, que seria produzido a partir da engrenagem dos sujeitos com o laço social, a partir da perda de gozo que significa estar nesse laço.

Até esse ponto, podemos afirmar que o discurso da histérica, na política, é mais do que necessário, ele seria constitutivo na matriz de qualquer militância e ação política. Sem dúvida. Marcia Rosa (2019) apresenta especificamente a função política da histeria no contemporâneo, com interessantes relações entre a política e a histeria como discurso. Mas, vemos que ele é insuficiente, porque não visa renunciar ao mestre. Enquanto o outro seja tomado como mestre e não como sujeito, ele deve ser sustentado como tal: não pode perder esse lugar. Se a forma privilegiada que toma um laço social é a forma do discurso da histérica, veremos que as saídas para as questões que a histérica denuncia são cada vez mais estreitas. É um discurso que, sozinho, sem o auxílio de outras formas de laço social, não consegue ir além da denúncia e de um não saber-fazer com o furo do mestre.

A histérica interpela o mestre para mostrar que existe uma falha no saber, sendo essa a resposta do sujeito contemporâneo aos impasses do discurso do mestre, colocando em evidência um gozo não redutível e que todo discurso sustenta uma posição de gozo, pois se antecipa à ordem do mestre e faz aparecer a verdade dessa nova forma de gozo (Anzalone, 2015). Se pensarmos que Lacan desenha o discurso do mestre para pensar uma das profissões impossíveis de Freud, como é a de “governar”, entenderemos que o discurso da histérica, complementar ao discurso do mestre, revela, constantemente, essa impossibilidade de governar. Adquire uma dimensão política em colocar a rodar o significante-mestre do político, colocando-o sempre a produzir. A histérica, como discurso, seria inerente a qualquer forma de política contemporânea, pois é graças a seu movimento que o mestre pode reformular a nova ordem do social.

Couto et al (2018) leem o discurso da histórica como aquele que revela a verdade do mestre, que é castrado. Nesse sentido, o que a histórica deseja é um mestre sobre o qual ela reine, que possibilite que ela reine e ele não governe. Mas, como vimos, o saber do mestre não consegue tocar o ponto de gozo da histórica, o que é traduzido como o fato de que qualquer saber se torna impotente contra o enigma da própria feminilidade. O que isso indica para a política? Que a histórica coloca em movimento o Outro que é tomado como mestre para a produção de novas ordens sobre o social. Mas, ela não se vê transformada nessa relação, na qual, esse mestre nunca cai e a subversão política, que visa a militância política, está limitada nessas molduras.

A solidão do discurso da histórica ao comando: incorporação da ideologia e permanência na lógica do conflito.

Tentaremos contornar a hipótese de que, no comando, o discurso da histórica produz um movimento de estancamento subjetivo que instala o sujeito na dinâmica da inimizade do conflito armado de uma forma radical. O sujeito passa a incorporar a ideologia das FARC como grupo armado, o que implica que essa ideologia tem uma dimensão não dialetizável porque começa a fazer parte do sustento que dá materialidade à montagem subjetiva. Os inimigos necessários das FARC, que seriam o Governo e o Estado (Angarita et al, 2015), passam a ocupar o lugar do Outro no discurso da histórica. As análises dessa modalidade serão pensadas a partir do caso *Revolucionário*.

O sintoma (\$) que agencia o discurso da histórica, para esse caso, é a desigualdade estrutural que *Revolucionário* sente de uma forma especial. Desigualdade que, segundo sua denúncia, impediu que ele tivesse outras escolhas na vida, diferentes da escolha do conflito armado. O Outro ao qual esse discurso se dirige seria um mestre, um significante-mestre que se coloca em xeque (Lacan, 1969-70/1991). Nesse sentido, pensamos que, no discurso da histórica que toma o laço no conflito armado, esse Outro ao qual se dirige o sintoma é o Governo e a Oligarquia, com a tentativa de produzir um saber que toque a verdade do sintoma (mais-de-gozar como *a*) que seria a desigualdade. Ou seja, espera-se que o mestre, nesse caso o Governo visto como Oligarquia, produza um saber (S_2) que permita uma transformação nos modos com os quais se organiza uma sociedade (*a*) e permita que a desigualdade, como sintoma, receba um tratamento. Uma revolução, então, é necessária. Podemos afirmar que nos casos mais radicais da vinculação com o grupo armado é esse tipo de lógica que sustenta o

laço, uma lógica do discurso da histórica, que toma um Outro muito consistente, mas, ao mesmo tempo, muito imaterial, como seria a Oligarquia.

Essa forma de laço carrega um impasse, como Lacan (1969-70/1991) bem ensinou. Entre o saber (S_2) que ocupa o lugar de produção, como o novo modo esperado de funcionamento societário, e a verdade (a) há uma impotência que consiste em que a Oligarquia, por ser inconsistente e por definição injusta, não produz um saber-fazer que permita transformar os sintomas do capitalismo, como a desigualdade. Ou seja, é um discurso que funda a necessidade de uma revolução que não surtirá os efeitos esperados, pois o Outro tomado como oligarquia que tem um lugar de mestre, não vai abrir mão dos privilégios do sistema capitalista.

Sabemos que a propriedade privada no sistema capitalista, por estrutura, como o denunciava Marx e o reafirma Badiou (2017) depois, gera desigualdade e todos os mal-estares próprios do capitalismo. Com exceção da Revolução Cubana, vimos que a ação dos grupos guerrilheiros, que tentaram destituir a primazia capitalista, falhou ou não foi suficientemente efetiva para instaurar uma revolução nos países nos quais atuaram, como é o caso da Colômbia. Nesse sentido, nessa falha, vemos representada a impotência dessa revolução. O funcionamento econômico das sociedades ocidentais, entanto continue capitalista, vai reproduzir desigualdade pois o direito à propriedade privada é sua causa fundamental. O discurso da histórica, encarnado em uma revolução que vise eliminar ou reduzir a desigualdade, tomando o Outro como um mestre que não conseguirá produzir um saber para apaziguá-la, produz um ciclo sem fim que se sustenta pelo registro imaginário.

O final do conflito armado entre o Governo e as FARC permitiu que as FARC tivessem alguma participação política. Mas, se pensamos na revolução inicial que estava no horizonte, podemos avaliar que essa luta não teve uma tarefa bem-sucedida, pois o mecanismo que gera a desigualdade que inspira o movimento armado não mudou. De fato, a negociação não levou em consideração os princípios que levaram destaque na formação no grupo. Não foi uma negociação para melhorar as condições da população, ou para diminuir a desigualdade, por exemplo. Foi uma negociação para acabar com o ciclo de um conflito armado de longa data e ter uma mínima participação política.

Sessenta anos de conflito armado com um final que em nada melhorou diretamente as lógicas socioeconômicas do país para caminhar à equidade social, mostram que a dimensão imaginária teve um destaque principal nesse conflito. De fato, seu fim, representado na

possibilidade de cese aos enfrentamentos por parte das FARC, e à posterior negociação de seus membros, prova que alguma coisa dessa incorporação radical da ideologia se deslocou e que outras formas de discurso incidiram para abrir um caminho à paz. As divergências que *Colaborador* denuncia que existiram entre as cinco lideranças mais importantes do grupo armado durante o processo de paz são evidências de que outras formas de discurso estavam operando no interior do grupo.

Sem se propor e sem ser um objetivo da pesquisa, *Revolucionário* se configura como o exemplo paradigmático dessa forma de laço social. Ele dá uma enorme consistência imaginária a esse Outro e produz uma série de ações que conseguem colocá-lo no mesmo ponto no qual começou. Exemplo disso são as inúmeras ocasiões nas quais entrou e saiu da prisão. Diferentemente de *Colaborador*, *Revolucionário* se enlaça no campo social quase que exclusivamente por meio do discurso da histórica. Um discurso, que o autoriza à ação constante de furar o mestre, de produzir uma mobilização a grande escala que vai ter os mesmos resultados falidos. De visar uma revolução inalcançável por tomar o Outro com uma noção tão abstrata, mas tão consistente, como é a Oligarquia.

Alguns elementos singulares e particulares se inscrevem de forma única para *Revolucionário*. Vimos que as FARC ganham o estatuto de um Outro muito consistente, que é incorporado, com a ideologia, e que passa a configurar uma ressonância radical sujeito-grupo, que indicaria o seguinte imperativo “o que é com o grupo, é comigo. E, o que é comigo é com o grupo”. Nunca, durante as entrevistas, teve algum posicionamento ou produção que indicasse um furo nas FARC. O grupo é consistente e poderoso e isso só foi possível graças ao mecanismo da incorporação envolvido aí.

Por outro lado, os inimigos das FARC, ou aqueles que estavam em uma posição de discordância com esse grupo, passam a ser objeto de críticas constantes e de ataques. Ele se posiciona a partir de seu sintoma (a desigualdade legitimada pelas FARC) e dirige seu discurso a um Outro que é encarnado pelos inimigos necessários, políticos e absolutos do grupo, especialmente, a Oligarquia. Vejamos como se organiza sua estrutura discursiva.

Em *Revolucionário* existe uma denúncia constante endereçada às instituições que representam o Estado. Vemos isso, por exemplo, na tentativa de desvelar o furo do INPEC (Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario) como representante do Estado e do Governo que administra a prisão. Sua própria nomeação de *revolucionário* indica uma função que consiste em questionar a centralidade de um elemento que opera como dominante na esfera

social e no sistema político. No seu caso, esse elemento seria a Oligarquia. Nos seguintes trechos aparecem elementos acerca desse questionamento constante e queixa contra a Instituição INPEC:

Entonces llegando a ese tema, ¿Por qué me sacan a mí?... ¿Por qué no sacan a esa gente? ¿Por qué el INPEC de dirección general de los funcionarios, será que no hay corrupción? Uno mismo ve que se maneja recursos económicos, lo vi con mis propios ojos y hay miles de testigos con lo que voy a decir. No es que yo tenga nada en contra de ellos, pero sí, que no se metan con las personas que son activistas de derechos humanos.⁵⁰

Mientras estoy aquí. Y entre más derechos están pendientes. Esa es mi labor... Es primera vez que una funcionaria lo llama a uno, y más a mí, porque aquí uno prácticamente aquí soy como el agua y el aceite con todos los funcionarios. Yo sé que usted ha escuchado ya, me imagino que ya se lo han contado, y créame, no es que lo tengan a uno como un interno malo. Sino que muchas veces, lamentablemente, no le gusta que uno apele los derechos... Yo siempre he puesto mis posicionamientos a las altas esferas: Procurador General, A la Defensoría del Pueblo, al Doctor Juan Manuel Santos, a los ministros.⁵¹

Revolucionário se coloca à disposição de seus colegas para fazer denúncias pelas vias de direito contra a instituição penitenciária quando há presunção de que algum direito está sendo vulnerado. Uma maneira de lidar com os mal-estares, produto da privação da liberdade, foi ativar rotas de denúncia contra a Instituição que gere sua vida durante esse período. Outro elemento que aparece é o lugar de alta relevância política que ele se dá, ao dizer que ele coloca seu posicionamento às “altas esferas”, que é uma forma do espanhol colombiano para indicar as “altas instâncias” de poder em alguma organização ou instituição. No caso dele, essas altas instâncias tocam até o Presidente da época.

Existe alguma incidência do discurso capitalista, também, na entrada às FARC:

Te quería preguntar, ¿En tu adolescencia como veías el mundo?

Es que mire, uno, le voy a decir. Yo le voy a decir lo que yo quería, sinceramente yo quería salir de la pobreza, buscar dinero. En Corinto es una zona de narcotráfico. Perico, marihuana,

50 Então, chegando nesse tema, por que me tiraram a mim? Por que tiram a gente daí? Porque o INPEC de direção geral dos funcionários, será que não há corrupção? A gente mesmo percebe que se administram recursos econômicos, eu vi isso com meus olhos e há milhares de testemunhas sobre o que vou dizer. Não é que eu tenha algo contra eles, mas sim, que não se envolvam com pessoas que são ativistas de direitos humanos.

51 Enquanto estou aqui. Enquanto existam direitos pendentes. Essa é meu labor... É a primeira vez que uma funcionária me chama, sobretudo, a mim, porque eu sou aqui praticamente como a água e o óleo com todos os funcionários. Eu sei que você já ouviu falar disso, imagino que alguém já contou para você, e acredite em mim, não que é que seja colocado como o interno ruim. Mas muitas vezes, infelizmente, eles não gostam que a gente peça os direitos.... Eu sempre coloquei meus posicionamentos nas altas instâncias: Procurador Geral, Defensoria do Cidadão, ao Doutor Juan Manuel Santos, aos ministros.

base. Corinto, yo cultivaba, yo he estado. Mejor dicho, yo estaba involucrado con el narcotráfico. Entonces yo siempre he querido, pues, como pensado, yo decía “yo quiero ganar plata”. Uno ve los mafiosos de los hijos, en sus buenas 4X5, en ese entonces. Hoy uno los ve en sus buenas Dimax, sus buenos carros. Entonces, yo antes pensaba así, conseguir plata para mi familia, hacer casa para mi mami.⁵²

O acesso aos objetos de consumo e à acumulação de riqueza foi um condicionante importante na sua entrada, mas, não foi o fundamental. Principalmente porque sua vinculação foi mediada, sobretudo, pela ideologia do grupo armado e menos pela troca de benefícios materiais e a acumulação de riqueza.

Por outro lado, existe uma demonstração de inimigos no discurso. Aparecem tanto os inimigos do Grupo, que ele passa a tomar como próprios, como também os inimigos no interior da prisão. Vejamos, por exemplo, que aparece uma distinção entre o “bom” e o “mau” funcionário como características atribuídas aos funcionários da prisão:

Me volvieron y me trasladaron, me mandaron hace poco para Bolívar, Cauca.

¿Hace cuánto?

Eso fue hace aproximadamente cinco meses. Solamente por ser un activista de derechos humanos, por luchar por mis deberes y derechos. Son las represarias que toma ese régimen. No digo que todos los funcionarios son malos, porque aquí hay personas muy buenas, que cumplen con su trabajo. Como lo puede ser usted. Pero hay otras personas que en realidad. Aquí en esta cárcel, sinceramente, le voy a ser claro: hay un alto nivel de corrupción...⁵³

Yo comparto lo que usted dice. Yo he denunciado, y a las esferas de Bogotá. Mi nombre es muy conocido en el Ministerio de Justicia, el mismo Juan Manuel Santos, que es el presidente de la República. Yo he denunciado. Sino que, ¿qué pasa? yo no puedo ir sin pruebas a denunciar a alguien. Pero aquí por ser yo como soy, por ser activista de derechos humanos, por ser una persona que he tenido una represarias en mi contra. He sido víctima, por ejemplo, el traslado

52 -Como você percebia o mundo na adolescência?

-Olhe, vou falar. Eu vou dizer o que eu queria nessa época, sinceramente, eu queria sair da pobreza, procurar grana. Em Corinto é uma zona do tráfico. Pó, maconha, base de coca. Em Corinto eu cultivava, eu estive. Melhor dizer, eu estava envolvido com o tráfico. Então eu sempre quis, pois, como pensei, eu dizia “eu quero ganhar grana”. A gente vê os filhos dos mafiosos, em suas boas 4x5, nessa época. Hoje em dia a gente os vê em suas boas Dimax, em seus bons carros. Então, eu antes pensava assim, em conseguir grana para minha família, fazer a casa para minha mamãe.

53 -Eles me trasladaram de novo, mandaram-me para Bolívar, Cauca.

-Há quanto tempo?

-Isso aconteceu há aproximadamente cinco meses. Somente por eu ser um ativista de direitos humanos, por lutar por meus deveres e direitos. São as represarias que toma esse regime. Não estou falando que todos os funcionários são ruins, porque aqui há pessoas muito boas, que fazem seu trabalho. Como pode ser o seu caso. Mas há outras pessoas em realidade. Aqui na prisão, sinceramente, vou ser claro: aqui há um alto nível de corrupção.

que me hicieron a Bolívar, Cauca. “Hombre, ¿por qué?” Si nosotros tenemos derechos en este País, si aquí hay una democracia clara, ¿Si? Supuestamente estamos en un Estado social de derecho como lo dice el artículo 1 de nuestra Constitución Política de Colombia, ¿Por qué no respetan esos derechos? De todas maneras, yo no quiero profundizar en ese tema, pero yo lo que quiero es hacer el llamado, porque no todos son malos, hay funcionarios muy buenos que respetan los derechos humanos.”⁵⁴

Ele distingue, então, alguns funcionários que são “bons” e outros que são “maus”, que seriam aqueles que tomariam represárias contra ele tentando dificultar sua existência através do pedido de traslados, por exemplo.

Chama a atenção que a possibilidade de tomar as armas de novo está presente no horizonte. Isso indica que não existiria um abandono definitivo da opção pela vida armada, o que será importante para pensar o funcionamento do discurso da histórica, nesse caso:

Yo soy el vocero político y yo todos los días les doy estudio a las personas, y les explico a las personas como está el proceso de paz, cómo van los procesos que tenemos para salir y no volver a coger las armas. Si a nosotros nos obligan a coger las armas, pues lamentablemente tenemos que armarnos. Porque las armas se hicieron para igualar las fuerzas. Eso siempre lo he tenido claro.”⁵⁵

Es que yo estando afuera, ahí sí. Venga yo le digo una cosa. Yo estando afuera, hay compañeros del sexto frente. En estos días hubo disidencias de las FARC en Corinto. Salió un comunicado que comienza hoy a partir del 28. Averíguate, no estoy mintiendo. La mayoría de mis excompañeros están en eso. Si yo... busco asilo político y tengo que irme del país, lamentablemente, por dejar las armas, porque es un compromiso. Pero si me van a matar, eliminar, lo tengo que hacer (refiriéndose a tomar las armas).”⁵⁶

Vemos, que a luta armada não é completamente abandonada. Nessa lógica, as armas são necessárias, pois a função delas é “igualar as forças”. Ou seja, desde que ele não seja

54 Eu compartilho o que você está falando. Eu já denuncie, aos altos mandos de Bogotá. Meu nome é muito reconhecido no Ministério da Justiça, o próprio Juan Manuel Santos, que é o presidente da República. Eu denunciei. Mas, o que acontece? Eu não posso andar sem provas e denunciar alguém. Mas, aqui, por ser como eu sou, por ser um ativista de direitos humanos, por ser uma pessoa que já sofri represárias. Fui vítima, por exemplo do traslado que me fizeram a Bolívar, Cauca. Velho, por quê? Se nós temos direitos nesse País, se aqui há uma democracia clara, sim? Supostamente estamos em um Estado social de direitos como o diz o artigo 1 da nossa Constituição Política da Colômbia, por que não respeitam esses direitos? De qualquer forma, eu não quero aprofundar nesse tema, porque o que eu quero fazer é um chamado, porque não todos são maus, há funcionários muito bons que respeitam os direitos humanos.

55 Eu sou o porta-voz político e eu todos os dias dou estudo para as pessoas, e lhes exponho como está o processo de paz, como estão os processos que temos para sair e não pegar as armas de novo. Se brigam a pegar as armas, pois, lamentavelmente, temos que estar armados. Porque as armas se fizeram para igualar forças.

56 Eu ficando de fora, sim. Eu o quero dizer uma coisa. Eu estando fora, há colegas do sexto frente. Nesses dias teve dissidências das FARC em Corinto. Saiu um comunicado que começa a partir do 28. Procure isso aí, não estou mentindo. A maior parte de meus antigos colegas estão nisso. Se eu... procuro asilo político e tenho que ir embora do país, lamentavelmente, por deixar as armas, porque é um compromisso. Mas se eles vão me matar, eu o tenho que fazer (referindo-se a pegar as armas).

ameaçado pelos que encarnam esse outro inimigo, ele não tomaria as armas. Mas, se ele sofrer de alguma ameaça ou privação de direitos, pensaria em retornar à luta armada. Pensamos que, por mais de que a luta armada cesse, a luta política e a posição de inimizade continuam operando subjetivamente de forma imaginária, à espera de qualquer indício que possa reativar a resposta bélica.

Os efeitos subjetivos da prisão dizem muito sobre a forma como opera o discurso. A trajetória de *Revolucionário* na prisão é bastante longa, circulando por ela, intermitentemente, desde que ele tem 20 anos:

*Yo pagué un homicidio nueve años. Esta es mi segunda condena, por ley 30 (relacionada a crímenes do tráfico). Llevo dos años. He perdido mi juventud por acá...*⁵⁷

A prisão é coberta por uma função subjetiva importante, pois se configurou como um cenário que lhe permite fazer denúncias sobre vulneração de direitos humanos de seus companheiros. Ele utiliza a prisão, nesse sentido, como um espaço para fazer alguma atividade com intencionalidade política:

*Desde que llegué. Y ahí estamos, estamos esperando a que el gobierno nos dé nuestra amnistía para así poder gozar de la libertad y exponer nuestra voz. Ya en el ámbito político, porque yo he sido el vocero de los presos políticos que quedaron ahí en el pasillo mío. Quedamos aproximadamente unos veinte.*⁵⁸

A prisão serviria como o cenário para fazer ensaios políticos, encenando o vozeiro dos oprimidos e a exposição de sua voz. Ele aproveita os espaços que ganha na prisão para colocar a trabalho sua função política. De fato, aproveita o espaço da entrevista para fazer algumas denúncias contra funcionários da cadeia:

*Vuelvo y le reitero, yo di esta entrevista porque yo contra el INPEC no tengo nada, no tengo excepción, no tengo nada en contra. Yo le hago ese llamado para que arreglen esas manzanitas podridas, que las arreglen ¡porque hombre!... Porque el INPEC hay que estructurarlo, no en todos, sino en algunas partes.*⁵⁹

57 Eu paguei um homicídio nove anos. Esta é minha segunda condenação, pela lei 30 (relacionada a crimes do tráfico). Já passaram dois anos. Perdi minha juventude aqui...

58 Desde o momento que eu cheguei. E estamos nisso, aguardando a que o Governo dê a anistia para a gente, para gozar de nossa liberdade e expor nossa voz. Já no âmbito político, porque eu sou o porta-voz dos presos políticos que ficaram no canto meu da prisão. Ficamos aproximadamente uns vinte.

59 Repito de novo, eu lhe dei essa entrevista porque eu não tenho nada contra o INPEC, não tenho exceção, não tenho nada contra. Eu lhe faço esse chamado para que arrumem essas maçãs podres, arrumem isso, porque velho! O INPEC deve ser restruturado, não todos, mas algumas partes.

Ainda com essa função, o Outro da prisão é ameaçador. *Revolucionário* estabelece relações de rivalidade com qualquer um que representa a Instituição da prisão. Sobre os funcionários da prisão ele menciona o seguinte:

*Por eso yo me presto, le soy franco y sincero, me presto para dar esta entrevista, porque yo soy muy esquivo, lamentablemente, a los funcionarios del INPEC. Y todos los pueden decir, desde el dragoniante más antiguo hasta los tenientes actuales. Porque es que no me dan confianza.*⁶⁰

Ele se endereça semanticamente com os significantes do Outro da prisão, operação que não necessariamente aparece acompanhada de uma incidência subjetiva:

*Mire que yo no tengo nada en contra de ustedes, al contrario, yo trato de resocializarme, si eso es las frases que ustedes dicen. Trato de colaborarles a mis compañeros.*⁶¹

Pelo fato de o Outro da prisão ser ameaçador, a queixa e a denúncia são constantes durante as entrevistas: sobre a comida, sobre o tratamento que recebe, sobre os olhares que vem dos funcionários da cadeia.

A prisão tem a função de ser o cenário que permite continuar realizando uma operação política de denúncia, no marco de um discurso que procura “desmascarar a verdade” do mestre, que é representado na Instituição. Além disso, vemos como a prisão se constitui como um Outro que pode ser ameaçador que, na figura dos seus funcionários, conspira para fazer sua vida mais difícil.

No meio das diversas possibilidades que essa prisão poderia ter tomado para *Revolucionário*, vemos que ele prefere se posicionar, em relação a ela, através de uma rivalidade imaginária. Mas, também, a prisão e, especialmente, a Instituição que gera a vida prisional (O INPEC) é tomada como um mestre. O laço que ele estabelece, também, dentro da prisão, com seus colegas e com os funcionários, é mediado por esse mesmo discurso, colocando-se à disposição para a defesa dos direitos de seus colegas. A prisão, representada no INPEC, é o Outro que faz possível que continue operando o discurso da histórica.

Como essa solidão do discurso da histórica para fazer laço social mostra caminhos para a entrada, saída e permanência? O primeiro a dizer é que se trata de um discurso que ao operar

60 Por isso eu me coloco à disposição, sou franco e sincero, eu fico à disposição para dar esta entrevista, porque sou muito sistemático, lamentavelmente, com os funcionários do INPEC. E todos podem dizer isso, desde o guarda até os tenentes atuais. Porque eles não me inspiram confiança.

61 Olhe, eu não tenho nada contra vocês, pelo contrário, eu tento me ressocializar, se essas são as frases que vocês falam. Tento colaborar a meus colegas.

na exclusividade, da relação sintoma com significante-mestre, produz uma radicalidade política que não deixa que a ideologia, com a qual se sustenta, possa ser dialetizável. Nas guerrilhas mais radicais seus membros se enlaçam se baseando, predominantemente, nessa forma de discurso. Ou seja, as saídas do conflito para quem está vinculado com essa forma de discurso se dão quando há uma desistência coletiva da organização. Os sujeitos, orientados exclusivamente pela via histórica, estariam à espera de que a organização dê um apontamento para seus membros indicando “cumprimos com os objetivos de nossa luta, podemos começar o desarme”. O espaço para saídas singulares se vê comprometido.

Outro aspecto importante para pensarmos as saídas é que quando há uma incorporação da ideologia pode ser que aconteça uma desistência da luta armada, mas, como vimos com *Revolucionário*, a luta imaginária continua operando subjetivamente. Os sujeitos criariam, assim, cenas de inimizade nas quais aparecem uns protagonistas bons, alinhados com os objetivos emancipatórios da ideologia do grupo, e uns antagonistas que, geralmente, estão representados em instituições do Estado, que impediriam o alcance desses objetivos. Eles seriam os "maus" da história que o sujeito coloca em cena. Em *Revolucionário* essas figuras estavam sendo representadas pelas “maças podres” do INPEC. Acreditamos que há algo do campo da realidade que sustentam as denúncias que ele faz dessa instituição, mas, o interessante para pensar o enlaçamento subjetivo são as narrativas e a intensidade que ele coloca nessa montagem.

Haveria uma certa dificuldade de desistência do conflito armado, porque qualquer coisa que coloque em risco a desmobilização e desistência coletiva, reativaria, nesses sujeitos, sua posição de guerreiros, revolucionários ou rebeldes no conflito armado. A histórica, como discurso, aponta ao furo do mestre e visa revelar sua verdade, elemento indispensável para fazer qualquer movimento de subversão e resistência. Mas, esse discurso, operando de forma independente dos outros e quase exclusiva, pode gerar ciclos e inimizades imaginárias que dificultariam qualquer processo de subversão política e que comprometeriam o laço social com os “outros” que não sejam parte da revolução. O discurso da histórica produz um reinado do imaginário que faz tropeçar a mediação simbólica. A incorporação, que estaria no fundo dessa lógica, é uma operação que não deixa muito lugar ao diálogo. Vemos, assim, que o discurso da histórica dá lugar a um movimento de revolução impossível, que sempre vai precisar da inimizade, da luta política e da condição de mestre atribuída ao outro, para conseguir existir. Os inimigos, em consequência, precisam ser conservados imaginariamente.

O mestre contemporâneo ao comando: uma permanência condicionada à troca.

Como Lacan (1969-70/1991) indicou, o discurso do mestre contemporâneo é o discurso capitalista (Lacan, 1972). É um discurso que compromete o laço social, pois, como vimos, não tem uma relação direta entre significantes enlaçados em uma cadeia. S_1 e S_2 não estão encadeados diretamente. O sujeito barrado (\$) tem uma impostura de agente do discurso, pois, apesar de estar na posição de agente, é sujeitado aos objetos de consumo (a), em uma relação direta com eles, representados por uma flecha que vai do objeto a ao sujeito (\$).

O discurso da ciência, representado no saber do discurso universitário (S_2), produz gadgets e demais objetos de consumo. Podemos abordar o caso de *Colaborador* em sua inserção com o grupo e o laço que a sustenta, a partir de uma leitura que tome em consideração uma incidência forte desse discurso capitalista, com o auxílio do discurso do mestre clássico. Isso dá ao laço uma roupagem fálica que faz que sobre essa modalidade compartilhada entre o mestre clássico e o mestre contemporâneo, exista uma dimensão da troca que explica seu funcionamento particular.

Como descrevemos e analisamos, a entrada de *Colaborador* no conflito armado aconteceu graças a uma lógica de intercâmbio de benefícios por favores e trabalhos para a Organização. Benefícios que, além de ter um componente simbólico e de pertença, eram também materiais e aproximavam a *Colaborador*, enquanto sujeito barrado (\$), aos objetos de consumo (a). Alguns desses objetos eram objetos de consumo básicos, como alimentação. Porém, outros tinham um componente simbólico que dava status social, como as motos e os veículos que tinham os meninos da sua cidade. Elemento que *Colaborador* descreve quando menciona os objetos que ele poderia obter se fosse parte do grupo armado ou se entrasse no tráfico. Com isso, vemos que o laço ao grupo se dá com um discurso que estabelece uma equação de custo-benefício no marco de uma lógica de troca: “você me empresta seu trabalho colaborando com a causa e eu te retribuo com benefícios e colaborações materiais”. O sujeito dá algo de seu trabalho, de seu saber-fazer, e recebe em troca um benefício material, representado no dinheiro ou nos objetos.

Essa forma de laço fraco – se podemos mesmo dizer que se trata de um laço – faz possível outros deslocamentos diversos com relação ao grupo, como veremos. Especialmente, quando pensamos nas saídas, pois o discurso das FARC, sua ideologia, é passível à crítica. E, também, passíveis de serem abandonados quando, a partir de uma análise custo-benefício, eles

não proporcionariam mais os benefícios e as trocas que antes eram interessantes. Vamos pontuar isso, detidamente, a partir de algumas narrativas do caso.

Como foi desenvolvido no capítulo anterior, as FARC ganham para *Colaborador* o estatuto de um Outro da troca. Um Outro que é importante enquanto proporcione benefícios e soluções materiais. Também, o discurso do mestre clássico opera para indicar uma submissão de *Colaborador* a operadores e significantes-mestres da cultura que o superam, como o “bem superior” que indica uma moralidade para o crime. Elemento que produz sentimento de culpa em *Colaborador*. Sentimento esse que o leva a escrever uma carta para família do homem que assassinou, tomado pelo desespero em tentar acalmar o “vazio” que sente quando pensa no passado. Nesse caso, o discurso do mestre clássico permite um corte que facilita outras saídas diferentes ao ciclo próprio do discurso capitalista que impõe um imperativo de consumo sobre todas as coisas.

A forma como *Colaborador* organiza sua relação com as FARC passa por uma lógica que tem uma incidência simbólica de uma troca que equaciona os benefícios recebidos por pertencer à organização. Nesse sentido, o inimigo não aparece como inimigo absoluto, mas como inimigo político da organização com a qual ele “colabora”. Isso se produz por uma leitura muito singular que faz sobre o conflito armado. Ele é tomado como um conflito de interesses entre várias coletividades aos quais os subordinados dos grupos armados estão submetidos. Mas, o que, para *Colaborador*, não correspondem a interesses que o afetam diretamente. Por isso, a pessoa do soldado do grupo inimigo não comporta, necessariamente, um caráter de inimigo:

¿Usted considera a los paramilitares enemigos?

Mira que no sé si usted, mira que no. No, no los considero enemigos. Hasta fecha no los considero enemigos, porque yo sé que, a esta fecha, así como yo tuve unos, como algo que yo me fui para la organización, yo sé que así mismo ellos tuvieron, ellos fueron obligados. Entonces pienso que no son enemigos. Fueron víctimas, también, así como yo. Fui víctima, ellos también fueron víctimas. Inclusive yo tengo compañeros, gente con la que yo estudié, pelados y están, sé que pertenecían o están todavía y si yo tuviera la forma de hablar con ellos, pero tampoco voy a decirles que, o a encontrármelos frente a frente o saludarlos porque no sé qué mentalidad tengan. O me consideren un objetivo. Pero en el caso mío no los considero como enemigos.⁶²

62 -Você acha que os paramilitares são inimigos?

O elemento ideológico é de menor importância para a vinculação ao grupo:

¿Usted conoce la ideología de ese grupo?

*No, no la conozco.*⁶³

Colaborador, precisamente, ao ser alguém que se posiciona de forma íntima, quer dizer, em um fora-dentro com relação às FARC, guarda uma distância ideológica com relação ao grupo armado. Distância que lhe permite enxergar esse grupo de forma mais crítica:

¿Usted qué opinión tiene de las FARC?

Me pongo en los zapatos de las víctimas, que dicen que los más sanguinarios de los cabecillas están, en este momentico se tiraron al candidato presidencial, pero imagínate que ahora las víctimas. Sino que dentro de la misma organización había una, estaba Timochenko, Santrich, Pablo, Iván. Había choques entre ellos cinco, había choques. ¿Si me entiende? Por ejemplo, hubo un choque, en el nombre de la, en el mismo nombre del partido que se llama FARC... ¿Cuál fue el error? Haberle colocado FARC al partido político y así pienso que en el partido político hubo como mucha, no sé si por la misma controversia que ellos llevaban, le salieron prácticamente, le salieron mal. Hasta ahora no veo que las cosas vayan por buen camino o... Yo pienso que, como partido, esos errores que ellos tenían, o esas controversias ahora las están pagando.

Entendí, pero usted qué opina de las FARC, ¿Qué deberían existir o no deberían existir? Lo que usted quiera decir.

*A mí me ha pegado la misma. En parte lo de las víctimas. La misma opinión que tienen las víctimas. Porque, así como ellos prácticamente hicieron un bien en cierto tiempo, en este momentico ahora en día, la gente es la que está pagando eso. Entonces no tengo como esa opinión buena de ellos. No. ¿Si me entiende? Eso fue como algo que ellos, como un mal para mi vida. ¿Si me entiende?*⁶⁴

-Não sei você, mas eu não acho eles inimigos. Não, não os considero inimigos. Até hoje não os considero inimigos, porque eu sei que a esta data, assim como eu tive uns, como algo de que eu me fui para a organização, não sei que assim eles tiveram, eles foram obrigados. Então, penso que não são inimigos. Foram vítimas, também, assim como eu. Fui vítima, eles também foram vítimas. Inclusive tenho colegas, pessoal com o qual estudei, Brothers e estão, sei que pertenciam ou ainda estão e se eu tivesse a forma de falar com eles, mas também não vou lhes dizer que, ou ao encontrar eles face a face cumprimentá-los porque não sei qual é a mentalidade deles agora. Ou se me consideram um objetivo. Mas, no meu caso, não os considero inimigos.

63 -Você conhece a ideologia desse grupo?

-Não, não a conheço

64 -Qual é sua opinião sobre as FARC?

-Eu me coloco nos sapatos das vítimas, que dizem que os mais sanguinários líderes estão, nesse momento eles propuseram um candidato presidencial, mas imagina a situação das vítimas. Mas, dentro da mesma organização tinha um, estava Timochenko, Santrich, Pablo, Iván. Teve briga entre eles cinco, confusão, entende? Por exemplo teve briga, no nome do partido que se chama FARC, qual foi o erro? Ter colocado FARC ao partido político e assim penso que o partido político teve muita controvérsia, isso saiu mal. Até agora não vejo que as coisas estejam por um bom rumo, ou eu penso que como partido, esses erros que tinham, ou essas controversas, estão sendo pagadas.

Diante das FARC, ele se coloca no lugar das vítimas. Isso, do mesmo modo, pode ser uma armadilha discursiva se pensamos que essa fala está endereçada a um agente penitenciário que representa, querendo ou não, a moral dos fins civilizatórios da prisão. Mas, se pensarmos na submissão que as populações onde as FARC atuam tem diante esse grupo, poderíamos pensar que ele se percebe como uma vítima das FARC, também, dada a proximidade dele com a realidade dessas pessoas. Uma questão aberta.

Sobre os paramilitares e militares (inimigos necessários, políticos e absolutos das FARC, no conflito armado), ele consegue ver que esse conflito não o implica diretamente. Por tanto, eles não seriam seus inimigos diretos, já que, como ele, são subordinados a ordens de superiores:

¿Qué piensa de los paramilitares?

De los paramilitares... Mira, que no todos eran lo mismo. Existían dos grupos, así como las FARC y el ELN, así mismo. Unos se hacían llamar águilas Negras, porque hay unos que como que eran más sanguinarios que otros, entonces se dividían, como en las FARC. Por ejemplo, las disidencias, ellos dicen que no que no y que no, y están aferrados a un arma. Y están aferrados a seguir haciendo daño a la gente, y aferrados a que tienen una ideología, pero prácticamente esa ideología ya la perdieron, se desviaron para otro lado.

¿Qué opinión tiene de los militares, policía, ejército?

Llevan órdenes, y ahí es difícil... Entonces pienso que no, cumplían órdenes simplemente, y había otros que si tenían resentimiento y se iban en contra de la Comunidad porque a veces muchos no pertenecían a la guerrilla y se iban en contra de ellos.⁶⁵

-Entendi, mas, o que você acha das FARC, que deveriam existir ou não deveriam existir? O que você queira dizer.

-Eu estou de parte das vítimas. A mesma opinião que as vítimas têm. Porque assim como eles, praticamente eles fizeram bem um certo tempo, nesse momento, agora em dia, as pessoas estão pagando isso. Então, não tenho como uma opinião boa sobre eles, não. Sim entende? Isso foi como algo que eles, sei lá, foram um mal para minha vida, entendeu?

65 -O que você acha dos paramilitares?

-Dos paramilitares.... Olhe, que não todos eles eram o mesmo. Existiam dois grupos, assim como as FARC e o ELN, assim mesmo. Uns se chamavam as Águilas Negras (águias pretas), porque há uns que eram mais sanguinários que outros, então se dividiam, como as FARC. Por exemplo as dissidências, eles dizem que não, que não e que não, e estão aferrados a uma arma. E estão aferrados a continuar fazendo dano às pessoas, e aferrados a que tem uma ideologia, mas, praticamente essa ideologia já a perderam, eles desviaram para um outro lugar.

-Qual opinião tem dos militares, Polícia, Exército?

-Eles levavam ordens, e aí é difícil... Então penso que não, que cumpriam ordens simplesmente, e tinha outros que sim tinham ressentimento e ficavam contra a Comunidade porque às vezes muitos não pertenciam à Guerrilha e se iam contra eles.

Essa humanização dada a quem combate na fila do inimigo indica que opera um discurso que não é totalizante da experiência com o grupo. O Outro da guerra não é consistente, total ou invasivo, ele é suscetível de críticas e leituras diversas, flexíveis.

Por outro lado, evidencia-se uma dimensão utilitarista que organiza a vinculação com o grupo FARC de forma muito particular. *Colaborador* usualmente mencionava que não queria ser submetido à lógica da Justiça Transicional pois não queria carregar consigo a marca de “ex-guerrillhero”. Ele, geralmente, argumentava que queria solicitar uma prisão domiciliar para a justiça tradicional e que ser submetido ao Processo de Paz atrapalharia seus interesses de sair da privação da liberdade por esse caminho. Porém, na seguinte fala, mostra uma possibilidade de reformular essa posição ao conhecer alguns “benefícios” que receberiam “ex-guerrilheiros” na justiça transicional:

*Si, sería bacano. ¿Sabes que me enteré? Que hay una plata que les dan a todos los que han sido reconocidos así no salgan de la cárcel, les van a consignar una plata. Son gente que siempre, ¿Cómo le digo yo? Así, ellos, porque yo sé que ellos están chuzando para que los camaradas, los compañeros que están en las cárceles salgan, pero ¿si no pueden? Por lo menos un apoyo económico.*⁶⁶

É importante mencionar que é a primeira e única que vez que ele se refere aos membros das FARC como “Camaradas”, que é uma nomenclatura própria das militâncias armadas de corte comunista. Eles são “camaradas” só quando há alguma mediação de benefícios. Ser parte do grupo, e ser “mais um” dos camaradas só faz sentido quando há um benefício no meio.

Sobre os efeitos subjetivos da prisão, esta significou, para ele, uma possibilidade de se pensar sobre sua experiência no conflito armado. Ao mesmo tempo, na lógica colaborativa e da troca, faz mais sentido se aderir à justiça tradicional que aos procedimentos que, à primeira vista, parecem incertos da justiça transicional. Lembremos, como vimos no capítulo sobre a história do conflito armado, que a justiça tradicional se sustenta sobre uma lógica fálica que media uma troca entre o delito cometido e um direito suspenso. Por outro lado, a justiça transicional é organizada sobre uma lógica suplementar que tem uma singularidade radical em seus procedimentos e resultados, que não pode ser prescrita. Nesse sentido, a incerteza que uma forma de justiça tão singular como a restaurativa tem deixado profundas dúvidas sobre sua adesão a ela. É mais “rentável” e equacionável se acolher a uma justiça tradicional que de

66 Sim, seria bacana, sabe do que fiquei sabendo? Que há grana que lhes vão dar a todos os que sejam reconhecidos, ainda que não saiam da cadeia, vai ser transferida uma grana. São pessoas que sempre, como posso dizer? Assim, eles, porque eu sei que eles estão interceptando para que os camaradas, os colegas que estão nas careceres saiam, mas, se não conseguem? Pelo menos um apoio econômico.

entrada equaciona o que pode conseguir no final, do que ser submetido a um processo de justiça transicional que é desconhecido e que, por definição, vai ser impossível de prever seus resultados. Sobre o último:

¿Cómo ha sido tu tiempo acá en la cárcel?

Uhm. Acá ha sido bueno. En este lugar ha sido bueno, no he sentido algo así que “la Cárcel”, hasta ahora no me he sentido así.

¿Usted ha sido beneficiado por el proceso de paz?

Pero mira que el proceso de paz aun los que estamos en el pasillo se es incierto... es como algo incierto, entonces como yo también estoy por acá que salgo, por el tiempo que ya llevo... Las expectativas que tengo, así como van las cosas, pienso que el proceso de paz, así como va, el proceso de paz se echa para atrás. Por la, ósea. Tal vez apresurándonos a decir, puedo decir que todo se puede ir para atrás, y todo está en ese presidente que, entre nuevo, ¿si me entiende?... Eso, por ejemplo, si, el que estaba. Si el que está apoya, pues bien, y sino pues, pienso que ahí, me daría como mucho.⁶⁷

Para *Colaborador* é preciso fazer uma operação de análise custo-benefício antes de escolher sobre qual forma de justiça vai assumir seu processo. Sua flexibilidade ideológica lhe permite estabelecer uma posição diferente na prisão, em relação a sua vida na organização. Parece que a partir da privação da liberdade se deu um tempo lógico para compreender sua vinculação com o grupo e sobre os danos ocasionados enquanto participava dele:

Mira que en estos cuatro años que he estado acá pienso que yo entré con una mentalidad muy diferente de la que salgo ahora. A algunos le sirve, a otros no.

¿A usted le ha servido?

Me ha servido bastante. Por ejemplo, si tu pudieras hablar con mi mamá, con mi papá y mi hermano, ellos me dicen: “usted es diferente a la persona con el pensamiento, porque hay que ver los actos”. Ellos me dicen que soy una persona muy diferente y diferente a lo que yo era. Ya no tengo la mentalidad de antes.

Ahora quiero primero salir y tratar de seguir el proyecto de vida, ahí está. Entonces, eso es lo que yo quiero... Me conocen los compañeros de ahí me decían que encerrado en la celda ahí

67 -Como tem sido seu tempo na cadeia?

-Uhm... Tem sido bom. Nesse lugar foi bom, ainda não senti algo assim como que “A Cadeia”, até agora não me sinto assim.

-Você foi beneficiado pelo processo de paz?

-O processo de paz dos que estamos aqui é incerto. É como algo incerto, então como que eu também estou por aqui que saio, pelo tempo que já estou aqui. As expectativas que tenho, assim como vão as coisas, penso que o processo de paz, como está indo, ele recua. Quiçá seja apressado dizer, posso dizer que tudo pode ir para trás e que tudo depende do presidente que entre, entendeu? Isso, por exemplo, aquele que estava. Se quem está apóia, bem, mas, se isso não acontecer, eu ficaria como muito...

*que, porque no salía, pero yo tengo un objetivo. Y ese es el objetivo, de salir y cumplirlo. Pero la mentalidad está ahí, está positiva.*⁶⁸

No seguinte fragmento se desencadeiam alguns afetos envolvendo a culpa e responsabilidade sobre o ato que o levou para prisão:

¿Eso fue un homicidio?

Si. Yo lo hice. Ahí fue donde ellos me colaboraron, yo fui primero un abogado, que me entregara, pero me estaba quedando muy alto: 18 años. Después ya un abogado, también me colaboró. Hasta que caí.

¿Y quién era la víctima?

*Eso fue aquí en Cali. Eso fue aquí en Cali.*⁶⁹

Quando se questiona sobre a pessoa da vítima desse homicídio, ele responde pelo lugar onde aconteceu, indicando que não quer se haver muito com isso. Entendemos que doa. Como uma manifestação da lógica da troca, ele acredita na teoria do Carma, assim, estaria pagando um “carma” por algo que fez no passado:

*Pero mira que yo a veces, yo... ese es el Karma mayor que yo vivo con la familia de la gente. Era un pelado joven, era un pelado normal. Andaba en malos caminos, pero yo también andaba en malos caminos. ¿Si me entiende? Que por que el pelado estaba sindicado de un (no se escuta), pero esa no era la forma, entonces son cosas que yo a veces quisiera cambiar y la verdad no volver a hacer eso.*⁷⁰

Em um fragmento da entrevista, que não ficou gravado, e que fez parte de uma intervenção da entrevistadora entanto psicóloga da Instituição, ele menciona estar muito arrependido do crime cometido e entra em choro por se sentir muito culpado, alegando um

68 -Olhe que nesses quatro anos que fiquei aqui, penso que eu ingressei com uma “mentalidade” muito diferente da que tenho agora. Para alguns funciona, para outros não.

-Para você funcionou?

-Funcionou bastante. Por exemplo, se você conseguisse falar com minha mãe, com meu pai e com meu irmão, eles me falam “você é uma pessoa diferente, com o pensamento, porque há que ver os atos”. Eles me dizem que sou uma pessoa muito diferente e diferente ao que eu já era. Não tenho a mentalidade de antes.

Agora eu quero primeiro sair e tentar se continuar meu projeto de vida, aí está parado. Então, isso é o que eu quero... os colegas que me conhecem me diziam que eu encerrado atrás das grades, que porque não saía, mas eu tenho um objetivo. E esse é o objetivo, de sair e cumpri-lo. Mas a mentalidade continua aí, está positiva.

69 -Isso foi um homicídio.

-Sim, eu o fiz. Nesse momento foi que eles me colaboraram, eu fui primeiro a um advogado, para me entregar, mas estava ficando muito alto: 18 anos. Depois um advogado, também me colaborou. Até que caí.

-Quem era a vítima?

-Isso foi aqui em Cali. Isso foi aqui em Cali.

70 Olhe que às vezes, eu... esse é o Carma maior que eu tenho com a família dele. Era um menino jovem, um menino normal. Andava em maus caminhos, mas eu também andava em maus caminhos, entendeu? Que porque o cara estava ameaçado de um (não se escuta), essa não era a forma, então são coisas que eu às vezes gostaria de mudar e na verdade não fazer isso de novo.

vazio que sente quando se lembra do que fez. A entrevistadora lhe sugere que faça uma carta anônima para os familiares da vítima expressando esses sentimentos.

Yo le dije que tenía que hacer, lo de la carta. Ya con eso descansa. Ya pagó por lo que hizo y ya, tiene que cerrar el capítulo, sino toda la vida se queda mortificado y esa no es la idea... Me decías que la cárcel te había servido mucho

*Uy claro.*⁷¹

*Si claro. Imagínate, no era sino haber un problema y yo ya estaba pensando en cómo llegarle a esa persona. Entonces, uy yo era tenaz. En ese sentido creo que he cambiado bastante, para mi familia. Mi mamá me dice eso, mi hermano me dice eso. Yo era muy alejado de mi hermano, desde que, porque yo los quería y todo y estaba pendiente de ellos, pero yo era muy alejado. ¿Si me entiendes? Mantenía lejos siempre. Ahorita no, él viene, mi hermana ha venido aquí.*⁷²

Esse fragmento anterior indica alguma fonte de análise para entender os efeitos subjetivos da privação como significação da falta. Parece que a partir da experiência da prisão nos sujeitos que são forçados a abandonar o grupo armado, se constitui um “Outro” da prisão que adquire algumas formas e vertentes muito singulares, mas que poderiam concatenar pontos em comum. Para *Colaborador* esse Outro lhe permitiu inscrever sua contribuição sobre os “danos” que a organização cometeu, como também, proporcionou-lhe um tempo lógico para pensar e refletir sobre o sofrimento que as ações do conflito geram, tanto para ele, como para os outros, como, por exemplo, os familiares para os quais ele dirige a carta.

Notamos, então, que a modalidade de laço da qual *Colaborador* faz uso, literalmente, é uma modalidade que compartilha elementos do discurso do mestre clássico e do discurso capitalista. A própria ideia de castração, articulada a um significante-mestre como o Nome-do-Pai é compatível com essa forma de discurso com a incidência do mestre clássico. A experiência do sentimento de culpa, tão presente nesse sujeito, indica que aí operou uma significação da falta mediada pela castração. Mas, é a predominância de uma lógica da troca que faz o enlaçamento principal com relação ao grupo. Tanto é assim, que a ideologia do grupo não é o que faz laço para *Colaborador*. Ele mesmo a descreve como algo alheio a ele, que está

71 -Eu falei o que devia fazer, a questão da carta. Com isso descansa. Já pagou pelo que fez e pronto, deve fechar esse capítulo, porque poderia ficar a vida inteira mortificada e essa não é a ideia. Você me dizia que a prisão tinha servido muito.

-Claro

72 Sim, claro. Imagina, era somente necessário ter um problema e eu já ficava pensando em como chegar na pessoa. Então, não, muito difícil. Nesse sentido é que eu acho que mudei bastante, para minha família. Minha mãe me fala isso, meu irmão diz isso. Eu ficava muito afastado de meu irmão, até porque, eu tinha um afeto e tudo e estava atento deles, mas eu era muito afastado, entendeu? Ficava longe sempre. Agora não, ele vem, minha irmã já veio aqui.

“inserido” de forma radical em outras pessoas, mas, não sobre ele. Ele não menciona nenhum momento que conheça sobre a ideologia desse grupo para a entrevistadora. Não há apropriação dela. Sua permanência no grupo está possibilitada na medida em que ele seja um provedor de benefícios, bens e colaborações suficientemente boas. O que sugere que há lugar para saídas mais singulares, que tomem como ponto de partida o benefício pessoal que ele pode obter, ou não, por pertencer ao grupo.

Trata-se de uma lógica própria de nossos tempos e indica que as saídas são possíveis, em dois caminhos. No primeiro, com o mestre contemporâneo, o capitalista, o sujeito teria a possibilidade de fazer uma análise de custos e benefícios e questionar sua permanência, procurando outras fontes de objetos diferentes ao grupo armado. No segundo caminho, o discurso do mestre lhe faria uma cobrança de uma rede social mais ampla com a qual está articulado que, ainda que em um país como Colômbia possa legitimar algumas formas de crimes, mostra para ele que os crimes das FARC se consolidam como parte das proibições civilizatórias e que isso não é sem consequências. A lógica do Carma, que ele toma como própria para dar sentido a sua experiência no crime, é uma prova dessa saída. Mas, para essa saída a culpa não é suficiente. Vemos que algumas vezes *Colaborador* cogita continuar participando das dissidências e dos outros grupos guerrilheiros, depois do cumprimento da prisão. O processo de responsabilização subjetiva marcaria uma consolidação de uma saída do conflito armado mais estável.

A verdade que sustenta o discurso do mestre contemporâneo é o significante-mestre do mandato do capitalismo em uma relação direta com o saber do discurso da ciência (S₂) representado no discurso universitário. Teríamos, então, que a sustentação desse discurso é um imperativo de consumo próprio do discurso capitalista. Imperativo que aparece muito presente quando *Colaborador* menciona, por exemplo, que ele se sentiu quase que “obrigado” a pertencer às FARC graças aos benefícios e comodidades materiais que eles proporcionavam a quem “colaborava” com eles. Nesse sentido, a permanência com as FARC está em xeque, pois se o sujeito consegue outra fonte de trocas materiais (e simbólicas) que deixem “mais” benefícios, ele poderia sair sem cogitar da Organização. Sabemos que para *Colaborador*, em termos de redução da pena e dos benefícios de não carregar a nomeação de “desmobilizado”, seria muito mais “benéfico” se acolher à justiça tradicional e não à transicional, própria do Processo de Paz.

Essa forma de laço fraco é também paradoxal. Por um lado, indica que os sujeitos enlaçados ao grupo, sob essa lógica, podem realizar, eventualmente, questionamentos à organização e flexibilizar seus laços, direcionando a libido a outros interesses. O discurso é dialetizável, no final das contas. Mas, por outro lado, vai depender da singularidade de cada um e da incidência de outras formas do laço, para que esse imperativo de consumo, que está no lugar na verdade, possa ser dialetizado. As formas de tráfico mais violentas, nas quais o dinheiro está acima de todas as coisas, parecem estar sustentadas por um discurso capitalista puro. Elas atacam a alteridade, e guiam-se pela lógica do custo-benefício.

De fato, é só a posteriori, na prisão, que *Colaborador* reconhece que sua participação como informante e recadeiro tornou possível que mortes acontecessem. Ou seja, ele foi tomado, em algum momento, por essa forma de discurso que só visa a ganância. Hoje, ele consegue, na distância, refletir sobre esses episódios, experimentando um profundo sentimento de culpa e um medo pelo Carma. De novo, a partir de uma lógica da troca.

Como conclusão, pensamos que o discurso capitalista ao comando, no enlace com os grupos armados, permite desenlaces, questionamentos ao grupo e outras possibilidades identificatórias, pois, na base há uma análise dos benefícios de pertencer ao grupo armado, como se se tratasse de uma racionalização da relação empregado-empregador. Esse discurso apresentaria uma possibilidade de saída do grupo armado a partir de outros deslocamentos.

Porém, se bem o caso mencionado na nossa pesquisa evidencia a incidência do discurso do mestre, que consegue barrar as consequências de um laço exclusivamente dominado pelo capitalista, não podemos esquecer que o discurso capitalista não faz laço social. Nesse sentido, ele dependerá de outros auxílios. Isolado, ele diz muito pouco e pode ser catastrófico se pensarmos em uma lógica parecida com a do tráfico em que cada peça e integrante tem um preço estabelecido e são suscetíveis de troca. Pablo Escobar foi paradigmático ao mostrar as consequências devastadoras de um discurso no qual opera, exclusivamente, o imperativo de consumo e de acumulação de riqueza sobre todas as coisas.

Significação do dano.

Dano e reparação se constituíram como os dois elementos do fenômeno social estudado que fazem uma ponte entre a psicanálise, os estudos sobre o conflito armado e os *Acordos de paz* e a perspectiva, no direito, da justiça transicional. Exploraremos qual é a significação que adquire o “dano” como um significante, visando, posteriormente, entender o que é

possibilitado, a partir da dominação discursiva descrita linhas atrás, para a reparação. Iremos no caso a caso para produzir um saber sobre isso.

Para *Revolucionário* a dimensão do dano aparece como um dano que recai sobre ele. Ele não sente que violentou normas jurídicas ou éticas. Tudo o que foi feito como violento é justificado pela forma como se organiza o grupo (FARC) no conflito armado e pela ideologia de base da revolução na qual ele se insere. Ao ser questionado pelo ato que o levou à prisão, ele expressa:

*Cometí un error, aunque la verdad por lo que yo estoy aquí es por un falso positivo de la justicia, pues así lo determino yo porque pues prácticamente fue así. Entonces pues, muchas veces hay inconsistencia en la misma justicia y también la justicia tiene víctimas como en el caso mío.*⁷³

Ele se sente vítima de um ofensor particular:

*Le respondo claramente: yo me siento víctima de las autodefensas. Me siento víctima de una maquinaria del Estado colombiano y de los diferentes gobiernos. Porque si los gobiernos actuales invirtieran en el pueblo en realidad, estructurarían las personas, oportunidades de empleo, ¿Sí? Y víctima de las autodefensas porque en realidad nos mataron nuestras familias, mi tío se llamaba J.L., inclusive fue el comandante de las autodefensas HH del bloque Calima, de las autodefensas, se dice que se llama así, eso me dice mi familia, el reconoció la masacre en Corinto y van a ser indemnizados, inclusive recientemente, por el Gobierno Nacional. Me contaba una tía, que ayer estuvo en Miranda y van a indemnizar a toda la familia. Mire que todo conlleva a eso, ¿Si ve? Porque el Estado no garantiza la seguridad de personas que vivimos en zonas apartadas y como lo dice el mismo gobierno en “zonas rojas” como es Corinto. Entonces pues ése es mi punto de vista.*⁷⁴

A carga de violência de Estado presente no conflito armado colombiano que, ineficazmente, tenta ser reparada a partir de diversas ações coletivas, como por exemplo no movimento que significou assinar os *Acordos*, leva a justificar, dentro dessa lógica, que quem ofendeu originariamente foi o Estado e que isso justificaria uma ação bélica posterior. Isso fica claro quando nessa fala responsabiliza ao Estado pelo seu ingresso nas FARC.

73 Eu cometi um erro, mas na verdade, eu estou aqui por causa de um falso positivo da justiça, pois assim o determinou eu, pois, porque, praticamente, foi assim. Então, pois, muitas vezes há inconsistência na mesma justiça e também a justiça tem vítimas como no caso meu.

74 Eu vou lhe responder claramente: eu me sinto vítima das Autodefensas. Sinto que sou vítima de uma maquinaria do Estado colombiano e de diferentes governos. Porque se os governos atuais investissem no povo, na realidade, estruturariam pessoas, oportunidades de emprego, viu? Vítima das autodefensas porque na realidade mataram nossas famílias, um tio meu que se chamava J.L, incluso foi o comandante das autodefensas HH do bloco Calima, das autodefensas, diz que se chama assim, isso diz minha família, ele reconheceu a massacre em Corinto, e eles vão ser indemnizados, inclusive, recentemente, pelo Governo Nacional. Uma tia minha me contava que ontem estive em Miranda e que vão indemnizar a família inteira. Olhe as consequências disso, viu? Porque o Estado não garante a segurança das pessoas que moramos em regiões afastadas e como diz o próprio governo, em “regiões vermelhas”, como Corinto. Então, esse é meu ponto de vista.

Revolucionário constantemente reitera um lugar de vítima. Acrescenta que personalidades políticas como Senadores e lideranças de partidos políticos de esquerda, conhecem sobre sua situação de vítima:

*Y lo bueno es que saben que yo soy víctima. Todo el mundo sabe lo que me está sucediendo. Que el mismo partido político que salió gracias a Dios nosotros tenemos 5 representantes a la cámara y cinco al Senado. Y fuera de eso lo sabe Jorge Enrique Robledo, lo sabe Iván Cepeda, el alto gobierno sabe, Naciones Unidas sabe lo que me está sucediendo.*⁷⁵

A dimensão de dano é significada em *Revolucionário* no lugar dele como vítima. Pouco se organiza ao redor desse significante para pensar os danos que a organização armada possa ter produzido a terceiros. A forma de laço de *Revolucionário* com a organização estabelece uma legitimidade aos atos violentos do grupo armado, que coincide com o advérbio que ele pronuncia constantemente: “lamentavelmente”. Parece que esse advérbio cria uma envoltura moral para qualquer ação bélica do grupo armado, pois a “Lei” da guerra justifica a morte, seja de uns ou seja de outros. Como pensar na reparação quando o outro lado dessa moeda, o dano, não se inscreve?

Já com *Colaborador* existe um evento paradigmático que marca sua experiência como agente do conflito armado:

*Evento significativo que yo me acuerde fue algo que ocurrió ahí para el 2012, 2011. Hace siete kilómetros hacia arriba, de los lados de Toribio, a la parte alta, donde murieron como 27 soldados. A eso no le dieron noticia, a eso no le dieron noticia ni nada. Eh... me acuerdo yo que cuando nosotros fuimos a mirar y todo, cuando ya pasó todo, habían quedado gorros y todo, como si fuera una masacre que hizo la guerrilla con los soldados allá... fue una emboscada que le tenían en ese tiempo la guerrilla al ejército. A los soldados. Eso fue cuando estaba Uribe, en la época de Uribe. El evento más significativo para mí fue ese. Ver tantas muertes ese mismo día.*⁷⁶

Pues... ¿Qué me hace falta? No pues, desde allá pues muchas cosas, cosas que quiere olvidar, ¿No? Entonces uno prefiere no volver, no encontrarse con ese pueblo, dejar viejos recuerdos. Creo que no me hace falta nada. Mi familia es quien me hace falta.

75 O bom aí é que sabem que eu sou vítima. Todo mundo sabe o que está acontecendo comigo. Que o próprio partido político que saíu, graças a Deus nós temos 5 representantes à Câmara e cinco ao Senado. Aparte disso, isso o sabe Jorge Enrique Robledo, Ivan Cepeda o sabe, o alto Governo sabe, Nações Unidas sabe o que está acontecendo comigo.

76 Evento significativo que eu lembre foi algo que aconteceu aí para o 2012, 2011. 7 quilômetros acima, pelos lados de Toribio, à parte alta, onde morreram 27 soldados. Não houve cobertura da mídia. Eh... eu lembro que quando nós olhamos, quando já tinha acontecido, tinham ficado chapéus e tais, como se fosse um massacre que a Guerrilha fez com os soldados lá... foi uma emboscada que a guerrilha tinha contra o Exército. Aos soldados. Isso foi quando estava Uribe, na época de Uribe. O evento mais significativo para mim foi esse. Ver tantas mortes o mesmo dia.

Se acuerda que usted me dijo que la muerte de los soldados, que había sido significativo para usted, ¿Eso porqué fue tan significativo?

Significativo en el sentido de, parte de la culpa, parte de que en ese tiempo hay cosas que a uno lo marcan, esa fue una de ellas. Yo estaba muy pelado, muy muchacho.

¿Cuántos años tenía?

Tenía como 16, 17 años. Si porque ahorita cuando ya tengo esta edad uno se da cuenta que uno prácticamente ayudó para que se realizara, claro que, si uno no hubiera hecho, tampoco, eso igualmente se hubiera realizado. Eso fue prácticamente lo más significativo en ese sentido.⁷⁷

Creo que usted la vez pasada me dijo que usted quería olvidar cosas de su pueblo. Que a usted le gustaría olvidar.

Primero, malos recuerdos. Malos recuerdos que me traen. Y consecuencias que ha traído prácticamente ahorita porque, consecuencias si ellos están en la cárcel prácticamente por el pasado, ¿Me entiende? Lo otro que yo quiero olvidar es también cosas que a veces uno dice sin pensar a veces que eso iba a tener consecuencias más adelante, y ahorita las estoy teniendo.

Se acuerda que en la entrevista pasada usted me había dicho que colaboraba con las FARC, y que había casos en a que usted “se les salía de las manos”, cuando me decía eso, ¿A qué tipo de cosas se refería?

Uhm... Cosas que se salen de las manos, por ejemplo, cosas que suceden y que usted no quiere hacer. Un ejemplo, que a usted le digan algo que usted debe hacer algo contra un amigo que también ha convivido mucho, ¿No? Por ejemplo, en su niñez, usted jugó con él y todo. Eran amigos en su niñez, pero después tuvieron, se dividieron “usted pa’ un lado y yo pa’ l otro lado” y yo seguí en el mismo lugar. Él logró salir y se fue para el ejército, o usted recibió información de que estaban en las AUC, que le digan a usted “fulano de tal es un objetivo” y usted mira la foto, usted no le puede decir “no, este es mi amigo”, usted no lo puede hacer. Entonces son cosas que se me salen de las manos. O que usted se de cuenta que lo mataron y que fue alguien que usted en su niñez compartió mucho tiempo. O un ejemplo, otro ejemplo que usted por ejemplo (claro que eso es ahora que uno cae en cuenta de esas cosas), que estaban, en ese tiempo se jugaba mucho a hacerle daño a la fuerza militar, a hostigarlos y todo. Entonces, ¿Qué pasa? Ellos no pueden llegar de una a cogerlos ahí. Primero tiene una inteligencia y para esa inteligencia necesitaba gente que, la inteligencia por ejemplo de los milicianos o de la gente que estaba en la parte urbana, como yo. Entonces usted hacía la inteligencia y ellos

77 -Pois, do que sinto falta? Pois, lá há muitas coisas, coisas que quero esquecer, ne? Então a gente prefere não voltar, não se encontrar de novo com essa cidade, deixar as velhas lembranças. Acho que não sinto falta de nada. Sinto falta da minha família.

-Você lembra que você me falou da morte dos soldados, que tinha sido algo significativo para você, por que isso foi tão significativo?

-Significativo no sentido de parte da culpa, parte de que nesse tempo há coisas que marcam a gente, essa foi uma delas. Eu estava muito novo.

-Quantos anos você tinha?

-Tinha como 16, 17 anos. Sim, porque agora eu já tenho esta idade, dá para perceber que a gente praticamente ajudou para que se realizasse, claro que se a gente não tivesse feito isso, também não, porque igualmente se teria realizado. Isso foi praticamente o mais significativo nesse sentido.

*llegaban ya directamente al objetivo y ahí en ese objetivo había balas. Pero en ese momento usted tomaba eso como cualquier objetivo y prácticamente como para decir “no, me gané un poquito la confianza del comandante”. Pero ahorita pienso que eso fue como, mejor dicho, algo que yo quiero olvidar. ¿Si me entiende?*⁷⁸

Segundo como aparece relatado aquele episódio, e como são narrados esses “exemplos” na terceira vinheta, podemos pensar que tudo se trata do mesmo evento ou de vários eventos ocorridos a seu redor. Isso indica que, no incidente mencionado, ele foi “colaborador” das FARC, providenciando informação sobre o objetivo, que eram militares, e que morreram, posteriormente, a causa do atentado. Pelo que ele refere nos exemplos, existiam algumas vítimas desse incidente que, provavelmente, eram amigos da infância de *Colaborador*. Esse evento paradigmático é o que gerou um sofrimento *a posteriori* na prisão e uma necessidade de reflexão posterior.

Sobre um possível dano sofrido, *Colaborador* compartilha o seguinte:

Dentro del marco de violencia que había allá en tu pueblo, ¿Usted ha sufrido algún tipo de daño?

¿De qué tipo? ¿Físico o psicológico?

De cualquiera, que lo haya afectado a usted, directamente.

No pues, yo creo que por eso estoy aquí. Daño, si me...

¿Usted considera que sufrió un daño?

78 -Acho que na vez passada você me falou que queria esquecer coisas de sua cidade. Que você gostaria de esquecer.

-Primeiro, péssimas lembranças. Lembranças ruins. E consequências que trouxe para agora, porque se eles estão na cadeia é praticamente por causa do passado, entende? O outro que eu quero esquecer são também coisas que as vezes falo sem pensar, e, às vezes isso ia trazer consequências para frente e agora as estou tendo.

-Você lembra que a vez passada você me falou que colaborava com as FARC e que tinha casos em que para você “saía das suas mãos”, quando você me falava isso, a qual tipo de coisas você se referia?

-Uhm... Coisas que saem das mãos, por exemplo, coisas que acontecem e você não quer fazer. Um exemplo, que alguém fale para você que deve fazer algo contra um amigo que também compartilhou muito com você, né? Por exemplo, na sua infância, você brincou com ele e todo. Eram amigos da sua infância, mas depois se dividiram, “você para um lado e eu para o outro” e eu continuei no mesmo lugar. Ele conseguiu sair e foi para o Exército, ou recebeu informação de que estavam nas AUC, que falem para você que “Fulano de tal é um objetivo” e você olha para a foto, você não pode dizer “não, esse é amigo meu”, você não pode fazer isso. Então são coisas que saem de minhas mãos. Ou que você perceba que o mataram e que foi alguém que você na sua infância compartilhou muito. Ou um exemplo, outro exemplo, que você, por exemplo (claro que isso agora que cai a ficha), que estavam, nesse tempo se brincava muito com fazer dano à força militar, a assediar eles e tais. Então, que acontece? Eles não conseguem chegar na hora para pegá-los aí. Primeiro há uma inteligência e para que exista essa inteligência é preciso de gente que, a inteligência, por exemplo, dos milicianos ou das pessoas que estão na parte urbana, como eu. Então, você fazia parte da inteligência eles chegam diretamente ao objetivo e aí nesse objetivo havia balas. Mas, nesse momento você tomava isso como qualquer objetivo e praticamente como para dizer “não, eu ganhei um pouco a confiança do comandante”. Mas, agora que penso como foi isso, melhor dito, algo que eu quero esquecer. Entendeu?

Si, y aún lo estoy pagando. Aún estoy pagando ese daño, y tratándolo de remediar. Creo que he perdido muchos años de mi vida.

¿Usted sufrió algún daño directamente?

Directamente por parte de, algún tipo de trato, no. Hubo otros casos que obviamente si les sucedieron a otros. Ah... por parte de otros grupos, claro. Ese es el principal motivo en el que uno se une al grupo contrario. Pero de resto por parte de... de las FARC, nunca, nunca.

Pero, entonces, ¿Usted siente que le hizo daño a alguien?

Claro, siempre. De un tiempo para acá ese es como ese Karma. ¿Me entiendes?

¿De qué se trata ese daño?

Daño psicológico, hasta la misma familia. ¿Si me entiende? Daño a, ¿Cómo le digo yo? A la sociedad, porque donde uno convivía a uno prácticamente no lo tenían... porque uno talvez ejercía un respeto porque uno pertenecía al... pero yo sé que por dentro decían: “¿Cuándo será que van a matar a ese muchacho?”, ¿Si me entiende? Eso piensa la gente. Eso es algo que algo como cuando yo volviera a ver la gente, el cara a cara. La verdad no sabría qué decirles, agachar la cabeza y seguir, pero... Yo creo que si le hice daño a la gente.⁷⁹

Quando se faz uma pergunta aberta pelo “dano”, *Colaborador* não consegue reconhecer um dano específico que ele sofreu e que poderia fazer parte de uma narrativa de vingança que justificaria sua entrada e permanência nas FARC. Pelo contrário, sua participação em incidentes bélicos é o que ele consegue descrever como dano, nesse caso contra ele próprio e contra os outros. Como algo que ele ainda está pagando. Quando é evocado o significante “dano”, *Colaborador* se posiciona como agente de um dano ocasionado a um semelhante.

79 -Dentro do contexto da violência que existia na sua cidade, você já sofreu algum tipo de dano?

-De qual tipo, físico ou psicológico?

-Qualquer um, que tenha afetado você, diretamente.

-Pois, eu acho que por isso estou aqui. Dano, se me...

-Você considera que sofreu algum dano?

-Sim, e ainda estou pagando-os. Ainda estou pagando esse dano, e tentando consertar ele. Acho que perdi muitos anos da minha vida.

-Você sofreu algum dano diretamente?

-Diretamente por parte de algum tipo de trato, não. Houve outros casos que obviamente sim aconteceram com outros. Ah... por parte de outros grupos, claro. Esse é o principal motivo pelo qual a gente se une ao grupo contrário. Mas do resto, por parte das FARC, nunca, nunca.

-Mas, então, você sente que você fez dano em alguém?

-Claro, sempre. De um tempo para cá, esse é o Karma. Entendeu?

-De que se trata esse dano?

-Dano psicológico, até na mesma família, entendeu? Dano a, como posso dizer? À sociedade, porque onde a gente convivía à gente praticamente não a tinham... porque a gente talvez exercia um respeito porque a gente pertencia ao... Mas, eu sei que por dentro diziam: “Quando será que vão matar esse menino?”, Entendeu? Isso é o que as pessoas pensam. Isso é algo que quando eu volte a ver as pessoas, face a face. A verdade não saberia o que dizer, baixar a cabeça e continuar, mas.... Eu acho que sim lhe fiz muito dano a pessoas.

Notaremos que sua concepção de dano tem uma incidência na forma como aparece a “reparação” como significante.

O dano é definido com Lacan (1956-57/1995), a partir da *frustração*, como uma das modalidades de significação da carência que tem o sujeito. Na frustração existe um dano imaginário sobre um objeto real exercido por um agente simbólico (a mãe ou o pai simbólico). O que se inscreve com a frustração carece de um referencial simbólico que dê uma saída para o sujeito no complexo de Édipo, que será, posteriormente, a função paterna que possibilitará a castração. Fazendo essa analogia, pensamos que a perspectiva do dano, na via da *frustração*, contribui para uma reparação compulsória e imaginária. Se é na perspectiva lacaniana do dano que é abordada a questão do ingresso dos sujeitos ao grupo armado, o tratamento a esse dano vai ser sempre pela via imaginária, salvo se articular-se ao modo real de gozo e sua articulação simbólica possível. Vemos a presença imaginária no sentimento de culpa que invade *Colaborador*, sentimento com o qual ele não consegue lidar. Uma outra saída precisa ser construída, tratando a vertente real e simbólica do *supereu*.

Como vimos, dano e reparação aparecem como uma dupla inseparável que constitui uma categoria de análise individual. Exploremos como aparece a dimensão da reparação para partir a algumas conclusões finais.

Reparação: quais possibilidades perante a dominação discursiva?

Como indicamos, *Revolucionário* utiliza constantemente a palavra “lamentablemente” (lamentavelmente) para se referir às vítimas ou aos fatos violentos do conflito armado. O que pode indicar o uso do “lamentavelmente” quando ele menciona algo relacionado com os efeitos bélicos da participação das FARC no conflito armado?

En el conflicto tienen que haber víctimas porque las estaciones de Policía las hacen militares, en los tratados internacionales y en los estatutos de Roma está que la policía tiene que estar fuera de los municipios... entonces como uno no va a ser víctima si el mismo gobierno está ahí. Nosotros jamás vamos a atentar contra nuestro pueblo porque de pronto han degradado la lucha de la organización desprestigiando los mismos medios de comunicación, de pronto la oligarquía, dándole entender al pueblo colombiano, que es así, que nosotros estamos contra el pueblo.

Yo entiendo lo que tú dices, que tienen que haber víctimas, FARC y militares, pero ¿Por qué tanta población civil?

Porque vuelvo y le reitero, en el conflicto siempre van a haber víctimas. Mucha gente inocente que le ha tocado estar en el conflicto, pero no tiene nada que ver. En el conflicto tiene que haber víctimas, ¿Por qué? Porque ha sido monopolizada, han sido títeres de las mismas élites

*colombianas, de la misma oligarquía. Lamentablemente, de parte de nosotros también ha habido muchas víctimas.*⁸⁰

¿Cuándo vos me decís que “lamentablemente”, “lamentablemente hay víctimas”, “lamentablemente pasó eso”, y ese “lamentablemente” viene siendo qué?

De esas víctimas. Vuelve y le reitero, lamentablemente en todo conflicto hay víctimas. Y lo tienen que haber, porque la bala no le tiene que decir “no, él es inocente”. Mire, le voy a decir... No es que uno quiera, si a nosotros, el pueblo colombiano, no nos hubiera querido, créame que no hubiéramos estado más de 51 años de lucha. Los mismos campesinos somos nosotros.

Entiendo eso, pero ¿Usted qué piensa de esas personas?

*Sí, es muy triste. Y de pronto un error gravísimo en este conflicto. Sí, eso lo reconocemos. Nosotros como organización cometimos errores. Pero esa es la guerra y lo bueno es un pedir perdón y reparar a las víctimas. Yo desde aquí le pido perdón a todas las víctimas desde aquí de las FARC-EP cuando era guerrillero. Ya somos exguerrilleros. Desde aquí, desde la cárcel Villahermosa, yo L.H.V. le pido perdón al pueblo colombiano por esas malas acciones que tuvimos de pronto en un pasado, ¿Por qué? Porque, lamentablemente, hay víctimas en el conflicto, lamentablemente, más, mi departamento, mi municipio de Corinto, donde pues históricamente ahí siempre hemos estado. Entonces pues a todas las víctimas sí, es lamentable, pero ese fue el conflicto que tuvimos.*⁸¹

Parecia que esse signficante permitia uma banalização das vítimas, sobretudo, pelo que o sujeito produz no final a partir das interpelações da entrevistadora. Pois se passa de falar que

80 -No conflito deve haver vítimas porque as estações de Polícia as fazem militares, nos tratados internacionais e nos estatutos de Roma está que a Polícia tem que ficar por fora das cidades.... Então como a gente não vai se sentir vítima se o próprio Governo está aí. Nós jamais vamos atentar contra nosso povo porque de repente degradaram a luta da organização, desprestigiando a própria mídia, de repente a oligarquia, dando a entender ao povo colombiano, que é assim, que estamos contra o povo.

-Eu entendo isso que você fala, deve haver vítimas, FARC e militares, mas, por que tanta população civil?

-Porque, repito de novo, no conflito deve haver vítimas. Muitas pessoas inocentes tiveram que estar no conflito, mas não tem nada a ver com ele. No conflito deve haver vítimas, por quê? Porque foi monopolizado, foram marionetes das elites colombianas, da própria oligarquia. Lamentavelmente, da nossa parte também houve muitas vítimas.

81 -Quando você me fala que “lamentavelmente”, “lamentavelmente há vítimas”, “lamentavelmente passou isso” e esse “lamentavelmente” vem a ser o que?

-Dessas vítimas. Reitero de novo, lamentavelmente em todo conflito há vítimas. E as tem que haver, porque a bala não tem que dizer “não, ele é inocente”. Olhe, vou lhe dizer.... Não é que a gente queira, se a nós, o povo colombiano não tivesse querido a gente, acredite que não tivéssemos estado mais de 51 anos de luta. Os mesmos camponeses somos nós.

-Eu entendo isso, mas o que você pensa dessas pessoas?

-Sim, é muito triste. E de repente o erro grave neste conflito. Sim, a gente reconhece isso. Nós como organização cometemos erros. Mas essa é a guerra e o bom é pedir perdão e reparar as vítimas. Eu desde aqui peço perdão a todas as vítimas, desde aqui por parte das FARC-EP quando era guerrilheiro. Já somos exguerrilheiros. Desde aqui, desde a Prisão Villahermosa, eu L.H.V. peço perdão ao povo colombiano essas ações ruins que, de repente, tivemos em um passado, por quê? Porque, lamentavelmente, há vítimas, no conflito, lamentavelmente, mas, meu departamento, meu município de Corinto, onde historicamente sempre estivemos. Então, pois, a todas as vítimas sim, é lamentável, mas esse é o conflito que tivemos.

“lamentavelmente sempre há vítimas”, a dizer que “é importante reparar às vítimas”, para terminar pedindo perdão, numa entrevista fechada, íntima, em sigilo, dentro da prisão. Como se fosse suficiente dizer “perdão” na ausência das vítimas. Além disso, seria um perdão vazio porque de entrada justifica as perdas humanas da guerra, já que *“lamentavelmente há vítimas. Esse foi o conflito que tivemos”*.

Existe uma forma de lidar com as vítimas muito particular e desligada da vertente de responsabilidade que faz com que elas percam a centralidade no processo inteiro de uma futura reparação. Pois, como ele diz, “sempre há vítimas”, “não se tem como evitar isso”, “podem ser eles ou nós”. Com essa última frase, ele neutralizaria a dor das vítimas do grupo armado.

A leitura do conflito armado que ele faz, o coloca no mesmo lugar das vítimas das minas antipessoais⁸², por exemplo. Essa forma de configuração dele enquanto agente do conflito toca especialmente a questão da reparação. Como visar uma reparação quando se é, também, vítima? Como ser agente de uma reparação quando não há um ofensor direto e, melhor, um ofensor abstrato como o Estado? Essa forma de ver o conflito armado carrega algumas barreiras para a reparação que espera esse Outro social.

Existe, com esse uso, uma banalização do que o campo do direito reconhece como crimes. O caso do sequestro é um deles:

*Las llamadas retenciones como llamábamos nosotros o como le llama la oligarquía, que los secuestrados. No se volvió a escuchar. Ahora con nuestros camaradas del ELN, nuestros compañeros.*⁸³

Sobre sua “responsabilidade penal” ele menciona que seu caso é um “falso positivo”: *“El caso es que yo estoy aquí por un falso positivo. Me condenaron por 64 meses. Pero yo aquí estoy por un falso positivo”*. Falso positivo na Colômbia faz referência aos casos nos quais um inocente civil é condenado ou morto no contexto da guerra, por causa de uma aparente confusão orquestrada de forma intencional, ou não, que o apresenta como objetivo militar. Faz referência, principalmente, ao reconhecido caso de civis mortos durante o conflito armado por militares: milhares de camponeses, inocentes e desligados do conflito, foram apresentados

82 As minas anti-pessoa (antipersona, em espanhol) são tipos de minas terrestres artificiais, desenhadas para matar ou produzir deficiência física em suas vítimas. Geralmente, são enterradas em regiões rurais do conflito armado. Contém explosivos, fezes e material infeccioso que ao entrar em contato com a ferida produzem mutilações, infecções e doenças. São invisíveis para quem passa perto delas e se ativam quando são pisadas de forma desprevenida. Geralmente, produzem mutilações e lesões físicas que deixam a pessoa em condição de deficiência.

83 As chamadas retenções como nós chamávamos ou como a oligarquia lhe chama, que os sequestrados. Não se escutou de novo. Agora com nossos camaradas do ELN, nossos colegas.

como guerrilheiros das FARC para o Estado por parte de militares que cobraram recompensas e prêmios durante os anos 2006-2009. Nesse sentido, ao dar essa nomeação, ele se coloca como vítima da justiça, como alguém que não ocasionou prejuízo algum. Ele seria um perseguido, vítima de uma injustiça. A aparição intensiva, na sua fala, do significante “lamentavelmente” apazigua a aparição de qualquer afeto de culpa sobre sua responsabilidade penal.

Em um momento das entrevistas ratifica seu lugar de “guerreiro” e sua posição de submissão discursiva ao discurso das FARC:

Entonces mire, pues, tal vez por eso uno no puede juzgar a las personas como son, pero si hago énfasis en cuanto uno entra con uso de razón y cada quién se labra su propio destino, cada quién es responsable de sus propios actos y yo cuando ya tuve más razón de ser en la organización, en el momento. Eh... a mí ya me gustó, eso yo lo llevo en la sangre y aún no me arrepiento por lo que fui y por lo que soy.⁸⁴

Ele aparece com um destino traçado como “guerreiro” desde muito cedo:

Por lo menos, si usted no hubiese estado en la organización, ¿Qué le hubiera gustado hacer?

La verdad yo siempre soñaba con ser militar, también eh... como abogado y ejercer el derecho. Porque yo tuve un tío que estuvo preso. Es una historia que, de verdad, yo ahora entiendo cuando usted me dice que yo no le he contado a usted la realidad. Mi abuelo fue carnicero, un tío mío se llamaba E., la guerrilla lo mató, a mi abuelo también. Ellos eran consumidores de bazuco.⁸⁵

A escolha por ser um “revolucionário” de um grupo guerrilheiro, ainda quando foi marcada pela violência de sua região e a posterior morte de seu tio, está ancorada a fantasias da infância e adolescência. Seu sonho era ser militar. Pensamos que a escolha pelas FARC teve a ver, também, com essa fantasia de empunhar uma arma e de ser esse guerreiro dos sonhos de adolescência.

Não temos como interesse tentar prever como seria uma reparação agenciada por *Revolucionário*, mas, a nomeação própria, a forma pela qual ele significa as vítimas e o seu lugar no conflito armado como outra vítima, permitem entender que o passo dessa posição a uma posição de agente de reparação precisaria de uma mobilização subjetiva muito grande.

84 Então, olhe, talvez por isso a gente não pode julgar às pessoas como são, mas se eu faço uma ênfase enquanto uno entra com uso da razão e cada quem define seu próprio destino, cada quem é responsável de seus próprios atos e eu quando já tive mais razão de ser na organização, no momento. Eh... eu não gostei mais disso, isso o levo no sangue e ainda não me arrependo pelo que fui e pelo que sou.

85 -Mas pelo menos, se você não tivesse estado na organização, teria gostado de fazer o que?
-Na verdade eu sempre sonhei com ser militar, também eh... como advogado e exercer a advocacia. Porque que tive um tio que esteve preso. É uma história que de verdade, eu agora entendo quando você me diz que eu não lhe contei a realidade. Meu avô foi açougueiro, um tio que se chamava E., a guerrilha matou ele, a meu avô também. Eles eram consumidores de crack.

Pela forma como *Revolucionário* estabelece laços, qualquer interpelação que tente introduzir a responsabilidade, penal ou subjetiva, nos atos cometidos pelo grupo, e nos quais ele participou, poderia ser percebida como ameaçadora. No terceiro encontro de entrevista tentou provocar uma produção singular sobre o conflito armado, movimento que foi percebido como uma ameaça que poderia lhe trazer problemas dentro da prisão. Isso fez que ele protegesse algo da sua existência que percebeu ameaçada e desistisse das entrevistas.

Colaborador

Já *Colaborador* tem muitas dúvidas sobre seu processo de reinserção no marco da justiça transicional, o que poderia comprometer qualquer reparação possível tanto dele como receptor como de agente. Pois as ações de reparação só teriam lugar no marco da justiça transicional. A presença de reincidências do grupo armado em várias regiões do país, depois de terem sido assinados os *Acordos*, gera desconfiança no processo de paz e na reparação que ele implica:

Yo te pregunto algo, ¿Tu pueblo es aún zona guerrillera?

Disidencia. Mucha disidencia, pero pienso que sigue siendo una zona guerrillera, aunque el ejército esté ahí porque en el lugar donde yo vivo está la zona baja y está la zona alta. En la zona alta mantiene el ejército y en la parte de abajo mantiene la guerrilla, ósea que sigue siendo una zona guerrillera. Es zona roja como dicen.

¿Y esa situación ahorita cómo está? ¿Cómo la ve usted?

Pues, lo de la disidencia prácticamente se da porque hubieron muchos compañeros que no creyeron en las promesas del gobierno y entonces no se acogieron o muchos estuvieron en los centros de concentración y muchos prefirieron... entonces el ELN estaba ofreciendo dinero o tenían los mismos ideales que la guerrilla y siguieron en las filas con el ELN, u otros siguieron la disidencia. Conozco el ejemplo de compañeros que ahora están armando de disidencias, y siguen en lo mismo, en el secuestro, por esas mismas zonas.

¿Usted qué piensa de la desmovilización?

A nivel de los que están aquí en la cárcel, que como estábamos diciendo ahorita, los que están “a largo” ellos hacen todo para salir, pero ellos salen con un compromiso, un ejemplo: a mí me saca, por medio de la JEP yo me voy, hay una plata de por medio y ellos esa plata no se la van a dar gratis, usted tiene que seguir colaborando. Por ejemplo, en el caso mío, si yo me voy por medio de esa JEP, si llega a reventar eso, salgo y en cualquier momento tengo que esperar la llamada o esperar que alguien me diga “necesitamos tal favor, tal cosa”, es mejor que llegue

*por ahí. Eso es como que, que yo ya más bien me quiero como ir, como abrir de ese lado. Al yo salir y poder rehacer mi vida, por ejemplo, irme para otra ciudad, si se puede del país.*⁸⁶

Colaborador vê com receio a ideia de ser submetido à justiça transicional. Para ele, isso implicaria a impossibilidade de sair dessa lógica colaborativa na qual foi submetido por muito tempo. Quem se submete à justiça transicional carregaria o nome de “desmobilizado” para sempre. Teria que cumprir um compromisso com a história, em consequência. Preço que não está disposto a pagar tão facilmente. Ele quer desfazer a nomeação de “colaborador”. Por isso, inclina-se por ser submetido à lógica da justiça tradicional, retributiva. Além disso, para ele, o processo de paz entre as FARC e o Governo está propenso a falhar:

*De los que están por la parte de afuera, a nivel general, pienso que no creen en el proceso y tampoco han creído, por eso hay tantas disidencias. Por ejemplo, usted dice que hay tantos en el... hubieron tantos que el Gobierno reportó pero eso no se acerca ni a la mitad de lo que pasó verdaderamente... El Gobierno ahí es donde se equivoca, que piensa que de pronto los acabó o de pronto la Guerrilla está disminuida. Pero resulta y pasa que cuando la ideología se la ha metido a una persona, es difícil, como que después se la saque porque a veces uno no sabe ni quien más daño le ha hecho al país, si los que se han robado esas millonadas, esas platas o la misma guerrilla, ¿Si me entiende? Ahí está como la duda. Entonces eso es como algo que uno dice, los políticos estos, los políticos lo otro. Entonces pienso que el proceso de paz en ese sentido, en cualquier momento se cae. ¿Si pilla? Y ahí es donde está el peligro. Y ahí es donde yo no quiero estar cerca... Pero al proceso de paz no le veo mucha, nunca le he visto mucha, nunca le he tenido confianza.*⁸⁷

86 -Deixa eu perguntar uma coisa, sua cidade é ainda uma região guerrilheira?

-Dissidência. Muita dissidência, mas penso que continua sendo uma região guerrilheira, embora o Exército esteja aí porque no lugar onde eu moro está a zona baixa e a zona alta. Na zona alta fica o Exército e na parte de baixo fica a guerrilha, ou seja, que continua sendo região guerrilheira. É região vermelha, como dizem.

-E essa situação agora como está? Como você a percebe?

-Pois, o da dissidência praticamente acontece porque teve muitos colegas que não acreditaram nas promessas do Governo e então não se acolheram ou muitos estiveram nos centros de concentração e muitos preferiram... Então o ELN estava oferecendo dinheiro ou tinham os mesmos ideais que a guerrilha e seguiram nas filas do ELN, ou outros continuaram na dissidência. Conheço o exemplo de colegas que agora estão armando dissidências, e continuam no mesmo, nos sequestros, por essas mesmas regiões.

-O que você acha da desmobilização?

-Ao nível dos que estão aqui na prisão, que como estávamos falando antes, os que estão “a largo”, eles fazem de tudo para sair, mas eles saem com um compromisso, um exemplo: me tiram daqui por meio da JEP (Justiça Especial para a Paz) eu vou embora, há uma grana de por meio, essa grana eles não vão dar de graça, você deve ficar colaborando. Por exemplo, no meu caso, se eu faço isso por meio dessa JEP, se acontece isso, saio e em qualquer momento devo esperar a ligação para que alguém me diga “precisamos de tal favor, tal coisa” é melhor que chege por aí. É como que, melhor eu quero ir embora, como sair desse lado. Ao sair e poder refazer minha vida, por exemplo, devo ir para outra cidade, se é possível, sair do país.

87 Dos que estão por parte de fora, no nível nacional, penso que não acreditam no processo e não tem acreditado, por isso é que há tantas dissidências. Por exemplo você diz que há tantos, que houve tantos que no Governo reportou, mas isso não se aproxima nem à metade do que aconteceu certamente. O Governo aí é quando erra, que pensa que, de repente, exterminou-lhes ou que, de repente, a Guerrilha está diminuída. Mas acontece que quando a ideologia se inseriu em uma pessoa, é difícil que depois seja tirada, porque às vezes a gente não sabe nem quem fez mais dano ao nosso país, se os que roubaram esses milhões, essa grana, ou a própria

Em uma lógica de custo-benefício, assumir o *Processo de Paz* é arriscado e pode prejudicá-lo. Como ele mesmo fala, ele não quer estar por perto para quando o *Processo de Paz* falhe, se falhar. Não existe um atravessamento ideológico ou de convicções, trata-se de um cálculo sobre qual escolha poderia trazer mais benefícios e menos prejuízos. Com relação às vítimas, para ele, seria um imperativo o fato de repará-las, na via do perdão:

¿Usted qué piensa del daño causado a las víctimas del conflicto armado?

Como te decía ahorita, si yo pudiera pedirles perdón, les pediría, ¿Me entiendes?

¿Y usted que les quisiera decir a ellos si los tuviera aquí de frente?

Primero, explicarles todo, que no son como ellos se imaginan, que no es porque usted le dio la gana y ya listo, comienzo a matar gente y todo. ¿Si me entiende? Sino que a veces se trata de “es su vida o es la de nosotros”, entonces a veces eso juega un rol muy importante. ¿Y todo por qué? Por usted haber nacido en un pueblo donde estaba lleno de violencia. Pero si yo pudiera pedirles perdón a las víctimas, les pediría perdón. Yo te digo ahorita, es como algo que, como un vacío, que como que todos los días, y uno piensa que tal vez de aquí en adelante llenando ese vacío para que de uno poquito uno lo vaya llenando, haciendo el bien. Por ejemplo, el trabajo que usted está haciendo, lo respeto y todo, y pa’ que, es elegante el trabajo que usted hace, ¿Si me entiende? Ojalá yo también lo pudiera hacer porque es un trabajo que, talvez, pensaría yo que me llenaría de satisfacción y todo ese vacío se fuera, porque es como maluco, porque todos los días uno como que uno sienta eso. Pero yo a las víctimas les pediría perdón, les explicaría que todo no fue porque uno se le da la gana sino porque hay cosas que influyen, la familia. ¿Si me entiende?⁸⁸

La vez pasada me dijiste sobre las víctimas que vos sentías como algo, un vacío cuando pensabas en esas personas.

guerrilha, entende? Aí fico com a dúvida. Então isso é algo que a gente diz, esses políticos, os políticos uma coisa, os políticos outra coisa. Então penso que o processo de paz, nesse sentido, em qualquer momento cai. Sacou? E aí é quando eu não quero estar por perto..., mas eu não vejo muito no processo de paz, não vejo muito, nunca tive confiança.

88 -O que você acha do dano ocasionado às vítimas do conflito armado?

-Como te falei, se eu pudesse lhes pediria perdão, entendeu?

-O que vocêalaria para eles se os tivesse aqui na frente?

-Primeiro, explica-lhes tudo, que não somos como eles se imaginam, que não só porque você quis e pronto, começa a matar gente e todo, entendeu? Mas, às vezes, trata-se de “é sua vida ou é a nossa”, então às vezes a gente tem um papel muito importante. E por quê? Por você ter nascido em uma cidade cheia de violência. Mas, se eu pudesse pedir perdão às vítimas, pediria perdão. Eu te falo agora, é como um vazão, que como que todos os dias, e penso que tal vez daqui para a frente vai ser preenchido esse vazão, aos poucos a gente vai enchendo-o, fazendo o bem. Por exemplo o trabalho que você está fazendo, o respeito bastante, e é bacana o trabalho que você, entende? Tomara eu também o pudesse fazer porque é um trabalho que, talvez, penso me encheria de satisfação e todo esse vazão iria embora, porque é como chato, porque todos os dias sinto isso. Mas às vítimas lhes pediria perdão, explicaria a eles que todo não foi porque a gente simplesmente quis, mas que há outras coisas que influenciam, a família. Entende?

*Sí, sí. Es un vacío, ósea, creo que usted también lo ha sentido, creo que todos los hemos sentido. Un ejemplo, como cuando usted pierde un ser querido que usted quiere, ese familiar que usted quería, su pareja. Es algo que está ahí, es algo que usted a veces se acuerda de eso, y hay días que a usted como que más lo afecta eso. Es más o menos así, como pa' explicarle eso.*⁸⁹

Cobra importância para *Colaborador* um tratamento dessa culpa manifestada em um sentimento de vazio, o que indica algumas orientações para entender a forma de significação da carência/falta estrutural. Existe também, uma dimensão parecida com o luto, quando ele descreve esse vazio. O sofrimento das vítimas e o sentimento de culpa conseguem fazer furo nos elementos fechados do discurso bélico que as FARC proporcionam. Essa possibilidade de reconhecer o sofrimento das vítimas é aquilo que permite fazer um corte com o discurso capitalista que o enlaça à organização. O discurso capitalista diz “se vale tudo para ter grana”, mas, com esse sentimento de vazio esse imperativo é questionado.

Colaborador menciona uma recusa a continuar pertencendo às FARC. Diante de convites feitos por colegas da prisão para fazer parte das dissidências das FARC, ele menciona que considera, amplamente, em rejeitar esses convites. Existe uma ambivalência com relação à desistência das FARC. Ele menciona em um momento que isso de pertencer as dissidências “são coisas que a gente quer, como algo mau”, mas, ele diz “eu falo não”. Ou seja, ainda com uma vontade de continuar nas organizações armadas, há algo que coloca barra com essa intenção. Atribuí essa vontade da maioria das dissidências à introjeção de uma “ideologia”.

A reparação aparece como um ato de cessar com a ação bélica e de assumir um projeto de vida para ele. Trata-se de uma reparação na ordem de uma mudança pessoal.

¿Cómo lo podría reparar? (retomando a conversa sobre dano)

No volverle a hacer daño prácticamente a nadie. Si algo he aprendido en la vida es que, si usted le hace un daño a alguien, así sea el más mínimo, la vida te lo cobra. ¿Si me entiende? Se lo cobra doble, es algo que yo aprendí. Si usted quiere que le vaya bien entonces tenés que comenzar a obrar bien desde ahora. Pues ahí he intentado de cambiar, poco a poco y tratar de obrar bien, con las personas. Y a la sociedad yo creo que estudiar, seguir estudiando y prepararme y ayudar, ¿Sabes qué? Desde pequeño siempre he querido ser docente, siempre he querido ser profesor. Y eso es algo que uno cuando es niño y no tiene proyecto de vida uno le

89 -Na vez passada você me falou sobre as vítimas, que você sentia como algo, um vazio quando pensava nessas pessoas.

-Sim, sim. É um vazio, ou seja, acho que você também já o sentiu, acho que todos já sentimos ele. Um exemplo, como quando você perde um ser amado, esse familiar que você queria, seu companheiro. É algo que está aí, é algo que você às vezes se lembra disso, e há dias que isso lhe afeta mais. É mais ou menos assim, para poder explicar.

*enseñan “que haga su proyecto de vida” y yo colocaba que “yo quiero ser profesor, quiero ser profesor”.*⁹⁰

A tentativa de reparação está demarcada por uma ideia de retribuição e de troca na qual a partir de um dano feito a um semelhante, a vida cobraria o dobro. Como *Colaborador* opera na dimensão da troca e do cálculo, sabemos que ele não estaria disposto a pagar esse preço dobrado. Pelo menos, cogitaria muito mais se estaria disposto a pagar esse preço, de novo. Em algum momento, conversando sobre um possível encontro de *Colaborador* com as pessoas da sua cidade que conheceram de sua participação no grupo armado, vítimas ou não das FARC, aparece um componente de vergonha:

Mira que yo he pensado eso, ¿Oís? La verdad lo estoy pensando, por eso no quiero volver allá, no quiero. Pero como esto es tan pequeño que uno en cualquier parte se lo va a encontrar, en alguna parte uno se sigue encontrando gente. Así sea gente que enemigos o amigos, usted se los tiene que encontrar en alguna parte. Pero en ese caso la verdad no sé qué hacer. Si de pronto le he hecho daño o alguna ofensa. Pues, pedirle disculpas, porque qué más uno hace. Pero yo sé que me los tengo que encontrar. Pero hay otros que uno ni quisiera encontrarse.

No haberlos conocido

*Se le cae a uno la cara de la vergüenza, imagínate.*⁹¹

Essa dimensão da vergonha é parecida com o que Terra (2014) propõe para pensar a responsabilização, como um dos possíveis caminhos que indicariam uma reparação. A vergonha coloca o sujeito em um estado análogo ao estádio do espelho (Lacan, 1949/1998), pois a partir de um olhar crítico que vem do semelhante, a imagem corporal (nesse caso, com uma dimensão social) estaria em xeque. Uma mobilização subjetiva precisar ser feita para ajustar essa imagem, de novo. Quiçá, por causa dessa mobilização subjetiva profunda que

90 -Como o poderia reparar? (Retomando a conversa sobre o dano)

-Não fazer dano de novo a praticamente ninguém. Se algo aprendi na vida é que se você faz um dano a alguém, assim seja o mais mínimo, a vida te cobra, entendeu? Cobra o dobro, é algo que eu aprendi. Se você quer ter um bom sucesso, então tem que começar a agir bem desde agora. Pois aí tentei mudar, pouco a pouco e tratar de agir bem, com as pessoas. E à sociedade, eu acho que estudar, continuar estudando, preparar-me e ajudar, sabe que? Desde muito novo sempre quis ser docente, sempre quis ser professor. E é algo que a gente quando criança e a gente têm projeto de vida, à gente lhe ensinam “que faça seu projeto de vida” e eu colocava “eu quero ser professor, quero ser professor”.

91 Olhe que eu já pesei nisso, sabe? Na verdade, o estou pensando, por isso não quero voltar lá, não quero. Mas como isso é tão pequeno que em qualquer lugar posso encontrar eles de novo, em alguma parte eu posso continuar encontrando gente. Assim seja gente de inimigos ou amigos, você vai encontrar eles em alguma parte. Mas, nesse caso a verdade não sei o que fazer. Se de repente lhe fiz dano a alguém ou alguma ofensa. Pois, pedir-lhe desculpa, porque não há nada mais para fazer. Mas eu sei que eu vou encontrar eles. Mas, tem alguns que eu não gostaria de encontrar.

-Nem de ter-lhes conhecido

-Cai minha cara da vergonha, imagina.

possibilita a vergonha, essa dimensão possa ser interessante para pensar a responsabilização subjetiva.

Pensamos, porventura, que a frustração, como modelo para significar o dano, aparece no que *Colaborador* menciona, sendo importante o trânsito do campo do dano imaginário à dívida simbólica que permitiria uma responsabilização subjetiva.

A reparação, como vimos com a revisão do direito, é a ação de voltar ao estado inicial das coisas, antes da comissão do dano. Para a psicanálise, esse objetivo está marcado com a impossibilidade de que nada que está inscrito no inconsciente volta a seu estado inicial. As incidências traumáticas e de gozo nos sujeitos são irreversíveis, não sem consequências.

A reparação pode aparecer como uma tentativa de dar tratamento ao sentimento de culpa, ao sentimento de dívida moral (o Carma é uma representação disso) ou a qualquer afeto que apareça quando se comete uma infração à humanidade do outro. É uma tentativa, principalmente, imaginária e especular. Procura-se, como vimos, o perdão do outro, um apaziguamento moral que calme os próprios afetos desorganizados.

Contudo, a tentativa de reparação é a evidência de um laço social operando por trás. Ela indica que operam formas de enlace entre sujeitos que levam em consideração a humanidade do outro e que se sustentam sobre uma falta estrutural que permite o sentimento de vazio do luto. Não podemos desprezar os fins civilizatórios de uma ação que vise reparar. Ainda quando nunca consiga fazê-lo de forma integral e quando responda a um profundo sentimento de culpa.

Os casos também nos ensinaram que essa possibilidade de reparação aparece de forma mais presente, no horizonte, quando se produz um questionamento às lógicas do conflito armado e às ideologias por trás delas. Quer dizer, que uma ancoragem profunda com a ideologia do grupo armado, via incorporação, colocaria uma barra para que o sujeito reconheça que se bem o conflito produz vítimas de forma estrutural, o sofrimento das vítimas existe.

A lógica da guerra anestesia seus sujeitos - os soldados, os guerreiros e os rebeldes - para não ter piedade pelo inimigo. De fato, as técnicas de treino bélicas procuram que o soldado esqueça da humanidade do combatente e, assim, garanta a efetividade. Nesse sentido, a ideologia na qual qualquer sujeito no conflito armado se sustente, seja a subversão da ideologia comunista mais radical, uma extrema direita conservadora dos paramilitares ou a aparente neutralidade dos militares como representantes do Estado, anestesia alguma consciência sobre o sofrimento do inimigo. Isso justifica, na lógica do inimigo absoluto (Angarita et al, 2015),

que exista extermínio. O fim justifica os meios. E podemos lançar a hipótese de que incorporação radical da ideologia seria transversal a qualquer estrutura clínica.

Outro elemento a ser colocado no centro da questão é que a reparação exige que exista a dupla imaginária do direito entre vítima e ofensor. Essa dupla exige que se seja ou vítima ou ofensor. Os dois casos foram, contingencialmente, um contraste disso. O primeiro, *Revolucionário* se autodenomina como uma vítima da Oligarquia e clama pela reparação do Estado, representada nas possibilidades que brindam os *Acordos*. *Colaborador*, com uma denominação tímida e sigilosa de “ofensor”, sente culpa pelas mortes que ele facilitou e busca, desesperadamente, uma forma de reparar o dano causado. A carta que escreve para a família da pessoa que assassinou é uma mostra disso.

Ambos, pelas trajetórias de vida que presenciamos, são “vítimas” do abandono do Estado, da pobreza e da desigualdade. Além disso, são vítimas dos militares, dos grupos subversivos com orientação comunista e dos paramilitares. Porém, eles são também ofensores, cúmplices de sequestros, de assassinatos de objetivos militares, de tomadas guerrilheiras, ainda quando eles pouco empunharam uma arma. Cada um deles se posiciona, exclusivamente, em algum lugar dessa dupla e assume dano e reparação a partir desse lugar.

Isso é interessante para pensarmos o poder discursivo que essas categorias do direito têm, subjetivamente. São categorias imaginárias que fazem uma inscrição no real com consequências estáveis. A psicanálise não opera tomando partido nessa dupla. À psicanálise não interessa muito saber em qual dessas duas categorias se tenta objetivar a experiência dos sujeitos que são atingidos pelo direito. A psicanálise opera com o que sujeito produz sobre isso e com a responsabilidade subjetiva a partir da qual o sujeito teria que se haver com seu próprio desejo e com as implicações nas escolhas que faz, não dispensando a responsabilidade social que jaz sobre o plano de fundo simbólico dos contextos de violência, como vimos.

Acreditamos que a insistência, que continua operando, das categorias vítima-ofensor, poderiam levar a impasses para a responsabilização subjetiva. A reparação do direito poderia operar em conjunto com um processo de responsabilização que conceda uma genuinidade a esse processo. O direito opera a partir da obrigatoriedade que recai sobre os sujeitos, em uma tentativa de fazer laço social. Mas, a posição subjetiva e a resposta social que se constituem poderiam atuar para que esse processo seja mais íntimo e pessoal, por um lado, e mais impactante socialmente, por outro.

As saídas do conflito armado também estariam possibilitadas por essa organização particular que propomos com relação à reparação. Quem tem o interesse de reparar, assim seja de uma forma compulsória motivada pela culpa, pela vergonha ou pela responsabilização, consegue tomar distância da lógica “tudo se vale” da guerra. O movimento a uma reparação, seja qual for, é um indicador de um movimento de saída da lógica do conflito armado. É uma forma de dizer que não se compactua mais com esses pressupostos bélicos. Aponta que há lugar a uma singularização da experiência no conflito armado, marcando um tratamento diferenciado para esse outro tomado como semelhante e ferido no passado. Isso indicaria o passo a um modelo da responsabilização, ou, pelo menos, sua abertura. Modelo que deixaria a reparação como um tratamento à falta e daria lugar à responsabilização como uma forma de afirmação de um lugar singular e diferenciado no conflito armado que faz corte com os discursos e ideologias pré-fabricados aos quais, em algum momento, o sujeito se enlaçou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se bem na introdução partimos das conclusões para apresentar nossa pesquisa, dedicaremos algumas linhas para identificar as implicações dos resultados desdobrados anteriormente.

O conflito armado colombiano tem algumas características sem equivalências, intransponíveis e singulares que precisaram ser lidas a partir da psicanálise, com auxílio de outros campos do saber. É um conflito que tem um grande componente de tratamento imaginário, sustentado por um discurso de inimizade perpétua entre os três atores-chaves: as FARC (e as outras guerrilhas de esquerda), os paramilitares e o Estado. Alguns atores se configuram como inimigos necessários de outros, o que produz que seja a partir da existência dos inimigos que se garanta a própria existência como grupo. Sem o inimigo, não haveria um “nós”.

Esse tratamento imaginário do conflito mandou sua conta de cobro com o Plebiscito de 2016. Nessa ocasião, a consistência imaginária das pessoas que entenderam o conflito, maioritariamente, a partir do conteúdo das mídias e dos discursos políticos, teve maior peso representativo nos resultados que o sofrimento das próprias vítimas que experimentaram na carne os traumas da guerra. A fragilidade do laço social, evidenciada a partir desse resultado, motivou uma pergunta pela disposição para a reparação e pela forma como a reparação poderia ser significada em desmobilizados.

A rejeição dos *Acordos* também consegue ser explicada a partir das lógicas que movimentariam a justiça retributiva tradicional e a justiça transicional que se apoia na justiça restaurativa. A segunda, a justiça que propõe os *Acordos*, na qual se vai além da prescrição do direito penal, foge da lógica fálica que predomina de forma inegociável na cultura colombiana, e se alinha com a lógica do gozo suplementar que explora Lacan a partir de 1972. Essa forma de justiça é qualificada como “impune”, “corrupta” e “injusta” pela opinião pública, o que interpretamos como uma resposta a um horror gerado a partir da radical singularidade que está implícita no tratamento caso a caso e suplementar que propõe.

Como reparação e dano são noções alheias à psicanálise foi preciso desenvolver uma leitura da ressonância subjetiva que teriam essas noções a partir da teoria freudiana e lacaniana sobre a constituição do sujeito. Com isso, concluímos que o dano seria estrutural ao sujeito, pois o desamparo originário mostra que há uma incompletude biológica e prematuridade que permitem a inserção no mundo da linguagem. A linguagem seria a encargada de dar tratamento

a essa falta estrutural através de vários caminhos e formas de significar a falta. As operações de alienação e separação, descritas por Lacan, indicam que o que há em comum entre o sujeito e o Outro é a caída do objeto *a*, que mostra que sob subjetividade, como é entendida pela psicanálise, há uma irreversibilidade que não permitiria fazer operar a reparação de forma completa. O objeto perdido, e causa de desejo, não pode ser reintroduzido na cena. Assim, não há como pensar em voltar a um estado anterior à comissão do dano. Conceitualmente, dano e reparação seriam significantes que permitiriam entender como o sujeito lhes dá lugar na sua experiência.

A depuração qualitativa das informações das entrevistas foi um processo trabalhoso que precisou de leitura detida do discurso. Para construir os casos foi necessário identificar os elementos universais, particulares (mas, compartilhados) e aqueles elementos singulares de cada sujeito que não entrariam nos âmbitos de análise da pesquisa. Com isso, foram selecionadas as vinhetas e as categorias emergentes que comportaram as reflexões principais do estudo. Ressaltaremos as conclusões principais.

Acompanhando a discussão sobre os processos de desarme, desmobilização e de reintegração que propõe a ONU, pensamos que a psicanálise poderia ajudar a entender, no contexto do pós-acordo colombiano, o passo da desmobilização à reintegração. Em um processo de desarme-desmobilização-reinserção-reintegração o presente estudo tomou sujeitos que são reconhecidos pelo Outro social como desmobilizados e que estariam com o interesse de fazer um passo aos últimos dois momentos. Nesse sentido, consideramos que a pesquisa permitiria entender as vicissitudes desse trânsito, principalmente considerando que esse trânsito estaria organizado pela forma como cada sujeito se enlaça ao grupo. Uma conclusão forte seria que a forma como se dá esse laço ao grupo tem um peso incomensurável para pensar as saídas do conflito armado, não somente levando em consideração a saída na formalidade que propõem as agências de reinserção, mas, também os elementos subjetivos implicados aí. Vimos, por exemplo, que era possível desistir da luta armada, entregar as armas e continuar sustentando as inimizades do grupo, deixando em suspense e latência uma retomada das armas, caso o processo de paz não seja como esperado. Importa, para alcançar isso, entender como se configuram as FARC como Outro.

Esse encontro entre o sujeito adolescente de regiões com alta pobreza e abandono do Estado e as FARC seria paradigmático. As particularidades dos casos mostraram que há elementos simbólicos que são fornecidos no ingresso às FARC. A hipótese da adoção das

FARC perante um abandono simbólico, por exemplo. Ou a possibilidade que as FARC proporcionem os elementos para uma amarração subjetiva e singular de um tratamento ao que se inscreve de novo na adolescência e que faz furo no saber do sujeito. Resposta que não tem o compasso de espera e de elaboração que se espera que seja a adolescência, mas que, contingencialmente, marca as subjetividades das pessoas envolvidas no conflito armado.

Esse encontro não pode ser lido apenas como uma escolha individual. Vemos que em regiões nas quais há uma presença guerrilheira coincidem lógicas de desigualdade, abandono estatal, falta de oportunidades e outros fatores que indicam que essas populações são suscetíveis de estar do lado desafortunado da segregação estrutural que domina o contemporâneo. A alta presença das juventudes de populações esquecidas pelo Estado no conflito armado indicaria que a escolha por estar em algum dos lados do conflito se constitui como uma resposta a dita segregação.

Isso em grande escala, mas no processo subjetivo aconteceria uma suplência que as FARC proporcionam para a crise da adolescência sobre o não saber sobre o sexual. As FARC proporcionariam verdades e saberes prontos que apaziguariam as perguntas e necessidades de constituir um saber-fazer com o sexual. Além disso, proporcionariam uma vertente do pai imaginário a partir da identificação com algumas figuras que encarnam os líderes locais e gerais dessa Organização.

A forma como essa função opera em cada sujeito está entendida pelas modalidades de identificação sobre as quais se dá o laço ao grupo e o conseqüente arranjo sobre o gozo daí decorrente. A identificação primordial, que aparece como incorporação, deixaria conseqüências mais radicais, pois se estabeleceria uma equivalência entre o sujeito e o grupo. A identificação ao traço, mais sofisticada e flexível, permitiria deslocamentos e desenlaces com relação à organização, pois não se toma a ideologia na íntegra. Pelo contrário, alguns traços ou características dos membros desse grupo e da ideologia seriam tomados como próprios e outros seriam desconsiderados e descartados, especialmente no plano imaginário desses processos.

Produz-se uma orientação para entender como se daria esse laço social, entendo-o como um discurso. A via histórica mostrou a impossibilidade do laço social de subverter as lógicas de domínio daquele que é tomado como mestre. Porém, é uma modalidade que permite a entrada de qualquer forma de mobilização política. O panorama é mais interessante quando estão implicados vários discursos, como vimos quando sobre o comando do discurso capitalista incide, no laço, o atravessamento do discurso do mestre clássico. Isso cria a possibilidade de

um corte no qual o discurso do mestre introduz a dimensão da falta, que enlaçaria o sujeito a outros referentes da cultura, para além do grupo.

O discurso da histórica precisaria de um mestre consistente e se sustentaria pela via imaginária, como demonstrou um de nossos casos. Vimos que o conflito armado se perpetua, então, sobre essa lógica que sustentaria a mestria do outro e conservaria a inimizade constitutiva, dificultando um fim do conflito e uma mobilização social e política. Mais de sessenta anos de conflito são a prova da impossibilidade que tem o discurso da histórica para subverter lógicas de poder quando aparece de forma exclusiva.

Finalmente, o dano e reparação são considerados elementos que permitem uma ponte da psicanálise com o campo de estudos e de mobilização política ao redor do pós-acordo e do pós-conflito. Entendemos que essas categorias se inscrevem subjetivamente de forma diferenciada para os casos que foram construídos. No campo do direito, podemos fazer a leitura de que os sujeitos participantes da pesquisa são tanto agentes do dano, como receptores do dano, e em consequência de uma reparação. Essa dupla remete a outro binômio, o de vítima-ofensor. O discurso do direito está tão fortemente enraizado na subjetividade, que nossos dois sujeitos de pesquisa (*Revolucionário e Colaborador*) se posicionam discursivamente em uma dessas duas opções. Seja como vítima ou seja como ofensor. Como vítima, aparece uma necessidade constante de ser reparado, apontando o erro do Outro que seria constitutivo da desigualdade e tornando opaca a responsabilidade das próprias ações nesse conflito. Como ofensor, há uma tentativa de reparar pela via imaginária as vítimas dos atos cometidos, sentindo um profundo sentimento de vazio e uma necessidade de pagar pelo que foi feito, justificando isso na cosmologia do Carma.

Se bem os dois caminhos apresentam impasses face à responsabilização subjetiva, encontramos que a postura de ser agente de uma reparação, assim seja ela em início compulsória, abre algumas portas para o trânsito a uma responsabilização subjetiva. Esse movimento é o sinal de que opera uma significação da falta a partir da dívida simbólica, o que permitirá uma entrada nos caminhos da responsabilização.

Consideramos que os casos estiveram longe de ser exemplificações de pressupostos de pesquisa ou um recurso último e exaustivo de comprovação de teorias ou de respostas a perguntas fechadas sobre a subjetividade. Eles permitiram levantar questionamentos e empreender um exercício de formalização inédito. Uma continuidade nessa linha de pesquisa permitiria entender quais desses condicionantes subjetivos que encontramos em nosso estudo

aparecem sobre outras roupagens subjetivas em outros casos e em outras condições. De toda forma, evidenciam a dimensão exemplar que podem ganhar, colaborando com as reflexões necessárias ao processo de desmobilização e reintegração em busca da paz na Colômbia.

Analisar a saída e a permanência do conflito armado a partir da lógica do laço social poderia ser interessante para proporcionar um lugar para psicanálise no espaço de reflexão acadêmica e de intervenção sobre o pós-conflito, a partir da leitura sobre a subjetividade dos autores implicados. Encontraremos colaboradores ou revolucionários? Como seria dirigir uma intervenção para aqueles que se consideram revolucionários inatos, agora frustrados pelo fim do conflito? Como entender as saídas para a assunção da dimensão de reparação naqueles que se posicionam de forma extima, como colaboradores e que não querem assumir a nomeação de desmobilizado?

Abrimos um precedente e consideramos importante continuar acompanhando a discussão. Lembremos que a psicanálise não é neutra (Brousse, 2002) e participa da cena política do mundo tomando partido, porém, sem responder a uma dominação partidária. Nesse sentido, interessa continuar entendendo a subjetividade do conflito armado. Diante do conflito não somos neutros, também estamos do lado daqueles que esperam uma paz estável e duradoura que permita o exercício da palavra como mediadora acima de todas as coisas e que não silencie as vozes daqueles que pensam diferente. Afinal, é somente com a palavra em ato que trabalhamos como psicanalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABC (2014). Las FARC, la guerrilla más vieja del mundo, renuncian a su principal fuente de financiación. Recuperado de: <https://www.abc.es/internacional/20140518/abci-farc-banda-anuncio-201405172007.html>
- Almeida, M. F., Almeida, F., Rosatto, J., Silva, L., Guerra, M., Segatto, M., & Santos, K. (2014). Intersecção entre psicanálise e atendimento público: o atendimento psicológico aos adolescentes do CEPEA/UFG. *EXTRAMUROS-Revista de Extensão da Univasf*, 1(2).
- Angarita Cañas, P.E., Gallo, H., Jiménez Zuluaga, B.I., Londoño Berrio, H., Londoño Usma, D., Medina Pérez, G., Mesa Bedoya, J.A., Ramírez Jiménez. D., Ramírez Ortiz, M.E., Ruiz Gutiérrez, A.M. (2015) *Construcción discursiva del enemigo en el conflicto armado Colombiano*. Medellín, Colômbia: Silaba Editores.
- Anzalone, E. (2015). A histeria contemporânea: sintomas, discurso e lugar social. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Askofaré, S. (2009). Aspectos da segregação. *A PESTE: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia*. 1(2).
- Badiou, A. (2017). *Em busca do real perdido*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Bairrão, J.F.M. (2011). A propósito do Outro, etnográfico e em psicanálise. *Revista Filosofia Aurora*, 23(33), 345-358.
- Barros, R.R. (2014). A violência e seus limites. *Opção Lacaniana Online*, 5 (13).
- Barroso, A. e Ferrari, I. (2014). O último ensino de Lacan: Há algo para além da linguagem. *Revista Calidoscópico* 12(2), 249-254
- Brousse, ME (2002) *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Campos, S. (2015). *Supereu/Uerepus: das origens aos seus destinos*. Belo Horizonte, Brasil: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Castro, J. E. (2009). Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos. *Revista Ágora*, 7(2), 245-258.
- Carozzi, S. C. O. (2017). *A poética da Voz*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Colômbia, (2016). Presidencia de la república de Colombia. *Acuerdo final para la terminación del conflicto armado y la construcción de una paz estable y duradera*. Bogotá, Colômbia.
- Congreso da República da Colômbia (2005). *Ley 975 de 2005. Ley de Justicia e paz*. Bogotá, Colômbia.
- Correa, C., Jiménez, A. M., Ladish, V. e Salazar, G. (2014). *Reparación integradora para niños, niñas y jóvenes víctimas del reclutamiento ilícito en Colombia*. Colômbia: Centro Internacional para la Justicia Transicional.
- Costa, A.P. e Poli, M.C (2010). Dos discursos no laço social: a construção de uma moradia possível na psicose. *Psicologia em revista* 16(2), 409-427.
- Couto, L. F. S., de Queiroz Casséte, J. L., Hartmann, F., & de Souza, M. F. G. (2018). Os Discursos Lacanianos como Laços Sociais. *Revista Subjetividades*, 18(Esp), 93-104.
- Dor, J. (1996). La “psicosis lacaniana”: elementos fundamentales del abordaje lacaniano de las psicosis. *Revista Psicoanálisis APdeBA*, 18(3), p. 461 – 476.
- El País. (2016) Así votaron los colombianos: resultados del referéndum sobre los acuerdos de paz entre el gobierno de Colombia y las FARC. *El País* de Cali. Recuperado de: https://elpais.com/elpais/2016/10/03/media/1475486923_970895.html?rel=mas
- El País. (2016) Se redujo el reclutamiento de menores en el conflicto. *El País* de Cali. Recuperado de: <http://www.elpais.com.co/proceso-de-paz/se-redujo-reclutamiento-de-menores-en-el-conflicto.html>
- El Tiempo. (2018a). En tres meses, 120 líderes sociales han sido asesinados en Colombia. Recuperado de: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/el-mapa-de-los-lideres-sociales-asesinados-en-colombia-184408>
- El Tiempo. (2018b). Los asesinatos contra desmovilizados de FARC tras firma de la paz <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/asesinatos-de-exguerrilleros-de-farc-tras-la-firma-de-la-paz-264996>
- Ferrari, A.T.R. (2014). Responsabilização e Restauração no cenário das Medidas Socioeducativas: um diálogo entre a Justiça Restaurativa e a Psicanálise. Dissertação de

Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Fonseca, R. O. (2014). *A constituição originária do mecanismo de rejeição (verwerfung) pela perspectiva de Wilfred Ruprecht Bion e Jacques Lacan*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Fragelli, I. K. Z., & Petri, R. (2004). A transmissão da falta, a partir da leitura do seminário IV de Lacan. *Estilos da clínica*, 9(17), 118-127.

Freud, S (1990). Tres ensayos para una teoría sexual. In Freud, S. *Obras completas*. Madrid, Espanha: Editorial Biblioteca Nueva (Trabalho original publicado em 1905).

Freud, S (1990). Proyecto de psicología para neurólogos. In Freud, S. *Obras completas*. Madrid, Espanha: Editorial Biblioteca Nueva (Trabalho original publicado em 1895).

Freud, S. (1976). A questão de uma Weltanschauung. In Freud, S. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XXII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933a).

Freud, S. (1976). Conferência XXXIV: explicações, aplicações e orientações. In Freud, S. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud, Vol. XXII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933b).

Freud, S. (1976) Psicologia do grupo e análise do eu. In Freud, S. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud Volume XVIII*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago (Trabalho original publicado em 1921).

Freud, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In Freud, S. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).

Freud, S. Totem e tabu. In Freud, S. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

- Freud, S. (1976) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In Freud, S. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XII*. Rio de Janeiro, Brasil: Imago. (Trabalho original publicado em 1912),
- Gallo, H., Ramírez Ortiz, M. E. (2012). *El psicoanálisis y la investigación en la Universidad*. Buenos Aires, Argentina: Grama Ediciones.
- Gómez, G. (2017). Campaña electoral en tiempos de posverdad. *El Espectador*. Recuperado de: <https://www.elespectador.com/noticias/politica/campana-electoral-en-los-tiempos-de-la-posverdad-articulo-720339>
- González Chavarría, A. (2010). Justicia transicional y reparación a las víctimas en Colombia. *Revista mexicana de sociología*, 72(4), 629-658.
- Guerra, A. M. C. (2017). Impacto clínico da topologia borromeana no estruturalismo lacaniano. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(1), 35-51.
- Guerra, A. M. C. (2012a). Adolescência e infração: classificar é simples, complexo é operar com as classificações. In R. F. K. N. Calazans. *Psicopatologia em debate: controvérsias sobre os DSMs*. Belo Horizonte, MG, Brasil: Barbacena, EdUEMG.
- Guerra, A. M. C., & Neto, O. F. (2012b). Laço Social e Adolescência: o pai ea infração. *Psico*, 43(4), 8.
- Guerra, A.M.C., Soares, C.A.N., Pinheiro, MDC.DM. e Lima, N.L. (2012b). Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. *Psicología revista. (Belo Horizonte)*, 18(2), 247-263.
- Huerre, P. (2001). La adolescencia: papeles y funciones de un artificio. *Journal français of psychiatrie*, 1(14). Tradução fornecida por Ana Claudia Delgado, professora da Universidad del Valle.
- Klein, M (1998). Amor, culpa y reparación. In Klein, M. *Amor, culpa y reparación y otros trabajos (1921-1945)*. Barcelona, México e Buenos Aires: Editorial Paidós. (Trabalho original publicado em 1937).
- Lacadée, P. (2017). O que acontece perto dos 17 anos? In Lima, N.L., Santiago, A. L., Cunha, C.F., Vidigal, C., Neves, L., Santiago, J. (organizadores). *Mais além do género: o corpo adolescente e seus sintomas*. Belo Horizonte, Brasil: Scriptum.

- Lacadée, P. (2007). A passagem ao ato nos adolescentes. *Revista Sephora*, 2(4). Traduzido por: Kátia Danemberg e Simone Bianchi. Recuperado de: http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm
- Lacan, J (2007). *O seminário, livro 23: O sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado em 1975-1976).
- Lacan, J. (2004). *O seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2003). Prefácio a O despertar da primavera. In Lacan, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1974).
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In Lacan, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1969).
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista de Escola. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Texto original publicado em 1967a).
- Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Texto original publicado em 1967b).
- Lacan, J. (2003). Introdução à Edição alemã de um primeiro volume dos *Escritos*. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1966)
- Lacan, J. (2001). *O Saber do Psicanalista: Seminário 1971-1972*. Publicação para circulação interna. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Trabalho original realizado em 1971-1972).
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In Lacan, J. *Escritos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado em 1966).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado em 1953).
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do Eu. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1949).

- Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 4. As relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado entre 1956-1957).
- Lacan, J. (1991). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado em 1969-70).
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado entre 1955 e 1956).
- Lacan, J. (1987). *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na teoria da psicanálise*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado em 1954-1955).
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original realizado entre 1972 e 1973).
- Lacan, J. (1974). Lição XX de 19 de março de 1974. In Lacan, J. *Seminário XXI. Os tolos não erram*. (Versão livre)
- Lacan, J. (1961-62). *O seminário, IX: A identificação* (Inédito).
- Lafuente, J. (2016). Colombia dice “no” al acuerdo de paz con las FARC. *El País* de Cali. Recuperado de: https://elpais.com/internacional/2016/10/02/colombia/1475420001_242063.html
- Laurent, E. (1997) Alienação e separação I. In Feldstein, R., Fink, B. e Jaanus, M. *Para ler o seminário 11 de Lacan*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editores.
- Lima, N.L. (2016). O saber e a sexualidade na adolescência: o que há de inédito no despertar da primavera. In Medeiros, C.P., Almeida, S.F.C. *Psicanálise implicada. Educar e tratar o sujeito*. Curitiba, Brasil: Juruá Editora.
- Magalhaes, T., & Pinto da Costa, D. (2008). Avaliação do dano na pessoa em sede de direito civil. Perspectivas atuais. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano IV, Coimbra Editora, 419.
- Martins-Costa, J (2000). Os danos à pessoa no direito brasileiro e a natureza da sua reparação. *Revista Faculdade de Direito UFRGS*, 19 (1), 181-207.
- Miller, J.A. (2015). *Em direção à adolescência*. Intervenção oral realizada no encerramento da 3ª jornada do Instituto da Criança. Recuperado de: <http://minascomlacan.com.br/publicacoes/em-direcao-a-adolescencia/>

- Miller, J. A. (2010). *Extimidad. Los cursos psicoanalíticos de JA Miller*. G. Brodsky (Org.). Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Miller, J. A. (2005). *Silet: os paradoxos da pulsão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Moreira, J. O. (2010). Pesquisa em psicanálise na pós-graduação: diferentes possibilidades. In Kyrillos, Neto F.; Moreira, J. (Orgs.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na Universidade*. 1. ed. Belo Horizonte: Barbacena EdUEMG.
- Moreno Cárdenas, O. D., & Guerra, A. M. C. (2018). Pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais na universidade: potencialidade política na subversão dos discursos. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(11), 227-250.
- Navia, F (2007). Daño moral, daño fisiológico y daño a la vida de relación en Colombia. *Revista de derecho privado*, 2(12-13), 289-306.
- Neto, F. K. (2010). Psicanálise na universidade e sua relação com as instituições formadoras. In: Kyrillos, neto f.; Moreira, j. (Orgs.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na Universidade*. 1. ed. Belo Horizonte.
- ONU. (2007). *Desarme, desmovilización y reintegración (DDR): Principios de intervención y gestión en operaciones de mantenimiento de paz*. Bogotá, Colômbia.
- Olave, G. (2013). El retorno de Marquetalia: Sobre el mito fundacional de las FARC-EP. *Revista Folios*, 37, p. 149-166.
- Pedroza Noguera, R. A., & Guerra, A. M. C. (2017). Reflexiones sobre la mortalidad adolescente en Brasil: 10 hipótesis sobre el trabajo al lado del adolescente en conflicto con la ley. *Affectio Societatis*, 14(27), 13-31.
- Periódico 20 minutos. (2016). Escándalo en Colombia: El jefe de la campaña del “No” revela su método. *Periódico 20 Minutos* de Espanha. Recuperado de: <http://www.20minutos.es/noticia/2857222/0/escandalo-colombia-campana-no-verracos/>
- Poli, M.C (2007). Perversão na cultura, neurose do laço social. *Revista Ágora*, 7(1), 39-54.
- Quinet, A (2006). *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editores.
- Quinet, A. (2001). A heteridade de Lacan. Em: COLÓQUIO “UMA ODISEA LACANIANA”. Rio de Janeiro: COLOQUIO “UMA ODISEA LACANIANA”.

- Rabivonich, D. (1993). *La angústia y el deseo del Otro*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Manantial.
- Ramírez, M. E. (2017). *Conflicto armado y subjetividad: Nuevos ensayos de psicoanálisis aplicado a lo social*. Buenos Aires, Argentina: Grama Ediciones.
- Registradora Nacional do Estado Civil da Colombia (2016). *Resultados de plebiscito para los acuerdos de paz*. Recuperado de: http://plebiscito.registraduria.gov.co/99PL/DPLZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ_L1.htm
- Rocha, Z. (1999). Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no cont
ROSA, M.D. A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e subjetividade*, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004. exto da metapsicologia freudiana. *Síntese Revista de Filosofia*, 26(86), 331-346.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Subjetividades*, 4(2), 329-348.
- Schuster, S. (2010). Colombia, ¿país sin memoria?: Pasado y presente de una guerra sin nombre. *Revista de estudios colombianos*, (36), 30-38.
- Silva, A.C., Santos, K.A. (2017). O feminino e a perspectiva lacaniana da superação da lógica fálica. *Reverso*, 39 (74), 39-46.
- Siqueira, F G., (2016). *Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Schejtman, F. (2013). *Synthome: ensayos de clínica psicoanalítica nodal*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Soler, C. (1997a). O sujeito e o Outro I. In Feldstein, R., Fink, B. e Jaanus, M. *Para ler o seminário 11 de Lacan*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editores.
- Soler, C. (1997b). O sujeito e o Outro II. In Feldstein, R., Fink, B. e Jaanus, M. *Para ler o seminário 11 de Lacan*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editores.

- Springer, N. (2012) *Como corderos entre lobos, del uso y reclutamiento de niñas, niños y adolescentes en el marco del conflicto armado y la criminalidad en Colombia*. Colômbia; Springer Counsulting Services.
- Stevens, A (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Revista Curinga*, 20, 27-39.
- Teixeira, A. M. (2009). Psicanálise e ideologia: a violência da representação. *Psicologia em Revista*, 15(3), 159-171.
- Vidal, P. E. V., & Pinheiro, F. V. (2015). O corpo na psicose no último ensino de Lacan. *Psicologia Revista*, 24(2), 265-278.
- Žižek, S. (2014). *Violência: Seis reflexões laterais*. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial.